



Universidade de Aveiro Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas
2007

Maria Lucinda de R. B.
Tavares dos Santos

**O VALOR DA CULTURA NAS AUTARQUIAS EM
PORTUGAL**



Maria Lucinda de R. B. Tavares dos Santos **O VALOR DA CULTURA NAS AUTARQUIAS EM PORTUGAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública, realizada sob a orientação científica do Doutor Armando Manuel Malheiro da Silva, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e co-orientação do Doutor José Manuel Lopes da Silva Moreira, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à Francisca, minha Neta

o júri

presidente

Doutor Artur da Rosa Pires
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Doutor José Manuel Lopes da Silva Moreira
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Doutor Armando Manuel Malheiro da Silva
Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

agradecimentos

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa que teve início no âmbito do mestrado em Gestão Pública da Universidade de Aveiro. Por esse motivo, devo agradecer a todos aqueles que contribuíram para que este projecto.

Em primeiro lugar vai, sem dúvida, para o Prof. Doutor Armando Manuel Malheiro da Silva, pela forma como me acolheu e como me orientou nesta dissertação, pelas sugestões e indicações que possibilitaram a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Doutor José Manuel Lopes da Silva Moreira, meu professor no Mestrado e co-orientador na dissertação, o meu sincero obrigada.

Ao Dr. Paulo Monteiro pelo seu grande apoio, colaboração prestada ao longo da execução deste trabalho o meu reconhecimento e gratidão.

Ao Dr. Helder Silva uma palavra de apreço pela sua disponibilidade e ajuda.

Às Autarquias que tiveram a gentileza de responder ao inquérito que enviámos, o meu muito obrigada.

A minha família, sem cujo apoio e compreensão teria sido impossível a concretização deste trabalho.

palavras-chave

autarquia, valor, cultura, municipalismo, poder, politica, públicos culturais, gestão autárquica, cultura municipal, património

resumo

Com este trabalho de pesquisa pretendemos abordar as configurações das políticas culturais municipais em Portugal Continental, no início do século XIX, bem como a articulação com identidades e memórias colectivas construídas como subsídios para a efectivação de estratégias culturais.

Analizamos ainda, as políticas culturais, por meio de um inquérito às referidas autarquias em Portugal Continental, procurando indagar acções, estratégias e políticas culturais municipais.

Pretende-se pois ao longo deste trabalho elaborar um diagnóstico para novos horizontes e estratégias na acção cultural das edilidades.

keywords

cultural city town, value, culture, municipalism, power, politics, public, autarchic management, municipal culture, Heritage

abstract

With this research we aim at approaching the configurations of cultural policies in local government in Continental Portugal at the beginning of the 19th century, as well as the articulation with built collective identities and memories as grants to materialise cultural strategies.

We also analyse the cultural policies through a survey to the fore-mentioned local government authorities in Continental Portugal, trying to enquire on actions, strategies and cultural policies in local government.

Thus, it is our intention, throughout this research, to produce a diagnosis for new horizons and strategies in cultural action of local government authorities.

Índice

Índice	8
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1.....	13
EM TORNO DA CULTURA, DO SEU SENTIDO E VALOR POLÍTICO	13
1. Entre definições e caminhos.....	13
2. Do Local à Memória.....	16
3. Cultura e Cidadania	22
4. Cultura e Política	27
5. Cultura e Municípios	32
6. O Poder Local e a economia da Cultura.....	35
CAPÍTULO 2.....	40
BASES E SIGNIFICADO DE UMA PROSPECÇÃO.....	40
1. Considerações gerais	40
2 Metodologia	41
3. Apuramento do inquérito	41
4. Critérios utilizados para o tratamento, análise e interpretação dos dados	42
4.1. Perfil de quem respondeu ao Inquérito.....	44
4.2 Sectores de Actividade Cultural desenvolvidos pelas autarquias	46
4.3. Investimento Municipal em Cultura.....	47
4.3.1 Investimento Municipal em Cultura por NUTS.....	51
4.3.1.6. Qual a Percentagem do Orçamento da Câmara destinada à Cultura	64
4.3.1.7. Investimento Municipal em Cultura por sectores de Actividade, em 2005	64
4.3.1.18. Investimento Municipal no Património Histórico-Arqueológico.....	82
4. Projectos de relevância na área da Cultura desenvolvidos em 2005.....	87
5. Investimento com outros Projectos Culturais	87
6. Considerações sobre o inquérito	89
7. Análise SWOT	94
CAPÍTULO 3.....	97
OLHAR O FUTURO.....	97
1. Novos Horizontes	97
2. Novas atitudes e contributos para o desenvolvimento da cultura autárquica.....	100
2.1. Planos Estratégicos para a Cultura	101
2.2. Criação de Territórios Culturais	105
2.3. Visão diferenciada da Cultura enquanto Cidadania	106
2.4. Património, Território e Valor.....	106
2.5. Cooperação Público e Privado: O mecenato.....	107
2.6. Marketing Cultural dos Municípios.....	107
2.7. A Dimensão Educativa da Cultura Municipal.....	108
2.9. Nova Estratégia para os recursos humanos.....	110
Conclusão.....	111
Bibliografia	114
Referências.....	128
Anexos.....	130

INTRODUÇÃO

“A cultura e as artes não são concebidas como acções historicamente invariáveis do género humano, nem como um arsenal de 'bens culturais' que vivem uma existência sem tempo, mas como um processo que avança sem cessar, como um 'work in progress' do qual toda a obra participa. Compete-nos a nós saber se queremos seguir em frente ou ficarmos devotados ao esquecimento”

Hans Enzensberger, *Questões de Detalhe*,

1977

É hoje pouco menos do que consensual a ideia de que o desenvolvimento das regiões passa, em boa medida, pela produção e descentralização cultural concreta das populações concretas, e não apenas pela capacidade em projectar, num futuro mais ou menos próximo, determinado plano de desenvolvimento. Na verdade, estas duas dimensões estão interligadas: o centralismo vigente da primeira parece comprometer, por norma, a eficácia da segunda.

A elaboração de um estudo de utilidade que leve ao conhecimento do papel das autarquias na promoção, fomento, divulgação e criação cultural, será um elemento primordial para podermos interpretar as necessidades culturais, especialmente as de natureza documental e para entendermos melhor as lacunas do meio/região.

Assim, este trabalho acaba por propiciar um conhecimento mais objectivo da realidade cultural nos municípios, tendo em vista a implementação de actividades de desenvolvimento cultural susceptíveis de conduzir a uma melhoria das condições culturais das populações residentes e da que emigra e, fundamentalmente, a uma fixação da população mais jovem, sobretudo nos pequenos municípios do interior.

Com a presente tese de mestrado pretende-se abordar as configurações municipais das chamadas *políticas/acções culturais* existentes em Portugal

Continental nos inícios do século XXI, bem como as articulações com identidades e memórias colectivas construídas como subsídios e justificativas para a efectivação de tais políticas. Desta forma realizou-se um estudo sobre o conteúdo e da natureza dessas políticas públicas de carácter local, no âmbito das acções e orientações dos municípios para a área cultural. Ao identificar a participação cidadina como uma forma diferenciada da democracia representativa - a que passa pelos partidos políticos, eleições e integração formal dos governos pensamos que o tema aqui proposto – O valor da Cultura nas Autarquias em Portugal - possui uma importância fundamental para o conhecimento da realidade cultural no mapa autárquico, a partir das suas expressões primárias -dimensão quotidiana e seu impacto social.

Assim, procedeu-se à elaboração de um inquérito, que foi remetido para todas as edilidades portuguesas do continente, bem como a uma exaustiva recolha de informação através da análise e consulta de diversa documentação. Esta tese foi sendo construída pela leitura e análise dos documentos acima mencionados, o que nos remeteu também a outras fontes documentais.

A presente dissertação é feita no âmbito do Mestrado em Gestão Pública na Secção Autónoma de Ciências Políticas Sociais e Jurídicas da Universidade de Aveiro, tem como objectivo expreso avaliar *O valor da cultura nas Autarquias em Portugal Continental*.

Os capítulos que compõem esta tese representam o resultado de pesquisas centradas no tema já referido. Isto só possível através de diversas reflexões e análises que vão desde as políticas culturais, da participação da cidadania; da construção do espaço artístico nas relações poder público/sociedade civil; dos alcances e limites na consolidação de engenharias institucionais inovadoras na gestão da coisa pública, até à problemática da sustentabilidade da gestão cultural e a temática da cidadania, com particular ênfase na complexa e contraditória realidade das diversas práticas culturais

O objectivo dos resultados de pesquisa aqui apresentados é de aprofundar a reflexão em torno das dimensões da participação e das possibilidades de ampliação da cidadania, tendo como base analítica estudos de caso. Estes permitem, a partir da sua diversidade, estabelecer elementos de comparação sobre o papel dos diversos actores intervenientes, num contexto

onde ainda convivem as formas tradicionais de gestão e as experiências inovadoras que começam a legitimar-se aos olhos da população.

O tema condutor dos trabalhos aqui apresentados é a necessidade de envolver ainda mais a participação popular na gestão pública e as transformações qualitativas na relação município/comunidade, enquanto referência de um ponto de inflexão e reforço das políticas públicas centradas na ampliação da cidadania activa.

Esta escolha decorre da necessidade sentida de aprofundar a reflexão em torno de um tema que, dada a sua actualidade, exige análises sobre os seus alcances e limites, mas principalmente sobre a potencialidade implícita na constituição de uma esfera pública não estatal. Isto consubstancia-se através da criação de instituições voltadas para a produção e reprodução de políticas públicas que não são controladas pelo Estado, mas têm um carácter indutivo, fiscalizador e controlador sobre este. O desafio que nos colocamos é de analisar de um lado, os impactos de práticas participativas que apontam, a partir da manifestação do colectivo para uma nova qualidade de cidadania, que institui o cidadão como criador de direitos, para abrir novos espaços de participação socio-política, e de outro os aspectos que configuram as barreiras que precisam ser superadas para multiplicar iniciativas de gestão que articulam eficazmente a complexidade com a democracia.

Observa-se que a análise das práticas participativas traz à tona, na maior parte das vezes, uma leitura que oscila entre a apologia e o voluntarismo de um lado, a indiferença, do outro; contribuindo pouco para a problematização dos complexos e diversificados processos em curso.

Existe, portanto, uma crescente necessidade de entender as ambiguidades dos processos sociais e os arranjos possíveis, mas principalmente os limites, tendo como referência uma análise qualitativa das práticas sociais e das atitudes dos diversos actores envolvidos, tanto nas experiências que inovam na gestão da coisa pública, como nas que mantêm inalteradas as práticas tradicionalmente desenvolvidas.

Os aspectos da temática central aqui desenvolvidos estão organizados de forma a introduzir o leitor dentro de um universo de questões que, apesar da sua multiplicidade, se centram na associação entre cidadania, democracia participativa, governança e sustentabilidade.

CAPÍTULO 1

EM TORNO DA CULTURA, DO SEU SENTIDO E VALOR POLÍTICO

1. Entre definições e caminhos...

O que é a cultura? A que nos referimos quando falamos de cultura?

Num mundo complexo como o actual, a cultura não escapa a esta complexidade na sua multiplicidade de componentes.

A cultura, enquanto questão política, é fenómeno recente o que não quer dizer que seja igualmente recente a sua relação com o poder e com as estratégias do mesmo - o príncipe encontrava nela as formas de afirmar a sua magnificência e para o qual o artista e o criador eram algo entre o criado e o bobo, com um estatuto melhor que um comum dos servos mas igualmente dependente como os demais. Para o Conselho da Europa “ *A cultura é tudo o que permite ao indivíduo situar-se em relação ao mundo e também em relação ao seu património natal; é tudo o que contribui para que o homem compreenda melhor a sua situação, tendo em vista a eventual mudança desta*”.

Com o advento do poder burguês a cultura institucionaliza-se nas suas vertentes educacionais e artísticas, pela respeitabilidade que obtém e, por consequência, pelas funções sociais que passa a desempenhar. A cultura como espectáculo permite a exteriorização do poder social e económico e a exibição do acesso a domínios que antes eram privilégio aristocrático. É o caso dos teatros que até pela sua decoração, com adornos faustosos, dourados e adamascados eram apanágio da aristocracia, tornam-se espaços públicos, onde, além da encenação estrita de espectáculos musicais e dramáticos, os próprios espectadores tomam parte.

Este facto é evidente, nomeadamente em Portugal no século XIX em que se verifica uma expansão do culto e do gosto pela ópera e pela música através de variadíssimos espaços públicos e de salões burgueses.

Durante a primeira metade do século XIX, intensificou-se a actividade musical com espectáculos promovidos tanto pelo Estado como por sociedades

e academias particulares de músicos amadores e profissionais. É nesta altura que é fundado o Teatro de D. Maria II e o S. Carlos tornar-se-á propriedade do Estado. Nesta altura, fazendo parte do Governo, Almeida Garret tenta estabelecer uma convenção com França.

A intervenção estatal no sector da cultura foi-se tornando natural, mas divergiu consoante os períodos e os países mediante as ideologias e políticas em vigor. Verifica-se que foi nos regimes autoritários e, essencialmente, totalitários que a ideia de política cultural ganhou força e consistência. Os Estados totalitários criaram formas de poder que reinstalaram a intolerância, assim como uma vontade de disciplinar o saber e a criação, visando impor percepções do mundo e valores legitimadores dessas mesmas formas de poder. A produção cultural nas suas diversas facetas tornou-se assunto do Estado o qual lhe definiu objectivos, conteúdos, normas, ao mesmo tempo que atraiu criadores e perseguiu aqueles que se recusassem a esta submissão. Na Alemanha, uma vez o nazismo no poder, Goebbels reestruturou todas as instituições culturais e submeteu-as ao partido, definindo a actividade dos diversos sectores mas, muito particularmente, da rádio e do cinema, que explorou até à exaustão. Na União Soviética, na sequência do processo de afirmação do poder saído da revolução, Estaline levaria, pela dominação e consolidação do Estado e do regime, uma lógica totalitária até às últimas consequências. Após a revolução soviética, numa primeira fase, floresceriam a poesia, o teatro e o cinema. A criatividade no domínio artístico, a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias, depressa se tornaram incompatíveis com os ideais do partido dominante. Deste modo, a subordinação da cultura à política atingiu expressões cada vez mais radicais. De uma forma oficial foram definidos os princípios considerados conformes aos objectivos do partido, identificados com a causa do proletariado.

É em França que se desenvolvem políticas culturais que viriam a desempenhar uma função marcante no âmbito da acção global dos governos em exercício. Com a criação do Ministério dos Assuntos Culturais (*Affaires culturelles*), ocupado por André Malraux, a cultura passou a corresponder às expressões mais elevadas do espírito humano, àquilo que constituía a matéria essencial das civilizações, que estabelecia uma ponte entre elas, transcendendo as contingências da história e da frágil condição humana

submetida, como ele dizia, “aos *instintos e aos sonhos elementares*” (MALRAUX: 1972,355). A autonomização da cultura como domínio de acção política era consequência e prolongamento de idêntico fenómeno no campo da educação.

Em Portugal, a exemplo dos Estados totalitários já referidos e da relação de poder com a opinião pública nas sociedades contemporâneas, a primeira preocupação do salazarismo foi de estruturar a acção cultural claramente assumida como propaganda. Assim, em 1933, é criado o Secretariado da Propaganda Nacional que, no dizer de Salazar, “*não é um instrumento do Governo mas um instrumento de governo*” a quem competia “*eleva o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que realmente é e vale, com grupo étnico, como meio social, como força de produção, como capacidade civilizadora....*” (NOGUEIRA:1977, 242-243). O nacionalismo exacerbado, constituirá a tónica dominante e inspirará, desde o folclore dos bailados do Verde Gaio, às múltiplas comemorações de efemérides Históricas. No seu paternalismo autoritário, o regime arrogava-se o direito de definir que cultura convinha aos portugueses e quais os valores que a deviam desenvolver, criando, para isso, uma censura prévia sobre a imprensa, a edição, a radiodifusão, a produção cinematográfica e, mais tarde a televisão.

Ao contrário do que se passava nos regimes atrás referidos, ao Estado democrático não caberá impor uma cultura oficial, privilegiar concepções estéticas ou históricas em detrimento de outras. A cultura deverá constituir a dimensão onde mais se deverá potenciar integralmente o pluralismo das ideias, das concepções e visões do mundo, a diversidade estética, a criatividade.

Entre nós, a Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica, criada em 1974, com o advento da democracia torna-se, em 1977, Ministério da Cultura e Ciência.

Em 1980 foram criados o Instituto Português do Património Cultural e o Instituto Português do Livro e da Leitura; em 1988 foi criado o Instituto Português de Arquivos e, em 1991, o Instituto Português de Museus. De referir o desmantelamento do IPA e a transferência formal, do essencial das suas atribuições, para o que se passaria a designar Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, bem como a fusão do Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) com a Biblioteca Nacional (BN).

Lê-se no Programa do X Governo: “*Compete (...) ao Estado através da coordenação governativa, assegurar a dimensão cultural na estratégia do desenvolvimento do País.*” No Programa do XI Governo reafirma-se “ *a convicção de que compete ao Estado promover a dimensão cultural na estratégia do desenvolvimento e proporcionar as condições e as estruturas que asseguram aos criadores os necessários meios de expressão*”.

Em Portugal, a tradição centralizadora do Estado resulta de uma pesada herança que o autoritarismo vigente, desde a queda da I República ao 25 de Abril, consolidou e agravou.

O processo de democratização da sociedade portuguesa permitiu a emergência de um poder autárquico legitimado pelo voto do cidadão e reforçado no seu poder de competências.

Depois do 25 de Abril as autarquias procuraram corresponder aos anseios das populações, no que diz respeito às infra-estruturas, mas chegou o momento em que se têm de preocupar com necessidades de carácter qualitativo.

A cultura é uma dessas necessidades. Os Municípios tornaram-se sensíveis nesta área disponibilizando verbas específicas para a cultura, a exemplo da administração central, cujo Governo tem implementado, nos últimos tempos, uma estratégia de transferência de responsabilidades para as autarquias.

A cultura, hoje, envolve tarefas complexas no âmbito da gestão das instituições e dos equipamentos destinados a potenciar, a valorizar e a preservar o património histórico e arquitectónico, arquivístico, etnográfico, bibliográfico e museológico.

2. Do Locvs à Memória

Os interesses autárquicos são parte significativa daquilo que denominamos como políticas culturais de base local. Partindo do *locvs*, estes Interesses constituíram-se, historicamente em Portugal, como espaços privilegiados, nos quais sistemáticas tentativas municipais procuraram “engendrar” identidades e memórias (locais e por vezes nacionais), históricas,

regionais e urbanas. Desta forma propomo-nos a analisar, a estreita relação entre política cultural e a sua capacidade de chamar para si a própria ideia de territorialidade e de construções de identidade.

Procuramos evidenciar, ao longo deste estudo, a construção dos processos simbólico ideológicos que envolvem a constituição de *memórias* e *identidades*, nas suas especificidades, através dos investimentos municipais nestas áreas.

Consideramos importante, inicialmente, localizar as discussões acerca das políticas culturais, campo teórico/analítico relativamente recente em Portugal. Os estudos culturais, como área de pesquisa, começam a ganhar espaço no final dos anos setenta, estendendo-se ao longo das décadas de oitenta e noventa do século XX. Gradualmente, questões ligadas às conquistas de espaço de participação da sociedade civil no processo de democratização das políticas de preservação do património cultural e da memória reivindicada como direito de cidadania vêm trazendo um número cada vez maior de pesquisas, envolvendo diversos sectores da sociedade que pretendem compreender as chamadas acções da política local com enfoque cultural ou, ainda, o estabelecimento das chamadas políticas culturais.

Muito se disse sobre Política Cultural e são variadas as definições possíveis e os caminhos a tomar quando se trata de assegurar a implementação das estratégias de políticas culturais mais próximas daquilo que os autores afirmam ser características de políticas sociais de carácter público.

Contudo, tentando produzir uma breve definição de Política Cultural somos induzidos a interpretá-la como uma acção da alçada do poder público estruturada em princípios, operações, procedimentos administrativos e orçamentais pelos quais se procura melhorar a qualidade de vida de determinada comunidade, através de actividades culturais, artísticas, sociais e recreativas. O seu amplo raio de acção deve incidir sobre as diversas faixas da população, concedendo-lhe o fácil acesso e democratizando a Cultura e a sociedade de forma una e integrada.

Em 1982, O ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios através da Declaração do México definiu os princípios pelos quais os Estados deveriam reger as suas políticas culturais: identidade cultural; criação artística, intelectual e educação artística, cultura e democracia; património cultural;

relações entre cultura, educação, dimensão cultural do desenvolvimento ciência e comunicação; planeamento, administração e financiamento das actividades culturais; cooperação cultural internacional¹.

Actualmente as concepções de políticas culturais estão muito mais próximas do conjunto de ideias, princípios e intenções do que da efectivação das mesmas por parte dos diversos tipos de governo quer sejam de carácter nacional ou local.

Assim, a necessidade de criação de uma identidade própria das diversas comunidades leva-nos àquilo que na sua obra *História e Memória* Jacques Le Goff (1990: 477) entende como memória colectiva, constituída por materiais cujas formas seriam os monumentos, herança do passado, e os documentos. Dessa forma, o *documento* pode ser lido como *monumento*, cabendo ao historiador problematizar as condições de produção das memórias colectivas, transformadas e cristalizadas em património cultural dos homens em sociedade. Le Goff estabelece a trajectória histórica do conceito e afirma que a noção de memória, vista como prática social, espaço de lutas pelo poder ou como elemento essencial de formação de identidades de grupos e, portanto, de constituição de memórias colectivas, deveria actuar na configuração de espaços sociais democratizados. Isto ocorreria porque a memória dos grupos é também instrumento de poder e de lutas como ele afirma:

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória colectiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objecto de poder. São as sociedades cuja memória colectiva escrita ou que estão em vias de constituir uma memória colectiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (...), onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar para que a memória

¹ <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/mexico-86.htm>

colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”
(idem:477).

As inter-relações entre memória e história, seus pontos de contacto, seus processos de exclusão/inclusão são temas diversas vezes abordados ao longo da história da própria História. As subtilezas e meandros que envolvem esta discussão não se esgotaram, nem terminaram, pelo que neste campo de reflexão, consideramos importante ressaltar o já clássico debate entre memória colectiva e história, referido por Halbwachs (1990:80/85). Na *A Memória Colectiva*, o autor aborda esta dialéctica através da distinção entre os dois conceitos:

“A memória colectiva distingue-se da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.(...) A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários actos (...) A história, que se coloca fora dos grupos e acima deles, não vacila em introduzir na corrente dos factos divisões simples e cujo lugar está fixado de uma vez por todas.(...) Há portanto, com efeito, muitas memórias colectivas. É a segunda característica pela qual elas se distinguem da história. A história é uma e podemos dizer que não há senão uma história.(...)”

Montenegro (1994:17), tratando da distinção colocada por Halbwachs, faz considerações significativas sobre esta temática:

“(...) Sem dúvida, concordamos com Halbwachs quando estabelece uma distinção entre memória e história. Afinal, o vivido que guardamos em nossas lembranças e que circunscreve ou funda o campo da memória se distingue da história. Entretanto, se são distintos, arriscaríamos afirmar

também que são inseparáveis. Afinal, compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projecta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória. Diferentemente de Halbwachs, veríamos a história e a memória como, apesar de distintas, mantendo significativas intersecções (...)”

Pierre Nora (1993) refere no seu artigo *Entre memória e história – a problemática dos lugares*, que lamenta os últimos suspiros da memória, decretando que ela não existe mais. Na sua perspectiva, tanto a memória como a história estão mergulhadas num campo de tensão no qual por meio de uma falsa recuperação da primeira, a segunda tenta recontar o que, no fundo, nunca deixou de ser seu próprio domínio: a narrativa dos acontecimentos humanos. Desta forma

“A história é a reconstrução, sempre problemática e incompleta. A memória é um fenómeno sempre actual. Uma ligação viva com o presente eterno; a história uma representação do passado.(...) A história, porque operação intelectual e laicizante, chama análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história retira-a.(...) A memória enraíza-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objecto. A história não se liga senão nas continuidades temporais, nas evoluções e nas relações das coisas. A memória é um absoluto, a história não conhece senão o relativo(...)”.

Quando a história e a memória, enquanto legados e pertença, influenciam uma comunidade, esta forma um sentimento de identidade e de semelhança. No entendimento individual ou colectivo da identidade, a cultura executa um papel primordial para delimitar as diversas personalidades, os

modelos de conduta e ainda as particularidades próprias de cada conjunto humano.

Mas Cultura não é só lugar, identidade e memória. É também aquela totalidade complexa que inclui conhecimentos, costumes, crenças, direito, arte e todos os restantes hábitos e capacidades que o homem adquire como membro de um determinado grupo social (Tylor: 1975, 29). A cultura é aquilo que adquirimos enquanto espécie humana, aquilo que cultivamos e cuidamos no intuito de satisfazermos as nossas necessidades, tanto no campo individual como no âmbito do grupo, ou comunidade onde estamos inseridos.

Procurando evitar que as diferentes definições e visões de cultura pudessem toldar este trabalho, optou-se por estabelecer um parâmetro de entendimento. Assim, entenderemos, ao logo deste trabalho, Cultura como um conjunto de actividades e produtos de carácter simbólico, realizadas no âmbito social, artístico, intelectual, recreativo, concebidas e implementadas com um carácter criativo e evolutivo. Para além de actividade, a cultura é e será entendida como um produto, pelo que serão abordados os seus processos e relações, não nos restringindo a um campo do intelectual ou das ideias. Cultura é simbolicamente material e imaterial. Não se limita à criatividade ou a concepção artística. São sobretudo relações de sociabilidade, vivências e transmissões de valores. Processos complexos que interagem com ideia da criação e da ideia que fica para a história (nem sempre a mesma que o criador pretendia).

Cultura é um território de contradição (Aguileta: 2000,23), atravessado por tensões e múltiplas tendências (identidade versus globalização, tradição contraposta à renovação, o *loci* em oposição ao mundo e o presente imediato em antítese com o passado).

Justificando esta separação entre a actualidade e o passado, que caracteriza a nossa sociedade, o historiador inglês Eric Hobsbawm aponta os perigos que esta situação pode gerar:

“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenómenos mais característicos e lúgubres do século XX. Quase todos os

“jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da sociedade em que vivem” (Hobsbawm, 1995:13)

A formulação de uma lembrança, ou seja, se o processo de construção de uma memória é sempre resultado do tempo presente, o mesmo se pode dizer sobre a produção de esquecimento. Ideias, projectos, experiências, desejos e propostas existem porque lembrados e são leituras contemporâneas daquilo que um dia foram. O que é novo só se faz reconhecer pela diferença/comparação com o antigo, a possibilidade de interpretação da nossa condição do mundo depende da capacidade de lembrar e por estes motivos, esquecer representa riscos: o desconhecimento, a manipulação, a ignorância. Esquecer também representa sofrimento porque implica a ausência de uma dimensão de tempo que é fundamental na compreensão do que somos, individual e colectivamente. Por outro lado, embora muitas vezes se mostre como tal, o passado, concebido como dimensão temporal da cultura, não é um bloco hegemónico e aquilo que sobre ele sabemos é uma interpretação possível, não o seu absoluto, não o seu espelho: *“A memória é, sobretudo, política, se se entende por política um jogo de forças que transformam a realidade: com efeito, a memória é mais um quadro que um conteúdo; é um significado sempre aberto, um conjunto de estratégias, uma presença que vale menos por aquilo que é do que por aquilo que dela se faz”* (NORA, 1984).

Cultura é viver com arte. Viver com identidade e vigor. Mas, Cultura é sobretudo “o cultivo da mente”, ou como dizia Bertold Brecht *“é pensar, é descobrir”*.

3. Cultura e Cidadania

A participação popular e o exercício da cultura como expressão plena de cidadania deve ser analisada, tanto a partir dos seus fundamentos político-institucionais e juridico-administrativo, ambos por sua vez, relacionados com as transformações que perpassam a organização do aparelho municipal.

Qualquer definição que for adoptada para explicar a participação dos munícipes aparecerá sempre inevitavelmente relacionada com as formalidades da representação da governação municipal. Nas práticas dos cidadãos, nas actividades públicas, enquanto portadores de determinados interesses sociais, extravasam sempre os permanentes e tensos vínculos entre representação e participação.

A participação representa sempre a combinação entre o ambiente político/cultural que permeiam e a vontade individual de participar, sendo que estas derivam das múltiplas formas e possibilidades e da densidade do próprio processo. A noção de participação está directa e inevitavelmente vinculada a condições específicas e a condicionantes político-institucionais, que produzem uma complexa conjunção de factores que permeiam cada dinâmica cultural e social. O contexto cultural, político, social e económico e as características específicas dos grupos de indivíduos que se organizam, constituem as forças motrizes da participação (Merino, 1994:17-19).

As normas de participação dos cidadãos, por sua vez, devem definir obrigações públicas e mecanismos legais, criando, na medida do possível, condições para a existência de uma engenharia institucional composta por um espectro diversificado de instâncias como: entidades de interesse municipal, associações culturais e de desenvolvimento, conselhos municipais, iniciativas dos cidadãos, etc.

A participação cultural deve ser entendida como um processo continuado de democratização da vida municipal, cujos objectivos são: 1) promover iniciativas a partir de programas culturais e campanhas especiais visando o desenvolvimento de objectivos de interesse artístico; 2) reforçar o tecido associativo e ampliar a capacidade artística, técnica e administrativa das associações, 3) desenvolver a participação na definição de programas e projectos e na gestão dos serviços de cultura dos municípios; 4) estimular programas de formação para a cidadania da cultura de forma a envolver os diversos extractos da sociedade.

Existe um grande risco de definir a participação dos cidadãos a partir de uma visão tão abrangente que provoque o esvaziamento e o obscurecimento do conceito. Na noção do “partilhar “ é preciso atentar para a especificidade da noção de participação cidadina, pois do contrário, corre-se o risco de não

diferenciar os alcances das outras formas de participação, algumas das quais são mais abrangentes como é o caso da participação social, e outras formas mais particularizadas como a participação comunitária, e as formas autónomas de organização como é o caso das associações culturais.

Tem-se como pressuposto que a participação dos munícipes nas actividades culturais, enquanto expressão de interesses sociais colectivos, porém difusos, é um complemento à democracia participativa, apesar das dificuldades de definição dos limites. O elemento marcante é a componente da socialização cultural e política que extravasa a dimensão partidária *strictu sensu*, mas que não a exclui necessariamente.

As formas de envolvimento da comunidade mais mencionadas, estão centradas principalmente na criação de novos canais e mecanismos de relação entre a sociedade civil e a esfera pública. Esta nova área não estatal, que incide sobre o estado, com ou sem suporte da representação política tradicional, é constituída por uma construção democrática e participativa que abre o Estado a um conjunto de organizações sócio-culturais admitindo a tensão política como método decisório e diluindo na medida do possível, as práticas autoritárias e patrimonialistas que em alguns casos prevalecem na cultura municipal.

A partir de um critério de ordem metodológica, é possível estabelecer determinados padrões de participação cidadina, levando em conta tanto o componente territorial como a representatividade e os condicionantes sócio-institucionais.

Contudo, em alguns casos pontuais a disposição de um incentivo à criação artística e às intervenções no património cultural efectuadas por alguns executivos municipais com perfil progressista, têm gerado reacções por parte dos sectores conservadores da sociedade que se mobilizam para neutralizar as possibilidades que se abrem para uma efectiva democratização nos procedimentos de gestão dos assuntos públicos. A participação torna-se um meio fundamental de institucionalizar relações mais directas, flexíveis e transparentes que reconheçam os direitos dos cidadãos; assim como de reforçar laços de solidariedade num contexto de pressão sócio-cultural e polarização política na direcção de uma cidadania activa que disponha dos instrumentos para o questionamento permanente da ordem estabelecida.

O arranjo institucional participativo ampliado consolida-se na medida em que viabiliza a capacidade dos grupos de interesse de influenciar, directa ou indirectamente, a formulação e a gestão de políticas culturais de características públicas. A ampliação do conceito e a prática da cidadania, conciliada com o aumento da consciência cultural da população, assumem um carácter diferenciador, não só quanto à legitimidade, mas principalmente quanto à garantia e de democratização da gestão dos bens públicos.

A instrumentação mais significativa é a igualdade de oportunidades, que o torna lugar estratégico o combate das desigualdades culturais e sociais, desde que haja controle democrático. Esta não decorre do Estado em si, mas do controle democrático, configurando o que Habermas (1990:107-113) denomina de soberania popular descentralizada e pluralizada².

Um dos maiores desafios que se coloca é o de propor alternativas às práticas de gestão da cultura, em que o peso da participação popular actue como referencial e factor de questionamento da recorrência dos problemas da administração pública face à questão dos recursos culturais e humanos. O que se verifica é que a implementação de propostas de participação, com algumas excepções, tem esbarrado numa somatória de entraves, de entre os quais se destacam a falta de estratégias culturais, de envolvimento, de agilidade nas decisões, técnicos especializados e motivados, a ausência de critérios de qualidade e de gestão das práticas culturais que garantam o suporte institucional à interacção com os grupos mais organizados e com os movimentos populares.

As mudanças qualitativas, frequentemente emergentes do interior dos movimentos artísticos da sociedade civil, assim como de propostas de governos municipais progressistas, têm geralmente encontrado uma significativa resistência dos órgãos públicos, trazendo à tona as dificuldades de implementar com efectividade estratégias culturais participativas. Trata-se, na maioria dos casos, de resistências políticas, burocráticas, prepotência governativa, ou de simples desconhecimento cultural, na medida em que os políticos municipais não parecem dispostos a correr riscos, temendo as

² Segundo Habermas (1990:108) no espaço público político entrecruzam-se dois processos em sentidos opostos: a geração comunicativa do poder legítimo e a obtenção de legitimação pelo sistema político, com a qual o poder administrativo é reflectido.

influências externas de concepções político-ideológicas, que possam vir a modificar o encaminhamento estritamente técnico dos seus programas, ou actividades culturais.

A participação cidadina tem conotações muito diferentes, conforme a sua inserção nos diversos momentos na gestão e na execução das políticas culturais. Não é a mesma coisa participar na solução de problemas, do que intervir na elaboração das opções ou das decisões de interesse público. Nesse sentido, é preciso estar atento quanto à importância de institucionalizar estas práticas, para poder avaliar qual a real capacidade de influência que os sujeitos culturais activos tem através das diversas alternativas de participação cidadina. Também torna-se de extrema importância, o aprofundamento do conhecimento sobre os processos de institucionalização e como estes podem influenciar na qualidade da representação dos interesses.

A participação cidadina inscreve-se na práticas dos movimentos organizados e entidades civis ou simplesmente cidadãos mobilizados realizam através de fóruns e de espaços públicos múltiplos e diferenciados, nos quais projectos e ideias artísticas/colectivas são apresentadas como questões a serem incluídas no projecto cultural do município. Os movimentos sociais, apesar dos argumentos em torno da sua fragmentação, dispersão e fragilidade, ao organizarem-se e buscarem direitos, colocaram-se na agenda da democratização, a necessidade de compatibilização entre a cultura e a cidadania. Isto ocorre, na medida em que o seu impacto na criação de uma arena social em expansão lhes permite perceber que a multiplicação de práticas democratizantes pode gerar mudanças nas suas vidas quotidianas e na área de governação das autarquias.

O desafio maior é o de romper com a lógica clientelista que prevalece na relação município e sociedade. Para tanto, cabe ao Estado criar espaços públicos democráticos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam, enquanto base constitutiva da legitimidade dos diversos interesses em questão, cedendo espaços no processo decisório e garantindo uma interacção entre os públicos culturais e o poder público, embora isto possa colidir com a dinâmica que frequentemente preside à gestão dos serviços e sua pretensa racionalidade. Também parece necessário enfatizar que, no debate em torno das políticas

culturais e das estratégias de participação, corre-se sempre o risco de estabelecer relações mecânicas e utilitaristas entre discurso e acção.

4. Cultura e Política

O início do século XXI pauta-se por ser um momento de incerteza, vazio e desordem, que tende para uma mudança, que se pauta por grandes transformações em diversas áreas do saber e do poder (mentalidades, ética, valores e ciência). A política e a cultura não são excepções e tornam-se parte dessa mutação. Se por um lado a política é hoje um objecto privilegiado do esquecimento, e do descrédito, é preciso ir às origens desse esquecimento. Uma das formas deste desencantamento social que se vive em relação à causa pública e à sua governança está na ausência de conceitos e valores que até há pouco tempo, serviam de pontos de referência para a prática do exercício do poder. Esse saber teórico, que procurava dar conta da ideia de totalidade que a política pede, decompõe-se hoje em teorias parciais, voláteis e puramente instrumentais.

Por outro lado, a Cultura está presente em todas as acções de um determinado individuo e na sua acção na comunidade...e esse exercício é a génese da política.

O governo da Nação ou de um território tem como único objectivo o progresso da sociedade. Esta atitude progressista, ou transformadora, obrigatoriamente tem de passar pela cultura.

Democratizar a Cultura é democratizar o acesso aos bens da cultura universal, permitindo que as pessoas se elevem à auto consciência de sua participação no género humano e conseqüentemente nas coisas da *res publica*.

Difundir, implementar e estimular uma produção cultural que seja instrumento de crítica e de conhecimento, é o caminho para a ampliação da cidadania. Visto deste modo, a cultura deixa de ser um bem secundário e passa a ser um bem social, assim como as áreas de saúde e educação. Por estes motivos, uma gestão pública de Cultura deve ser entendida como prioritária e social, como alavanca de transformações.

Contudo, a cultura não é entendida em grande parte dos municípios portugueses como uma estratégia ou política de desenvolvimento do município. Ela é secundária em relação a diversas políticas sociais. Não é colocada como questão fundamental para o desenvolvimento da vida e do desenvolvimento humano. Prova desta situação são os orçamentos curtos e muitas vezes fictícios, já que parte deles tem uma componente fixa para pagar construção de equipamentos, funcionários, etc. Na maioria dos municípios também não existe uma política de cultura, mas sim uma programação de eventos e um conjunto de ideias que geralmente atendem a clientelas definidas e demandas imediatas. Não há uma sintonia com a procura cultural e o crescimento dessas dinâmicas locais e culturais, nem com a necessidade de estímulo dos agentes e da economia cultural.

A classe política portuguesa tratou durante muito tempo a cultura como um artigo de segunda classe, dispensável, uma componente menor das inúmeras das políticas sociais, nunca sendo vista como prioridade estratégica da governação, como componente essencial da qualidade de vida e do desenvolvimento humano.

Podemos constatar por uma breve análise das experiências e práticas municipais existentes, que estas estão permeadas pelos condicionantes da cultura política, marcados por tradições centralizadoras, estadistas, patrimonialistas e que obedecem a padrões clientelistas, populistas e de interesses criados entre a comunidade e o poder local.

Todavia, estas condicionantes não são necessariamente factores impeditivos para o aparecimento de uma diversidade de formas de participação dos sectores populares, sobretudo os associativos, embora frequentemente muitas se situem nas práticas no contexto das tradições anteriormente descritas, outras as contradizem abertamente.

Assim, constata-se que a participação cultural, e conseqüentemente as suas políticas, podem assumir duas faces. A primeira coloca a sociedade em contacto com o Estado, e outra que se centra em si mesma, buscando seu fortalecimento e desenvolvimento autónomo. O que está efectivamente em pauta é o alcance da democratização do aparelho estatal, nomeadamente as autarquias como primeira linha do poder, notadamente quanto à sua abertura aos públicos culturais. Dito em outros termos, trata-se de pensar a participação

da população e a sua relação com o fortalecimento de práticas políticas e de constituição de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento, criação, promoção e fruição cultural.

Esta política de democratização da gestão cultural está consubstanciada em três princípios básicos - participação, descentralização e autonomia - e o desafio fundamental que enfrentam os responsáveis autárquicos pela cultura é o de reorganizar a dinâmica artística e patrimonial dos seus territórios.

A Cultura é uma área altamente permeável, uma imensa esponja de conceitos, relações, interdependências e de contaminação (Aguileta: 2000,25) de factores culturais, económicos, políticos, educativos, etc... Por isso, não pode ser confundida com eventos isolados, que se bastem por si mesmo. Muito menos podemos reduzir a Cultura a um mero entretenimento, ou restringi-la às Belas Artes ou à “alta cultura”, erudita e hermética. Cultura é um pouco disto tudo, mas é também composta por referências históricas, costumes, condutas, desejos e reflexões. Evidentemente, o evento artístico, como concretização de um processo, tem um papel importante e muitas vezes é nesses acontecimentos que as pessoas tomam contacto, pela primeira vez, com determinadas obras de arte; e são “tocadas” por elas. Também o entretenimento traz uma componente lúdica fundamental para o *Fazer Artístico* e seria de um profundo elitismo negar este aspecto mais agradável da Arte (Aguileta: 2000,26).

A Cultura é alma que nos marca. É o que nos torna humanos. A identificação do nosso passado, um projecto de futuro. A cultura é essa descoberta maravilhosa que faz da palma da nossa mão o tamanho do mundo.

A cultura, como privilégio de alguns, passou a ser um direito de toda a população, o que obrigatoriamente obriga a uma acção pública. Rapidamente se tornou moda e foram muitas instituições que perceberam isso. Na primeira linha, encontramos as autarquias, que souberam em muitos casos diversificar e especificar serviços e equipamentos. Os mais cépticos, ou aqueles a que Tylor chama de menos cultos, rapidamente afirmam que a cultura é um sorvedouro de dinheiro sem nenhuma contribuição (1974, 38). Muitos dirão que as circunstâncias não permitem um grande investimento nesta área, uma vez que ela não traz retornos imediatos. Nada de mais errado! São hoje conhecidos os processos culturais empreendidos por inúmeros autarcas de diversos

quadrantes políticos que se dedicam e sabem retirar as suas mais valias políticas. São poucos, mas os que sabem conduzir correctamente um processo de desenvolvimento cultural, rodeiam-se de pessoas com qualidades, com visão e sobretudo com sensibilidade. Mas o retorno cultural é um processo de longa duração, um investimento a médio/longo prazo, que “só” se materializa e se reflecte na construção de uma melhor sociedade. Porque a cultura é um projecto de cariz social e sociabilizante, o aparente prejuízo financeiro torna-se indiscutivelmente num projecto extremamente lucrativo.

A cultura e a arte, especialmente aquela que é produzida, adquirida, encomendada pelas autarquias e instituições públicas, não deve, nem pode, obedecer a uma ideologia e a um discurso economicista, onde raramente se tiram ilações e consequências e que rapidamente se transforma numa Cultura Oficial de um qualquer senhor prepotente. Alguns políticos já entenderam este perigo e por isso Christophe Girard, adjunto do Partido dos Verdes para a Cultura na Câmara de Paris, afirmou recentemente que “*Sobretudo é preciso que, em matéria de arte e de cultura, os eleitos não intervenham*” (Le Fígaro: 2003).

Para entendermos melhor o conceito e o significado de cultura é necessário contar com os instrumentos adequados para reflectirmos sobre a sua dimensão dinâmica. Podemos afirmar que a temática do dinamismo cultural está presente desde a génese da evolução do homem, como confirmam os diversos estudos e investigações de carácter histórico-arqueológico e cultural. A evolução cultural pode, pois ser entendida de duas formas: a primeira que considera o desenvolvimento de uma cultura, da forma simples à mais complexa, num contínuo processo e desde uma perspectiva única e linear, abarcando a evolução da humanidade como a sua totalidade; a segunda, parte de uma perspectiva multilinear, em que cada cultura ou sociedade evolui distintamente e generalizam os seus conceitos.

Contudo, tendemos a observar todas as manifestações de cultura como únicas no espaço e no tempo, evoluindo e emanando conceitos e conhecimentos. Desta forma, o dinamismo cultural, num sentido amplo, pode ser interpretado como criação, inovação, permanência, oscilação, dialéctica entre o passado e o futuro, transformação, imaginação, afectos, trocas e experiências. Também podemos vê-lo como uma configuração interna, um

choque provocado por elementos externos ou estranhos à sociedade e à realidade, por uma conjuntura própria.

Para além do dinamismo existe outro factor, por ventura o mais importante para a nossa análise do valor da cultura nos municípios portugueses. A tradição. A identidade de uma tradição não se apresenta com a mesma intensidade em cada contexto histórico. É remodelada através das crises internas, dos estádios particulares do desenvolvimento, da miscigenação com outras tradições e as influências externas, até que se chega a converter-se numa questão fundamental, quase sacra, para grandes sectores da sociedade. Contudo, nenhuma tradição pode estar completamente isolada, pelo que a sua identidade não se manterá inalterável.

Ao continuarmos como estamos a qualidade dá lugar à debilidade e o imprevisto torna-se uma rotina. Porque até para improvisar é necessário ter regras e seguir um rumo...

Basta olharmos à nossa volta para vermos que diversas autarquias iniciaram uma inconstante busca de uma identidade cultural “quase pura”. E logo surgem os rótulos. Beirã dizem uns. Transmontana dizem outros... Cultura não é pura! É uma amálgama “infectada” de valores e identidades. É um sector contagiado. É essa maravilhosa contaminação que necessita de multiculturalismo, de dinâmicas criativas e de um pulsar cosmopolita.... impregnante e contagiante.

Os valores embutidos nos símbolos culturais não são, assim, aleatórios, fruto da natureza ou do acaso. Criar acções, atitudes, pensamentos e práticas de significados implica qualificá-las, dar-lhes um sentido socialmente construído e compará-lo com outros sentidos possíveis. As políticas públicas, pelo contrário, tendem regularmente a isolar a cultura das demais dimensões da experiência social, a classificá-la como folclore, segregá-la em espaços fechados ou hierarquizá-la (cultura erudita vs cultura popular), enclausurando-as em outras “instituições” culturais.

5. Cultura e Municípios

O desenvolvimento de políticas públicas autárquicas de base democrática permitiu que nos últimos 30 anos, os municípios tenham sido protagonistas de transformações significativas de diversa natureza e magnitude.

Em Portugal, durante o Estado Novo, a acção cultural local é praticamente insignificante e pouco importante devido à escassez de recursos, à deterioração das existentes e ao controlo político da comunidade e da acção social.

Portugal procura recuperar o seu atraso em matérias políticas culturais, baseando-se primeiro numa democracia cultural, democratizando o acesso.

Entre 1976 e 1985, com as primeiras eleições democráticas, as edilidades articulam progressivamente uma primeira etapa de normalização, na qual se produz uma transformação de carácter político. É o momento da afirmação, da saída da clandestinidade de muitos artistas e de actividades culturais contrárias ao Estado Novo. Mas é também o momento, depois do regresso à normalidade, em que surgem os primeiros problemas de carácter logístico-financeiro, sobretudo devido à incapacidade económica dos municípios. Nesta primeira etapa desenvolveram-se prioritariamente políticas que colocam um acento muito próprio na democratização da cultura, no acesso dos cidadãos às actividades culturais e na descentralização do poder municipal.

O equipamento mais emblemático desta etapa é o próprio município, ou um outro espaço cultural já existente. É também uma fase que se caracteriza pelo surgimento de diversos movimentos associativos, que se iniciam numa criação e articulação de espectáculos procurando aproximar a cultura das pessoas e trabalhar para a coesão social. Contudo, este estágio de desenvolvimento também se caracteriza por uma apropriação e ocupação do espaço público e político, uma vez que é nesta dicotomia entre território e poder que se desenvolvem as actividades culturais.

A segunda grande transformação dá-se aquando da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, e que se manifesta claramente entre 1986 e 1995. É uma alteração de profundo carácter económico, na qual se geraram enormes transformações físicas no território nacional e local. Estas

mudanças estão intimamente vinculadas ao desenvolvimento social, económico e físico do país, uma vez que se tomaram políticas vocacionadas para a concepção e construção de infra-estruturas. Este é o momento da implementação das grandes obras a nível nacional e local, aproveitado por muitos municípios para estruturarem uma rede de equipamentos culturais.

Com a Lei orgânica das autarquias (Lei nº 116/84) a Cultura surge como actividade e pelouro da governança municipal e da sua estrutura política e de trabalho.

Esta legislação envolve as 308 autarquias, mas a sua implementação prática mostrou ao longo destas duas décadas uma enorme diversidade de situações e de práticas políticas, administrativas e culturais distintas. Assim, estruturou-se como pelouro, regido por um vereador que em muitos casos acumula esta área com outros sectores.

A mudança para a sociedade da afirmação, como consequência das duas etapas anteriores define o período compreendido entre 1996 e 2004, o qual se considerou os grandes eventos culturais e desportivos (Expo 98, Porto Capital Europeia da Cultura, Comemorações dos 500 anos Descobrimentos, Euro 2004) que teve como eixo central a consideração dos Eventos como motor de desenvolvimento social e económico. É nesta fase que se passa de Secretaria de Estado a Ministério da Cultura e que se iniciam as políticas culturais de envolvimento dos agentes privados, públicos e das indústrias culturais. É nesta fase que se materializa a Rede de Leitura Pública, colocada em marcha pelo IPLB em inícios da década de 90, que se transformou numa verdadeira revolução silenciosa, permitindo a conversão da Biblioteca (um equipamento cultural quase obsoleto), num renovado instrumento de democracia cultural que se torna imprescindível às políticas culturais de futuro. Foram também lançados programas de apoio à conversão e recuperação para as redes de Arquivos, Museus e Cine-Teatros.

Nos últimos anos evidenciou-se a existência de um tentativas de criação de um espaço próprio e comum de cooperação cultural entre instituições privadas e públicas de âmbito territorial. Este espaço comum é fruto de múltiplos encontros tanto ao mais alto nível governamental como em outros níveis da administração pública ou organizações privadas e públicas, guiados por um conjunto de interesses partilhados. São essas afinidades que se

caracterizam por três grandes áreas: a defesa do espaço público nas políticas culturais, a integração das políticas culturais e o desenvolvimento sócio-económico territorial e o papel da cultura nos processos de integração.

Neste contexto assistimos a uma necessidade de melhorar os instrumentos e recursos que facilitem o intercâmbio de informação, aprendizagem e conhecimentos, assim como fomentando a aposta em novos projectos de colaboração entre entidades de forma a desenvolver a criação e a difusão das artes e cultura.

Para consolidar este espaço comum de cooperação, assistimos hoje em dia, a uma tentativa de aprofundamento da cooperação descentralizada e sem fronteiras, muitas vezes apoiada por fundos comunitários. Assim, em alguns casos assistimos a um desenvolvimento cultural que assenta em vias de colaboração regular e de afinidades (por vezes de carácter pessoal entre intervenientes), entre responsáveis culturais, de forma a desenvolverem-se projectos de informação, formação, partilha de saberes, experiências, cooperação e explorar novas práticas de implementação de projectos.

6. O Poder Local e a economia da Cultura

Durante muito tempo economia e cultura eram termos estranhos e antagónicos. Esta oposição era fruto de uma visão gerada pelo conceito de arte, sobretudo pela colocação do artista no seio da sociedade, como um elemento romântico, não produtivo.

Hoje a noção de que a cultura é um dos sectores mais propulsores da economia ganha um novo fôlego e tem como base alguns dos últimos estudos do Eurostat e da União Europeia.

Com 1,4% o sector da cultura é o terceiro principal contribuinte para o PIB português, ficando atrás dos produtos alimentares e bebidas e dos têxteis, mas à frente do imobiliário e dos químicos. De 1999 para 2003, o contributo do sector cultural para o PIB português cresceu 6,3%, mesmo assim muito inferior a outras médias europeias (Lituânia 67,8%, República Checa 56%, Letónia 17%, Eslováquia 15,5%). Portugal integra um conjunto de países que contribuem com 1 a 2% para as suas economias (Grécia, Polónia, Roménia, Irlanda, Hungria e Áustria). A França, Holanda, Itália, Noruega e Reino Unido são os países cujos sectores culturais mais contribuem para os seus PIB (mais de 3%), e significam três quartos da economia do sector cultural e criativo europeu³.

Na Europa, a cultura gerou, em 2003, mais de 654 biliões de euros, dando emprego 5,8 milhões de pessoas, representando 3,1% do total de empregos existentes no espaço da União. Entre 1999 e 2003 o crescimento do sector situou-se acima dos 19,7% sendo o que mais cresceu em termos económicos.

Contudo, esta situação é um factor plenamente adquirido nos Estados Unidos da América e em muitos dos países da União Europeia, uma vez que se trata de uma vantagem competitiva no mercado mundial. Para isto, basta vermos os biliões de dólares de facturação da indústria do entretenimento/cultura norte-americana realizados no mundo inteiro, à custa da realização e da comercialização de filmes e música, e dos seus criadores.

³ http://ec.europa.eu/culture/eac/sources_info/studies/economy_en.html

Para que o nosso potencial se torne matéria rentável, é necessário termos em conta os traços distintivos da nossa cultura, ou culturas. A vontade de partilhar o que é nosso, de respeitar e aceitar a diferença, a criatividade e a globalização da língua portuguesa, enquanto objecto cultural e mercado de exportação, fazem de nós um potencial motor económico da área cultural.

Mas, este motor económico não está só alavancado na criatividade dos nossos criadores ou no Estado Central enquanto tutela do meio cultural e económico. Ele deve ir mais longe e envolver os meios artísticos, a sociedade, as instituições e obviamente o poder local.

Como entidade e como instituição, as autarquias desempenham um papel vital no fortalecimento e na implementação da cultura e da economia a ela associada, seja no desenvolvimento do seu potencial, como na criação de estratégias para a execução de acções, na articulação dos agentes culturais e económicos, na mediação entre os interesses culturais e as necessidades da sociedade, na regulamentação e fiscalização das actividades culturais, bem como na mobilização da comunidade e a sua incorporação nos meios artísticos e de cultura. Contudo, nem sempre este papel é desempenhado pelas edilidades, uma vez que esta multiplicidade de medidas exige muita vontade política, recursos humanos, qualificação institucional e disponibilidade orçamental.

O Estado, enquanto entidade nacional e local, não se deve deter no papel de produtor de cultura, que dita as regras e as normas. Ao Estado cabe-lhe a função de criar e estimular o desenvolvimento de condições favoráveis ao aparecimento e ao crescimento dos criadores e de empresas, para que o mercado cultural possa crescer e ampliar o seu potencial social, económico e cultural.

Assim, compete às autarquias, dentro das suas possibilidades o estabelecimento de conexões que possibilitem a ponte entre a cultura e o desenvolvimento, instituindo políticas capazes de estimular o mercado cultural, de uma forma mais abrangente e integrada.

Por outro lado, começamos a assistir no Portugal autárquico ao encerramento de um ciclo de políticas de fornecimento às populações das chamadas condições mínimas de vida, que se pautaram pela construção de um sem número de infra-estruturas (acessos rodoviários, saneamento básico,

etc..). Este fim de ciclo obriga os nossos agentes públicos, sobretudo os políticos locais, a empenharem-se cada vez mais em processos de combate à exclusão social, à pobreza e à criação de postos de trabalho que permitam fixar a população ou atrair novos fluxos populacionais. Assim, um desenvolvimento local correcto, enquanto acto e acção, não pode nunca desassociar-se da criação ou fortalecimento das redes locais e sobretudo das acções culturais desenvolvidas por muitos dos seus actores. Deverá procurar resgatar os saberes fazeres, valorizando o local, respeitando a organização social e a sua estruturação, pois só assim é que existem mais valias que permitem incrementar a capacidade criadora e organizativa das comunidades e aumentar o seu poder cultural e económico.

Qualquer política pública que vise o desenvolvimento não pode menosprezar estes aspectos. Se falarmos em Arte e Cultura no Desenvolvimento Local, corremos o risco de ver uma multidão de agentes públicos organizando espectáculos de música, teatro, bibliotecas, museus, recitais de poesia, contratando artistas para as suas habituais festas anuais. Mas isto não é desenvolvimento cultural e muito menos potencia economicamente o tecido produtivo local. Falar ou trabalhar em arte e cultura é permitir o exercício da solidariedade, é desenvolver relações entre instituições e pessoas, uma vez que as relações solidárias não se implementam por decreto, mas sim por afinidade.

As políticas culturais, independentemente de serem de base autárquica ou do poder central, devem estimular uma cultura de responsabilidade solidária, conduzindo a sociedade a empenhar-se no meio cultural e na preservação do património, tornando-se também parte do tecido cultural e empresarial e, sempre que possível, dos seus agentes. Torna-se, assim, fundamental apostar na auto-sustentabilidade das acções culturais, para que possam desempenhar um papel crucial no desenvolvimento regional e nacional. Este é, sem dúvida, o maior desafio que se coloca aos governos autárquicos, uma vez que o motor cultural e empresarial do país tem a mesma base territorial de carácter local.

Quanto aos municípios, em geral os recursos são insuficientes, os mecanismos de financiamento são inadequados para a correcção de desigualdades, e a fiscalização de gastos é praticamente inexistente. A política

de financiamento estatal de recursos aos municípios revela-se insuficiente para atingir de forma concreta os problemas de qualidade, equidade e eficiência com que se defrontam as diversas áreas culturais.

Observa-se, pois, um conjunto de programas de financiamento gerado pelo Estado português, muitos dos quais subsidiados pela União Europeia, que nem sempre são tidos em conta ou usufruídos pelos municípios

Para além disso observa-se uma descontinuidade dos procedimentos de transferência de recursos do Estado para os municípios derivado ao não cumprimento dos diversos dispositivos legais e constitucionais por parte dos últimos governos. Isto deve-se à organização das finanças públicas que levou à queda dos gastos do Ministério da Cultura com programas mais vocacionados para a difusão das artes. Os municípios têm muitas dificuldades para organizar as suas política culturais uma vez que possuem uma enorme carência de recursos e de capacidade técnica, bem como de uma completa ausência de um plano estratégico para a Cultura.

A apetência e o contacto com a cultura é igualmente uma questão educacional: educar para o conhecimento das diversas formas de cultura, sobretudo a contemporânea, mas também para a descoberta daquela que une as gerações e caracteriza os povos. Em termos sociais, é de integração de comunidades que se trata. Os municípios devem incentivar as actividades pedagógicas que valorizam o património ou a diversidade das culturas, pois não só estão a contribuir para uma aproximação da comunidade com as suas identidades, mas porque, também, estamos a criar desenvolvimento, postos de emprego e, obviamente, riqueza.

Durante muito tempo a questão do investimento em cultura traduzia-se por um reembolso social, não palpável e muito menos rentável. A cultura como área de esbanjamento financeiro passou a ser um conceito recorrente em alguns sectores políticos, sobretudo ao nível dos decisores. O retorno do investimento, de uma forma sólida e economicamente viável, ainda hoje, assusta alguns sectores dentro da indústria cultural. Tradicionalmente a Cultura é olhada pelas entidades privadas e públicas como uma despesa, por vezes um orçamento sem retorno. Por sua vez esta visão comezinha do investimento cultural traduziu-se no próprio seio artístico e criativo, através da “subsídio dependência”.

Contudo, a situação de marginalização do sector cultural está a mudar e isto deve-se a vários factores de ordem económica e cultural. A contribuição da cultura para o crescimento da economia é, por ventura, o principal motivo desta alteração. O fornecimento de produtos de consumo em massa como, livros, música, espectáculos, recuperação de património, etc são hoje proventos efectivos de um mercado em crescimento. São realidades que conjugadas com as mudanças sociais e com o aparecimento do conceito de cultura digital, levam a sociedade e os seus dirigentes a olharem para a cultura (tal como fizeram com a indústria e turismo), como uma nova panaceia do desenvolvimento social, económico e político.

CAPÍTULO 2

BASES E SIGNIFICADO DE UMA PROSPECÇÃO

1. Considerações gerais

O presente estudo consiste numa análise do valor da cultura nas autarquias em Portugal Continental.

O inquérito baseia-se nas áreas culturais que as autarquias desenvolvem, nas despesas dispendidas com as mesmas. Para este estudo recorreremos à elaboração de um inquérito, o qual pretende abordar todas as áreas culturais a que as autarquias se dedicam.

Dizer que toda e qualquer investigação social se destina a conhecer e a estudar problemas que não tenham sido estudados, ou não tenham sido estudados suficientemente, não basta; é preciso definir-lhe uma metodologia que responda aos objectivos definidos.

Tendo presente a nossa pretensão - o estudo dos investimentos municipais em cultura, em ordem à satisfação das necessidades da população - a metodologia considerada sociologicamente mais correcta é a metodologia da pesquisa empírica.

Utilizámos alguns meios e técnicas iniciais que nos serviram para posterior caracterização da pesquisa empírica. Sublinhamos os documentos usados e alguns inquéritos não directivos que tinham como objectivo recolher impressões sobre a situação cultural, social e económica dos Concelhos.

A recolha de fontes bibliográficas denuncia, por um lado, que há muito poucos estudos feitos sobre a cultura e os municípios e, por outro, que os dados estatísticos se apresentam muito incompletos e com um carácter mais ou menos subjectivo, devido ao modo como são adquiridos e elaborados, impedindo uma análise teórica mais objectiva e completa da realidade autárquica.

Assim sendo, perante a insuficiência dos documentos e a necessidade de obter informação directa dos municípios, a pesquisa empírica surge como a

mais legítima adequação a este estudo. Este foi programado através de algumas fases, que a seguir se descrevem.

2 Metodologia

Para a realização desta pesquisa utilizámos a técnica do questionário. Elaborámos um inquérito que nos pareceu suficientemente abrangente para podermos fazer um estudo com solidez. Na preparação e formulação das perguntas tivemos presentes os objectivos definidos e as variáveis a estudar para os satisfazer.

Trata-se, aqui, de tornar operativas as variáveis, ou seja, de as transformar em perguntas. Assim, o questionário é composto prevalentemente por perguntas estruturadas, como se pode verificar no respectivo anexo.

3. Apuramento do inquérito

O alvo deste estudo foram em primeira análise os presidentes de Câmara, mas sabendo bem a realidade dos afazeres de uma edilidade, solicitou-se uma resposta que, na maior parte das vezes, coube aos responsáveis autárquicos que trabalham em cultura.

Os inquéritos foram aplicados apenas aos agentes municipais (políticos, técnicos, ou outros responsáveis pelas áreas da cultura dentro das autarquias). O critério a utilizar na selecção da pessoa a inquirir consistiu de forma aleatória, em que o responsável autárquico delegou a missão de responder a este inquérito.

Tentou-se, assim, fazer um percurso aleatório, cobrindo todos os municípios do continente.

O inquérito é composto por 6 núcleos de perguntas, algumas das quais com alíneas. Incide nas áreas culturais que as Câmaras desenvolvem, despesas que as autarquias têm com as mesmas, a percentagem do orçamento destinado à Cultura, as despesas com a Cultura pelos vários sectores de actividade, os projectos de relevância que contemplam a mesma

área, o nível profissional dos funcionários das áreas culturais, o valor que disponibilizam para o desenvolvimento de projectos nas diversas áreas, quais as actividades desportivas contempladas, os equipamentos financiados, se possuem gabinete de comunicação, onde está integrado e quais os produtos que esse gabinete desenvolve.

Na análise de dada realidade não se obtêm normalmente resposta de todos os municípios, mas só uma parte deles. Foi este o nosso caso, uma vez que só algumas autarquias o fizeram, razão pela qual optamos em trabalhar com uma amostra.

Para o efeito, foram enviados 275 inquéritos a todas as Autarquias de Portugal Continental, em Fevereiro de 2006. Responderam 57 autarquias e foram validados 51 inquéritos. Constatámos que, curiosamente, as Câmaras das capitais de Distrito não responderam. A excepção vai para a autarquia de Braga.

Uma das coisas que se notou imediatamente aquando da chegada das respostas ao inquérito foi que muitas das edilidades não responderam por questões de desorganização interna. Algumas autarquias chegaram mesmo a informar que os dados solicitados tinham de ser apurados nos serviços de contabilidade ou tesouraria, demonstrando que os sectores de cultura nem sequer possuem informações sobre os seus orçamentos, financiamentos e investimentos. Outras contactaram telefonicamente dizendo que estavam a elaborar uma resposta que nunca chegou.

Notou-se ainda uma enorme discrepância na recepção das respostas que foram chegando a conta gotas entre Fevereiro e Maio, demonstrando a diferença das autarquias na recolha dos elementos internos.

4. Critérios utilizados para o tratamento, análise e interpretação dos dados

Enfim, a fase derradeira: a da utilização dos dados disponíveis para atingir, finalmente, os objectivos postos no início da investigação. Assim, a análise dos dados constitui o ponto que liga o momento especulativo - contexto da descoberta - e o controlo empírico da teoria.

Esta fase reveste-se, essencialmente, de um carácter operativo. Trata-se, em primeiro lugar, de transcrever em termos simbólicos todos os conteúdos presentes no questionário. Assim, numa primeira fase, procedemos à categorização das respostas abertas (trabalho bastante delicado), para depois passarmos à codificação dos itens e elaborar a folha de código. Depois de elaboradas todas as folhas de código, procedeu-se à introdução da informação no computador, tendo o cuidado de detectar algum erro, tanto na inserção de dados, como, sucessivamente, no tratamento feito na base de um programa⁴ já preparado para executar as operações estatísticas. Elaboraram-se, assim, as tabelas de frequência simples, com as respectivas percentagens, apresentando uma série de observações empíricas, manifestando visivelmente o fenómeno observado e dando-nos a seu respeito uma visão ampla e sintética.

Numa segunda fase, foram elaboradas tabelas de contingência, calculando para alguns testes estatísticos usados comumente na investigação social a fim de encontrar a relação entre as variáveis cruzadas, bem como a força e o significado dessa relação.

Na base destas indicações foi possível fazer a análise do tema em questão, assumindo a sua validade e utilidade, não deixando, contudo, de ter em conta os limites do conhecimento sociológico.

O Inquérito foi construído para todos os municípios do Continente (278), tendo-se procedido ao envio por correio de todos eles, dirigidos ao dirigente máximo da autarquia. Esta remessa aconteceu por três vezes entre 30 de Janeiro e 3 de Fevereiro (dias 30/1, 1/2 e 3/2) solicitando-se que a resposta ao mesmo fosse efectuada até 30 de Abril.

De modo a facilitar a respostas, bem como a garantir uma rapidez na elaboração das mesmas, foi anexado um envelope selado e endereçado. A taxa de distribuição foi de 100% (278 inquéritos), mas obtivemos uma taxa de resposta de 20,5%, o que nos dá uma amostra efectiva do mesmo valor.

Dos 57 inquéritos recebidos foi possível validar 51, o que nos confere uma amostra efectiva de 18,34% inquéritos previstos.

⁴ Foi utilizado o SPSS (Statistical Package for the Social Science, bem como o Excel do Microsoft Office XP para o Windows.

De forma a obtermos respostas fidedignas foi elaborado um questionário de resposta simples e directa.

Tabela 1.

Composição do Inquérito

Taxa de inquérito				
Inquérito (construção e realização)	N	(N1=278) (%)	(N2=278) (%)	(N3=57) (%)
Questionários	278	100		
Questionários distribuídos	278	100		
Questionários recebidos	57	20,5	20,5	100
Questionários eliminados	6	2,16	2,16	10,5
Inquérito efectivo	0	0	0	0
Questionários validados	51	18,34	17,99	89,5

A taxa de resposta obtida através de um inquérito com resposta por correio insere-se dentro de um padrão de normalidade que se baseia no o meio de recolha escolhido (Rencher: 2002).

4.1. Perfil de quem respondeu ao Inquérito

A primeira pergunta indagava a categoria profissional de quem respondeu ao inquérito. Obtivemos 51 respostas, verificando-se que apenas numa Câmara, Vimioso, é o Presidente da Câmara que responde ao inquérito, sendo na maioria dos casos o vereador da cultura a dar a resposta como aconteceu em Alcobaça, Arganil, Alter do Chão, Armamar, Batalha, Braga,

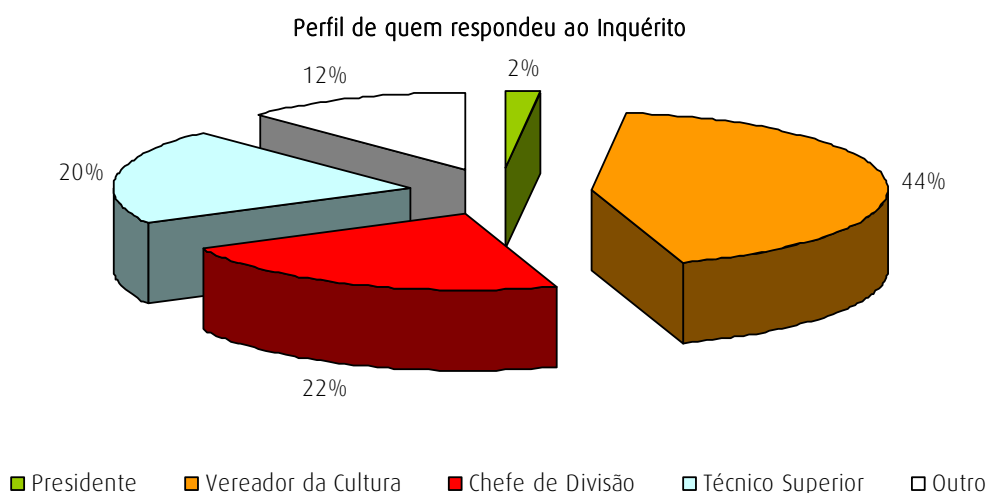
Bragança, Carrazeda de Ansiães, Castelo de Paiva, Castro Marim, Estremoz, Fronteira, Gavião, Góis, Lousada, Mogadouro, Mora, Murça, Ovar, Pampilhosa da Serra, Pombal, Sátão e Vila Nova de Foz Côa.

Em 11 edilidades (Águeda, Albufeira, Alvito, Barrancos, Cabeceiras de Basto, Esposende, Lourinhã, Manteigas, Ourém, Redondo e Rio Maior) o inquérito foi respondido pelo chefe de divisão, enquanto nas autarquias de Alfândega da Fé, Constância, Marco de Canaveses, Marinha Grande, Montemor-o-Velho, Odivelas, Penalva do Castelo, Valongo e Vimioso não especificam a pessoa que responde ao inquérito, assinalam “outro”. De Considerar que no município do Barreiro responde ao inquérito um docente e na de Cascais o director do departamento da cultura.

Tabela 2

Categoria profissional de quem respondeu ao inquérito

	Presidente	Vereador da Cultura	Chefe de Divisão	Técnico Superior	Outro
Total	1	22	11	11	6



Ao analisarmos as percentagens das respostas verificamos que em 44% dos casos quem respondeu foi o próprio vereador da cultura, logo seguido do Chefe de Divisão com 22% e do técnico superior com 20%. Em último lugar ficaram as categorias indefinidas com 12% e a categoria de Presidente com 2%.

4.2 Sectores de Actividade Cultural desenvolvidos pelas autarquias

Quando questionadas quais os sectores culturais que os municípios desenvolvem recebemos respostas muito heterogéneas. As Câmaras de Gouveia, Mogadouro e Pombal são as únicas que implementam acções que cobrem todas as áreas de actividade

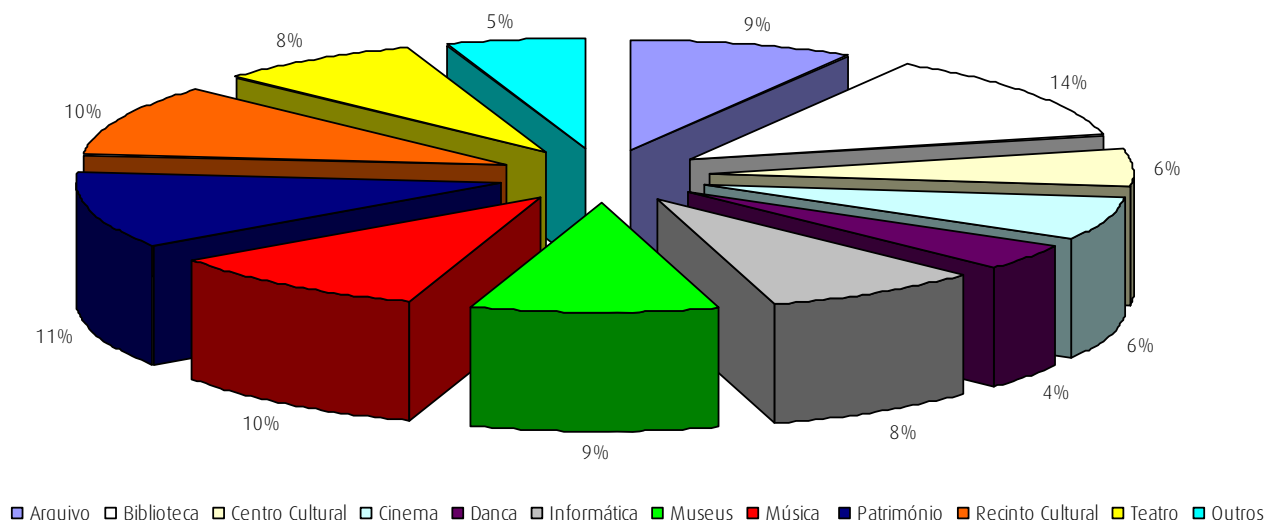
Tabela 3

Apostas sectoriais das autarquias

Sectores Culturais	Arquivo	Biblioteca	Centro Cultural	Cinema	Dança	Informática	Museus	Música	Património	Recintos Culturais	Teatro	Outros
Número de Autarquias	31	46	21	23	14	30	34	39	41	38	28	19

A grande aposta das autarquias centrou-se no desenvolvimento de equipamentos culturais que sejam visíveis politicamente, sobretudo nas bibliotecas e no património. Estas duas áreas obtiveram as maiores percentagens de investimento com 14% e 11% respectivamente, seguido dos museus e dos Arquivos, ambos os sectores com 9%.

Autarquias e Sectores de Actividade Cultural



Em último lugar ficaram as actividades ligadas à dança com 4%, o cinema e os recintos culturais (galerias e exposições) ambas com 6%.

4.3. Investimento Municipal em Cultura

Dos inquéritos expedidos todas as edilidades responderam a esta questão, apresentando os valores municipais gastos em Cultura para os anos de 2001 e 2005.

Contudo, existiram algumas autarquias que não responderam parcelarmente aos anos pedidos. Arganil, Alter do Chão, Castro Marim, Fronteira, Marco de Canavezes, Mora, Pombal, Rio Maior, Sines e não responderam ao ano de 2001, enquanto Alvito, Carrazeda de Ansiães, Lourinhã, S. João da Pesqueira e Valongo não apresentaram dados relativos a 2001 e 2002. Para finalizar Águeda não apontou as despesas autarquias em 2005.

O valor médio de investimento entre 2001 e 2005 foi de 7.475.498,37 euros, tendo variado de acordo com a seguinte tabela.

Investimento Municipal em Cultura

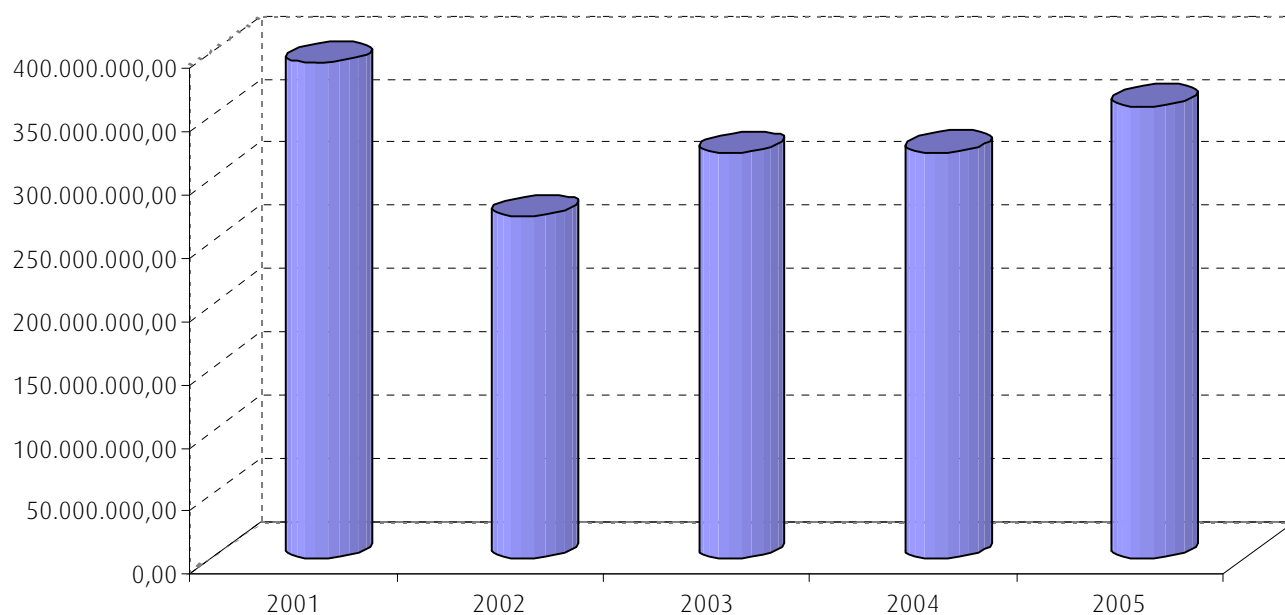


Tabela 4

Investimento Autárquico em Cultura (valores médios)

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	Valor Médio
euros	10.898.628,87	6.302.013,15	6.428.377,04	6.435.077,87	7.313.394,90	7.475.498,37

Uma das questões que nos salta logo à vista é o elevado valor investido em 2001 neste sector, fruto dos condicionalismos autárquicos e pré-recessão. Se verificarmos em 2005, ano de eleições municipais o investimento médio subiu consideravelmente, mas não atingiu os valores de 2001, uma vez que as medidas de controlo do deficit público obrigaram a um maior controlo financeiro por parte das autarquias.

Investimento Municipal em Cultura (Valores Médios Anuais)

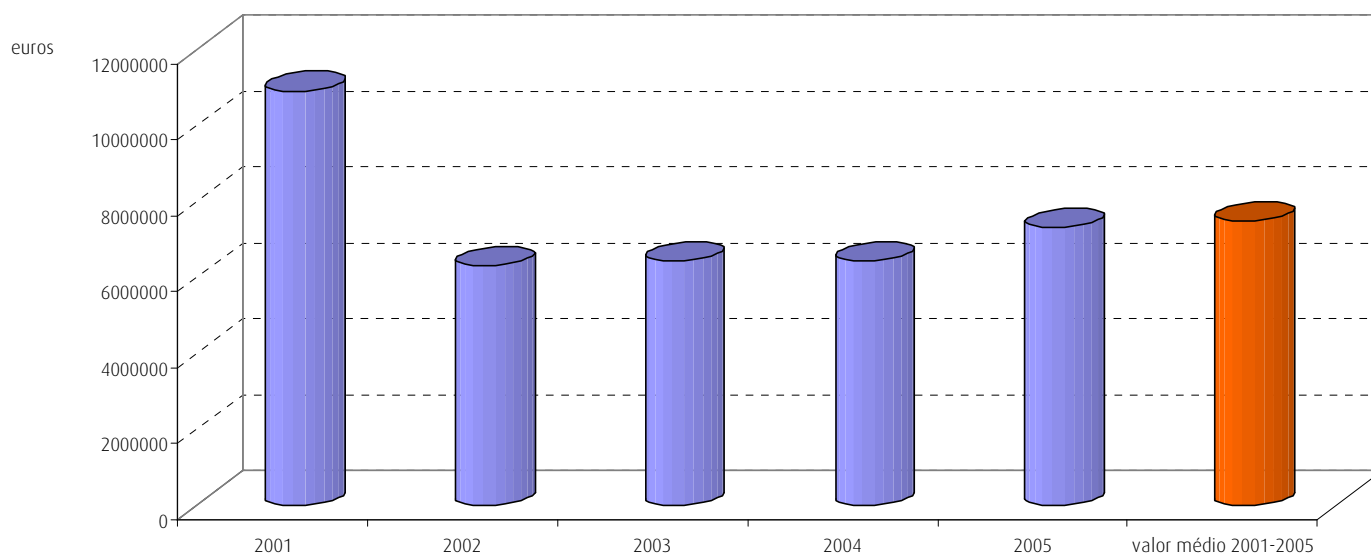


Tabela 5

Relação do Investimento Municipal em Cultura (2001-2005)

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005
Águeda	241.951,00	1.864.738,00	4.482.880,00 ⁵	205.818,00	-
Alandroal	1.545.272,00	1.310.812,86	1.310.719,30	1.702.097,52	4.160.890,00
Albufeira	162.917,37	351.743,95	183.600,69	2.177.321,92	222.368,48
Alcobaça	2.029.149,00	1.335.294,28	2.695.579,00	3.927,70	1.740.190,00
Alfândega da Fé	1.411.548,00	1.349.790,91	644.025,90	521.647,69	682.229,15
Almodôvar	9.412.774,00	6.573.641,00	5.250.185,00	4.223.958,00	5.489.391,00
Arganil	4.534.787,00	6.588.593,00	6.893.209,00	5.748.087,00	7.109.769,00
Alter do Chão	-	550.795,25	928.475,15	105.620,70	309.104,01
Alvito	-	-	596.689,00	230.740,00	41.750,00
Armamar	175.100,00	68.000,00	237.000,00	258.000,00	329.000,00
Barrancos	112.229,52	128.416,00	1.151,00	670.500,00	567.500,00
Batalha	425.907,76	454.490,62	281.670,22	233.729,41	400.400,55
Bragança	1.913.294,00	1.405.857,00	2.014.655,00	2.903.915,00	2.973.244,00
Cabeceiras de Basto	310.550,00	358.920,00	417.770,00	492.027,00	485.806,00
Carraceda de Ansiães	-	-	395.202,00	432.536,00	434.830,00
Cascais	130.062.295,00	121.294.504,00	152.906.279,00	135.648.068,00	139.631.710,00
Castanheira de Pêra	479.793,70	443.145,83	337.253,54	236.408,99	294.499,08

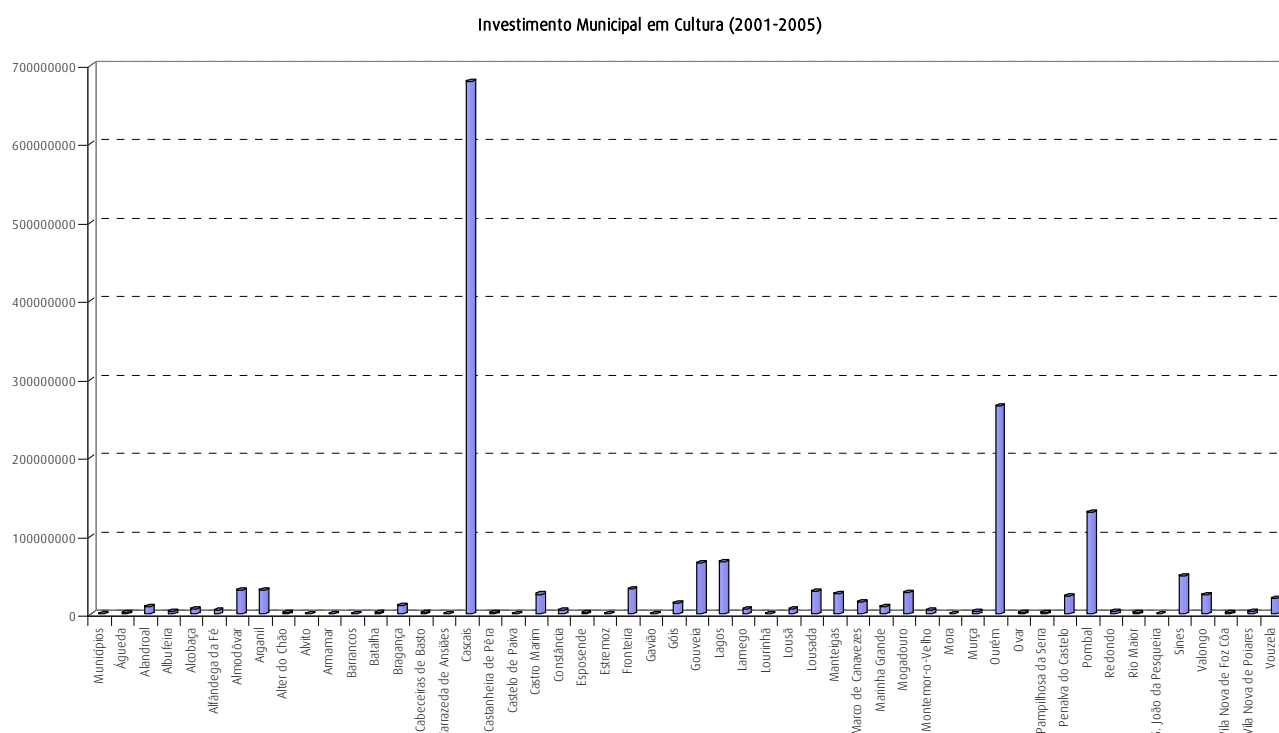
⁵ O Município de Águeda no ano de 2002/2003 incluiu na rubrica orçamental para a Cultura verbas dispendidas na construção do Estádio Municipal.

Castelo de Paiva	335.241,00	130.754,00	102.273,00	145.495,00	164.054,00
Castro Marim	-	5.465.527,29	3.896.018,21	5.733.828,76	10.479.064,95
Constância	3.405.940,68	616.418,17	375.008,35	364.385,08	352.900,97
Esposende	773.475,56	510.847,38	390.188,01	283.588,48	295.476,97
Estremoz	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.500,00	20.000,00
Fronteira	-	7.046.628,00	7.816.476,00	7.418.927,00	9.972.810,00
Gavião	135.305,99	142.647,71	146.556,28	226.326,58	288.369,16
Góis	2.941.116,91	2.092.650,82	3.228.017,66	2.619.949,21	3.242.248,24
Gouveia	12.385.257,00	16.127.750,00	11.944.210,00	12.629.581,00	12.106.872,00
Lagos	14.766.308,20	9.951.833,45	10.135.086,95	12.060.462,22	19.438.931,33
Lamego	1.083.838,00	884.862,00	986.013,00	1.817.685,00	1.541.882,00
Lourinhã	-	-	378.770,61	120.278,94	419.854,19
Lousã	940.434,00	1.640.686,00	1.125.303,00	1.510.627,00	826.971,00
Lousada	7.375,88	9.881.091,00	8.779.984,00	5.084.857,00	5.432.753,00
Manteigas	4.356.819,38	5.145.031,55	4.604.850,98	5.381.125,28	6.925.038,96
Marco de Canavezes	-	3.644.436,00	1.297.781,00	6.309.950,00	3.869.516,00
Marinha Grande	765.267,00	3.215.699,00	2.193.532,00	1.454.110,00	1.862.407,00
Mogadouro	5.974.530,00	5.543.390,91	5.999.151,22	7.629.506,41	8.747.688,97
Montemor-o-Velho	606.039,00	192.500,00	548.200,00	1.453.700,00	1.992.000,00
Mora	-	316.091,72	249.378,56	415.590,79	375.526,66
Murça	123.400,00	543.781,00	244.657,52	170.806,50	2.369.685,18
Ourém	180180.430,15	17.518.190,50	18.363.712,47	25.046.385,29	24.805.609,83
Ovar	431.076,11	292.658,46	262.797,91	369.659,82	482.000,00
Pampilhosa da Serra	183.403,00	260.259,00	267.868,00	460.478,00	827.764,00
Penalva do Castelo	4.773.356,22	3.928.270,38	4.648.314,69	4.754.905,85	5.310.613,22
Pombal	-	32.249.557,00	33.178.190,00	31.550.745,00	32.603.696,00
Redondo	429.171,00	395.950,00	547.897,00	794.276,00	1.875.994,00
Rio Maior	-	334.939,17	180.144,44	317.296,90	1.574.955,00
S. João da Pesqueira	-	-	361.439,00	1.348.050,00	826.826,41
Sines	-	-	10.752.912,72	15.775.010,00	21.718.122,00
Valongo	-	-	7.999.423,00	9.717.708,00	7.767.384,00
Vila Nova de Foz Côa	83.811,00	45.305,33	738.597,84	750.424,69	945.559,60
Vila Nova de Poiares	289.302,00	457.500,00	630.000,00	699.609,00	962.109,00
Vouzela	4.697.479,00	3.875.958,00	3.935.635,00	2.873.712,00	4.799.175,00

De todas as autarquias a que mais investiu em Cultura foi Cascais que despendeu 679.542.856,00 euros representando cerca de 41% do total investido em 5 anos por estas 51 autarquias. Em termos de investimento seguiram-se-lhe as autarquias de Ourém com 265.914.328,24 (16%) e a do Pombal com 129.582.188,00 euros (8%).

Em lugar oposto para o mesmo período de tempo (2001-2005) encontramos os municípios de Estremoz (que é o que menos investe) com 70.500,00 euros, Gavião com 803.899,73 e Alvito com 869.179,00 euros

Se analisarmos apenas 2005 encontramos como o maior investidor a edilidade de Cascais com 139.631.710,00 euros e com o pior registo Estremoz com apenas 20.000,00 euros investidos



4.3.1 Investimento Municipal em Cultura por NUTS

Para analisarmos melhor o investimento municipal em cultura dividimos os nossos municípios pelas respectivas NUTS (Nomeclaturas de Unidades Territoriais - para fins Estatísticas) analisando a etapal do seu segundo nível (NUT II)⁶

⁶ A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticas (NUTS) foi criada no âmbito da CEE entre o Eurostat, os serviços da Comissão e os Estados membros, e constitui a norma comum para os Estados trocarem entre si informação.

Esta nomenclatura é composta por 3 níveis hierárquicos: NUTS I, NUTS II e NUTS III sendo este último agrupamento de concelhos. As delimitações destes níveis foram fixadas por cada estado-membro de

Assim, dividiram-se os municípios pelas seguintes zonas: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, pelo que iremos analisar cada uma delas.

4.3.1.1. NUT II Norte

A NuT II - Norte é uma região portuguesa, que compreende o Distrito de Viana do Castelo, o Distrito de Braga, o Distrito do Porto, o Distrito de Vila Real, o Distrito de Bragança e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda. As suas limitações geográficas são a norte e a leste com a Espanha, a sul com a Região Centro e a oeste com o Oceano Atlântico. Possui uma área de 21 278 km² e representa 24% do Continente. Em 2001 abrangia uma população de 3 687 212 significando 37% do Continente. Subdivide-se em 8 sub-regiões estatísticas que incluem 86 concelhos, representando 27,8% do total nacional.

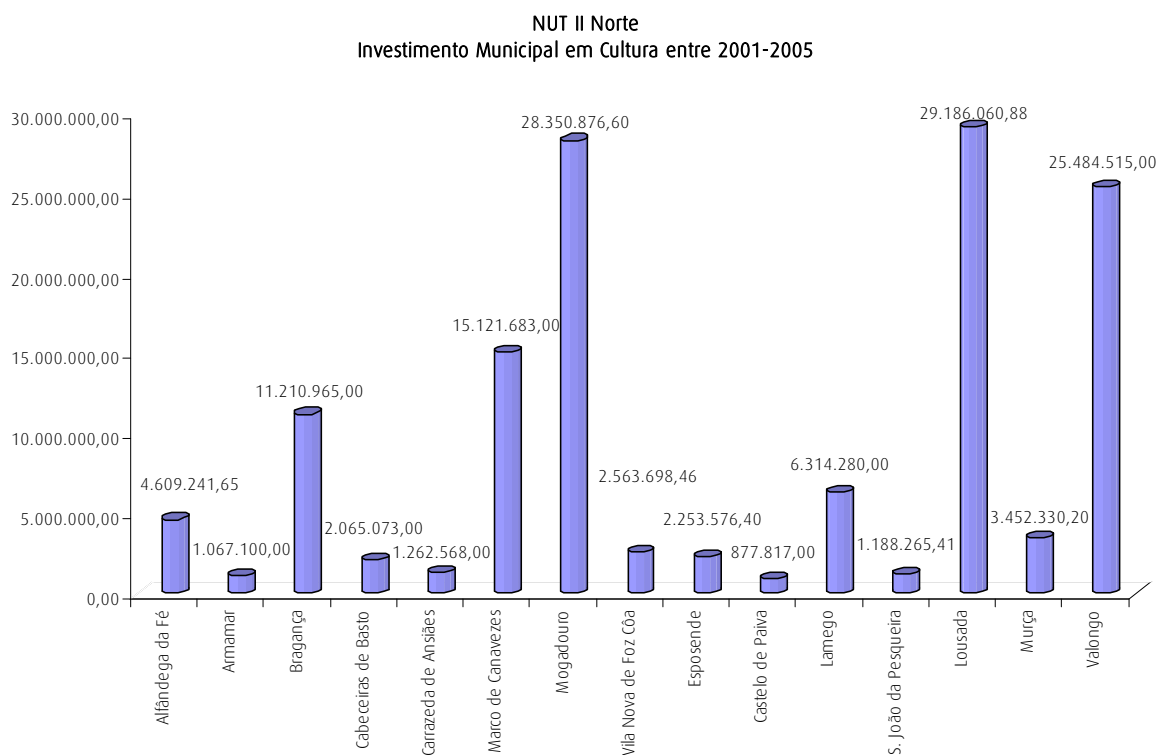
Tabela 6

NuT II Norte. Investimento Municipal em Cultura

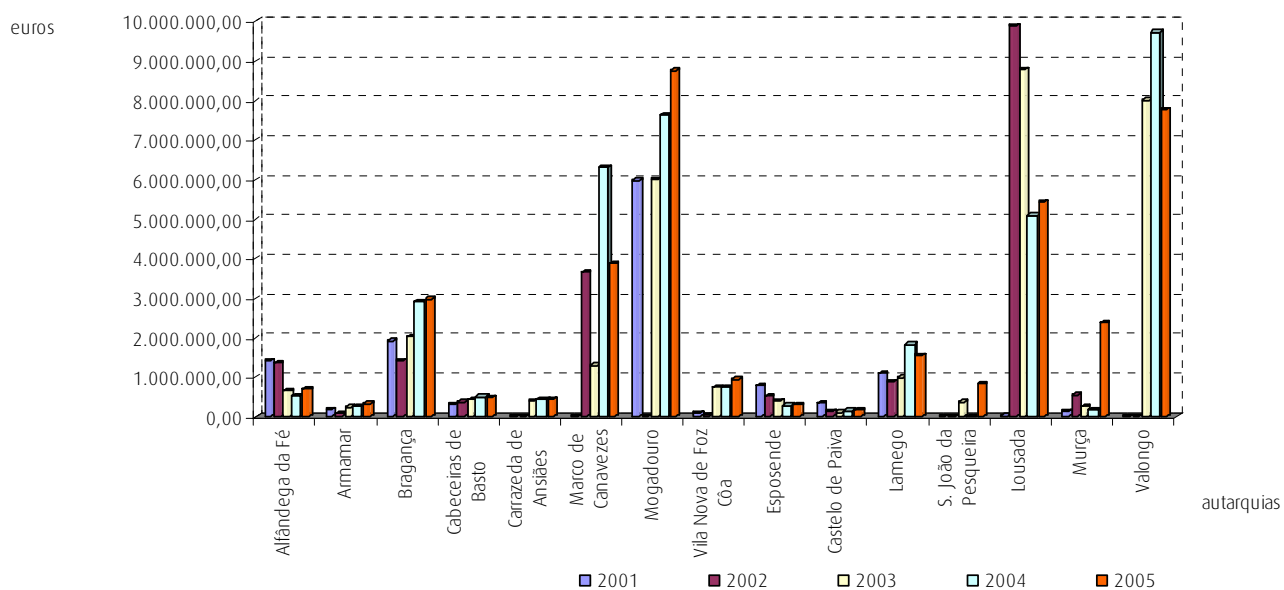
Municípios/anos	2001	2002	2003	2004	2005
Alfândega da Fé	1.411.548,00	1.349.790,91	644.025,90	521.647,69	682.229,15
Armamar	175.100,00	68.000,00	237.000,00	258.000,00	329.000,00
Bragança	1.913.294,00	1.405.857,00	2.014.655,00	2.903.915,00	2.973.244,00
Cabeceiras de Basto	310.550,00	358.920,00	417.770,00	492.027,00	485.806,00
Carraceda de Ansiães	-	-	395.202,00	432.536,00	434.830,00
Marco de Canavezes	-	3.644.436,00	1.297.781,00	6.309.950,00	3.869.516,00
Mogadouro	5.974.530,00	5.543.390,91	5.999.151,22	7.629.506,41	8.747.688,97
Vila Nova de Foz Côa	83.811,00	45.305,33	738.597,84	750.424,69	945.559,60
Esposende	773.475,56	510.847,38	390.188,01	283.588,48	295.476,97
Castelo de Paiva	335.241,00	130.754,00	102.273,00	145.495,00	164.054,00
Lamego	1.083.838,00	884.862,00	986.013,00	1.817.685,00	1.541.882,00
S. João da Pesqueira	-	-	361.439,00	1.348.050,00-	826.826,41
Lousada	7.375,88	9.881.091,00	8.779.984,00	5.084.857,00	5.432.753,00
Murça	123.400,00	543.781,00	244.657,52	170.806,50	2.369.685,18
Valongo	-	-	7.999.423,00	9.717.708,00	7.767.384,00
Total	12.192.163,44	18.823.644,62	30.608.160,49	36.518.146,77	36.865.935,28

acordo com as características nacionais específicas e os objectivos especiais das políticas de desenvolvimento regional.

O investimento total entre 2001-2005 em cultura na Nut II Norte foi de 135.008.050,60 enquanto o investimento médio atingiu os 27.001.610,12 euros. A autarquia que mais investiu foi Lousada com 29.186.060,00 euros logo seguida do Mogadouro com 28.350.876,60 e de Valongo com 25.484.515,00. Em sentido oposto encontramos as autarquias de Castelo de Paiva, Armamar e S. João da Pesqueira com 877.817,00, 1.067.100,00 e 1.188.265,41 euros respectivamente

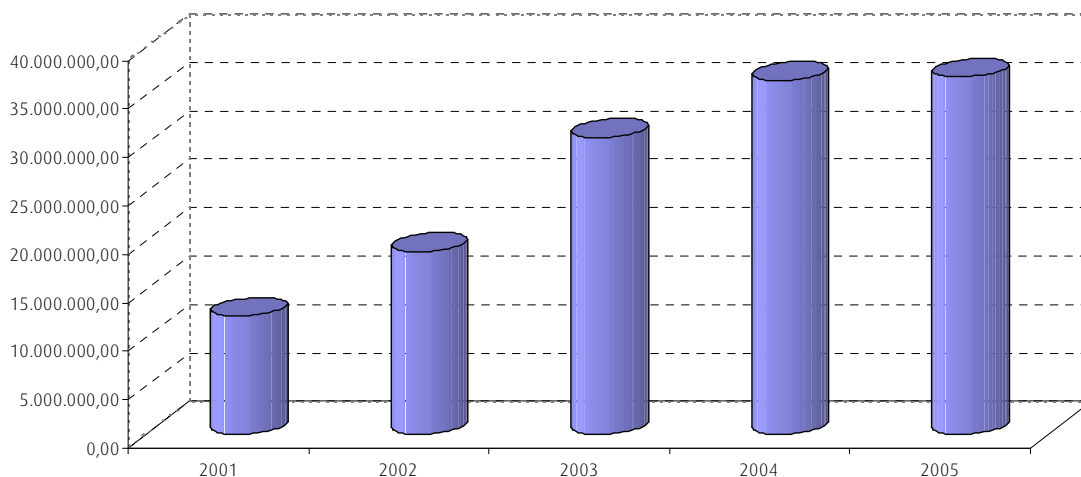


Investimento Municipal com Cultura (NUT II- Norte)



Ao contrário da estimativa global, na Nut II Norte, 2001 foi o ano de menor investimento em cultura com 12.192.163,44, enquanto 2005 foi o de maior capacidade orçamental com 36.865.935,28 euros.

Investimento Municipal em Cultura entre 2001 e 2005 (NUT II-Norte)



4.3.1.2. NUT II - CENTRO

A Região Centro que compreende integralmente os distritos de Coimbra, Castelo Branco e Leiria, a maior parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda, e cerca de um terço do Distrito de Santarém. Limita a norte com a Região Norte, a leste com a Espanha, a sul com o Alentejo e a Região de Lisboa e a oeste com o Oceano Atlântico. Com uma área de 28 405 km² significando 31% do Continente, possuía em 2001 uma população de 2 347 035, representando 25% do Continente. Compreende 12 subregiões estatísticas, que integram 100 concelhos correspondendo a 25,2% do total nacional.

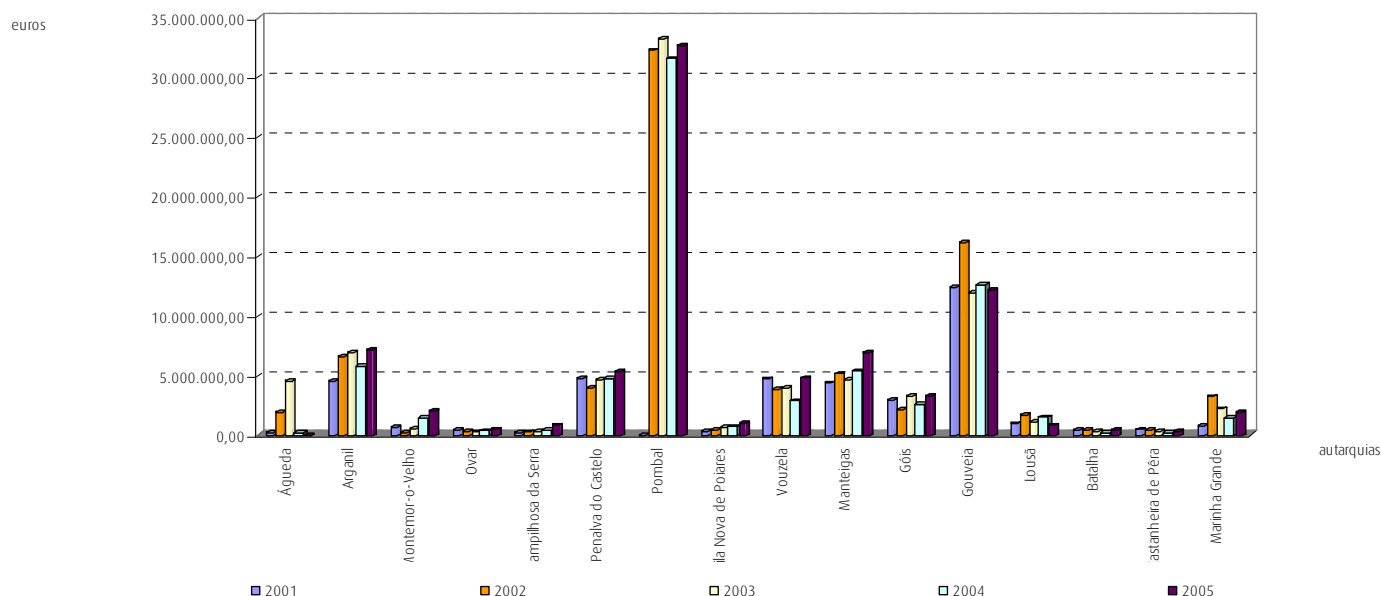
Tabela 7

NUT II Centro. Investimento Municipal em Cultura (2001-2005)

Município/anos	2001	2002	2003	2004	2005
Águeda	241.951,00	1.864.738,00	4.482.880,00	205.818,00	-
Arganil	4.534.787,00	6.588.593,00	6.893.209,00	5.748.087,00	7.109.769,00
Montemor-o-Velho	606.039,00	192.500,00	548.200,00	1.453.700,00	1.992.000,00
Ovar	431.076,11	292.658,46	262.797,91	369.659,82	482.000,00
Pampilhosa da Serra	183.403,00	260.259,00	267.868,00	460.478,00	827.764,00
Penalva do Castelo	4.773.356,22	3.928.270,38	4.648.314,69	4.754.905,85	5.310.613,22
Pombal	-	32.249.557,00	33.178.190,00	31.550.745,00	32.603.696,00
Vila Nova de Poiares	289.302,00	457.500,00	630.000,00	699.609,00	962.109,00
Vouzela	4.697.479,00	3.875.958,00	3.935.635,00	2.873.712,00	4.799.175,00
Manteigas	4.356.819,38	5.145.031,55	4.604.850,98	5.381.125,28	6.925.038,96
Góis	2.941.116,91	2.092.650,82	3.228.017,66	2.619.949,21	3.242.248,24
Gouveia	12.385.257,00	16.127.750,00	11.944.210,00	12.629.581,00	12.106.872,00
Lousã	940.434,00	1.640.686,00	1.125.303,00	1.510.627,00	826.971,00
Batalha	425.907,76	454.490,62	281.670,22	233.729,41	400.400,55
Castanheira de Pêra	479.793,70	443.145,83	337.253,54	236.408,99	294.499,08
Marinha Grande	765.267,00	3.215.699,00	2.193.532,00	1.454.110,00	1.862.407,00
Total	38.051.989,08	78.829.487,66	78.561.932,00	72.182.245,56	79.745.563,05

Ao longo de cinco anos os municípios desta região investiram 347.371.217,35 euros em actividades culturais, tendo o ano de 2005 sido o que mais investimento obteve com 79.745.563,05 euros, enquanto o pior foi 2001 com apenas 38.051.989,08.

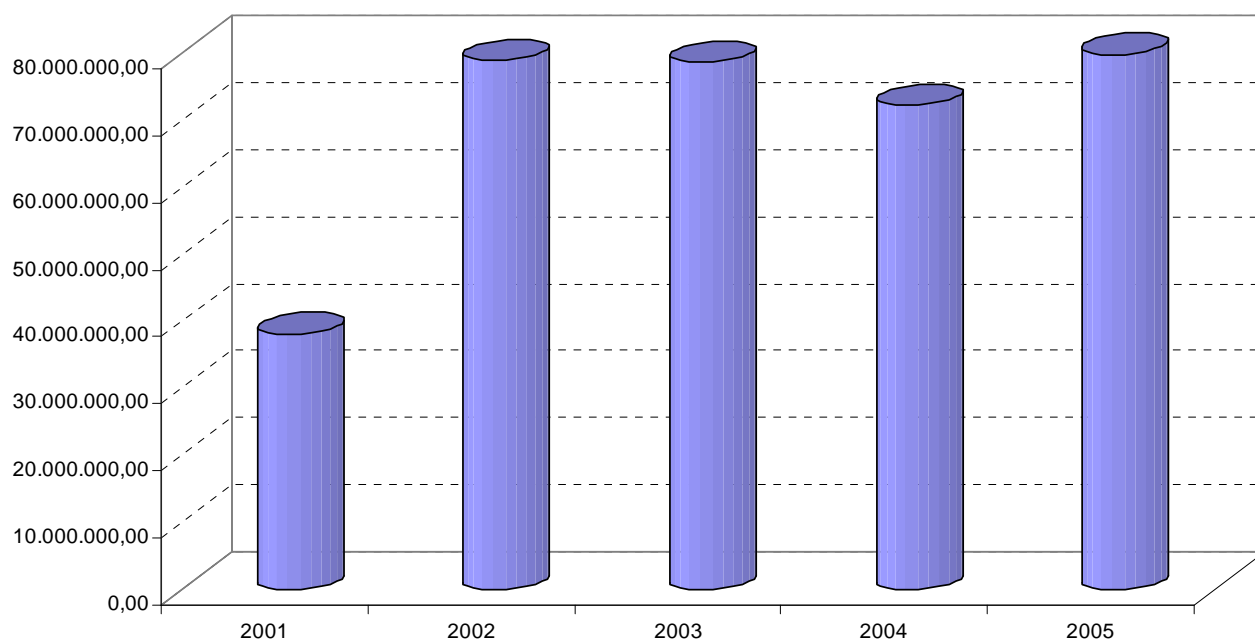
Investimento Municipal em Cultura (NUI II - Centro)



O município que menos investiu nestes cinco anos foi Castanheira de Pêra que apenas despendeu 1.791.101,14 euros com actividades culturais, sendo seguido pela Batalha com 1.796.198,56 e por Pampilhosa da Serra com 1.999.772,00 euros.

Em sentido inverso encontramos o Pombal com a maior despesa em actividades culturais 129.582.188,00 euros seguido de Gouveia com 65.193.670,00 euros e Arganil com 30.874.445,00.

Investimento Municipal com Cultura 2001- 2005 (Nut II - Centro)



4.3.1.3. NUT II – Lisboa e Vale do Tejo

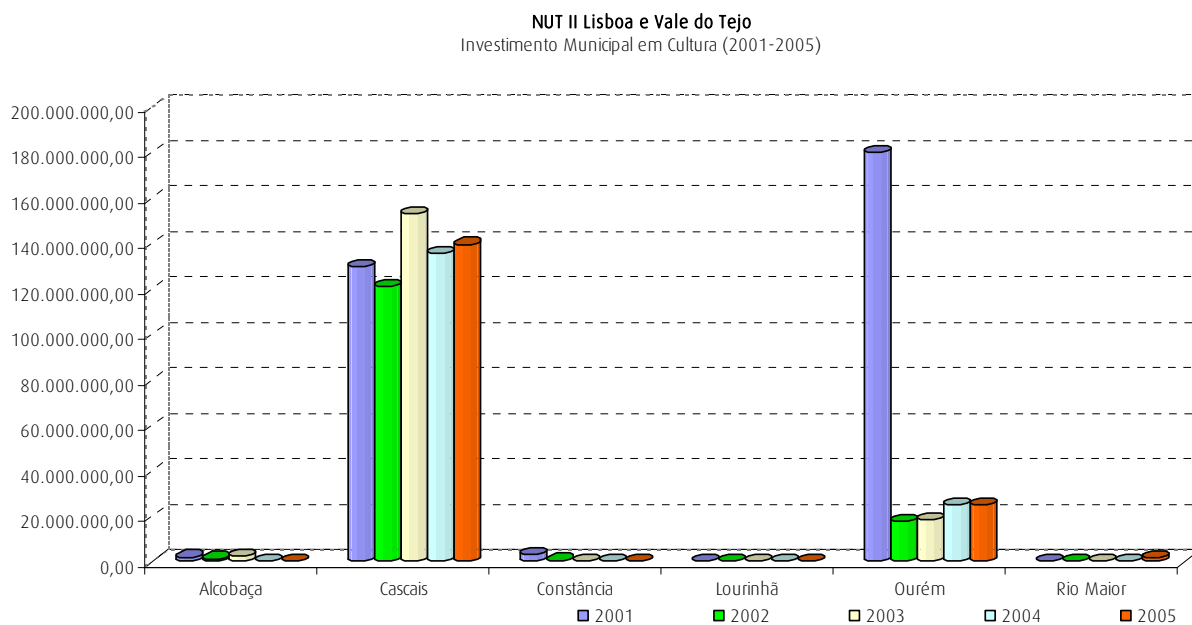
A NUT II Lisboa e Vale do Tejo é uma região que compreende aproximadamente a metade sul do distrito de Lisboa e a metade norte do de Setúbal. Limita a norte com a Região Centro; a nordeste, leste e a sul com o Alentejo, e a sul e oeste com o Oceano Atlântico. Com uma área de 2802 km² e uma população (2004) de 2.760.697 representa em termos populacionais cerca de 25% do Continente.

Tabela 8

NUT II Lisboa e Vale do Tejo. Investimento Municipal em Cultura (2001-2005)

Município/Ano	2001	2002	2003	2004	2005
Alcobaça	2.029.149,00	1.335.294,28	2.695.579,00	3.927,70	1.740.190,00
Cascais	130.062.295,00	121.294.504,00	152.906.279,00	135.648.068,00	139.631.710,00
Constância	3.405.940,68	616.418,17	375.008,35	364.385,08	352.900,97
Lourinhã	-	-	378.770,61	120.278,94	419.854,19
Ourém	180.180.430,15	17.518.190,50	18.363.712,47	25.046.385,29	24.805.609,83
Rio Maior	-	334.939,17	180.144,44	317.296,90	1.574.955,00
Total	315.677.814,83	141.099.346,12	174.899.493,87	161.500.341,91	166.785.029,99

Ao longo de cinco anos o investimento em cultura foi superior em 2001 com cerca de 315.677.814,83 euros, seguido por 2003 com 174.899.493,87. O ano com menor investimento foi 2002 com apenas 141.099.346,12 e a média destes anos é de 191.992.405,34 euros.



As autarquias que mais investiram foram Cascais e Ourém com 679.542.856,00 e 265.914.328,24 euros respectivamente em lugar oposto ficou a Lourinhã com apenas 918903,74 investidos em cinco anos.

4.3.1.4. NUT II – Alentejo

A Região do Alentejo é um território que compreende integralmente os distritos de Portalegre, Évora e Beja, e as metades sul dos distritos de Setúbal e de Santarém. Limita a norte com a Região Centro a noroeste com a Região de Lisboa, a leste com a Espanha, a sul com o Algarve e a oeste com o Oceano Atlântico. Com uma área de 31 152 km², representa 33% do Continente, possuindo em 2001 uma População de 766 339 (8% do

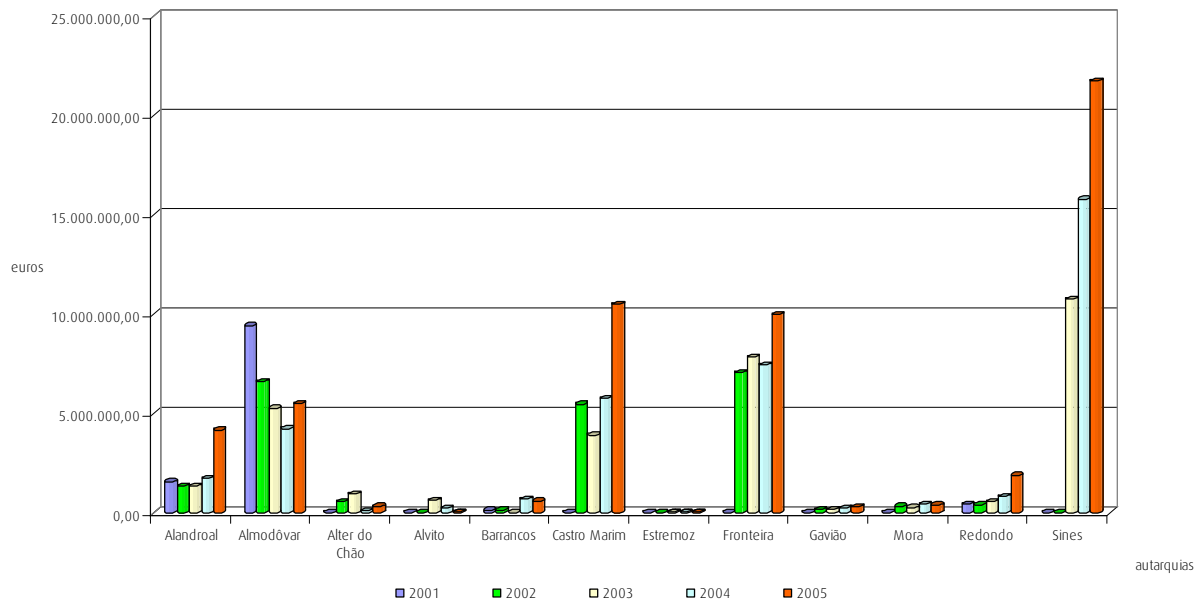
Continente). Compreende 5 subregiões estatísticas, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, que abrangem 58 concelhos (18,8% do total nacional).

Tabela 9

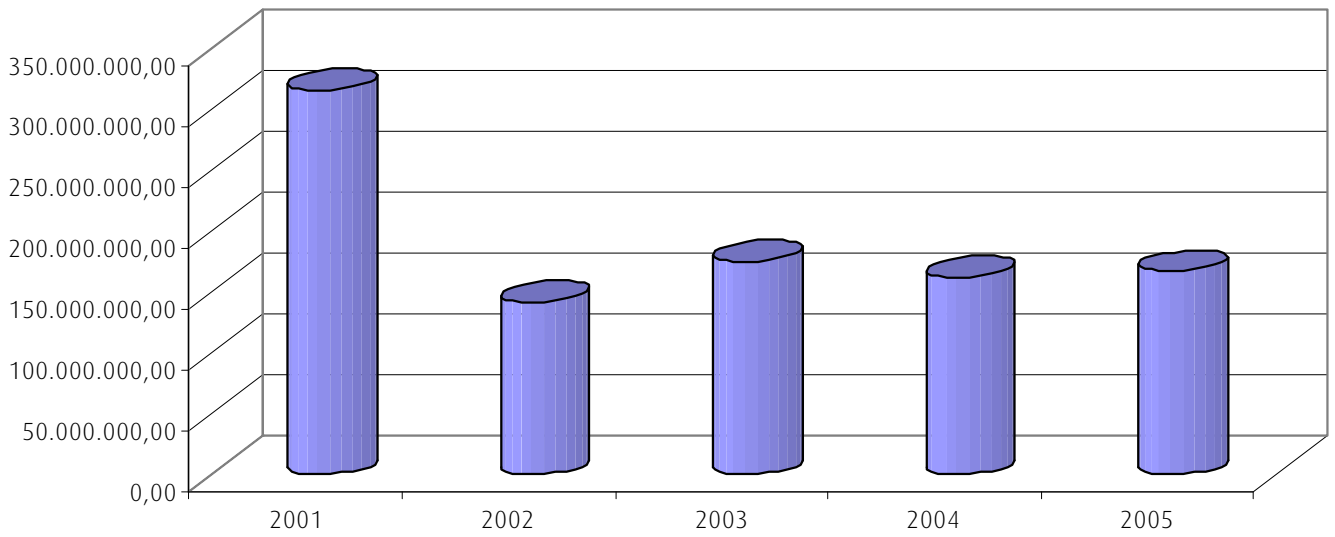
NUT II Alentejo. Investimento Municipal em Cultura (2001-2005)

Municípios/Ano	2001	2002	2003	2004	2005
Alandroal	1.545.272,00	1.310.812,86	1.310.719,30	1.702.097,52	4.160.890,00
Almodôvar	9.412.774,00	6.573.641,00	5.250.185,00	4.223.958,00	5.489.391,00
Alter do Chão	-	550.795,25	928.475,15	105.620,70	309.104,01
Alvito	-	-	596.689,00	230.740,00	41.750,00
Barrancos	112.229,52	128.416,00	1.151,00	670.500,00	567.500,00
Castro Marim	-	5.465.527,29	3.896.018,21	5.733.828,76	10.479.064,95
Estremoz	15.000.,00	16.000,00	17.000,00	18.500,00	20.000,00
Fronteira	-	7.046.628,00	7.816.476,00	7.418.927,00	9.972.810,00
Gavião	135.305,99	142.647,71	146.556,28	226.326,58	288.369,16
Mora	-	316.091,72	249.378,56	415.590,79	375.526,66
Redondo	429.171,00	395.950,00	547.897,00	794.276,00	1.875.994,00
Sines	-	-	10.752.912,72	15.775.010,00	21.718.122,00
Total	11.499.446,52	21.930.509,83	31.513.458,22	37.315.375,35	55.298.521,78

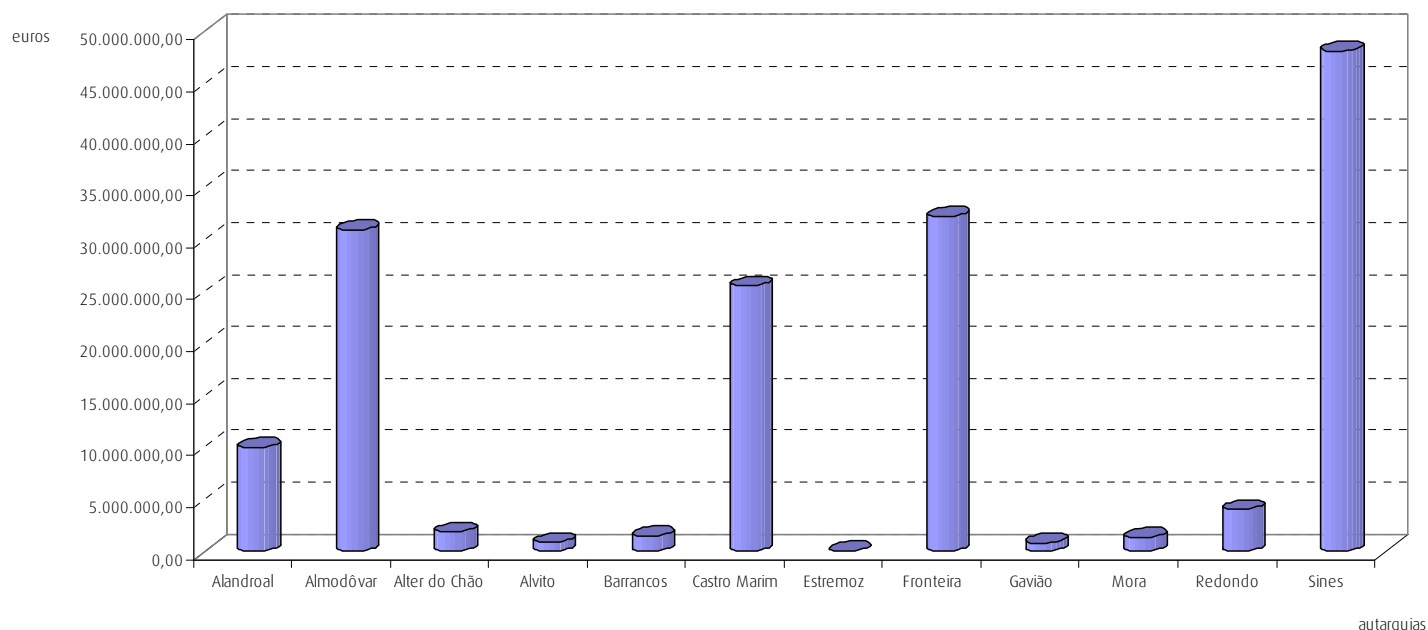
NUT II Alentejo Investimento Municipal em Cultura (2001-2005)



Despesas com Cultura na NUT II - Lisboa e Vale do Tejo entre 2001 e 2005



Investimento Municipal em Cultura (2001-2005)



Entre 2001 e 2005 as autarquias que mais investiram em cultura foram Sines, Fronteira e Almodôvar com respectivamente 48.246.044,72, 32.254.841,00 e 30.949.949,00. no extremo oposto encontramos Estremoz e Alvito com 55.500,00 e 869179,00 euros.

O investimento médio em cultura neste espaço cronológico foi de 31.511.462,34 euros estando compreendido entre 2001 (o ano de menor investimento com 11.499.446,52) e 2005 com 55.298.521,78 euros.

4.3.1.5. NUT II - Algarve

O Algarve é a região mais meridional de Portugal Continental (que engloba uma subregião estatística com o mesmo nome e com as mesmas dimensões, e que corresponde também, na sua totalidade, à antiga província do mesmo nome e ainda ao distrito de Faro e à nova Grande Área Metropolitana do Algarve), com capital em Faro.

Tabela 10

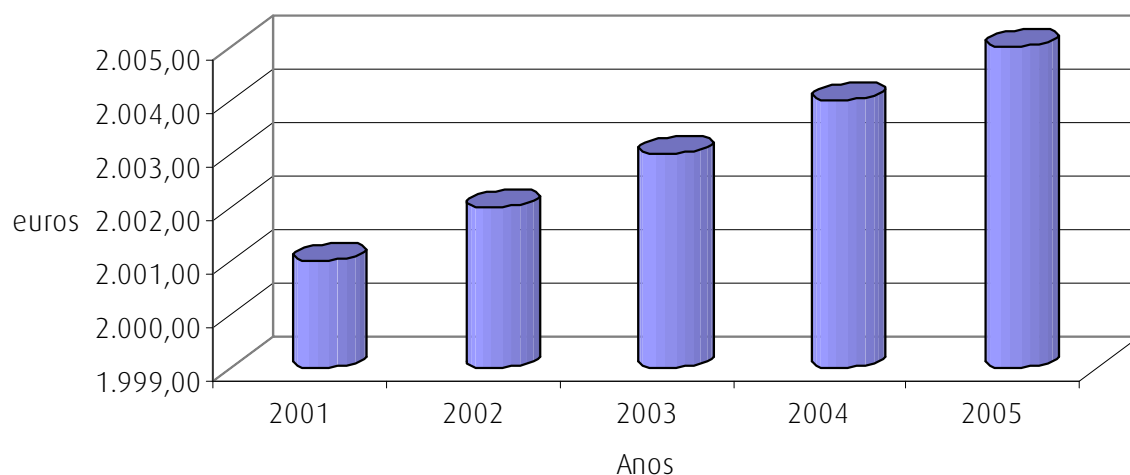
NUT II Algarve. Investimento Municipal em Cultura (2001-2005)

Municípios/Ano	2001	2002	2003	2004	2005
Albufeira	162.917,37	351.743,95	183.600,69	2.177.321,92	222.368,48
Lagos	14.766.308,20	9.951.833,45	10.135.086,95	12.060.462,22	19.438.931,33
Total	14.929.225,57	10.303.577,40	10.318.687,64	14.237.784,14	19.661.299,81

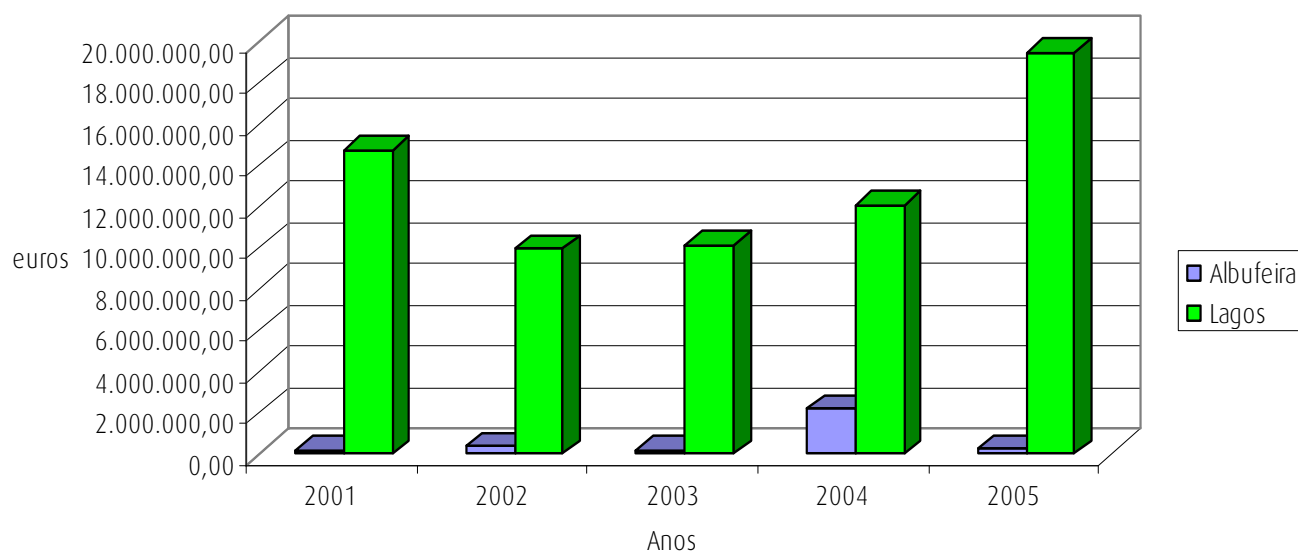
Face à escassez de respostas obtidas apenas nos é possível observar o investimento de duas autarquias entre 2001 e 2005. Assim, assistimos a um crescimento exponencial no investimento cultural de ambas autarquias mas é de realçar a diferença substancial entre Lagos com um orçamento anual mais acentuado que Albufeira, quase 9 vezes inferior.

Nestes cinco anos as duas autarquias investiram 69.450.574,56 euros na totalidade dando uma média anual de 13.890.114,91 euros.

Despesas com Cultura na Nut II Algarve entre 2001 e 2005



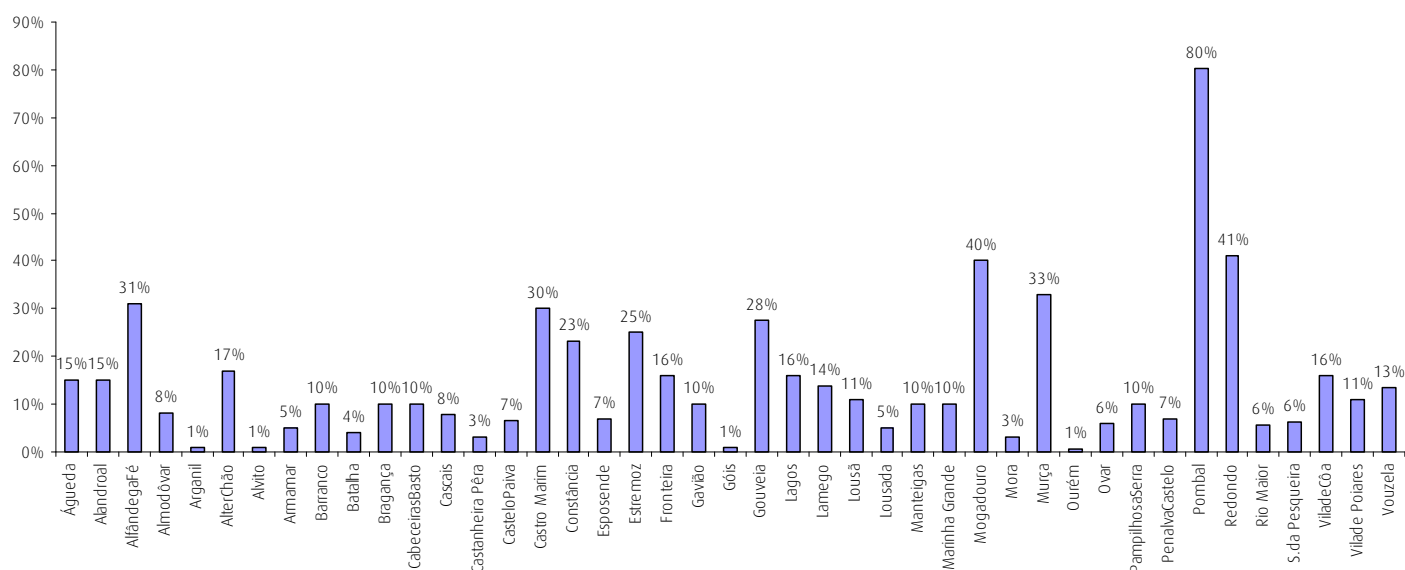
Despesas com cultura por Autarquia (NUT II - Algarve)



4.3.1.6. Qual a Percentagem do Orçamento da Câmara destinada à Cultura

Das 51 autarquias inquiridas 64,9% responderam a esta questão, enquanto 35,1% não respondeu. A percentagem média que as autarquias canalizam para a cultura situa-se no intervalo dos 10 aos 15%.

Percentagem do Investimento Municipal com Cultura em 2005



4.3.1.7. Investimento Municipal em Cultura por sectores de Actividade, em 2005

Esta pergunta do inquérito procurou saber qual o investimento Municipal em cultura no ano de 2005 e qual a sua distribuição pelas diferentes áreas de acção. Os resultados obtidos demonstram uma disparidade de resultados, de estratégias e de acções muitas vezes inconsequentes e inoperacionais. A comprovar isto temos um forte investimento em Bibliotecas com 17%, seguido do património-histórico com 5.179.310,56 euros, recintos culturais (4.664.936,11) e do Centro Cultural (4.096.022,00).

O investimento em ano de eleições permite-nos ver a importância das construções/recuperação de equipamentos tão do agrado político em ano decisivo.

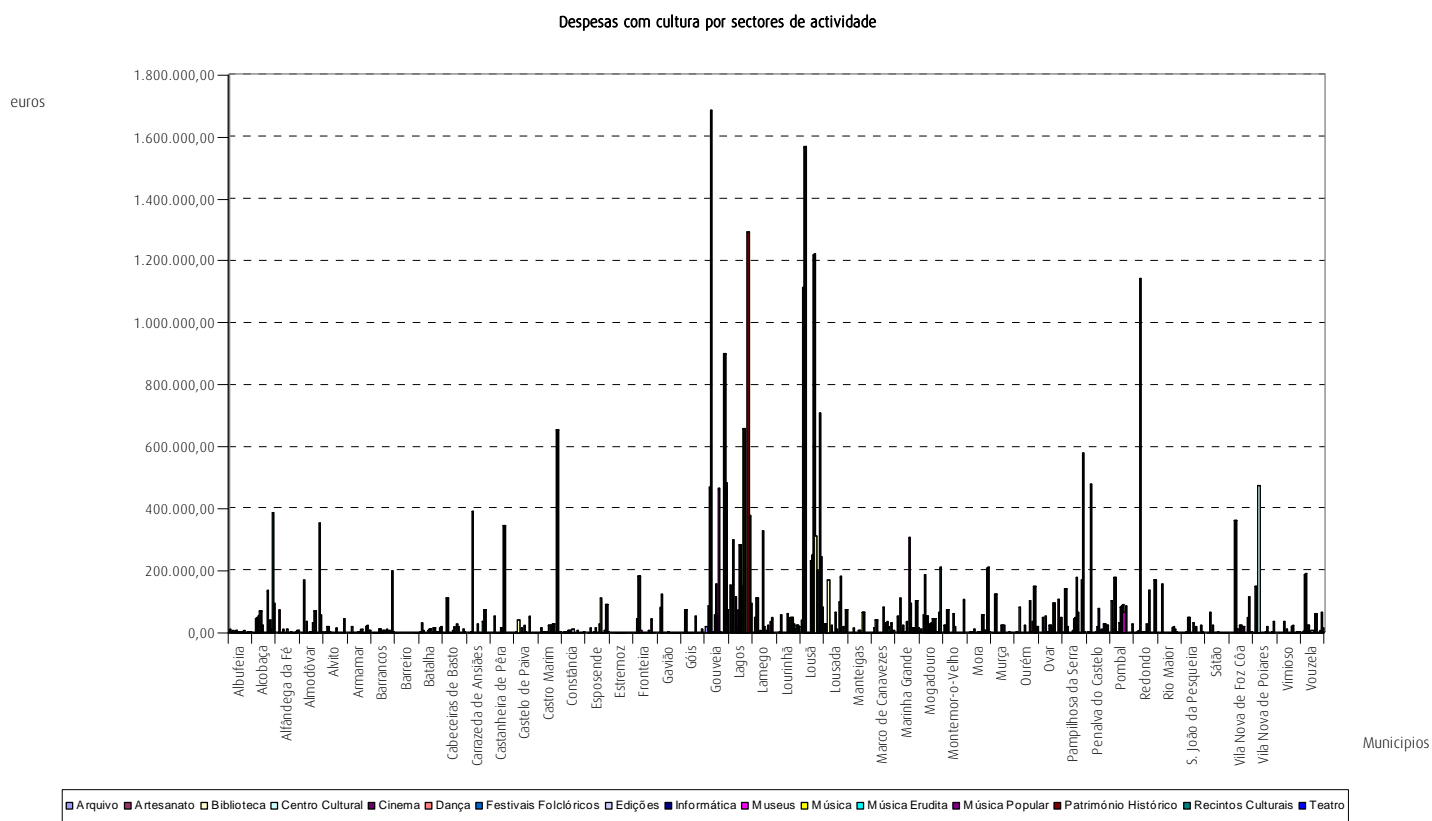


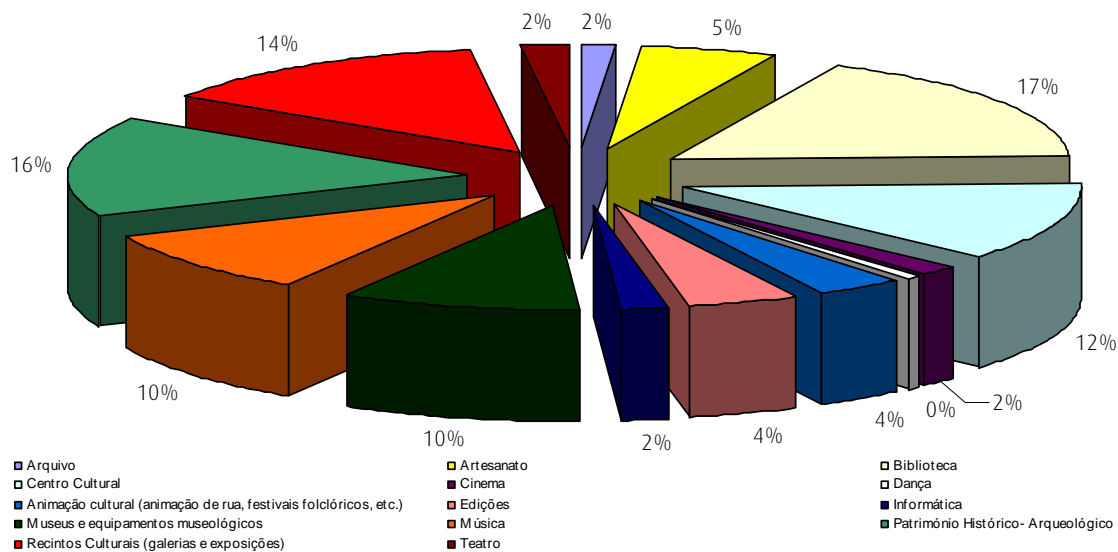
Tabela 11

Investimento Municipal em Cultura durante o ano de 2005

Áreas de actividade	Euros
Arquivo	505.783,95
Artesanato	1.779.191,80
Biblioteca	5.843.051,97
Centro Cultural	4.096.022,00
Cinema	553.004,52
Dança	128.134,90
Animação cultural (animação de rua, festivais folclóricos, etc..)	1.238.269,33
Edições	1.440.952,46
Informática	632.925,37

Museus e equipamentos museológicos	3.281.974,49
Música	3.270.438,74
Património Histórico-Arqueológico	5.179.310,56
Recintos Culturais (galerias e exposições)	4.664.936,11
Teatro	622.507,33

Investimento Municipal em Sectores de Actividade



4.3.1.8. ARQUIVOS MUNICIPAIS

Quanto aos arquivos verificamos que 22 câmaras não desenvolvem. Apesar de tudo verificou-se um grande desenvolvimento dos arquivos municipais devido ao programa PARAM (Programa de Apoio aos Arquivos Municipais), política implementada pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Ao lançar este programa, a Torre do Tombo dá corpo às competências definidas na sua Lei Orgânica (Decreto-Lei nº 60/97, de 20 de Março, nomeadamente na alínea r) do número 1 do Artigo 3º, que determina competir ao IAN/TT apoiar as autarquias no planeamento e construção da rede de arquivos municipais. O Programa encontra igualmente suporte legal no Decreto-Lei nº16/93, de 23 de Janeiro, que estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico, quando na alínea a) do artigo 3º, se determina caber especialmente ao Estado garantir a qualidade das instalações destinadas aos arquivos.

Com o PARAM surge pela primeira vez um programa capaz de disponibilizar junto da administração local um apoio não só técnico como também financeiro, vocacionado exclusivamente para a promoção da qualidade dos arquivos na sua dupla dimensão, administrativa e cultural.

Pertence agora às autarquias demonstrar que efectivamente reconhecem nos seus arquivos um recurso da sua actividade administrativa e um fundamento da memória colectiva, dotando-os de condições materiais e recursos humanos que lhes confirmam dignidade, proporcionem adequado tratamento e garantam o direito de acesso que a lei prevê.

O PARAM existe para apoiar cada Município nestas tarefas, nomeadamente quando haja garantias de que os programas específicos que co-financia não resultem em intervenções circunstanciais, mas antes se integrem num amplo projecto de tratamento e gestão do Arquivo Municipal, e de integração do mesmo na Rede Nacional de Arquivos.

Deste modo, cada Município deve conceber um programa próprio de gestão integrada do seu sistema de arquivo, considerando as especificidades da sua própria organização e da documentação que possui e produz, por forma a garantir articulação e continuidade entre todas as acções que, vertical e

transversalmente, vão sendo implementadas. Na prossecução deste objectivo é determinante o enquadramento orgânico do Arquivo Municipal, aspecto a que nem sempre se atribui a devida atenção.

Outro aspecto, muito importante é a existência de recursos humanos afectos ao Arquivo Municipal, com formação específica na área de arquivos. É essencial que os Municípios adequem os seus quadros de pessoal às exigências técnicas do trabalho de arquivo., sem o que a eficiência do seu sistema estará comprometida.

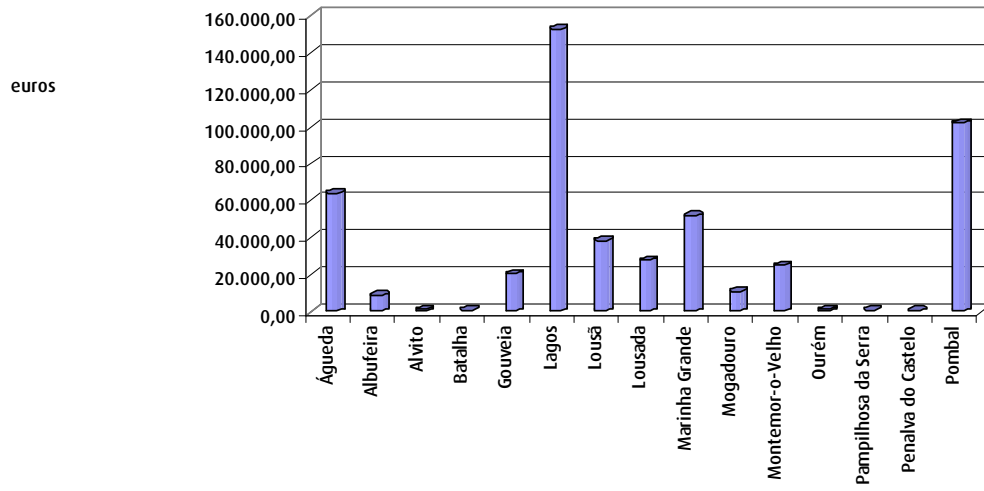
Este programa tem como objectivos gerais incentivar e apoiar os Municípios na implementação de programas de gestão integrada dos respectivos sistemas de arquivo, bem como promover a criação de uma rede de arquivos municipais integrada na Rede Nacional de Arquivos. Como objectivos específicos pretende criar condições adequadas à instalação dos arquivos municipais de todo o país e promover o correcto tratamento arquivístico dos seus fundos, através de uma comparticipação financeira e apoio técnico a acções desenvolvidas no âmbito de várias áreas.

Em 2001 foram celebrados os Acordos de colaboração com 27 Câmaras Municipais (Águeda, Aljustrel; Alter do Chão, Alvito, Arruda dos Vinhos, Castelo de Vide, Coimbra, Elvas, Fronteira, Loulé, Lousada, Marinha Grande, Mealhada, Montemor-o-Velho, Oliveira de Azeméis, Pedrógão Grande, Penafiel, Peniche, Póvoa de Varzim, Santarém, Serpa, Sines, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Poiares e Vinhais. Foram inaugurados neste ano os Arquivos Municipais de Fornos de Algodres, Montijo e Póvoa de Varzim.

Ao nosso inquérito sobre o investimento que o município fez em equipamentos, tratamento, gestão e organização de arquivos responderam 15 autarquias das quais se destacam Lagos (153.121,00 euros), Pombal (102.104,00 euros) e Águeda (64.063,00 euros). No extremo oposto está Batalha, Pampilhosa da Serra e Penalva do Castelo⁷ com 682, 600 e 300 respectivamente.

⁷ Atenda-se que Penalva do Castelo possui Arquivo Municipal financiado ao abrigo do PARAM, tendo um técnico arquivista no quadro e desenvolvendo actividades de organização documental, pelo que esta resposta mostra o desconhecimento absoluto da realidade cultural de quem respondeu ao inquérito.

Investimento Municipal com Arquivos



Autarquias

4.3.1.9. Artesanato

Tradicionalmente a definição de Artesanato é particularmente o produto do acto ou trabalho manual ou produção de um artesão (de *artesão* + *ato*), mas com a mecanização da indústria o artífice é reconhecido como aquele que produz objectos referentes à denominada cultura popular.

O artesanato é tradicionalmente a manufactura de carácter familiar, na qual o criador (artesão) possui os meios de produção (sendo o proprietário da oficina e das ferramentas) realizando todas as fases da produção, desde a preparação da matéria-prima, até o acabamento final; ou seja não havendo divisão do trabalho ou especialização para a confecção de algum produto⁸.

Desta forma estamos perante produtos extremamente individualizados fruto de uma região, de uma oficina, ou mesmo de uma única pessoa.

Em Portugal o Decreto-Lei nº 41/2001, de 9 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 110/2002, de 16 de Abril, aprovou o estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal, elemento estruturante do sector das artes e ofícios, cujo objectivo central é a valorização e credibilização das actividades artesanais e a dignificação dos profissionais do sector.

Importava pois estabelecer as normas regulamentares necessárias à execução das disposições contidas no mesmo diploma, definindo a tramitação processual relativa ao reconhecimento de artesãos e de unidades produtivas artesanais e fixando as regras de organização e funcionamento do Registo Nacional do Artesanato. Isto aconteceu a 13 de Outubro através da Portaria conjunta nº 1193/2003, entre os Ministérios das Finanças, da Economia, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Da Educação, da Cultura e da Segurança Social e do Trabalho.

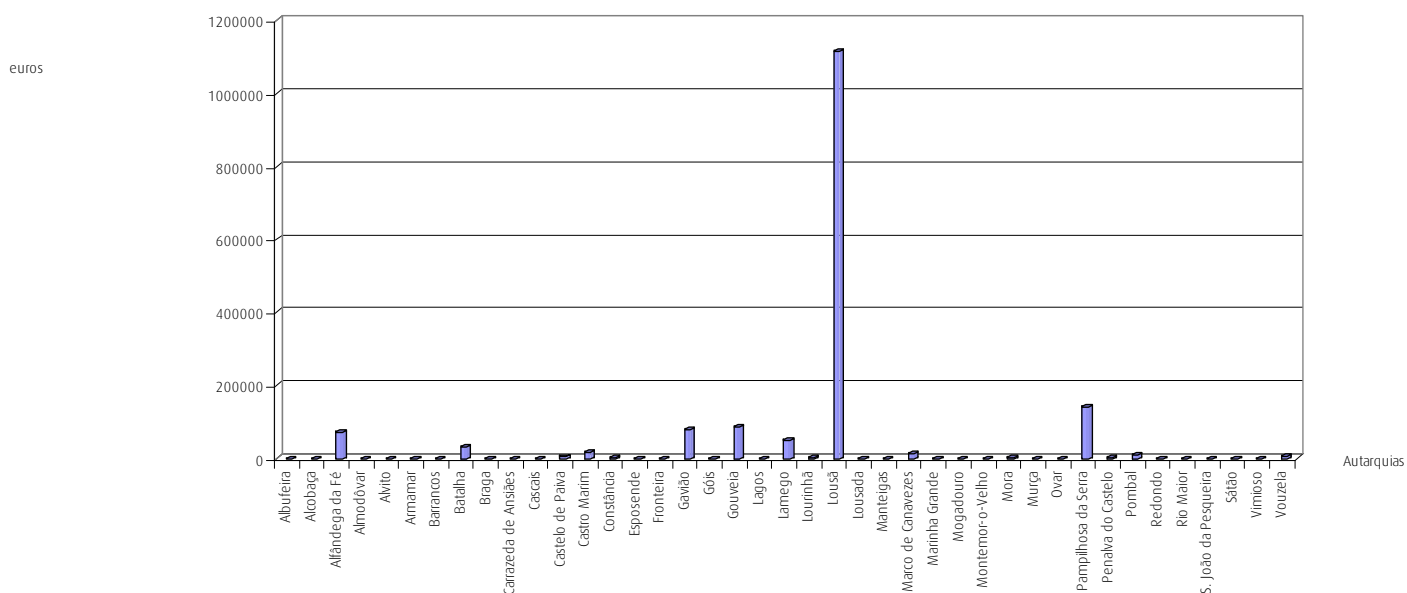
Neste sentido muitos municípios promovem os seus produtos e artesãos através de um apoio directo aos mesmos, ou com a realização de eventos ligados às artes e ofícios, incluindo geralmente esta verba nas actividades culturais. Desta forma procuramos indagar com esta pergunta o investimento autárquico com este sector, ficando a saber que 15 autarquias contribuíram em 2005 com verbas para a promoção do artesanato, dos saberes e dos ofícios.

⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Artesanato>

Assumindo um lugar de destaque surge a Lousã com um investimento anual de 1.113.766,00 euros, seguido de Pampilhosa da Serra com 140.949,00 e de Gouveia com 85.240,00 euros. Em lugar oposto encontramos Penalva do Castelo com a entrega de um subsídio de 750 euros anuais a um artesão para representar o concelho na Feira de Artesanato de Vila do Conde.

No global o artesanato corresponde a 5% do investimento total durante o ano de 2005.

Investimento Municipal na Promoção de Artesanato



4.3.1.10. BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

A rede de leitura pública constituída pelas bibliotecas municipais é um dos mais bem sucedidos casos de descentralização cultural, no nosso país.

A prática da leitura pública é hoje um dos índices de medição do nível de desenvolvimento social, cultural, político e económico de qualquer sociedade. O acesso à leitura e consequentemente ao livro é um direito de cidadania, uma vez que são agentes básicos de sociabilização.

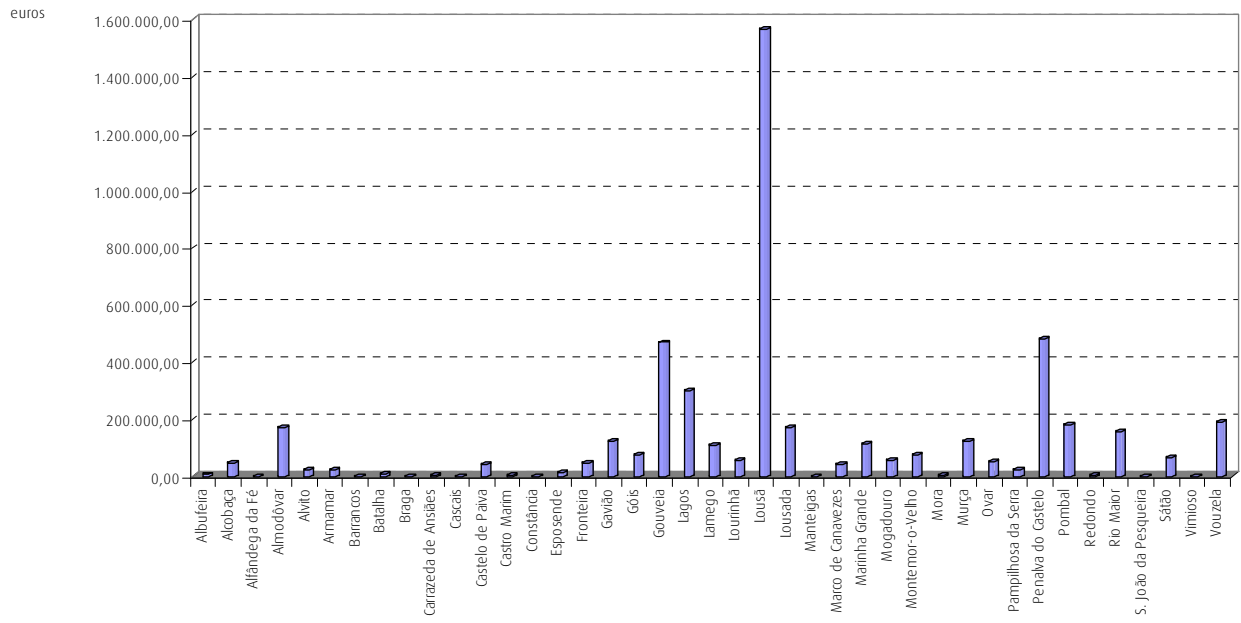
A leitura pública é um serviço necessário a que o Poder Local deve considerar de forma regular e constante nas suas estratégias de desenvolvimento cultural. Estes serviços de carácter universal e igualitário devem atingir todos os extractos populacionais, sem exclusão de partes, devendo ter como objectivo último a formação do capital humano e a capacidade democrática e participativa dos cidadãos e o seu envolvimento na construção de um mundo novo.

De um ponto de vista amplo a Biblioteca é o equipamento cultural por excelência, estando presente em quase todo o território nacional. Foi durante muito tempo sinónimo de cultura, pelo que uma grande maioria dos municípios ao abrigo dos programas de apoio da rede pública geridos pelo IPLB, candidataram-se à construção ou à recuperação das suas unidades bibliográficas, bem como à aquisição de equipamentos e espólio documental.

Assim, ao nosso inquérito apenas 6 autarquias não apresentaram qualquer investimento em Bibliotecas, ou unidades bibliográficas. Como maiores exemplos deste investimento encontramos Lousã, Penalva do Castelo e Gouveia que nesta rubrica incluíram as despesas com a construção das suas unidades bibliográficas, possuindo respectivamente os valores mais elevados.

A principal fatia de investimento vai para as bibliotecas com 17% do total correspondendo a 5.843.051,97 euros.

Investimento Municipal em Bibliotecas



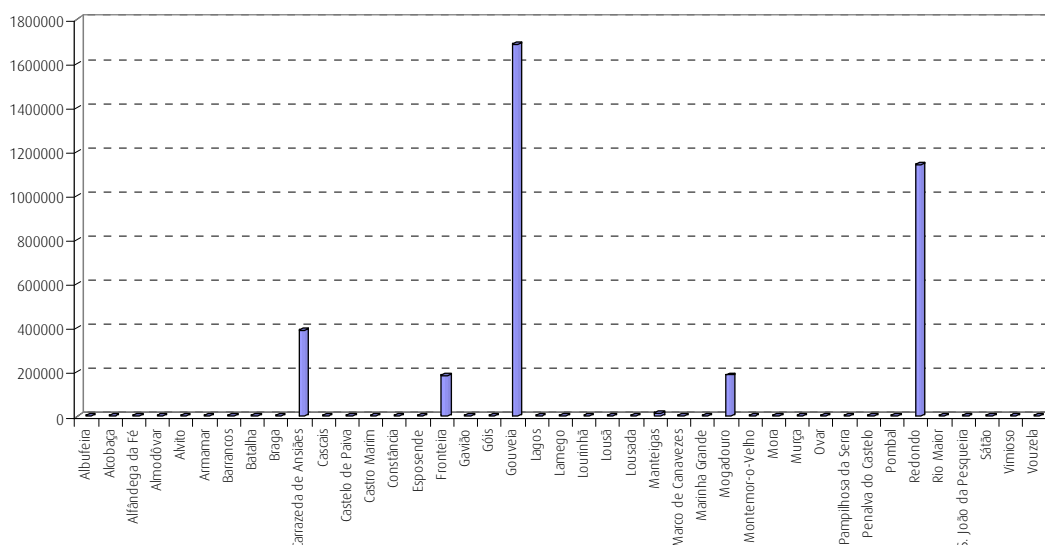
Autarquias

4.3.1.11. Centro Cultural

Os centros culturais caracterizam-se por serem equipamentos cuja relevância se faz sentir sobretudo nas áreas cultural, política e urbana. Do ponto de vista urbano estes equipamentos possuem uma capacidade de atracção, situando-se em áreas novas ou recuperadas, tornando-se frequentemente espaços atractivos que rapidamente adquirem uma noção comunitária de património colectivo. A Casa da Cultura é um centro de convívio social e ideológico, que desempenha um papel chave na administração e na criação cultural de um território, permitindo uma reunião de diversos interesses comunitários e servindo como plataforma de lançamento de projectos, ideias e criações.

Enquanto elemento político estes espaços possuem forte impacto não só pela obra em si, mas pelo dinamismo que geram, quando bem administrados e com uma programação estratégica e duradoura, podendo em alguns casos acabar por adquirir uma dinâmica e identificação propagandista da própria autarquia, tornando-se um símbolo deste ou daquele executivo municipal. A prová-lo estão os investimentos de 2005, ano eleitoral, nestes equipamentos com 4.096.022,00, correspondendo a 16% do total.

Investimento Municipal em Centros Culturais



Autarquias

4.3.1.12 Cinema

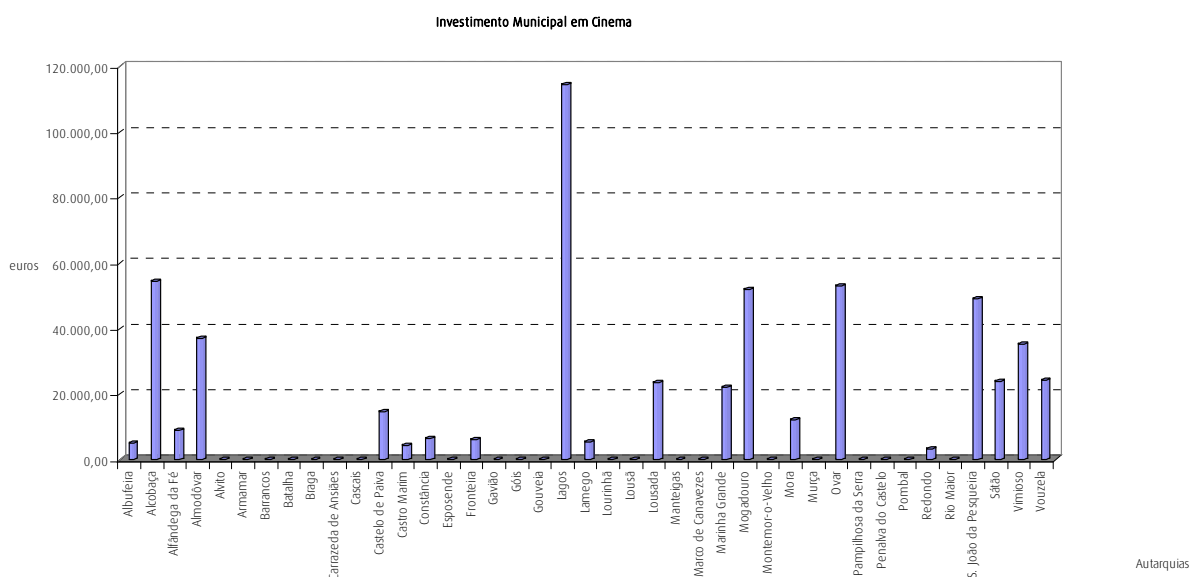
O cinema é uma imensa fábrica de sonhos. Uma industria de milhões que necessita de estruturas específicas de elevados recursos económicos e humanos.

Se fizermos uma análise sumária desta actividade cada vez mais notamos que o papel dos municípios no apoio ao sector cinematográfico está a desvanecer-se uma vez que a edilidade não consegue competir com a indústria cinematográfica. Contudo em zonas do interior ou nos municípios mais pequenos, o serviço público caracteriza-se através da municipalização de uma sala de cinema, que substitui a falta de um promotor privado, na exibição de filmes. Mas esta não é a única solução uma vez que algumas autarquias apoiam a manutenção de salas que são geridas por privados.

Para além disso, o município pode apostar na criação de espaços destinados ao estímulo da produção cinematográfica através de ateliers, workshops ou outras actividades culturais (ciclos de cinema, palestras, etc..).

Assim nesta pergunta do inquérito procuramos indagar qual o investimento municipal na promoção, infra-estruturas, equipamentos e exibição de filmes bem como no apoio a produções próprias, tendo ficado a saber que apenas 20 autarquias apoiam ou implementam projectos nesta área, sendo a de Lagos a que mais investe com 114.395,00, seguido de Alcobaça com 54.381,00 e de Ovar com 52.864,42. Neste ano foram investidos 553.004,52

em acções de promoção e de difusão das artes cinematográficas nos municípios que responderam ao nosso inquérito.



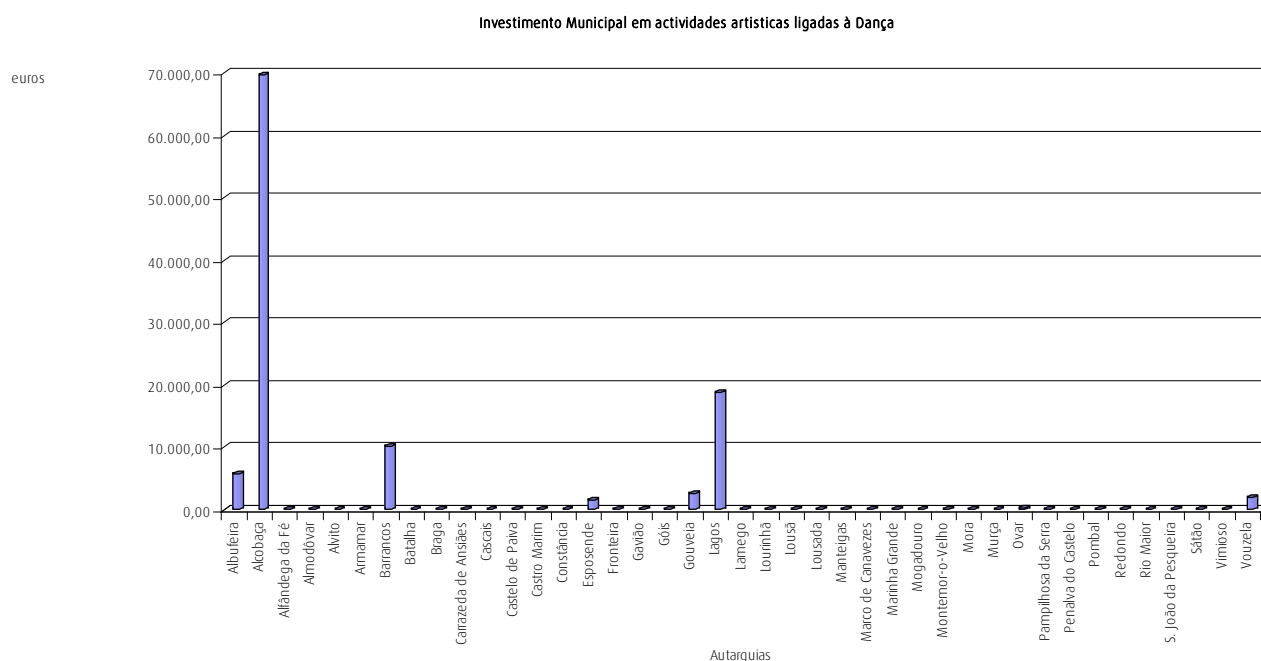
4.3.1.12. Dança

As artes performativas, nas quais se inclui a Dança, constituem um dos campos de intervenção mais descuidados do actual panorama autárquico. Estamos perante um sector que não conta com grandes públicos generalistas e que por falta de estratégia e de vontade não conta com uma programação constante e estável, estando na sua maior parte a cargo de companhias privadas ou de associações culturais.

Prova disso são as respostas obtidas ao nosso inquérito ao qual só responderam 9 autarquias apresentando verbas muito díspares para o ano de 2005. É de ter em conta que este investimento cultural foi resultante de apoios directos a instituições culturais e na aquisição de espectáculos, não existindo qualquer apoio à criação artística directa nem ao desenvolvimento de workshops ou actividades de promoção à inteira responsabilidade das autarquias.

Em termos comparativos o concelho de Alcobaca foi o que mais investiu com 69.592,90 euros, estando no extremo oposto Ovar com 215 euros. Ao todo

durante este ano a dança apenas correspondeu a 128.134,90 euros e foi o sector com menos investimento.



4.3.1.13 Animação Cultural (animação de rua, festivais folclóricos, etc...)

A ausência de produção cultural e uma oferta pouco inovadora são sintomas alarmantes de esvaziamento dos territórios e de progressão do seu lento declínio. Ao invés, uma dinâmica forte de actividades culturais contribui para tornar os territórios vivos, atraentes para as populações que lá vivem e para as que os visitam, sedimenta o sentimento individual e colectivo de pertença e auto-estima, constitui uma abertura para as ligações com outras regiões e com outras culturas, facilitadora da incorporação da inovação.

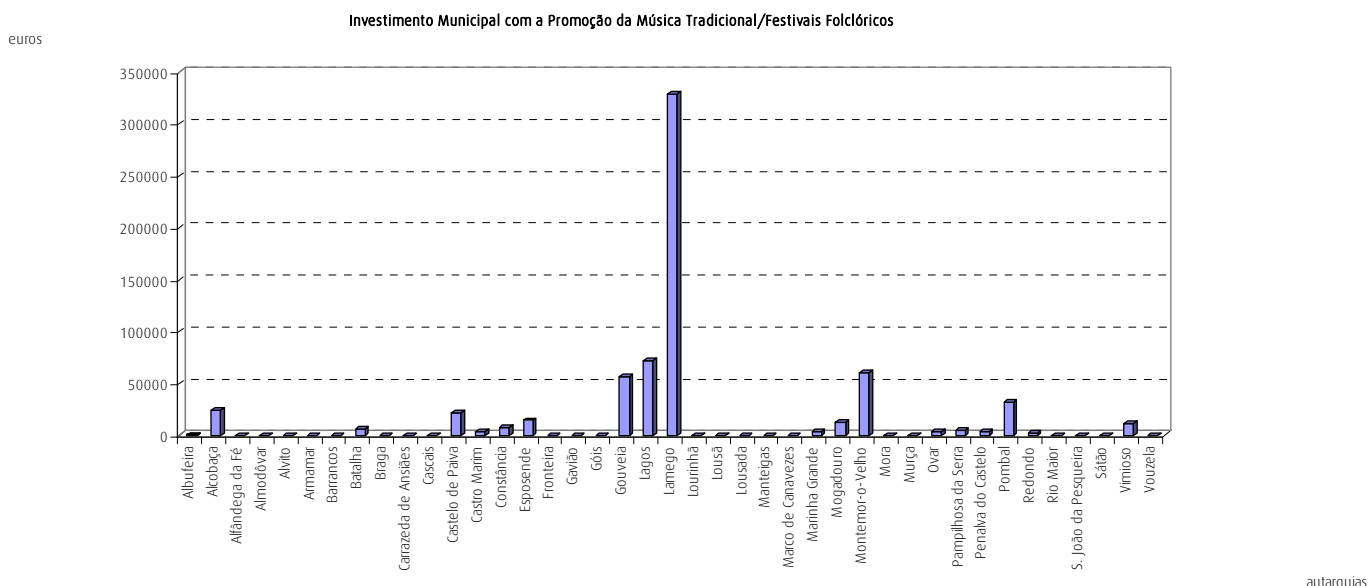
Quem são então os intervenientes destes processos? As pessoas em primeiro lugar, organizadas ou não, oriundas dos territórios e as outras que lá decidiram instalar-se trazendo as suas histórias e experiências.

As instituições, assumindo, frequentemente, as autarquias locais um papel central; mas também as instituições do Estado, sendo fundamental que

existam opções políticas claras que suportem a descentralização das intervenções.

A capacidade de criação e de intervenção dos criadores, dos artistas e do próprio poder local contribui muito para a preservação do património cultural de um território, pelo que podemos definir animação cultural como um instrumento, através do qual se pode contribuir para melhorar as condições de vida, o bem-estar e a educação das pessoas. A animação cultural é cada vez mais um instrumento de desenvolvimento local e territorial.

Em 2005 esta área recebeu um investimento total de 1.238.269,33 euros, significando 4% do total gasto com todas as actividades culturais, tendo sido Lamego, Lagos e Gouveia as autarquias que mais apostaram no sector.



4.3.1.14. Estratégia Editorial

No âmbito das suas prossecuções culturais, os municípios desenvolvem actividades de culturais/educacionais no campo da promoção do conhecimento, da leitura e do autor, articulando a sistematização, produção e socialização de conhecimentos a partir da realidade educacional e local, assim como a reflexão permanente com vistas à melhoria da qualidade da cultura e da promoção do concelho. Contudo, nem todas as edilidades possuem uma

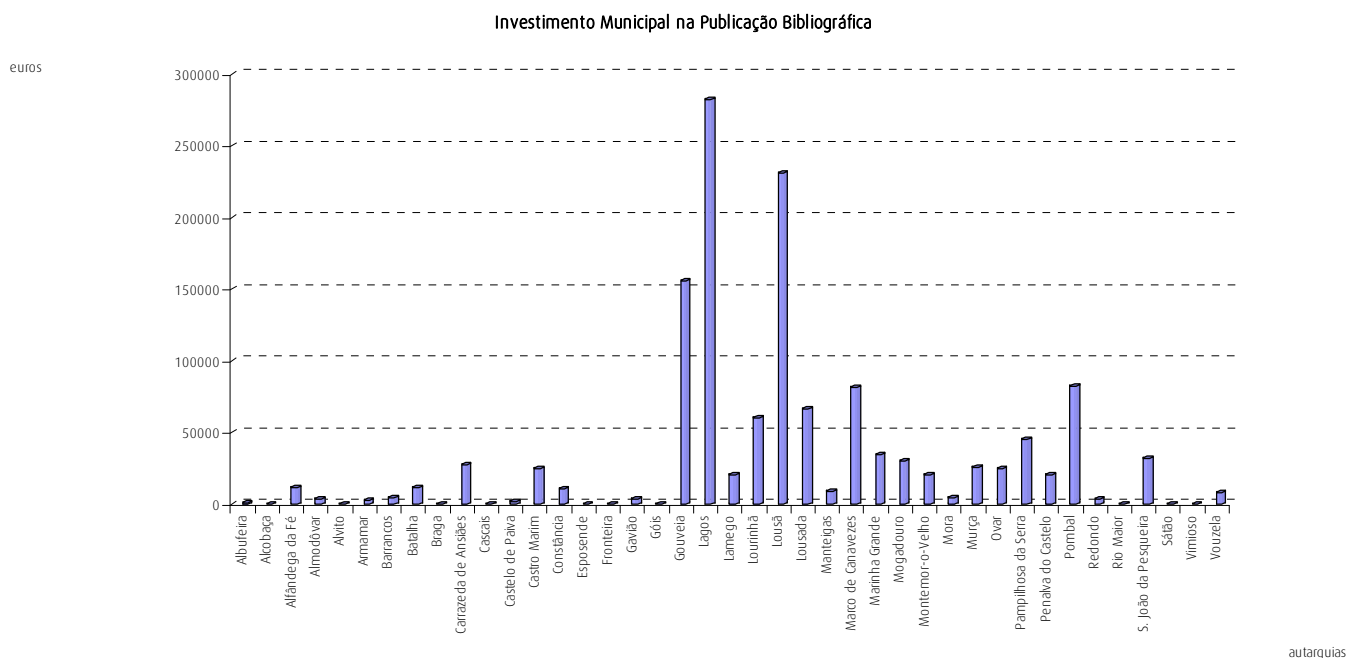
consistente política editorial, com linhas estratégicas bem definidas e com um conselho editorial que aconselha tecnicamente o executivo.

Prova disso são as inúmeras publicações municipais muitas vezes sem nexos e qualidade, que continuam a proliferar no nosso país, ou ainda os poucos programas de incentivo e apoios aos novos escritores e investigadores.

Desta forma os municípios continuam a publicar quase tudo o que lhes aparece, sem critérios e quase ao sabor do vento, como comprova o nosso inquérito, pelo qual podemos ver que só apenas 10 autarquias é que não publicaram qualquer obra em 2005.

Quando questionados sobre que tipo de publicações efectuaram responderam com unanimidade que privilegiavam sobretudo três temáticas: livros de poesia popular de autores locais, edições referentes a aspectos históricos e patrimoniais dos concelhos e edição do boletim municipal e da agenda cultural⁹.

As edições significaram, em 2005, 10% do investimento total, com 1.440.952,46 euros.



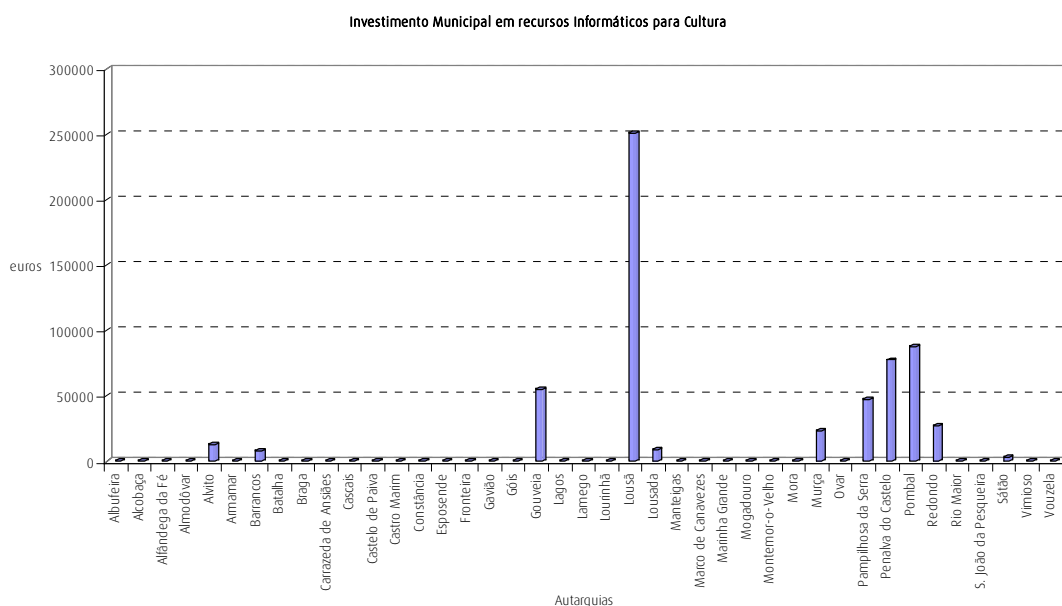
⁹ A inclusão dos valores dos boletins municipais e das agendas culturais neste item coloca-nos algumas reservas ao nível do ponto denominado Comunicação e Cultura

4.3.1.15. Informática aplicada à Cultura

Cada vez mais uma necessidade dos novos públicos culturais, o investimento em sistemas informáticos (Hardware e software) mostra a capacidade de modernização bem como privilegia o acesso a “novas culturas”.

Cada vez mais as autarquias investem em sistemas de comunicação cultural: quiosques interactivos, apresentações e instalações multimédia, software de gestão cultural, de organização de eventos e de gestão dos equipamentos de informação cultural (arquivos, bibliotecas e museus).

Prova disso é que esta área mereceu o investimento de 14 autarquias, destacando-se a Lousã com 250.698,00 euros seguido de Pombal com 87.805,65 euros. Ao todo investiram-se 632.925,37 euros correspondendo a 2% do total.



4.3.1.16. Museus e Equipamentos Museológicos

Os museus ao longo dos tempos têm sido ilustres depositários do mais variado espólio patrimonial para que possa ser dado a conhecer e estudado pelas gerações futuras. Com o passar dos tempos os museus assumiram

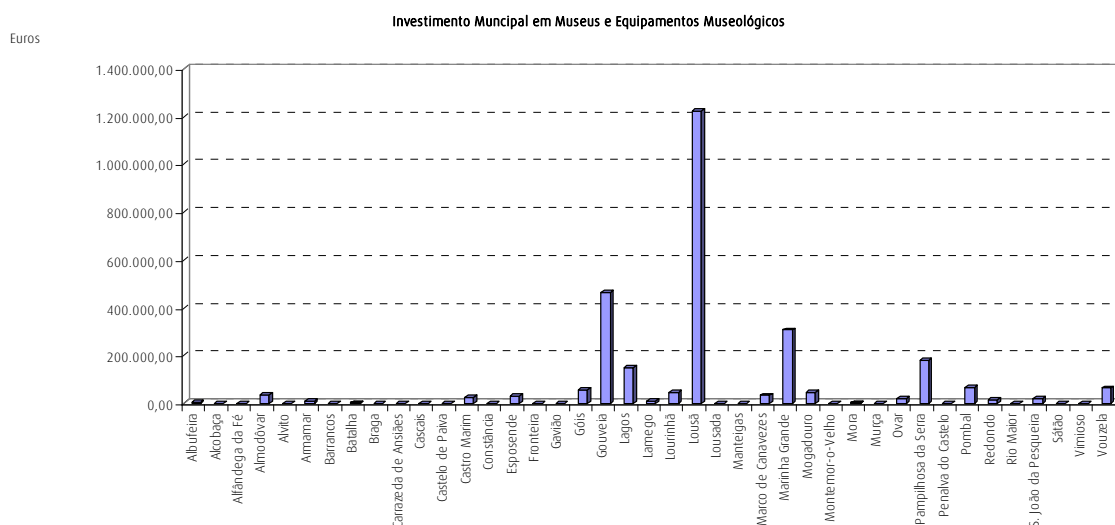
aspectos mais prospectivos que visam inclusive a discussão de aspectos ligados à evolução que se tem agido na sociedade.

Nas últimas décadas surgiram por todo o país estruturas museológicas, relacionando a preocupação em recuperar as práticas e saberes tradicionais, contribuindo para incorporar os processos da memória na construção (permanente e em mudança) de uma identidade colectiva fundada no presente e orientada para o futuro. Estes espaços integram, conjuntamente, uma forte componente de dinamismo económico e animação local, que as visitas, os roteiros e as actividades permitem incrementar.

Actualmente, os museus e os centros de interpretação não se incluem num esforço de substantivar o passado, antes afirmam um lugar e dinâmicas que contribuem para o presente e para o futuro e nesse sentido, participam amplamente na reflexão sobre o território e as suas memórias

Das autarquias inquiridas 26 responderam que investem na concepção, manutenção e construção de museus e núcleos museológicos (Centros de interpretação, musealização de espaços e monumentos, etc...)

Se observarmos o montante dispendido verificamos uma diversidade muito acentuada que vai desde os 85 euros de Barrancos até aos 1.219.173,00 da Lousã. Ao todo foram investidos 3.281.974,49 euros, representando 10%.

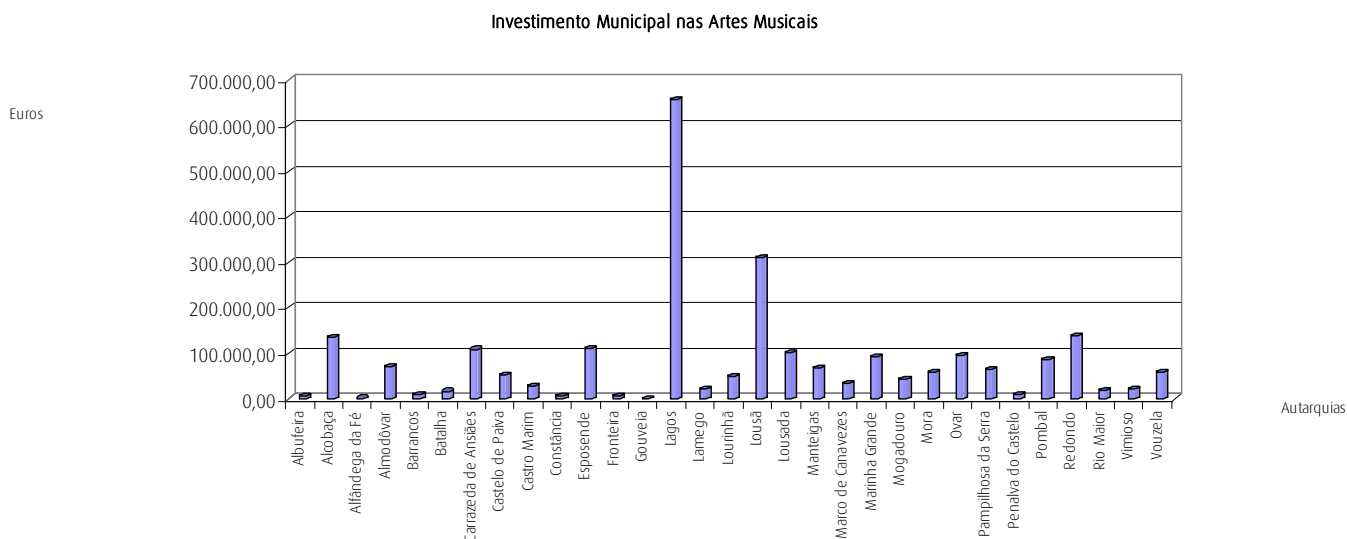


4.3.1.17. Música

As práticas musicais não podem ser dissociadas do contexto cultural. Cada cultura possui seus próprios tipos de música totalmente diferentes nos seus estilos, abordagens e concepções do que é a música e do papel que ela deve exercer na sociedade.

Falar da música de um ou outro grupo social, de uma região do globo ou de uma época, faz referência a um tipo específico de música que pode agrupar elementos totalmente diferentes (música tradicional, erudita e popular). Esta diversidade estabelece um compromisso entre o músico e o público que deve adaptar sua escuta a uma cultura que ele descobre ao mesmo tempo que percebe a obra musical.

Em 2005, as autarquias questionadas investiram 3.270.438,74 euros na produção, promoção, realização e apoios às actividades musicais, significando 10% do global.



4.3.1.18. Investimento Municipal no Património Histórico-Arqueológico

A noção de património, do seu valor e uso corresponde à evolução da própria sociedade. Neste sentido a visão das instituições no que concerne ao património, como factor de identidade cultural de um determinado grupo no

território, evolui desde uma visão monumental, idílica, até ao interesse pelos achados arqueológicos e criptopatrimoniais. Actualmente, o interesse focaliza-se em unidades de alcance territorial perfeitamente localizados e que põem em evidência uma nova forma de ver e interpretar a paisagem, o património e o território, dando lugar a uma ideia de um território-patrimonial.

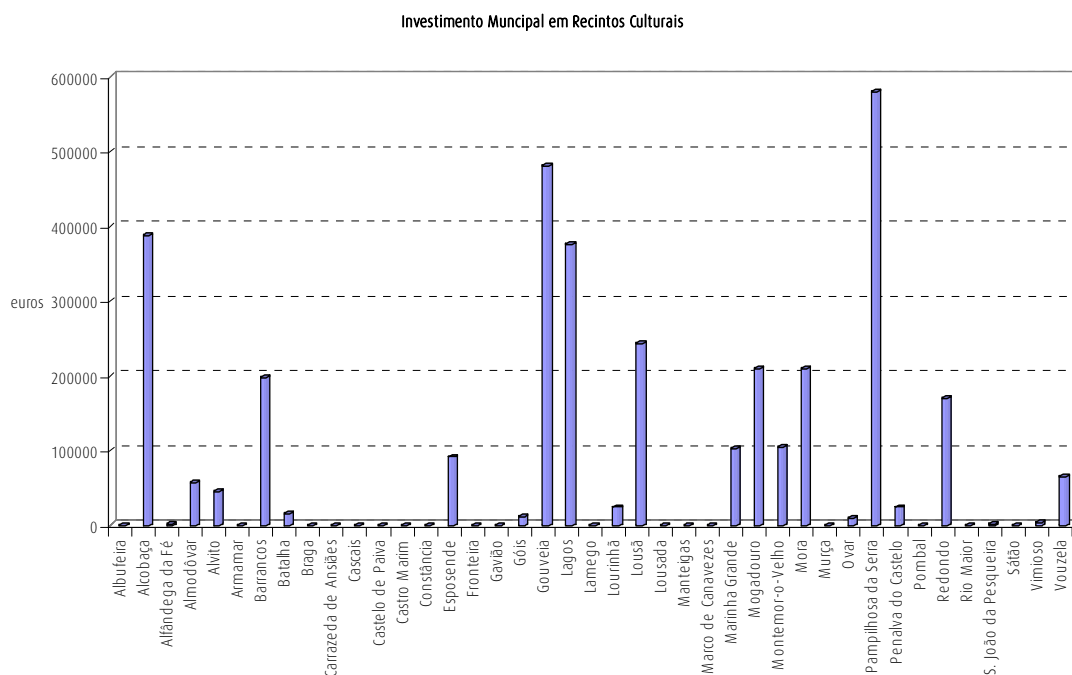
O património histórico-arqueológico compreende todos aqueles elementos e manifestações tangíveis e intangíveis produzidos pela sociedade, constituindo um “corpus” de elementos móveis e imóveis que se desenvolvem num espaço temporal amplo.

Face a estes valores as administrações municipais possuem um papel capital na protecção deste património, estabelecendo-o cada vez mais como um eixo de desenvolvimento sustentável.

Solicitou-se às autarquias que respondessem sobre o seu investimento na Recuperação, Fruição e promoção do Património Histórico-Arqueológico tendo obtido 21 respostas favoráveis sobre o desenvolvimento de actividades neste âmbito, demonstrando a importância do sector para as autarquias, uma vez que ocupa o segundo lugar do investimento municipal com 17%.

Analisando-se o comportamento autárquico de modo individualizado verificamos uma diferença significativa nas quantias investidas, nas quais se destacam os municípios de Lagos, Gouveia e Lousã com respectivamente 1.293.315,00, 897.639,00 e 706.995,00 euros. Na vertente oposta temos a Batalha (267,00) Albufeira (997 euros) e Vila Nova de Poiares (1.000,00 euros). Ao todo esta área absorveu 5.179.310,56, significando 16% do investimento

Ao todo este sector representou um investimento de 4.664.936,11, cerca de 14% do total.



Autarquias

4.3.1.20. Teatro

Arte ancestral de origem grega cujo vocábulo *Théatron* estabelece o lugar físico do espectador, "lugar onde se vai para ver", é também o lugar onde acontece o drama frente à audiência, complemento real e imaginário que acontece no local de representação.

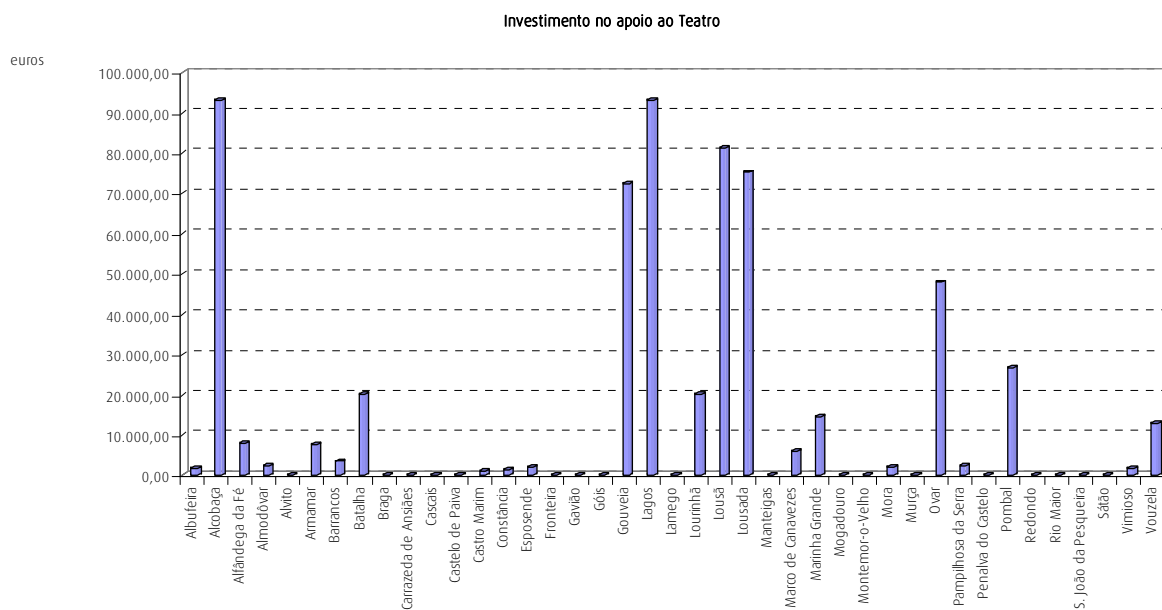
É este drama que necessita de uma reflexão programática: quem vê, o que se vê, e o imaginado. O teatro é um fenómeno que existe nos espaços do presente e do imaginário, e nos tempos individuais e colectivos que se formam neste espaço.

É uma arte em que um actor, ou conjunto de actores, interpreta uma história ou actividades, com auxílio de dramaturgos, directores e técnicos, que têm como objectivo apresentar uma situação e despertar sentimentos na audiência.

De entre as artes cénicas o Teatro é das mais enraizadas na estrutura cultural dos Portugueses, sendo esta área financiada por 26 das autarquias

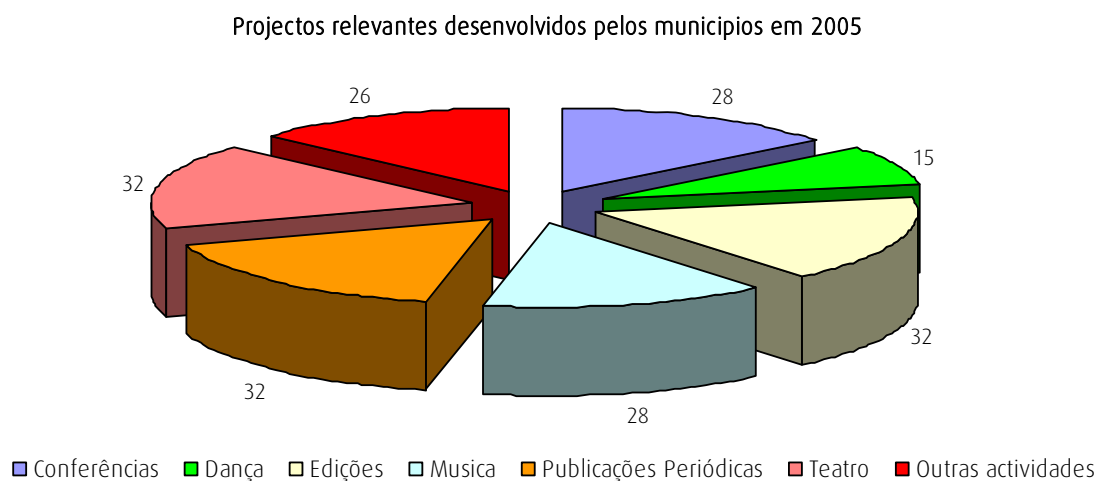
que dispuseram de 622.507,33 euros, significando 2% do investimento. Dos municípios que responderam ao nosso inquérito, destacam-se com um investimento superior a 90.000 euros Alcobaça e Lagos, logo seguidos pela Lousã com 81.230,00 euros.

O teatro envolveu durante este ano verbas que orçam os 622.507,33, representando 2% do investimento.



Autarquias

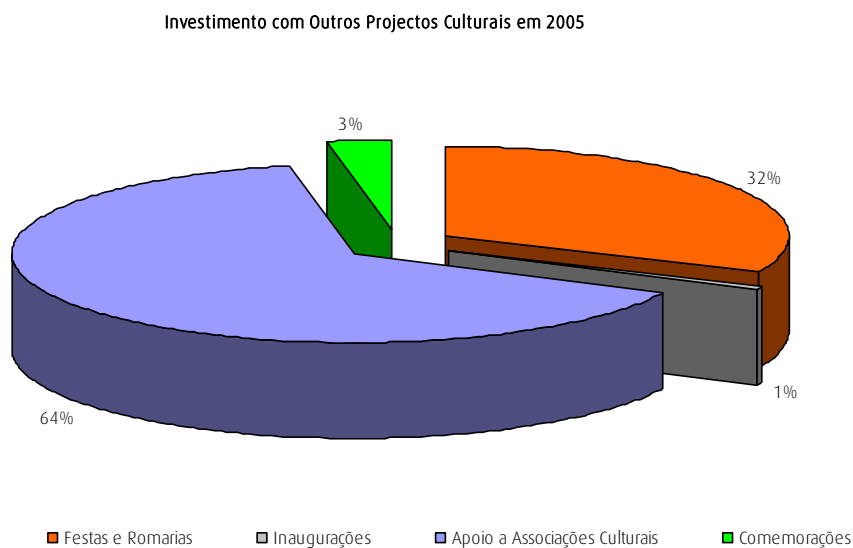
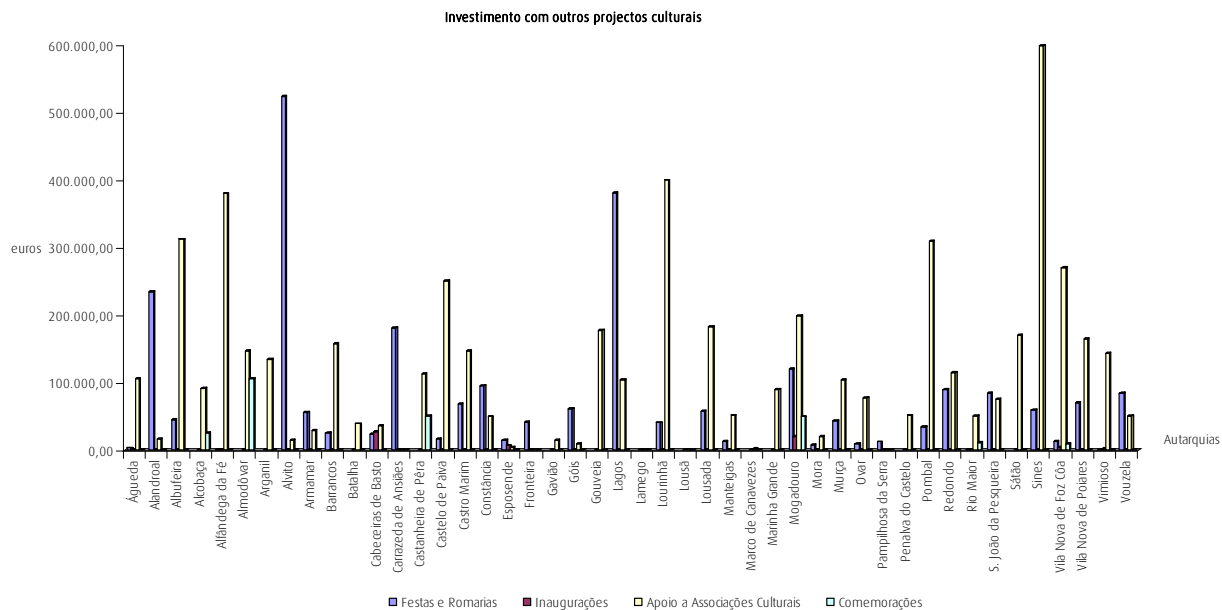
4. Projectos de relevância na área da Cultura desenvolvidos em 2005



Em 2005 os municípios consideram que os projectos mais relevantes que desenvolviam eram em apenas 7 áreas de actividade. A mais significativa era o Teatro com 32 projectos, em *ex-aequo* com as publicações periódicas. Seguiam-se em termos de importância a Música e as Conferências com 28 projectos cada.

5. Investimento com outros Projectos Culturais

Foi questionado às autarquias se no ano de 2005 desenvolveram projectos culturais em outras áreas e quais é que tinham sido essas opções. Assim obtivemos o seguinte quadro com a distribuição de projectos



64% dos projectos especiais realizados em 2005 para a promoção cultural prenderam-se com o apoio a Associações seguido de 32% no apoio às romarias. As Inaugurações e as comemorações correspondem a 1 e 3% do total.

6. Considerações sobre o inquérito

Uma análise preliminar dos resultados do inquérito permite constatar que o sector da cultura obteve avanços na ampliação da rede física de serviços, no processo de descentralização da máquina administrativa, na ampliação das práticas participativas e na introdução de uma nova qualidade de trabalho na educação. É unânime a afirmação de que os recursos culturais melhoraram substancialmente na última década.

Existe hoje maior envolvimento dos cidadãos nas questões culturais, que se reflecte no aumento da quantidade de investimento na indústria cultural. O resultado é que as relações entre municípios e cidadãos têm obrigatoriamente de se tornar cada vez mais orgânicas e integrada, na medida em que existe um compromisso mútuo com a mudança. Mas, talvez o principal significado desta nova fase, residirá no facto de ter demonstrado a viabilidade de articulação entre democracia representativa e democracia directa na construção de um espaço público onde o exercício da cidadania activa assume papel central, uma vez que o poder local configura-se como espaço privilegiado para fazer avançar a democratização das políticas públicas de âmbito social, apontando a viabilidade da descentralização. Isto levar à democratização por aproximar o governo municipal da população, possibilitando assim o exercício do controle público e a participação activa dos cidadãos na formulação e implementação das políticas culturais sectoriais.

Para além disso é notório o investimento em Cultura nos anos eleitorais (2001 e 2005), procurando tirar dividendos políticos a partir da realização/conclusão de investimentos. Este é um dos principais aspectos que podemos observar. As áreas de maior investimento são aquelas onde a sua dimensão física adquire destaque. Sem obra, sem equipamento, não existe inauguração e muito menos edifício para lembrar a acção autárquica.

Outro aspecto que se pode depreender desta análise é que, frequentemente, o baixo nível de institucionalização deve-se às resistências corporativas para com a implementação de práticas participativas, sempre que vinham à tona questões como controle, fiscalização e deliberação por parte da comunidade.

A iniciativa de abrir canais de participação cria espaço para um importante questionamento da relação município-comunidade. Em primeiro

lugar, faz emergir a necessidade da população, através de suas formas organizativas e representativas, enfrentar sua relação com as propostas de participação implantadas pelos municípios dentro do conceito de criar e gerar cultura no âmbito da democratização e de inovação da gestão da coisa pública. Em segundo lugar, não se devem desconsiderar as contradições que podem surgir no processo, seja quanto à formação de duplo poder, seja quanto a interferências da administração, seja ainda quanto ao controle de instâncias decisórias pelos grupos mais activos e consolidados.

Os resultados heterogéneos obtidos, no conjunto das edilidades, reflectem ainda as dificuldades de se modificar uma cultura burocrática e centralizadora, que coloca entraves à democratização dos serviços e aos mecanismos de fiscalização e controle social da administração pública.

A dinamização das instituições culturais, como as associações, empresas, organizações, etc... representam a possibilidade de estimular formas de cooperação com sectores organizados e não organizados da cidadania, nas quais não se percam de vista alguns temas essenciais à democratização da gestão da cultura. Estes temas centram-se na possibilidade de reforçar a capacidade de crítica e de intervenção dos sectores populares através de um processo pedagógico e informativo de base relacional; e a capacidade de multiplicação e aproveitamento de potencial dos cidadãos no processo decisório dentro de uma lógica não cooptativa.

Ao analisarmos as diversas respostas ao questionário proposta verificamos os que existem alguns aspectos, que são fundamentais para a compreensão do nosso estudo:

. Limitada capacidade de actuação municipal

A incapacidade e a inaptidão cultural de muitos eleitos, o desconhecimento técnico, a escassez de recursos humanos especializados e o deslocamento de recursos financeiros para áreas politicamente mais benéficas fazem com que os municípios possuam uma limitada capacidade de actuação, descuidando sectores culturais e acabando por produzir um conjunto de acções culturais, sem nexos e consequência.

Para além disso, existe uma limitação natural ao seu território geográfico, sendo raro os eventos produzidos em colaboração com outros actores políticos ou sociais.

Por isso tudo, devem as autarquias não resumir a sua acção cultural a meia dúzia de eventos, mas procurar uma estratégia que aponte caminhos para que a cultura passe a fazer cada vez mais parte da vida dos seus munícipes.

Atendendo ainda que geralmente as edilidades preocupam-se em “comprar realizações” e fazer a sua promoção, devem-se experimentar novas fórmulas para intervir e fomentar a criação e a produção, fases fundamentais do processo cultural.

O inquérito coloca ainda a descoberto a falta de uma atitude política municipal para a cultura nível concelhio ou inter-municipal/regional.

. Estrutura municipal pouco qualificada

As políticas culturais assentam directamente sobre a estrutura e recursos humanos dos municípios, que em grande parte dos casos é pouco qualificada, escassa e sem recursos técnicos. São raros os responsáveis autárquicos que responderam a este inquérito, que possuem um conhecimento aprofundado sobre a realidade do investimento municipal em cultura, confundido respostas e valores. Os resultados mostram ainda uma total ausência de uma estratégia cultural equilibrada, que promova e envolva os recursos humanos e que implemente um conjunto de medidas que incentivem a sua qualificação.

. Inadequada Formação de Recursos Humanos

É notório que as autarquias pouco investem nos recursos humanos ligados à cultura, bem como na formação e requalificação dos já existentes.

Assim é necessário um investimento real na formação de profissionais de cultura, que tenham como objectivo uma visão organizadora e estratégica da área, induzindo uma procura constante do conhecimento específico e da capacidade crítica e intelectual dos gestores. Só desta forma é que é possível reflectir, discutir, pesquisar e contribuir para a profissionalização do sector

cultural como vasto mercado de trabalho capaz de absorver esta mão-de-obra qualificada. Por fim, é preciso aprofundar a discussão sobre os saberes e competências relativos ao desempenho dessa carreira profissional de forma legítima e actuante dentro dos quadros de agentes do poder público, em departamentos específicos de empresas privadas, autónomos e empresários da cultura. Só assim é possível produzir um *corpus* de saberes que levem ao próprio reconhecimento do campo profissional da gestão cultural.

. Inexistências de Competências Culturais

Em cultura municipal, a questão das competências assume uma complexidade tremenda, uma vez que estamos perante 308 municípios a nível nacional com práticas e políticas completamente distintas, não coordenada nem estruturada, comprovada no facto dos inquiridos não conseguirem distinguir as componentes específicas de um projecto cultural coerente e intenso de uma sucessão de eventos.

Ausência de políticas culturais

A intervenção pública local é muito redutora e centra-se sobretudo naquilo que se denomina por sectores tradicionais da cultura: artes performativas (teatro, dança, expressão artística), música, património e pintura. A principal característica destas actividades é que possuem um impacto económico directo na economia do município.

Para analisarmos as políticas culturais municipais é necessário distinguir duas realidades diferentes. Por um lado temos os grandes centros populacionais (Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Faro) nos quais se concentra a criação, a produção e a exibição, com uma oferta pública e privada. Do outro lado estão os pequenos concelhos os quais dependem exclusivamente de acções municipais ou de uma ou outra associação cultural local.

Se excluirmos as grandes cidades, a política cultural municipal neste âmbito tem três linhas de acção, mas na maior parte dos municípios apenas se executam duas delas: a construção/reabilitação de equipamentos e a programação de eventos. A terceira linha é a criação e o apoio à sua

institucionalização, tanto seja de eventos, como de iniciativas em diversos formatos (festivais, feiras, concertos, etc.).

Nos últimos anos, o objectivo de qualquer município foi o de ter à sua disposição equipamentos remodelados ou novos mais por efeitos autárquicos, do que por questões de programação cultural.

7. Análise SWOT

Uma análise SWOT consiste na identificação de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (do inglês, strengths, weaknesses, opportunities and threats). Este tipo de análise deverá, em regra, ser feito com base numa situação específica. Em termos da utilização da cultura no contexto organizacional municipal, a situação reporta-se ao meio autárquico português.

A presente análise é portanto estruturada segundo estes eixos fundamentais, realçando-se que, no contexto externo, as situações podem constituir-se como oportunidades ou ameaças, independentemente de serem reais ou percebidas. O contexto caracteriza-se de forma dinâmica, quer no que respeita aos factores internos quer no que respeita aos factores externos directos – relacionados por exemplo com os clientes da organização ou a concorrência - ou indirectos, as tendências e influências sócioeconómicas, tecnológicas e outras, que impendem sobre a organização (Houben, Lenie & Vanhoof, 1999, p. 126).

Através do quadro resumo que se expõe a seguir é possível descrever uma matriz expressiva de alguns dos factores internos e externos que propiciam ganhos e perdas às autarquias, salientando-se o facto de alguns destes factores estarem subentendidos nos pontos forte mas também na dos pontos fracos. Só assim é que é possível efectuar uma tão desejável conversão das ameaças em oportunidades.

Pontos fracos

- . Inexistência de uma estratégia cultural de carácter local e regional
- . Não existem critérios definidos para os diversos públicos culturais/sociais
- . Pouca informação sobre as actividades culturais/sociais
- . Escasso desenvolvimento e produção cultural
- . Pouco envolvimento cultural dos agentes e públicos culturais/sociais
- . Programação cultural sem critérios de qualidade
- . Incapacidade das instituições para fomentarem o mercado cultural e criativo

- . Inexistência de profissionais da cultura nas autarquias
- . Desorganização e inexistência de liderança cultural/social
- . Deficiente imagem e marketing cultural

Pontos fortes

- . Capacidade de liderança organizacional
- . Existência de públicos culturais
- . Capacidade criativa e organizativas dos actores sociais
- . Património histórico-cultural de relevo
- . Existência de espírito empreendedor e associativo
- . Equipamentos culturais e sociais de qualidade
- . Recursos patrimoniais e artísticos de elevada qualidade
- . Produtores e organizadores culturais com qualidade
- . Existência de uma rede artísticas e culturais

Oportunidades

- . Formação para o desenvolvimento cultural.
- . Existência de associações e equipas técnicas para possibilitar um novo salto cultural
- . Consolidação de equipas técnicas.
- . Difusão de novas tecnologias.
- . Predisposição social para a participação e envolvimento cultural
- . Melhoria da imagem interna e externa do município.
- . Sensibilização social em volta dos objectivos de desenvolvimento local.
- . Acções de formação encaminhadas a recuperar artes, saberes e sabores que se encontram em perigo e dar-lhes perspectivas de futuro.
- . Incorporação da cultura como mercado laboral

Ameaças

- . Envelhecimento da população e quebra no processo criativo.
- . Desconhecimento das políticas de apoio municipais, nacionais e comunitárias.
- . Falta de formação cultural dos eleitos
- . Inexistência de políticas e estratégias municipais para o sector da cultura.
- . Falta de espírito criativo, apatia, conformismo e capacidade crítica.
- . Ausência de estratégias destinadas a apoiar o desenvolvimento de processos criativos e de formação de públicos.
- . Falta de associativismo e cooperativismo.
- . O crescimento demográfico zero ou negativo provocará a longo prazo, o desaparecimento de numerosos núcleos populacionais e a uma reorganização do mapa autárquico nacional.
- . Deterioração do património histórico-cultural.
- . Nepotismo politico-partidário

CAPITULO 3

OLHAR O FUTURO

1. Novos Horizontes

Os municípios possuem uma ampla autonomia para desenvolverem actividades culturais dentro do seu território. Em concreto, a lei de bases do municipalismo Português dá competências às autarquias para agirem em matérias de património, actividades e equipamentos culturais, ocupação de tempo livre e na promoção e protecção das especificidades locais de cada concelho.

Muitos políticos afirmam as suas autarquias possuem uma estratégia para a cultura. Um programa que não é programa político e que não se integra numa estratégia que vem a ser prosseguida ou que se propõe orientar, no futuro, os destinos e objectivos com que este sector se integra na estrutura política global. Geralmente é um conjunto de eventos ou objectivos mais ou menos aleatórios, estruturados em equipamentos, que levam à busca de investimentos. Assim, preocupam-se com os equipamentos materiais (mas descuram a capacidade técnica, manutenção e a formação), com os espaços (negligenciando a sua criteriosa utilização efectiva, a demanda real ou desejada do que tal equipamento permite), os acontecimentos (e muito raramente a competência de os criar, a formação de animadores e criadores), algum serviço (... mas sem cuidar nem prever os meios de o manter).

Assim, temos municípios que possuem equipamento, espaços e estruturas materiais, mas continuam a não ter uma programação cultural que os saiba aproveitar. Outros concelhos não possuem equipamentos, nem estruturas, nem recursos humanos, mas contudo há uma vida cultural interessante e sustentada, mediante a aposta de uma associação, ou de um conjunto de munícipes que procura nos instrumentos subsidiários (uma Igreja em vez dum auditório, dum quartel em vez duma galeria...) meios físicos para as suas realizações culturais.

Em alguns municípios que, materializaram em algumas áreas específicas, todo um misto de produções convergentes que hoje definem um

rosto, um carácter e um uma acção polarizadora, que mobiliza convergências, intercâmbios, capitais humanos e financeiros e sinergias. Esta situação é fundamental para o futuro. E nele uma palavra importante caberá por força às instituições nacionais, regionalizadas ou não. Até aqui o seu papel tem sido extremamente estéril, desequilibrado no tempo e no espaço, errático como as próprias instituições, quanto ao seu estatuto, presença no território, constituição, papel e nos meios de que dispõem. Contudo, o próprio exemplo de uma tutela nacional fraco, desequilibrado, apático e pouco uniforme, leva algumas autarquias a optar por um acentuado desinteresse na promoção de acções pouco esclarecidas.

Sabemos que o Estado não deve possuir um papel único na promoção e criação da cultura, mas não pode alhear-se da formulação dum programa estratégico que terá sempre subjacente um verdadeiro discurso sobre os valores da Cultura e da Educação.

Uma melhor e maior difusão da cultura é fundamental para que se permita estabelecer um diálogo entre as diversas autarquias. Não será possível responder às necessidades culturais dos munícipes se não atendermos ao crescimento, à especialização, à necessidade de construção de equipamentos e à melhoria das infra-estruturas culturais (teatros, auditórios, galerias, centros culturais, arquivos, bibliotecas, museus, centros de formação artística e de difusão cultural. O desenvolvimento da infra-estrutura cultural deve estar em consonância com o dinamismo intelectual e criativo do país. Para dar resposta à necessidade de uma melhor articulação dos esforços entre instituições é necessário empreender redes de trabalho e de desenvolvimento criativo e cultural, de forma a significarem uma verdadeira descentralização e desenvolvimento dos bens e serviços culturais.

A cultura pode, e deve, influir em diferentes aspectos do desenvolvimento municipal reforçando a identidade e a coesão social, contribuindo para a integração das minorias e dos desfavorecidos, melhorando a qualidade de vida e criando emprego, contribuindo para posicionar a o município num novo patamar de promoção externa. Mas os municípios possuem uma capacidade limitada na actuação em diferentes âmbitos e sectores culturais. Por outro lado, a sua incidência é menor nos sectores

culturalmente relevantes como na Indústria cultural e maior nos sectores culturais menos rentáveis como nas artes tradicionais ou nos serviços sócio-culturais. O âmbito da intervenção cultural propriamente municipal é a difusão, mas deve procurar novas fórmulas para intervir e estimular o processo cultural, sobretudo as áreas mais desfavorecidas: a criação e a produção.

Para que a Cultura seja um motor de desenvolvimento social, económico e regional é necessário que sejam cumpridos alguns dos seguintes objectivos:

- . Melhorar a visibilidade da cultura como sector produtivo de imenso potencial económico.

- . Intensificar estratégias de cooperação entre a iniciativa pública e privada, envolvendo as indústrias criativas, as universidades e a iniciativa pública.

- . Promover as novas indústrias criativas (design, arquitectura, publicidade, multimédia, moda, etc..) fomentando iniciativas que incentivem a criatividade, o talento e a inovação e criando laboratórios de inovação e criatividade.

- . Conceber estratégias de potenciação da produção e da distribuição das indústrias criativas no mercado nacional e internacional.

- . Conseguir uma maior convicção colectiva da importância da cultura.

- . Melhorar a integração dos cidadãos na cultura cívica partilhada.

- . Incrementar os índices de consumo cultural, fazendo a ligação entre a criação e o seu impacto social.

- . Criar mecanismos institucionais que permitam um continuado fluxo orçamental municipal para a área cultural.

. Instituir um Fundo de Capital de Risco para apoio a projectos culturais, de forma a criar um instrumento inovador dentro das administrações municipais para o fomento de sectores culturais considerados estratégicos (audiovisual, multimédia, património, editorial e criação artística/artes-plásticas)

. Os municípios devem promover iniciativas criativas e inovadoras dando-as a conhecer através de uma correcta estratégia de marketing, nos quais os meios audiovisuais são uma grande ferramenta de promoção.

. Como estratégia de promoção e de divulgação, alguns municípios têm apostado numa requalificação urbana como foco de atracção. Muitas vezes sem qualidade ou baseada em critérios estéticos duvidosos. Por isso torna-se fundamental estabelecer critérios de qualidade e estética na nova arquitectura, uma vez que ela é um poderoso factor de atracção e de dinamização.

. A cultura culinária em Portugal tem um peso muito particular e cada vez mais possui relevância dentro dos atractivos destinos turísticos. Neste sentido uma das apostas que podem ser tomadas pelas autarquias é a criação de roteiros gastronómicos de qualidade “*Walking tour gourmet*”, que tanto pode ser através das tasquinhas, ou mercados tradicionais, ou em restaurantes ou unidades gastronómicas de promoção e venda.

. A diversidade cultural e o carácter cosmopolita (ou a sua originalidade rural) de um território torna-se fundamentais para o desenvolvimento da actividade turística e económica, pelo que é necessário saber integrar as minorias étnicas e as suas especificidades culturais.

2. Novas atitudes e contributos para o desenvolvimento da cultura autárquica

Durante muitos anos, o desenvolvimento cultural dos municípios esteve liderado pelo por acções mais ou menos consequentes, cujo papel era o de

conduzir eventos público ou implementação de equipamentos com objectivos eleitoralistas mais ou menos encapotados.

Esse modelo gerou um enorme grau de desigualdade entre autarquias, o que não deveria surpreender a ninguém tendo em vista o uso intensivo e, às vezes, abusivo, do binómio cultura & política. O tempo encarregou-se mostrar essas percepções, sobretudo quando o modelo perdeu eficácia para promover o tal chamado desenvolvimento cultural.

Desta forma e fase às actuais exigências do panorama cultural municipal iremos apontar sugestões, caminhos e estratégias que nos levem a uma nova concepção de estratégias culturais e a sua implementação de forma equitativa por todo o País.

2.1. Planos Estratégicos para a Cultura

De carácter Municipal ou intermunicipal, estes planos de desenvolvimento cultural deveriam ser transversais a toda a sociedade envolvendo as instituições, criadores, associações e os cidadãos.

O plano estratégico para além de ser mobilizador unindo agentes e beneficiários (do município/região e do exterior) deverá ser capaz de actuar ao nível das condições de desenvolvimento assegurando coerência e integração, gerando consensos em torno de questões chave e sendo selectivo nas suas intervenções. Outro factor que importa referir para o sucesso e implementação de qualquer programa é a visibilidade e notoriedade do mesmo, que são elementos fulcrais para o seu êxito ou fracasso

Assim, estes documentos de trabalho deveriam ser estabelecidos segundo um esquema metodológico o qual aborda-se a liderança política do desenvolvimento cultural e consequente responsabilização, a participação activa dos agentes, criadores e instituições vinculados a vida cultural, fomento da cidadania e com elevado rigor técnico na elaboração deste documento e na sua implementação e desenvolvimento.

Numa primeira fase a concepção deste documento de trabalho deverá incidir sobre o diagnóstico e a concepção da estratégia, analisando-se diversos aspectos da vida cultural do município, ou da região, como as actividades e as

ofertas culturais, o consumo e as indústrias culturais, bem como o meio no qual a vida cultural se desenvolve e desenvolverá.

A formulação da estratégia permitirá definir uma visão do futuro nesta área bem como se concretiza nas directrizes de desenvolvimento. A visão é uma imagem partilhada do que queremos que a vida cultural de um município ou de uma região seja, ou venha a ser. O horizonte a alcançar através dos programas e acções que serão parte integrante do Plano Operacional.

Nesta segunda fase da Metodologia, avançamos mediante a formulação de acções a desenvolver, que poderão ser propostas de melhoramento de medidas já implementadas bem como novos projectos, de forma a melhorar a gestão cultural actual, até à criação de novos produtos, ou programas de incentivo ao consumo cultural. O Plano operacional deverá ser estruturado em diversas fases temporais e em cada uma delas em macro-programas, programas, acções e dotação orçamental própria.

Só através do Plano Estratégico Municipal e inter-regional é que os municípios poderão dar respostas aos diversos desafios que se colocam, bem como garantir a excelência artística dos teatros, escolas de formação, museus, salas de espectáculos, festivais... até chegar a estabelecer novas articulações entre cultura e educação, com processos de coesão e de integração social, com o turismo, desenvolvimento económico, indústria e o comércio cultural, bem como com as transformações técnico científicas.

Uma das questões que se coloca no meio cultural autárquico é um populismo desgarrado, muitas vezes extremamente partidarizado.

Estas ideias de politização da cultura são frequentemente e veementemente criticadas tanto pelas “classes dominantes” como por alguns “públicos culturais”, cujas acções se caracterizaram sempre por tentativas de impor uma “espécie de cultura”. Independentemente da sua forma, os extremos na visão da cultura produziram políticas culturais desgarradas, sem consequências e perfeitamente obsoletas. Senão vejamos: alguns municípios procuraram estabelecer políticas culturais com uma visão instrumental e preconceituosa, uma vez que consideravam a cultura como caminho para a “consciencialização” das classes populares, enquanto outros tomaram uma opção populista de darem à sociedade aquilo que a maioria popular quer,

mesmo que esses gostos sejam temporários e sujeitos às ditas modas da “animação cultural”

São pouco os exemplos em que as estratégias de desenvolvimento cultural possibilitem aos munícipes ter garantias de acesso à informação, à produção cultural, à participação, inclusive em co-gestões, e à fruição dos bens culturais. Em outras palavras, as políticas culturais de um Município devem fazer a ponte entre a criação e o consumo, respeitando a diversidade e fomentando as acções que nos conduzam a um verdadeiro processo cultural integrado, destinado aos diversos públicos.

Compete aos municípios implementarem estratégias culturais que não caiam em processos de produção de significados culturais obsoletos, no populismo, na massificação, no romantismo e na criação ou exaltação de mitos. Para além disso a cultura deve ser supra partidária, sem cor política, sem disputas do poder político.

Este novo conceito de cultura, fundamental na compreensão das políticas públicas envolve a discussão dos símbolos, do resgate de tradições, do movimento constante dos códigos culturais, a criação como base da arte e a produção de outras memórias que se contraponham àquela forjada pela sociedade nas suas várias instâncias.

Outro objectivo que deve pautar os executivos municipais é o de pôr fim a um tipo de pensamento que encara a cultura como “luxo” e, por consequência, logo o torna como área não prioritária.

2.1.1. Linhas fundamentais para um plano estratégico

A definição de estratégias para a concepção de uma estrutura cultural mais forte, passa obrigatoriamente pelos seguintes conceitos:

Contemporâneo

É fundamental encontrar o equilíbrio entre a modernidade e a tradição, respeitando os valores culturais locais, e potenciá-los através de uma fusão com os movimentos culturais de vanguarda.

Criativo

A Cultura é uma fábrica de ideias, de experimentações, de novidades. Através da conjugação de diversas ciências e técnicas é possível implementar uma estratégia cultural de futuro, que crie sinergias fundamentais ao desenvolvimento local.

Participativo

Todos os segmentos culturais devem sentir-se representados, úteis e saberem que são parte integrante e activa da estratégia cultural. Deve-se procurar o maior consenso entre todos.

Compreensivo

Capaz de entender o projecto cultural de uma maneira global, sendo necessário resolver e solucionar actuais e futuros problemas/conflitos.

Integral

A cultura deve ser encarada como uma área integral, sendo necessário saber dialogar com áreas estratégicas parceiras (educação e economia) com equilíbrio, inovação e criatividade.

Útil

Construindo medidas que sirvam a todos os sectores que procurem um caminho de crescimento, devendo conhecer e avaliar bem os parâmetros necessários à constituição de linhas de futuro em cada segmento cultural.

Duradouro

Capaz de entender por onde vai o futuro da cultura e sem o deter, ser capaz de prevê-lo, convertendo-se numa ferramenta válida de desenvolvimento que perdure no tempo.

Referencial

Convertendo o seu carácter pioneiro em outro dos seus atractivos para quem queira construir algo parecido, tanto no território nacional como fora dele.

Assim, deverá incluir em si a coordenação e cooperação com outras instituições (públicas e privadas) assim como a inserção de políticas de comunicação, diálogo, respeito e cidadania.

Avaliativo

Este plano estratégico deve ser autocrítico, de forma a permitir ajustamentos permanentes, gerando instrumentos de medição para o sector, com parâmetros de investigação e desenvolvimento sustentável para o futuro.

2.2. Criação de Territórios Culturais

Através da criação de parcerias entre instituições culturais públicas e privadas, grupos culturais, associações, criadores e munícipes é possível organizar operações e estratégias para a concepção de programas territoriais e acções conjuntas, que impulsionem o desenvolvimento de determinadas áreas.

2.2.1. REDES CULTURAIS MUNICIPAIS

Os profissionais da cultura e as instituições deverão procurar a cooperação directa, os intercâmbios entre produtores culturais, operando de maneira prática e contar com organizações flexíveis, dinâmicas e transversais.

Faz tempo que as redes são realidades culturais ao nível autárquico na Europa, contudo em Portugal elas estabeleceram-se nos inícios do século XXI, mais por afinidade de programadores de associações culturais ou instituições do que por vontade política.

Ao analisarmos as potencialidades destas estruturas vemos que permitem criar um discurso comum entre os profissionais e artistas de diversas origens e proveniências, que permite produzir cultura e divulgá-la, para além de permitir uma nova abrangência social e promover o diálogo inter cultural. As redes podem ainda funcionar de forma mais especialidade, agrupadas para gerar intercâmbio de conhecimento, maior influência, presença e representação nos organismos municipais.

Actualmente as redes municipais de cultura deviam-se orientar claramente para a cooperação aplicada e inovadora. Estas deviam centrar as suas iniciativas na promoção e comercialização conjunta, orientada a diversificar a oferta mediante a criação de produtos que distribuam melhor os fluxos turísticos entre os distintos recursos e que obtenham uma maior rentabilização das infra-estruturas existentes.

Estas redes deviam ainda assumir o risco de produção de novas apostas especialmente no âmbito da criação e da cultura contemporâneas, através da qual poderiam contribuir em parceria para a implementação de um programa de responsabilização social e cultural, criando estratégias locais e regionais, para estimular a criatividade e novos públicos.

2.3. Visão diferenciada da Cultura enquanto Cidadania

É necessário fazer que a Cultura supere o carácter de espectáculo, de erudição ou folclore com o qual é frequentemente trabalhada e passe a ser vista tanto como direito de acesso a bens culturais – materiais ou simbólicos – quanto como produção humana, não só de sujeitos singulares (aqueles reconhecidos como “artistas”) mas de todos. É preciso fazer cultura, produzir novos contextos e procurar novos públicos.

2.4. Património, Território e Valor

A aposta no valor dos recursos paisagísticos, naturais, culturais e no património construído, em todas as suas dimensões surge como um sector estratégico a explorar na actual conjuntura do municipalismo português.

Neste sentido as administrações municipais locais devem jogar um papel fulcral na protecção e valorização do património cultural, estabelecendo-o como um dos eixos de desenvolvimento sustentável. A interrelação com o meio natural gera um valor acrescentado que outorga qualidade de vida dos munícipes e gera emprego. Assim é necessário que as autoridades façam um

esforço de imaginação e criatividade, mas também deve exigir dos cidadãos um carácter empreendedor, que o diferenciara e gerara desenvolvimento.

2.5. Cooperação Público e Privado: O mecenato

Cada vez mais os empresários procuram desenvolver dentro das suas instituições e seus colaboradores um novo conceito de responsabilidade social corporativa. Assim, as empresas devem atender às expectativas da sociedade que querem manter a sua posição estratégica. Actualmente as iniciativas privadas apostam sobretudo nos sectores sociais e culturais procurando daí retirar benefícios para a sua imagem. Mediante as acções de mecenato as empresas levam acabo uma acção de serviço público complementaria das responsabilidades das instituições públicas.

Em Portugal, as actuações de mecenato junto dos municípios são extremamente reduzidas, insuficientes e pouco desenvolvidas. Esta situação deve-se também à qualidade de programação dos eventos/actividades, uma vez que as empresas procuram iniciativas de qualidade e com visibilidade. Assim estamos perante uma situação extremamente clara em termos de mecenato: Sem cultura de qualidade, não existem apoios financeiros de entidade privadas.

2.6. Marketing Cultural dos Municípios

Outra das estratégias de marketing cultural dos municípios é também o uso da “tematização” ou da “multitematização” do seu espaço para a apresentação de produtos de turismo cultural basicamente sobre a base do património cultural.

Este tipo de realizações reúne diferentes equipamentos baixo um mesmo fio condutor um período cronológico, um elemento diferencial ou singular ou um determinado personagem.

Outro tipo de elemento para promover a diferenciação e a singularidade territorial é o uso da arquitectura emblemática para promover instituições culturais, procurando criar uma forte presença urbana e cultural.

Outra das iniciativas de marketing que terá de ser implementada é a concepção de marcas culturais que se explanem por todo um sistema comunicacional e informativo do município.

Neste campo, podemos ainda afirmar que a criatividade de uma edilidade faz-se sentir através da imagem, do design e da moda, como uma atracção de públicos e de investimento, pelo que devem ser estudados processos e metodologias para o desenvolvimento de uma cultura estética que alastre para além da instituição e se transforme numa matéria pública.

2.7. A Dimensão Educativa da Cultura Municipal

De um ponto de vista teórico é indiscutível que a complementaridade entre as políticas culturais e as educativas. A prática dos resultados demonstram que estas políticas educativas desenvolveram a partir da interpretação e tipificação de uma necessidade global dos munícipes.

Neste sentido a cultura tem que realizar grandes esforços para demonstrar a sua inclusão nas prioridades da intervenção pública. Pelo contrário, a educação é considerada como um princípio fundamental é imprescindível, que não requer mais argumentação que a sensibilidade e a repartição dos fundos municipais para o evento determinado.

As políticas culturais municipais devem adoptar estratégias educativas que fomentem a criação de públicos, a participação, sociabilização de linguagens expressivo-criativas, fomento à criação, difusão da identidade e democratização da cultura.

O conceito da cultura educadora baseia-se num novo paradigma educativo que se desenvolve através das bibliotecas, património cultural, difusão e formação artística, museus e arquivos. Estes equipamentos oferecem actividades destinadas à formação cognitiva, emocional e curricular das crianças em idade escolar e sem se esquecer os serviços específicos de apoio aos professores.

Outro eixo que deverá ser explorado é o da difusão artística. Mais inovador permite aos intervenientes experimentar, sentir, fazer e criar, envolvendo-os como parte do processo criativo.

2.8. Reorganização do modelo de programação e de gestão dos equipamentos culturais

As políticas municipais para a Cultura deverão ser alvo de uma reorganização mental e estrutural. Só assim é que podemos aspirar a um novo modelo de programação e de gestão dos equipamentos municipais, mais flexível, operacional e menos burocrático, com estratégias na captação e formação de públicos e na criação e formação artística e na democratização da cultura (LOPES: 2000, 204).

Precisa-se pois de uma forte aposta na diversidade, no qual o(s) actor(es) culturais não dependam exclusivamente das autarquias tanto em espaços como em financiamentos, ou que possam estar sujeitos às “mudanças de humor” do poder político.

Assim, sugerimos a criação de planos estratégicos para dez anos discutidos publicamente e posteriormente aprovados sob o compromisso de serem colocados em prática por todas as forças políticas e cívicas do município.

Outra inovação é a da congregação e articulação dos diversos planos estratégicos municipais num documento de âmbito regional de forma a criarem-se sinergias e possibilidades de programação e articulação de redes culturais.

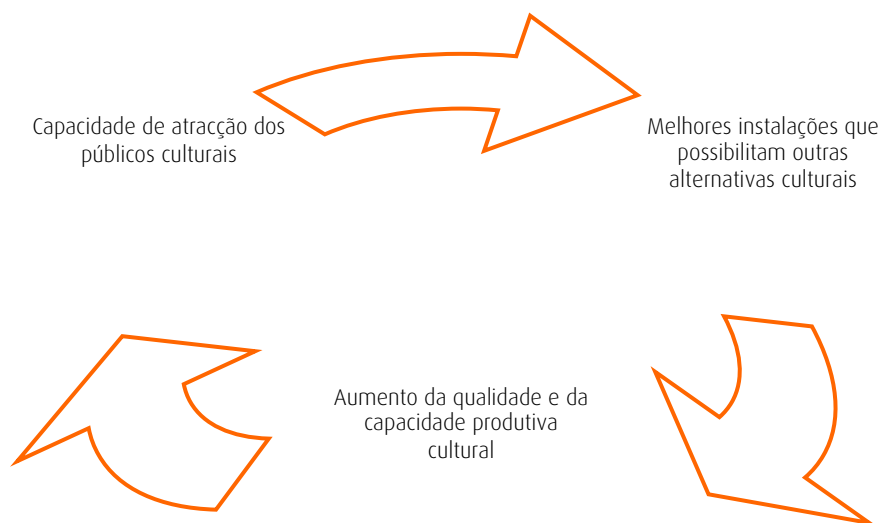
A inserção nos quadros de pessoal das autarquias, através de contratação ou de aquisição de serviços da figura do gestor cultural profissional, com formação específica, devidamente apoiado administrativamente e com autonomia tanto a nível de programação como na gestão do orçamento para a Cultura poderá criar um maior profissionalismo e sobretudo uma nova dinâmica.

2.9. Nova Estratégia para os recursos humanos

A escassez de técnicos preparados para liderarem com as diversas problemáticas da cultura e suas especificidades é um dos principais problemas do actual mapa municipal. Assim sugerimos a constituição de uma equipa técnica de qualidade através da reorganização das tarefas e dos recursos humanos envolvidos de forma a implementar uma cultura de serviço público orientado para o munícipe.

Torna-se fundamental desenvolver uma gestão estratégica, por objectivos baseada na qualificação e responsabilização dos funcionários, procurando a certificação de competências e de qualidade dos profissionais envolvidos.

Outra estratégia que se poderá adoptar, sobretudo nos municípios com menos recursos financeiros passa pela readaptação da implementação de estratégias de parcerias com os agentes culturais



Conclusão

Ao observarmos o panorama das actividades autárquicas constatamos que para muitos autarcas cultura é igual a obra, animação ou entretenimento. Assim, questões fundamentais como o património material e imaterial, valores artísticos, éticos de direitos, cidadania, cultura política, estéticos, ecológicos, etc... encontram-se fora do raio de acção das políticas municipais para a cultura e território.

São, pois, poucos os municípios que trabalham a cultura como qualidade de vida e desenvolvimento humano, uma vez que não é possível pensar no crescimento económico e na mudança social de uma região ou município, sem uma estratégia cultural estruturada e credível, que permita um abrir de horizontes e de perspectivas. Se o poder municipal não tiver esta noção bem presente estamos apenas escamoteando a realidade, uma vez que a actividade artística não dá conta da complexa realidade do local ao global.

Numa sociedade a cidadania plena só pode ser efectiva se a cultura desempenhar um papel chave para a reflexão e prática do exercício do poder, pelo que qualquer projecto ou estratégia a conceber deverá obrigatoriamente constituir-se a partir de uma herança histórica multifacetada, repleta de contribuições culturais, vivências, rostos, manifestações artísticas, etc..

Cultura é um processo complexo, de particularidades distintas, em permanente tensão num território contraditório, atravessado por múltiplas tendências opostas.

Por isso compete a qualquer município ter ao dispor dos seus munícipes uma ampla oferta cultural, uma visão ampla e divertida da cultura com uma forte vertente pedagógica/educacional e uma sociologia da identidade das suas gentes.

No actual modelo do estado a cultura é um direito do indivíduo, como expressão da sua liberdade e da própria Democracia. Por isso mesmo, valores como a liberdade cultural, o fomento da própria identidade, a multidisciplinariedade, a criatividade, o envolvimento da sociedade e a clarificação técnica, metodológica e orgânica deviam ser vectores presentes numa bem planificada, discutida estratégia cultural de qualquer município.

Não falamos em Políticas Culturais Autárquicas... porque em muitas edilidades essa tipologia nem sequer existe. Em alguns casos são efémeras mudando de quatro em quatro anos e em outros concelhos as actividades culturais reflectem a personalidade do líder, onde o gosto das cúpulas se torna o gosto das massas, relembrando velhas e gastas ideologias. Por isso mesmo, o que se necessita é de uma Cultura da Cultura. Perene e duradoura, estrategicamente bem definida e inabalável pela constante andança dos políticos, porque como nos diz Eduardo Prado Coelho *“A cultura política da classe política é reduzida, o que reduz muitas vezes os alinhamentos partidários a meros confrontos de tipo pessoal. Ou clubista”*.

Face ao exposto é necessário que a sociedade deixe de ser mais benevolente e apática, com a falta de estratégias culturais e com lideranças obsoletas que muitas vezes preocupam-se mais com efeitos eleitorais de dúbio valor, do que com verdadeiros projectos efectivos. Importa reorganizar ideias e paixões, estimulando o culto da sensibilidade e da criatividade. Torna-se imperativo um novo rumo, com um enérgico código de valores, onde a alma e a força da cultura passem a ser exigências do dia-a-dia. A consciência da Cultura reflecte-se na nossa vivência e na imagem. Sem essa noção estamos condenados à letargia da ignorância e ao insucesso da própria condição humana.

Por tudo isto, urge rever estratégias, métodos de intervenção e modelos de acção, com maior qualidade, gestão democrática e polivalência, porque a Cultura não se remenda. Não é como uma estrada à qual se tapam uns buracos e lava-se a cara. A falta de cultura condena-nos à perda das memórias, ao desconhecimento, à ignorância, ao fracasso da nossa sociedade.

Para além disto, o campo cultural é um terreno no qual se movimentam memórias, actores, histórias, sonhos e patrimónios, pelo que o exercício do poder deverá entender a centralidade da cultura de forma transversal a todos os processos vitais, desde o urbanismo até à educação, ou na convivência social. Para isso é imperativo que a governança democrática da cultura desempenhe um papel primordial na gestão do território, primeiro no mapa concelhio, alargando-se posteriormente à região.

É nossa intenção, ao concluir este trabalho, colocar o acento tónico na diferença que se pressente (seja ao nível de opiniões, de atitudes ou de dados concretos) entre as condições sócio-culturais da população e aquilo que podem considerar-se as suas aspirações.

Dito isto, estamos em crer que uma das virtudes do presente trabalho é justamente a de permitir alertar para uma muito forte necessidade de se encontrarem soluções, obviando a supressão das múltiplas insuficiências culturais detectadas na análise ao investimento municipal em cultura.

Há pois, inegavelmente, todo um trabalho de fundo a realizar no meio cultural municipal. Atenção, porém que é preciso que fique claro, e a população entende-o, que essa tarefa não passa apenas por alterações ao nível das instituições políticas, mas sobretudo por transformações de índole social e cultural dos seus eleitos.

Contudo e de uma forma mais do foro do senso comum do que da racionalidade, é necessário referir que para se fazer cultura é necessário termos cultura e sabermos entendê-la. Não são precisos génios, mas pessoas que se dedicam de alma e coração às novas paisagens culturais, com sensibilidade, labuta e paixão.

Quer-nos parecer, por fim, e à laia de balanço, que apesar das limitações inerentes a um estudo desta natureza foi possível abordar as características, lacunas e necessidades mais significativas do meio cultural municipal, para além de apontarmos ideias e medidas que urge implementar para que o valor da cultura nas autarquias portuguesas seja verdadeiramente relevado.

Bibliografia

AAVV - *Juventude Portuguesa: situações, problemas e aspirações*. Lisboa: ICS/Instituto da Juventude, 1989.

AAVV - *Obras da Arte : Construção/Demolição*. Porto: Campo das Letras, 2002. IS

ADORNO, Theodor - Culture industry reconsidered. *The culture industry : selected essays on mass culture*. ISSN: (1991).

AGUILETA, Iñaki Lopez de - *Cultura y ciudad : manual de política cultural municipal*. Gijón: Ediciones Trea, S. L., 2000. 36 vol. ISBN: 84--95178-59-1.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sydney - *The civic culture; political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963. IS

ALSINA, M. RODRIGO - *Comunicación Intercultural*. Barcelona: Anthropos, 1999. IS

ALVES, Ana Maria - *As Entradas Régias Portuguesas: uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986. IS

AMENDOLA, G. - *La ciudad postmoderna*. Madrid: Celeste, 2000. IS

ARENDT, Hannah - *La crise de la culture*. Paris: 1972. IS

ASCHER, François - *Metapolis : acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora, 1998. IS

BAKER, Kendall L.; DALTON, Russell J.; HIDEBRANDT, Kai - *Germany transformed : political culture and the new politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1981. IS

BALLART, Josep - *El Patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997. IS

BANHA, Rui - *Diagnóstico Sociocultural de Loures*. Loures: Câmara Municipal, 1994. IS

BAPTISTA, Ana Salgueiro - *O teatro nos anos oitenta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. IS

BAPTISTA, Cristina Paula - *Fundações portuguesas: Quantas são Como são?* Centro Português de Fundações, 2003. 0 vol. IS

BARRETO, Luís Filipe - *Rumos do saber em Portugal, do Renascimento ao Iluminismo*. Ciências em Portugal Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1991.

BASSAND, Michel; JOYE, Dominique - *Politiques culturelles d'Europe: mesures étatiques ou transactions sociales? Pour une Sociologie de la Transaction Sociale*. Paris: L'Harmattan, Éditions. (1992).

BAUMAN, Z. - *Strangers: the social construction of university and particularity*. *Telos*. ISSN: (1989) 7-42.

BELK, Russel W. - *La consommation symbolique d'art et de culture. Économie et culture*. ISSN: (1987).

BERKOWITZ, Edward D. - *Something happened : a political and cultural overview of the seventies*. [s.l.]: Columbia University Press, 2006. IS

BIANCHINI, F. - *Considérations culturelles sur la revitalisation des centres-cilles. Conseil de Léuope : culture et quartiers*. ISSN: (1996).

BIANCHINI, F. - Culture, conflict and cities : issues and prospects for 1990. *Cultural policy and urban regeneration. The West European experience*. ISSN: (1993).

BONET, E. - *El sector cultural en España ante el proceso de integración europea*. Madrid: CEP/Ministerio de Cultura, 1992. IS

BORDIEU, Pierre - *Questios de Sociologie*. *Les Éditions Minuit*. ISSN: (1984).

BORDIEU, Pierre - *Raisons pratiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1994. IS

BURKE, Peter - *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento, 1980. IS

CAETANO, Marcelo - A codificação Administrativa em Portugal (Um século de Experiência: 1836-1935). *Revista da Faculdade de Direito*. ISSN: (1934).

CAETANO, Marcelo - *História do Direito Português (1140-1495)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1981. IS

CALAF, Roser - *Arte para todos : miradas para enseñae y aprender el patrimonio*. Gijón: Ediciones Trea, S. L., 2003. 75 vol. ISBN: 84-9704-080-5.

CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de - *O Municipalismo em Portugal*. Beja: Escola Superior de Educação de Beja, 1992. 7 vol. IS

CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus Municípios – Estudos Económico-administrativos sobre o Município Português nos Horizontes da Reforma Liberal*. Braga: Universidade do Minho, 1995. IS

CAPELA, Viriato - *As elites do norte de Portugal na administração municipal (1750-1834)*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998. IS

CARDONNA, Janine; LACRIUX - *Chiffres clés: Satisques de la culture*. 1993.
IS

CARDOSO, Luís - *Dicionário Geográfico*. Lisboa: Regina Officina Sylviana e da
Academia Real, [s.d.].

CHALENDAR, Jaques de; BRESSON, Guy de - *Mécénat en Europe*. Paris:
Documentaition Française, 1987. IS

CHOAY, Françoise - *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992. IS

CLAVAL, Paul - *A Nova Geografia*. Coimbra: 1987. IS

COELHO, António Borges - *Comunas ou concelhos*. 2.^a edição. Lisboa:
Editorial Caminho, 1986. IS

COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Poder Concelhio: das origens às Cortes
Constituintes. Notas da história social*. Coimbra: Centro de Estudos e
Formação Autárquica, 1986. IS

COELHO, Maria Virgínia Aníbal - *O Perfil de um Poder Concelhio: Santarém
durante o Reinado de D. José*. [s.d.].

COLOM, A. J. - Educación ambiental y la conservación del patrimonio.
Educació no formal. ISSN: (1998) 127-150.

CONDE, Idalina - A cultura na Europa comunitária dos anos 90. *Risco*. 16
(1991).

CONDE, Idalina - Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995).
Sociologia – Problemas e Práticas. Lisboa: 23 (1996) p. 117-188.

CONDE, Idalina - Contextos, culturas, identidades. In VIEGAS, José Manuel
Leite ;

CONDE, Idalina - Percepção estética e públicos da cultura : perplexidade e redundância. *Percepção estética e públicos da cultura*. ISSN: (1992).

CONDE, Idalina - Práticas culturais : digressão pelo confronto Portugal - Europa. *Observatório das actividades culturais* [em linha]. 4 (1998) 4-7. Disponível em WWW: <URL:<http://www.oac.pt>>.

CONDE, Idalina - *Profissões artísticas e emprego no sector cultural*. Lisboa: Observatório de actividades culturais, 2000. 7 vol. IS

COSTA, António Firmino da - Políticas culturais : conceitos e prespectivas. *Observatório das Actividades Culturais* [em linha]. 2(1997) 10-14. Disponível em WWW: <URL:<http://www.obs.pt>>.

COSTA, António Firmino da. *Portugal, que Modernidade?* Oeiras: Celta, 1998.

COSTA, António Carvalho da - *Corografia portugueza e descrição topografica do famoso Reino de Portugal*. Lisboa: Oficina de Valentim Deslandes, 1706-1712. 3 vol. IS

COSTA, Vicente José Ferreira Cardozo da - *Compilação Systemática das Leis Extravagantes de Portugal*. Lisboa: Impressão Régia, 1806. IS

CRANE, Diana - *The producion of culture : media and the urband arts*. Newbury Park: Sage Publications, 1992. IS

CUENCA, M. - Ocio y futuro. Del homo ludens al homo festus. *Letras de Deusto*. ISSN: (1993).

CURTO, Diogo Ramada - *A Cultura Política em Portugal (1758-1642). Comportamentos, Ritos e Negócios*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa. 1994. Sociologia Histórica de Doutoramento.

DIAS, João Alves - *A comunicação entre o poder central e o poder local. A difusão de uma lei no século XVI*. Editora Delta, 1987. IS

DINIS, António Joaquim - *Monumenta Henricina, Coimbra*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974. IS

DIONÍSIO, Eduarda - *Títulos, acções, obrigações*. Lisboa: [s.d.]. IS

DOMENACH, Jean Marie - *Culture et politique*. Paris: 1991. IS

ECO, U. - *Apocalípticos e integrados ante la cultura ede masas*. Barcelona: Lumen, 1968. IS

ENZENSBERGER, Hans - *Questões de Detalhe*. 1977. IS

ENZENSBERGER, Hans Magnus - *Zig zag : the politics of culture and vice versa*. New York: New Press, 1997. IS

EUROPA, Conseil de - *Culture dans la ville. Les politiques culturelles des villes europèemes aujourd'hui: bilan et perpectives*. 1993. IS

FEARTHERSTONE, Mike - *Consumer culture & postmodernism*. London: 1996. IS

FERNANDES, António Teixeira - *Memória e identidade em comunidade autárquica : Arouca na encruzilhada do passado e do futuro*. Arouca: Câmara Municipal, 2002. ISBN: 972-8487-53-3.

FERREIRA, Claudino - *Intermediação cultural e grandes eventos. Notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas*. 2002. 167 vol. IS

FORTUNA, Carlos - *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta, [s.d.]. IS

FORTUNA, Carlos - *Projecto e circunstância : culturas urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. 7 vol. ISBN: 972-36-0575-9.

GARCIA, M. I. - *La industria de la cultura y el ocio en España : su aportación al PIB*. Madrid: Fundación Autor, 1997. IS

GIRAD, Christophe - *La Culture sur un strapotín*. *Le Figaro*. ISSN: (2003).

GIRARD, Augustin - *As investigações sobre as práticas culturais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. IS

GIRARD, Augustin - *Les industries culturelles: un handicap ou une nouvelle chance pour le développement culturel?* In UNESCO. *Les Industries Culturelles*. 1982.

GOFF, Jacques Le - *História e Memória*. [s.l.]: 1990. IS

GOMES, Rui - *Professional Carrers in Cinema Producion in Portugal: Different Contexts, Generations and Gender*. Bona: ARCult Media, 2005. IS

GOMES, Rui Temlo - *Entidades Culturais e Arqúiticas em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, [s.d.]. ISBN: 972-8488-37-8.

HABERMAS, Jurgen - *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984. IS

HABERMAS, Jurgen - *A nova capacidade : a crise do Estado-Providência e o esgotamento das energias utópicas*. *Revista de Comunicação e Linguagens*. ISSN: (1985).

HABERMAS, Jurgen - *O polémico e multi-facetado tema da modernidade*. 1990. IS

HALBWACHS - *A memória colectiva*. [s.l.]: [s.d.]. IS

HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan : instituições e poder político. Portugal – Século XVIII*. Coimbra: 1994. IS

HESPANHA, António Manuel - *Cities and the state in Portugal*. ISSN: ([s.d.]) 707-720.

HOBBAWM, E. J. - *A era do Capital*. Lisboa: Presença, 1979. IS

HOUBEN, G. - *A knowledge-based SWOT analysis system as an instrument for strategic planning in small and medium sized enterprises*. Elsevier, 1999. 26 vol. IS

HUET, Armel; [et al.] - *Capitalisme et Industries Culturelles*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

JACOBI, Pedro Roberto - *Ampliação da cidadania e participação - desafios na democratização da relação poder público - sociedade civil no Brasil*. São Paulo: Ciência Ambiental Universidade de São Paulo. 1999.

KLINGEMANN, Hans-Dieter; FUCHS, Dieter; ZIENLONKA, Jan - *Democracy and political culture in Eastern Europe*. London: 2006. IS

LEWIS, Justin - *Art, Culture & Enterprise*. London e New York: Routledge, 1990.

LEROY, Dominique - *Crise économique et rôle capital du maintien et du développement de la vie artistique par le spectacle vivant*. Lisboa: (1995).

LOPES, João Teixeira - *Alguns contributos para (re)pensar da noção de recepção cultural*. *Cadernos de ciências sociais*. ISSN: (1996) 15-16.

LOPES, João Teixeira - *A cidade e a cultura : um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento, Câmara Municipal, 2000. IS

LOPES, João Teixeira - *Em busca de um lugar no mapa : reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão*. Celta, 2000. 34 vol. IS

LOPES, João Teixeira - Tempos e espaços de animação. *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento*. ISSN: (1994).

LOURENÇO, Vanda - *Impacto e receptividade do programa cultura 2000 em Portugal*. Lisboa: Observatório das actividades culturais, 2002. IS

LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1990. IS

MADEIRA, Cláudia - *Novos notáveis. Os programadores culturais*. Oeiras: Celta, 2002. IS

MALRAUX, André - *Antimémoires*. Paris: 1972. IS

MALRAUX, Gallimard - *Antimémoires. AndréParis*. ISSN: (1972) 355.

MANNHEIM, Karl - *Sociologia da cultura*. S. Paulo: Ed. da Universidade, 1974. IS

MARCE, X. - Algunes consideracions sobre la definició de cultura i els centres culturals. *Sabadell. La cultura a reflexió*. ISSN: (1994).

MARCEL, Jean-Christophe - L'évoluion des pratiques culturelles des français. *Cuture et Societé*. ISSN: ([s.d.]) 260.

MARQUES, Fernando Pereira - *De que falamos quando falamos de Cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. IS

MCLAREN, P. - *Pedagogia crítica y cultura depredadora*. Barcelona: Paidós, 1995. IS

MÉLIK-PASHÁEV, A. - *Manatiales de creación (premisas del desarrollo artístico del niño)*. Moscú: Progreso, 1987. IS

MORALES, A. J. - *El Patrimonio Histórico-Artístico*. Madrid: 1998. 16 vol. IS

NEVES, José Soares - Despesas dos Municípios com Cultura. *Observatório das actividades culturais* [em linha]. (2000). Disponível em WWW: <URL:http://www.oac.pt>.

NEVES, José Soares - Despesas dos Municípios com cultura [1986-2003]. *Observatório das actividades culturais* [em linha]. (2005). Disponível em WWW: <URL:http://www.oac.pt>.

NEVES, José Soares; SANTOS, Jorge Alves dos - Sobre o Inquérito ao Financiamento Público Municipal das Actividades Culturais: uma proposta de método, Relatório Final. *Observatório das Actividades Culturais*. Lisboa: (2003).

NORA, Pierre - Entre memória e história : a problemática. ISSN: (1993).

NUNES, João Sedas - *A terceira margem do rio: um exercício de reflexividade sociológica a partir de um estudo sobre práticas culturais*. Lisboa: Prova de Capacidade Científica em Sociologia, 1996. IS

O'CONNOR, Justin; WYNNE, Derek - Das margens para o centro : produção e consumo de cultura em Manchester. *Cidade, Cultura e Globalização*. ISSN: (1997).

PAIS, José Machado; al.], [et - *Práticas culturais dos lisboetas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994. IS

PAIS, José Machado - Usos do tempo e espaços de lazer. In AAVV. *Juventude*

portuguesa : situações, problemas e aspirações. Lisboa: ICS e Instituto da Juventude, 1989.

PERES, Sidney Clemente - *Cultura, política e identidade na Amazônia : o associativismo indígena no Baixo Rio Negro*. São Paulo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas Departamento de Antropologia. 2003. 457 p. Doutorado.

PINHEIRO, João - *Associativismo Cultural em Cascais*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2005. 2 vol. IS

PINTO, José Madureira - Democracia e desenvolvimento cultural sustentado: o papel do Estado. *Observatório das Actividades Culturais*. Lisboa: 1 (1997).

PINTO, José Madureira - Intervenção cultural em espaços públicos. In SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *Cultura e Economia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1995.

PINTO, José Madureira - Uma reflexão sobre políticas culturais. In AAVV. *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

Portugal. SEC/GP e Instituto Nacional de Estatística - *Despesas Culturais dos Municípios : uma Análise Espacial*. Lisboa: SEC/GP, 1989.

QUINTANA, Ignacio - *Políticas culturales en las grandes ciudades*. Madrid: Editorial Sistema, 1990. IS

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van - *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992. IS

RENCHER, Alvin C. - *Methods of multivariate analysis*. 2nd ed. Washington: 2002. IS

RIBEIRO, António Pinto - A cultura em Portugal no final do século : entre a abundância e a miséria. *Observatório das actividades culturais* [em linha]. 3 (1998) 4-6. Disponível em WWW: <URL:http://www.oac.pt>.

RIBEIRO, António Pinto - A cultura em Portugal no final do século: entre a abundância e a miséria. *Observatório das actividades Culturais*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. 3 (1998).

RIBEIRO, Orlando - *Geografia e Civilização : temas portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.]. IS

RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 2.^a ed. Lisboa: Sá da Costa Editores, 1963. IS

ROA, A. - *Modernidad y postmodernidad : coincidencias y diferencias fundamentales*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1995. IS

RODRIGUES, Adriano Duarte - O público e o privado. *Revista de Comunicação e Linguagens*. ISSN: (1985).

RONCAYOLO, Marcel - As cidades e as identidades : patrimónios, memórias e narrativas sociais. *Cultura e Economia*. ISSN: (1995).

SALVADORI, Maria Ângela Borges - *Memória, cultura e cidadania : estudo de uma política pública*. São Paulo: Faculdade de educação Universidade Estadual de Campinas. 2000. 270 p. Doutorado.

SANTOS, Boaventura de Sousa - *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento, 1990. IS

SANTOS, Carlos Murilo Prado - *O Reencantamento das cidades : tempo e espaço na memória do património cultural de S. Luíz do Paraintiga*. São Paulo: Instituto de Geociências Universidade Estadual de Campinas. 2006. Especialização.

SANTOS, Helena - *Práticas na Banda Desenhada : os visitantes do 16.º festival internacional de banda desenhada da Amadora*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. Comunicação - Artes - Informação vol. ISBN: 972-36-0850-2.

SANTOS, Jonas Justino dos - *O Município, o património natural e a dinâmica socioambiental no vale do ribeira : o caso do município do Iropanga*. São Paulo: Instituto de Geociências Universidade Estadual de Campinas. 2005. 274 p. Mestrado.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - *As políticas culturais em Portugal : relatório nacional*. Lisboa: Observatório das actividades culturais, 1998. IS

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - *Cultura e economia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1995. IS

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - *Indústrias culturais : especificidades e precaridades* 1999,

SCHMIDT, Luísa - A procura e a oferta cultural e os jovens. *Estudos de juventude*. Lisboa: Cadernos do ICS. 6 (1993).

SEC/GP - *Despesas dos Municípios do Continente – Sector Cultura 1986*. Lisboa: SEC/GP, [s.d].

SERRÃO, José Vicente - *O quadro Humano*. Editorial Estampa, [s.d.]. 4 vol. IS

SILVA, Ana Cristina Nogueira da - *A Identidade Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, [s.d.]. 4 vol. IS

SILVA, Augusto Santos - *Cultura: das obrigações do Estado à participação civil. Sociologia Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES-ISCTE. 23 (1997).

SILVA, Augusto Santos - Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano: uma análise de seis cidades portuguesas. In SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *Cultura e Economia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1995.

SILVA, Armando Malheiro da - *A Informação : da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. 176 p. ISBN: 972-36-0859-6.

SILVA, Elsiei Coelha da - *Política Cultural na "Nova República" : perfil adoptado pela Secretaria Municipal de Cultural da Uberlândia apresentado pela imprensa*. São Paulo: Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas. 1999. 237 p. Mestrado.

SOARES, Torquato de Sousa - *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*, Lisboa: 1931. IS

SOLOMON, Richard H. - *Mao's revolution and the Chinese political culture*. [s.l.]: Berkeley, University of California Press, 1971. IS

SOUSA, José R. Coelha - *Systema ou collecção dos Regimentos Reaes*. Lisboa: 1783-1789. IS

SUBIRÓS, P. - Elogio de la utopía. *Ciudad real, ciudad ideal. Debat de Barcelona III*. ISSN: (1998) 5-10.

TYLOR, Edward Burnett - *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. [s.d.]. IS

VALE, Alexandre Lucena - *Génese e Evolução do Município Português*. Lisboa: 1973. 136-137 p. IS

VALE, Alexandre Lucena - História e Municipalidade. Novos Conspectos. *Separata da Revista Beira Alta*. ISSN: (1967).

VALE, Alexandre Lucena e - Um século de Administração Municipal. *Separata da Revista Beira Alta*. ISSN: (1955).

VIDAL-BENEYTO, J. - Hacia una fundamentación teórica de la política cultural. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. ISSN: (1981).

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das Palavras Termos e Frases*. 3.^a ed. Porto - Lisboa: Livraria Civilização, s.d., 1977. 1 vol. IS

WANGERMEE, Robert - *Évaluation des politiques culturelles nationales*. Conseil de la Coopération Culturelle, 1992. IS

WEBER, Max - *Economia y sociedade*. Mexico: Fondo de cultura economica, 1944. IS

WEBER, Max - *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1976. IS

Referências

Artesanato [em linha]. Wikimedia Foundation, 2007, actual. 2007-04-12. [consult. 2007-06-01]. <URL:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Artesanato>>.

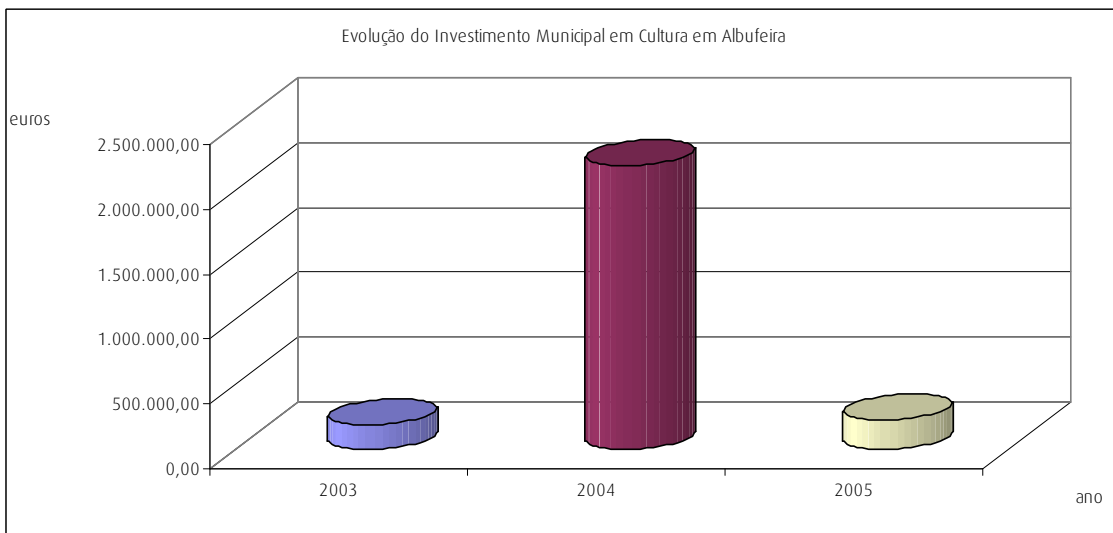
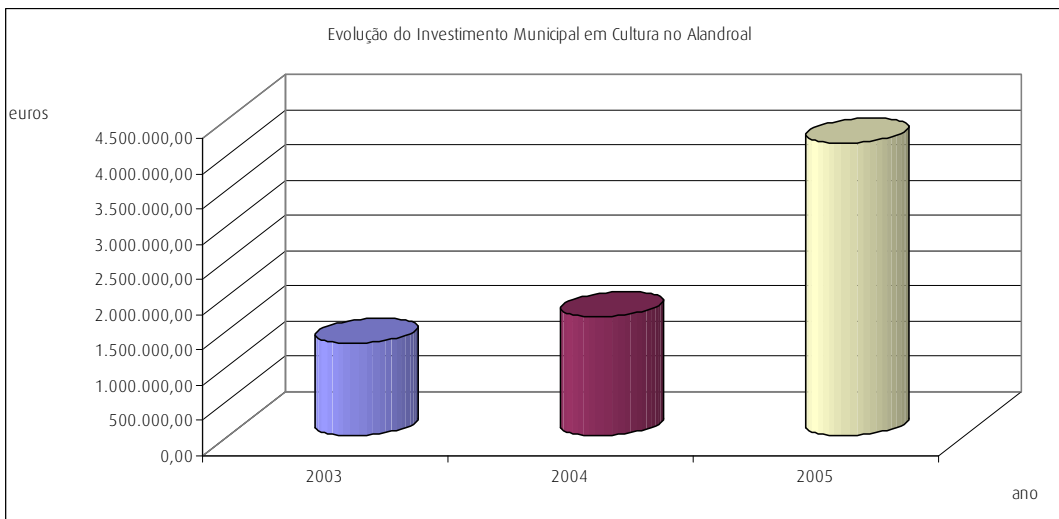
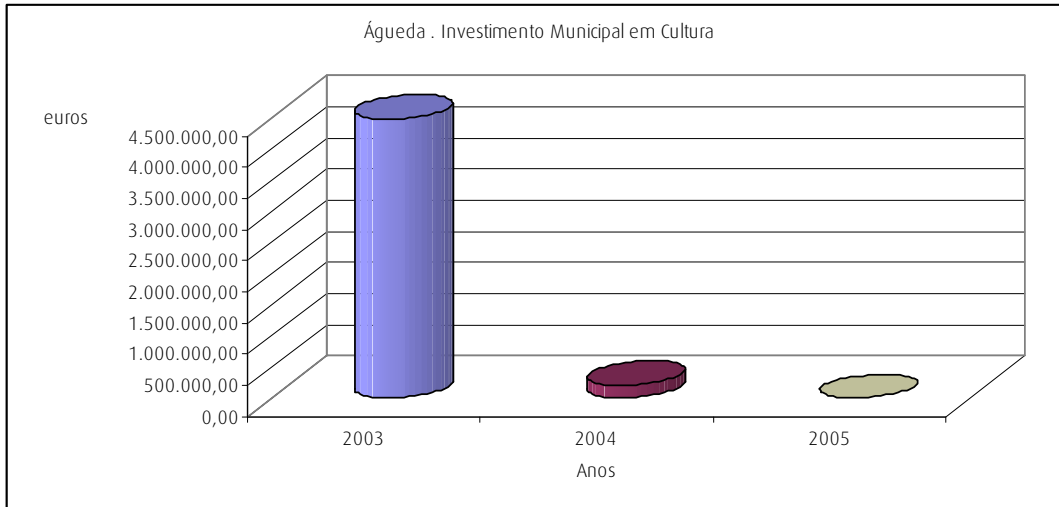
The economy of culture in Europe [em linha]. 2007, actual. 2007 -02-23. [consult. 2007 -03-12].

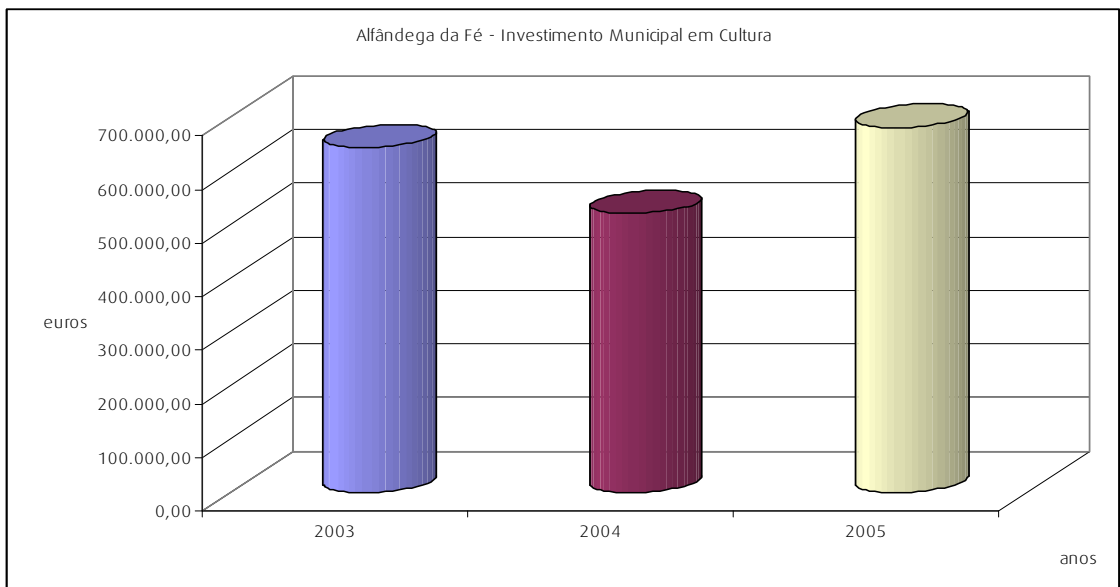
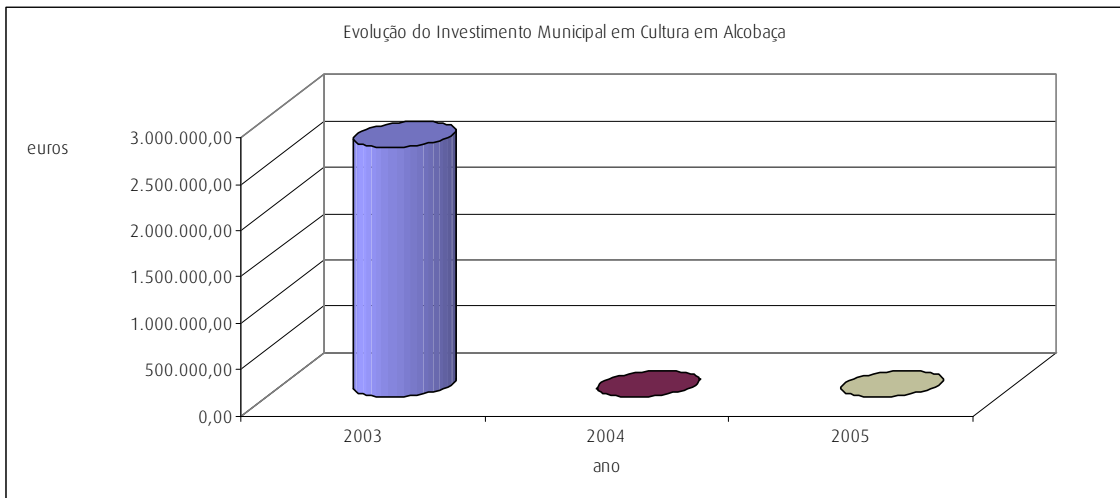
<URL:http://ec.europa.eu/culture/eac/sources_info/studies/economy_en.html>.

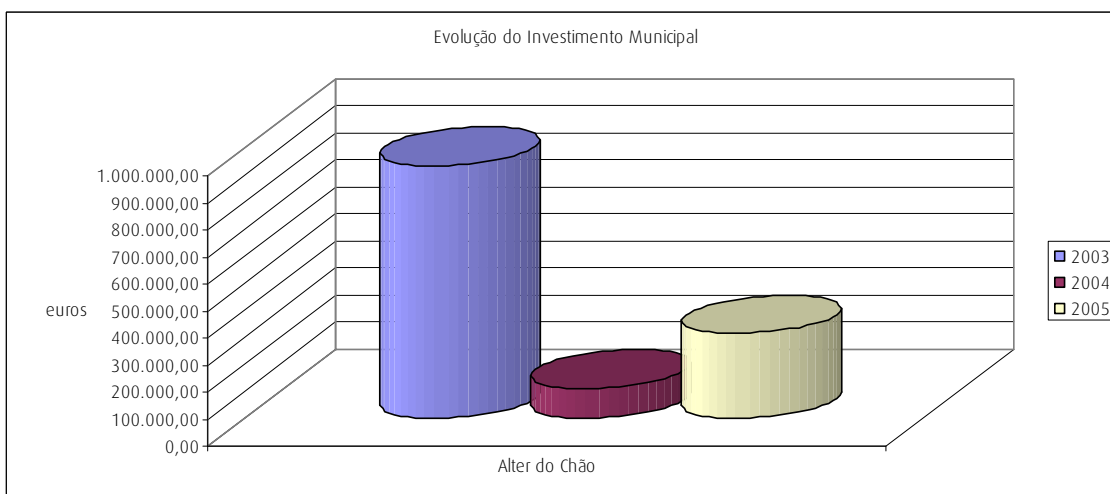
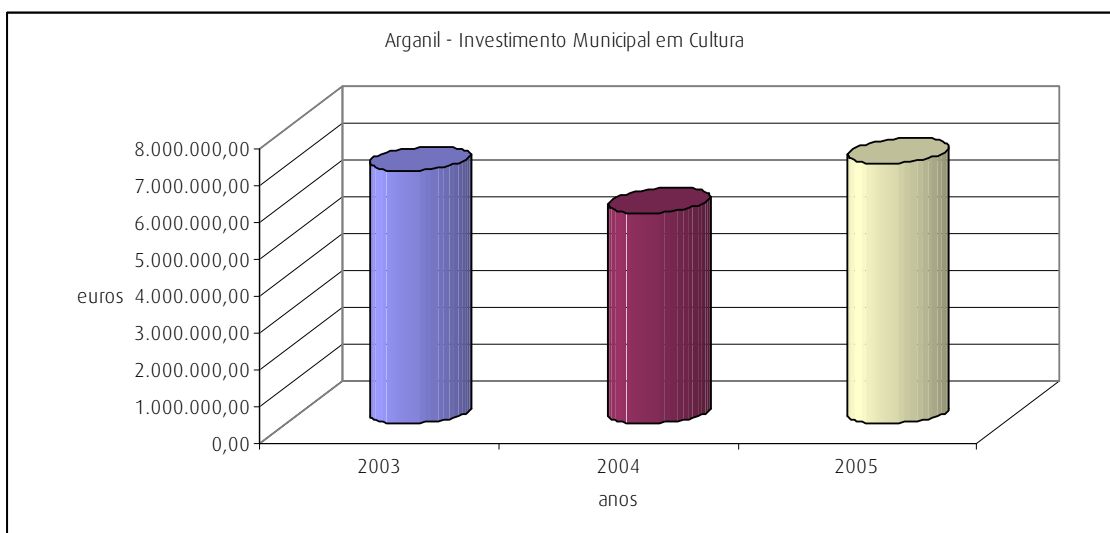
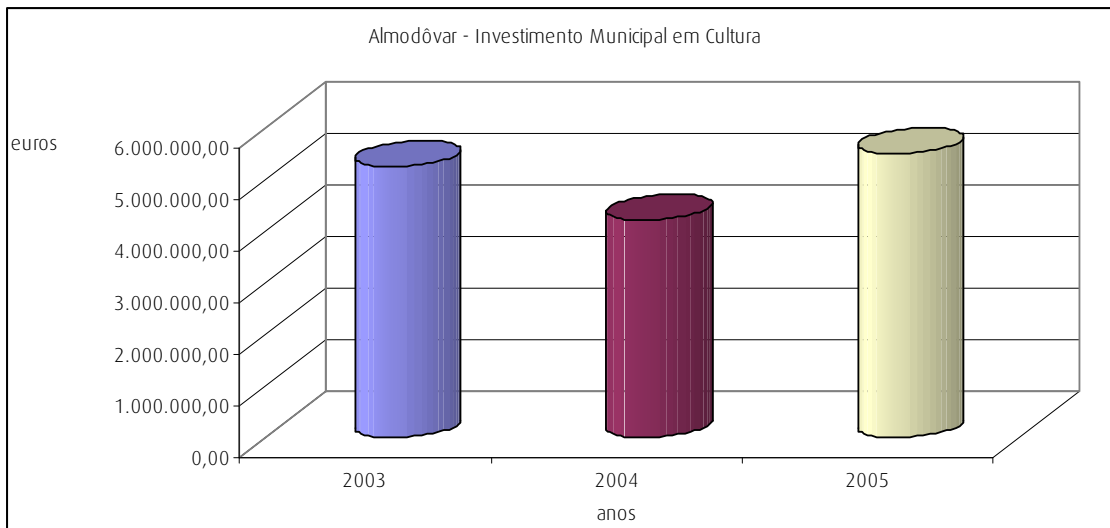
PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística - *Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos* 2002, <http://www.ine.pt/prodserv/nomenclaturas/pdf/Nexp-NUTS2002.pdf>>.

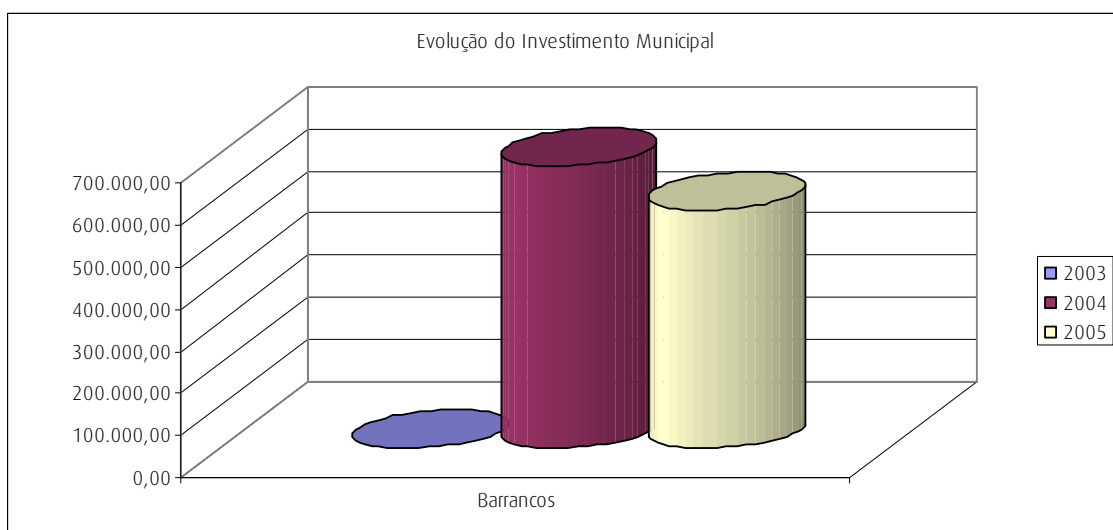
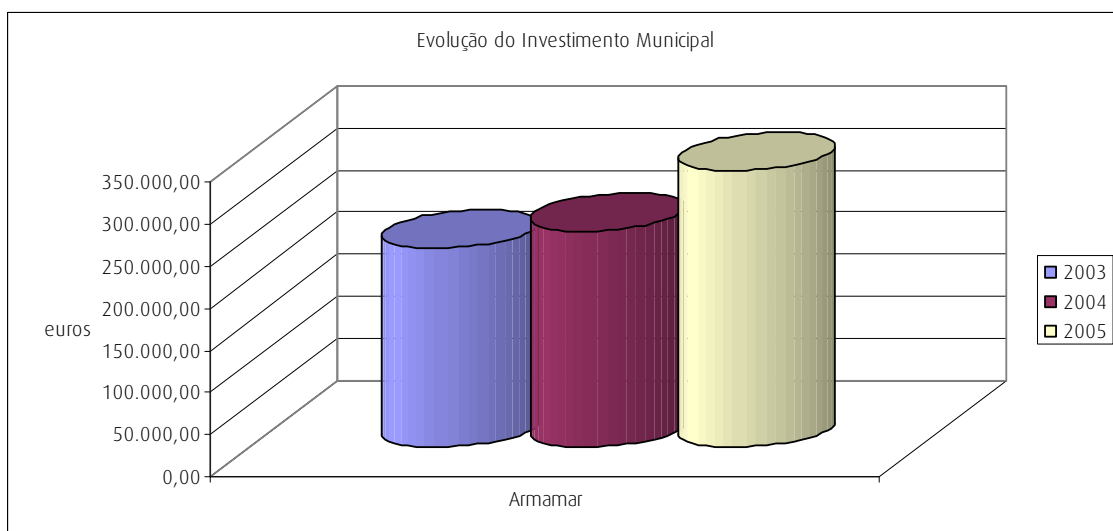
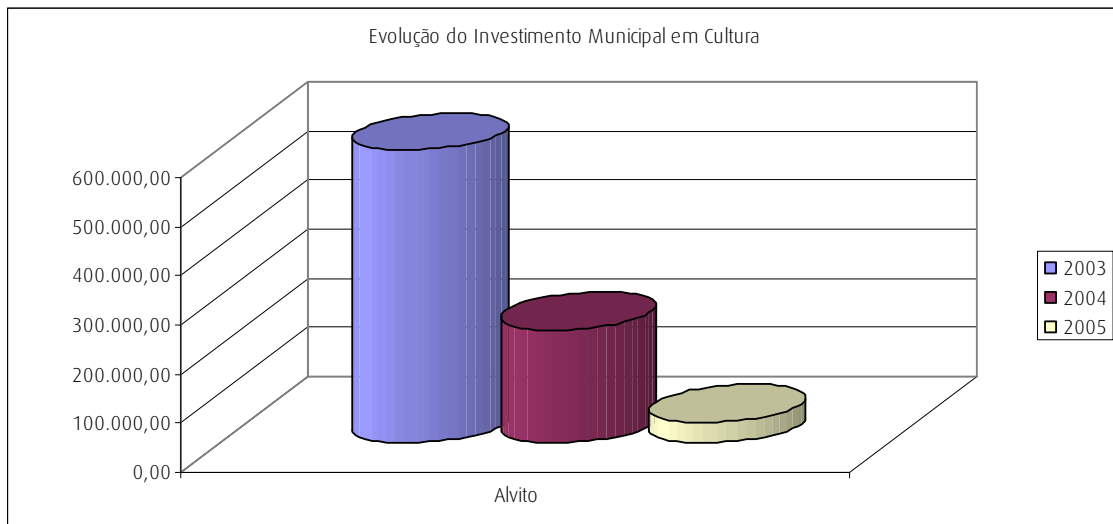
Anexos

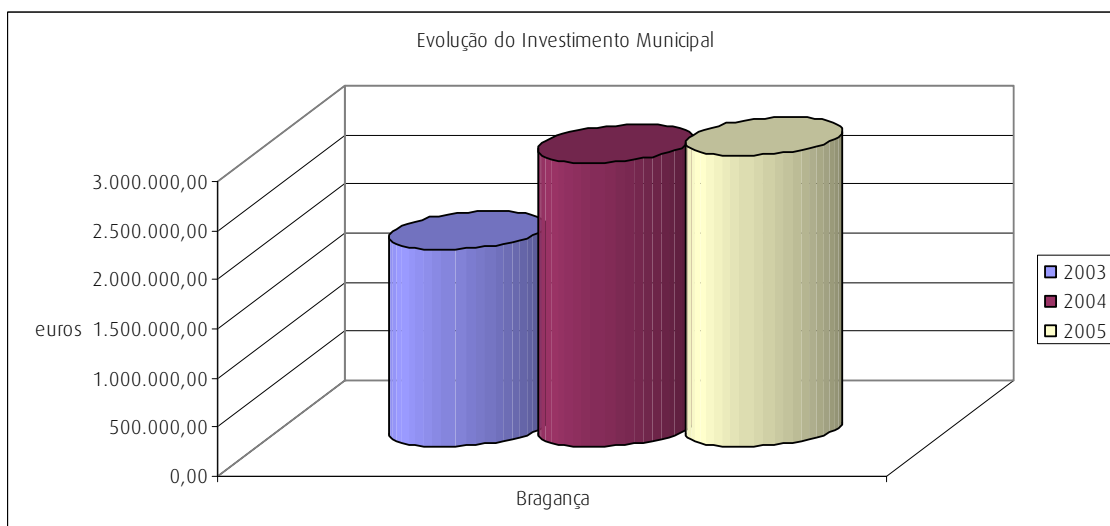
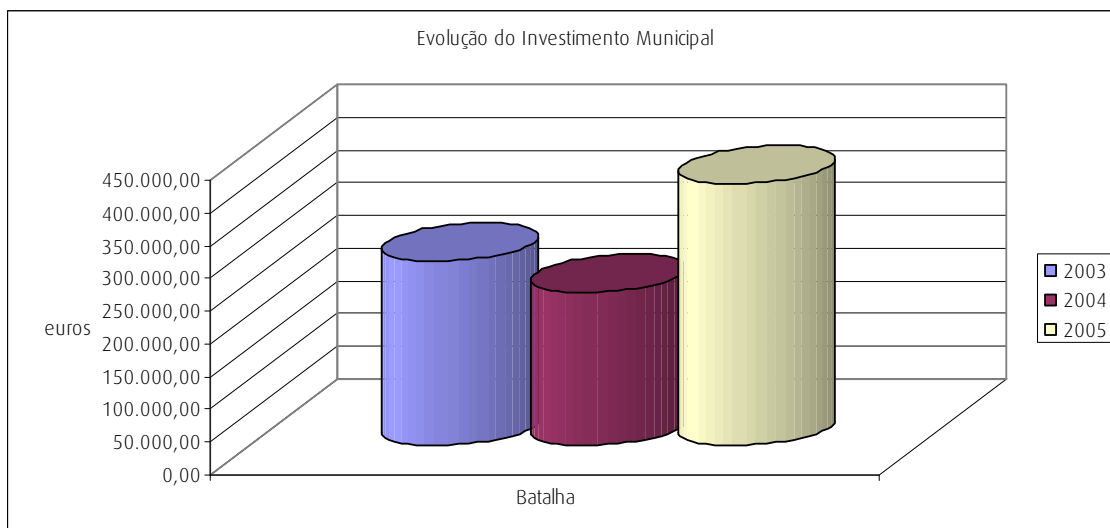
Investimento Municipal em Cultura por Municípios

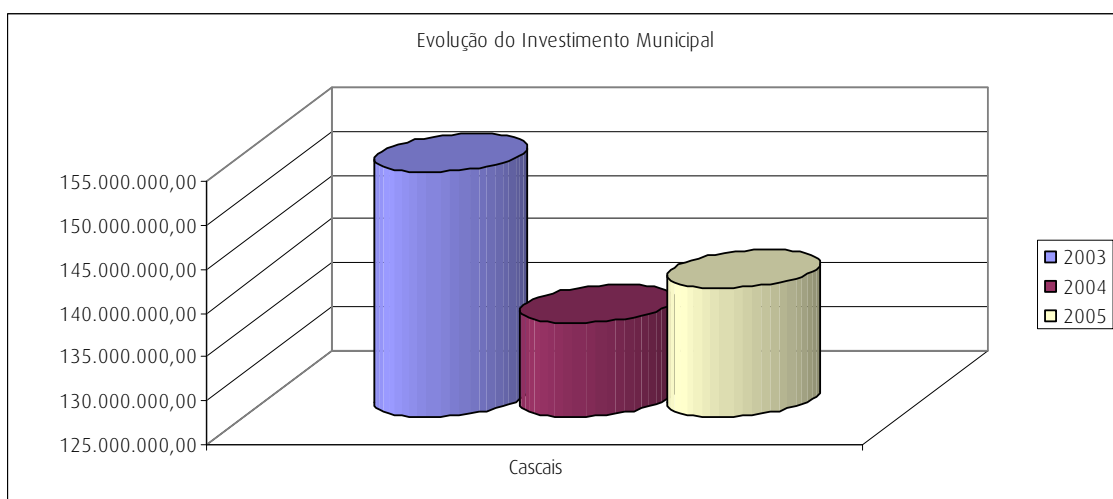
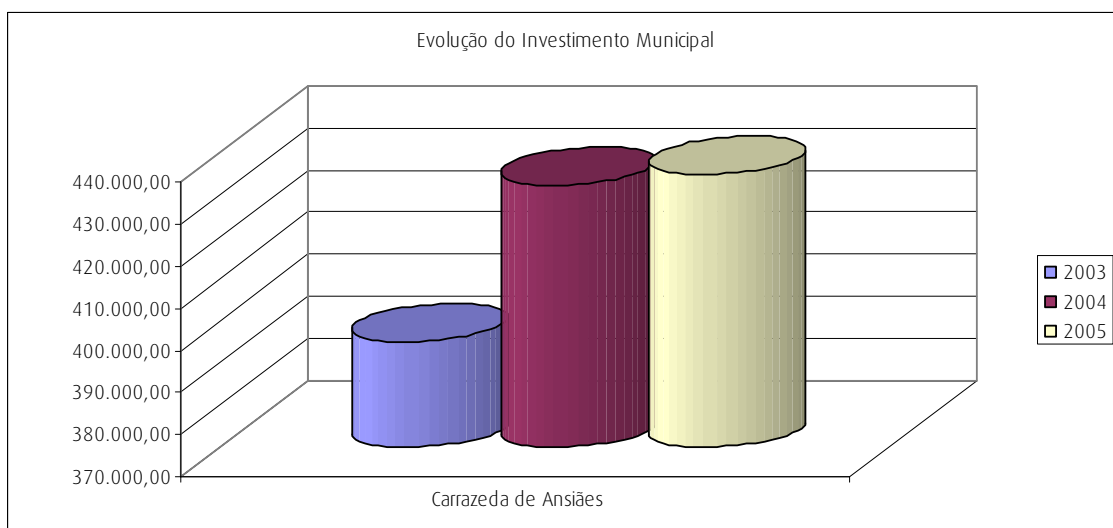
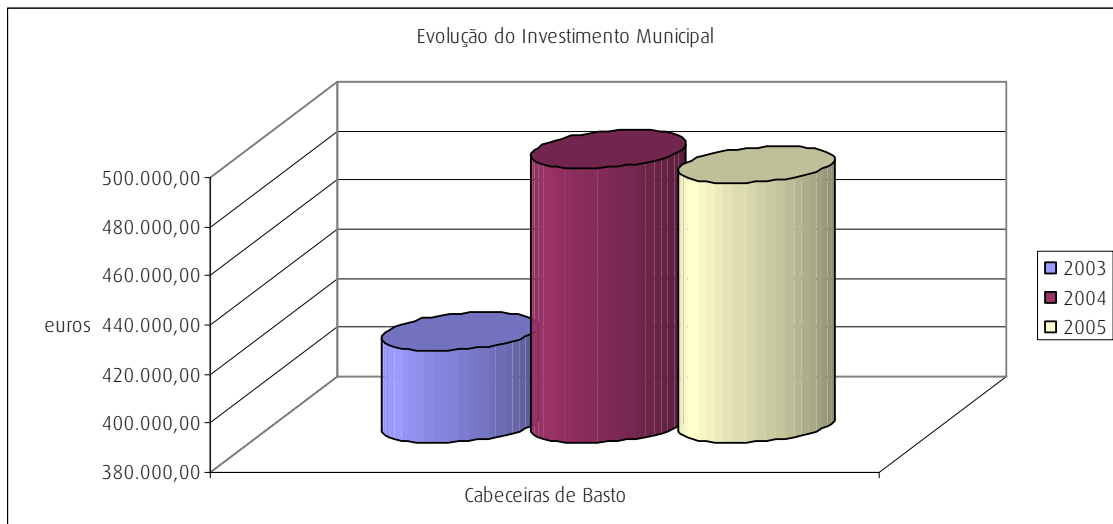


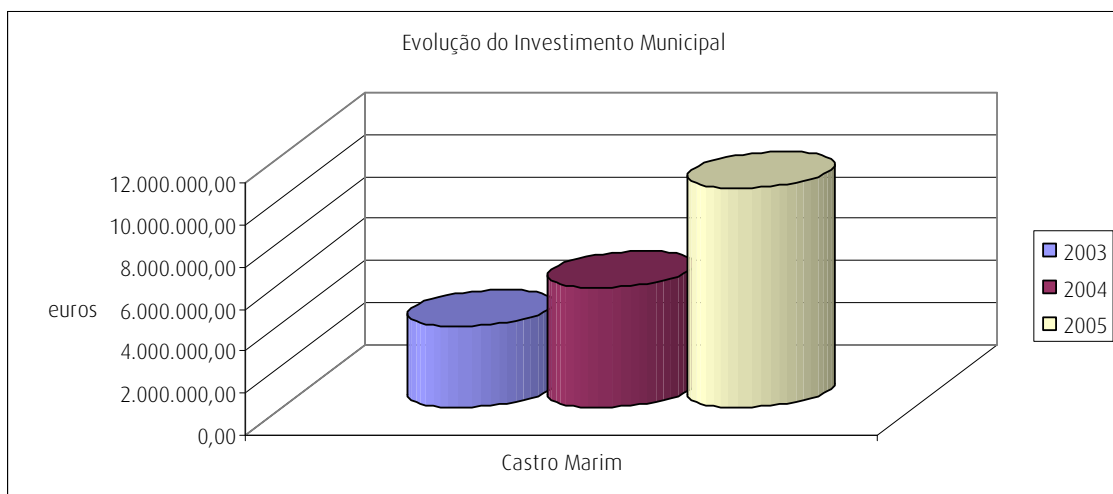
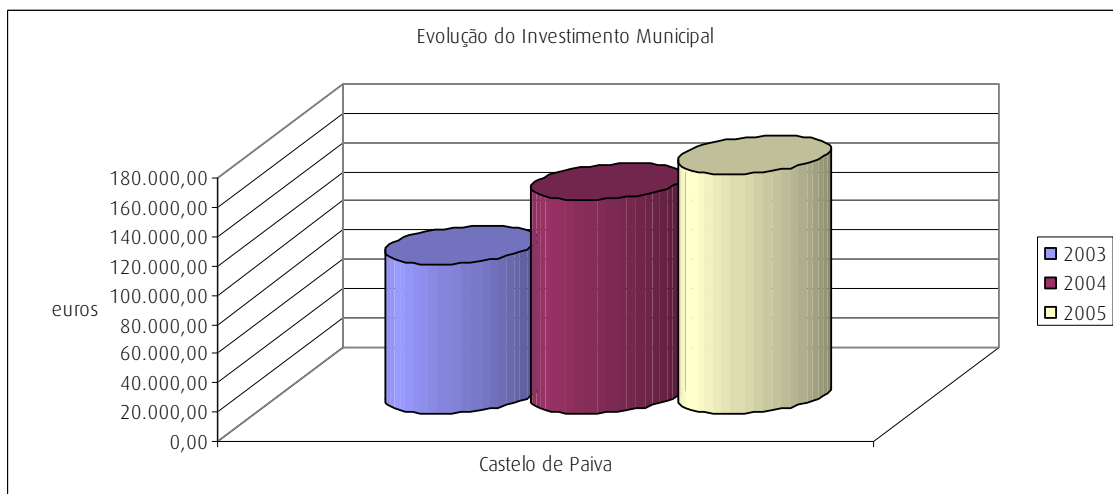
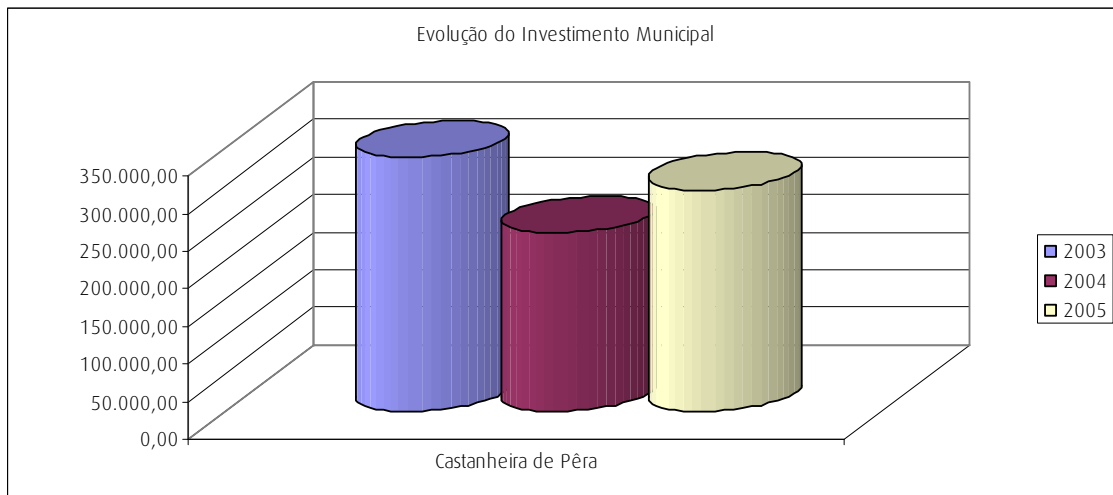


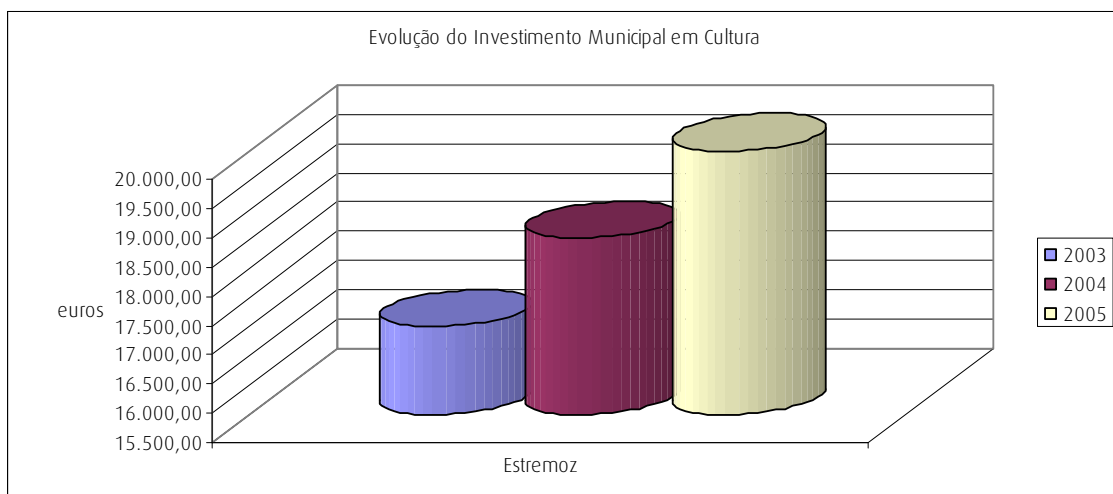
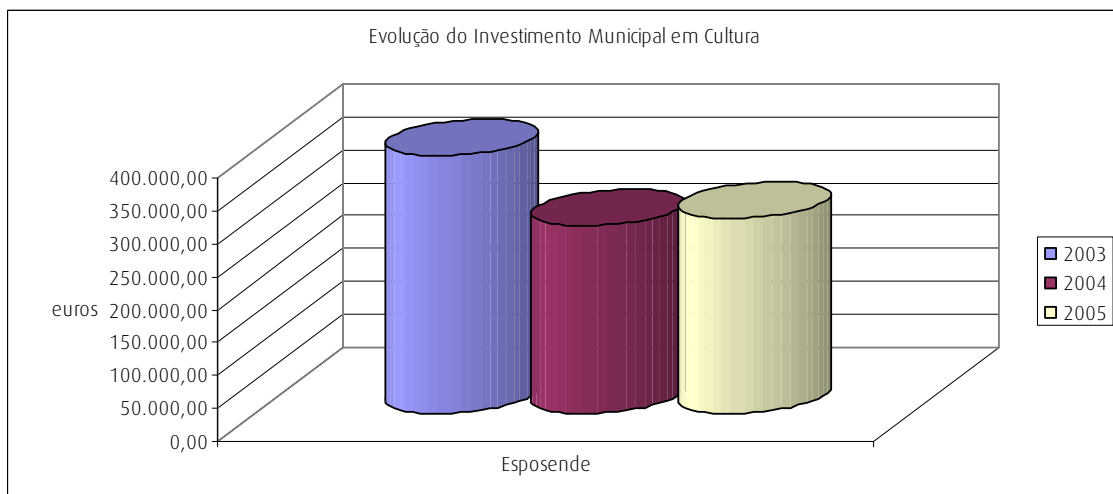
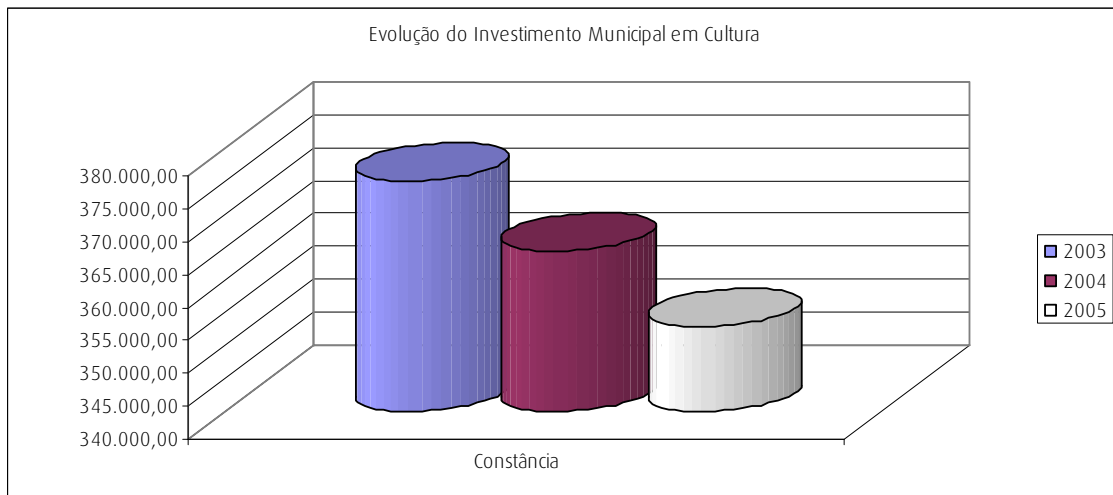


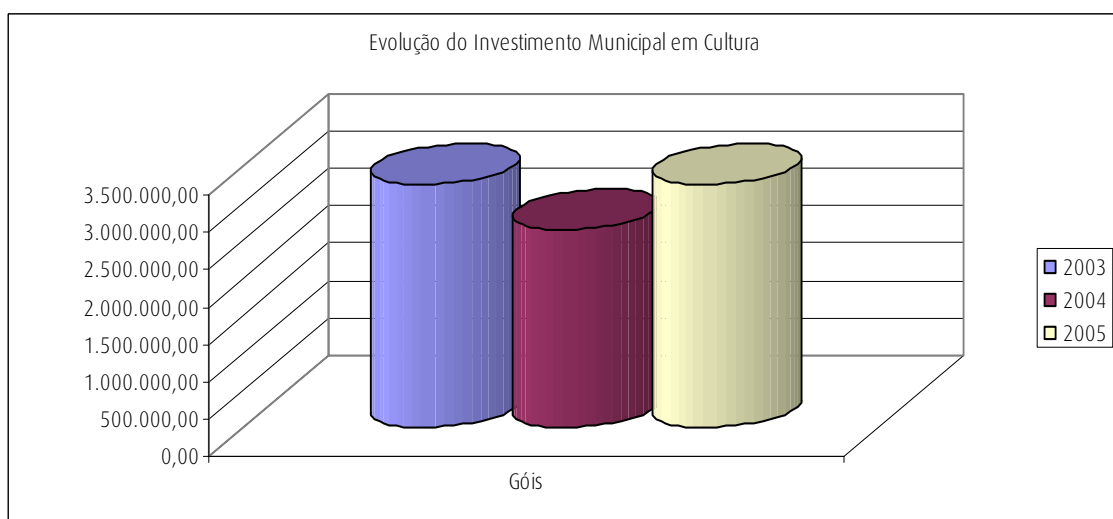
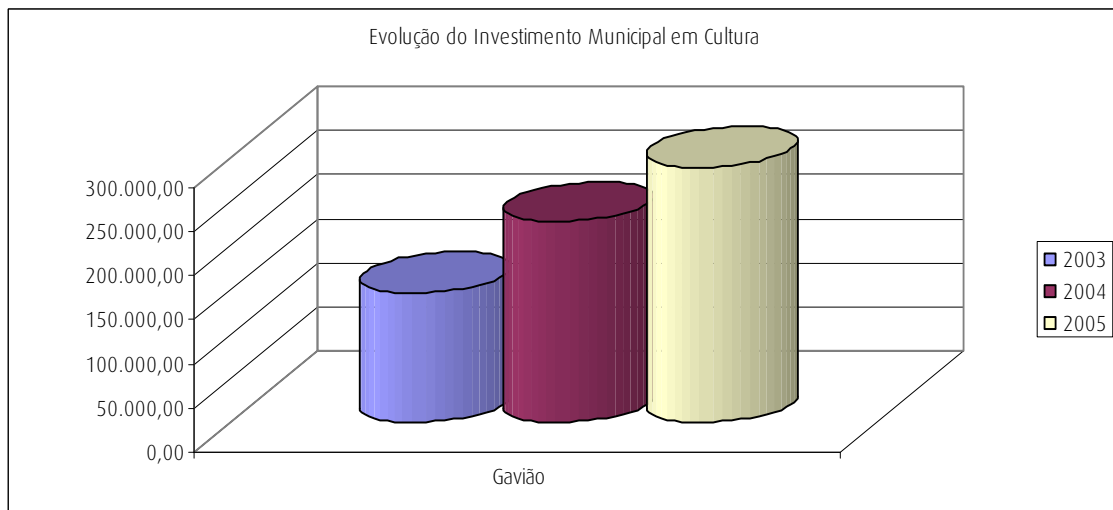
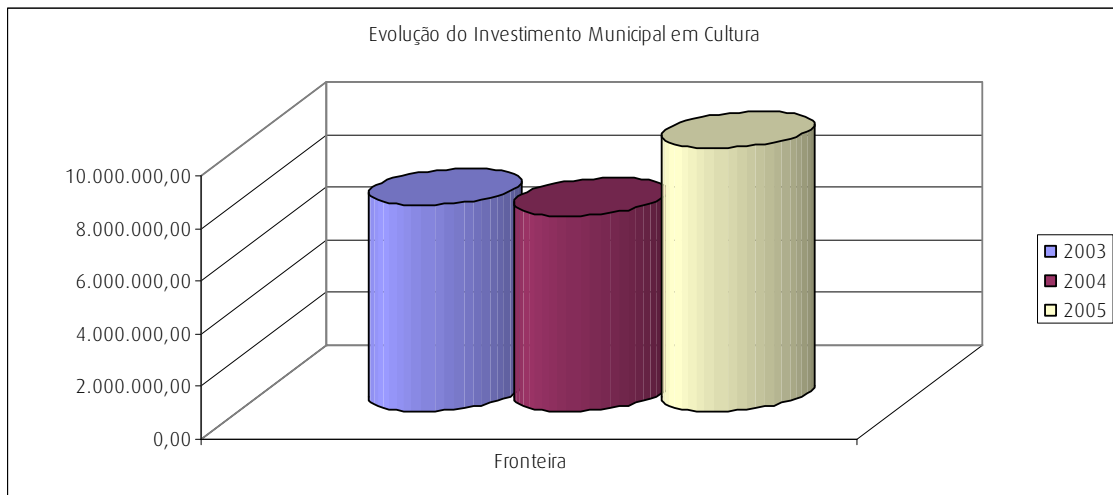


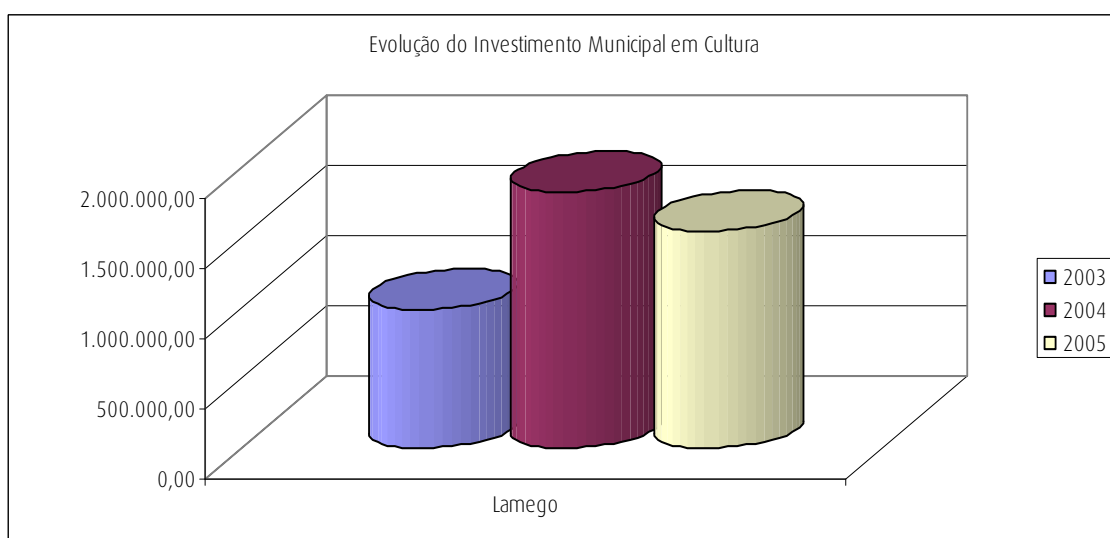
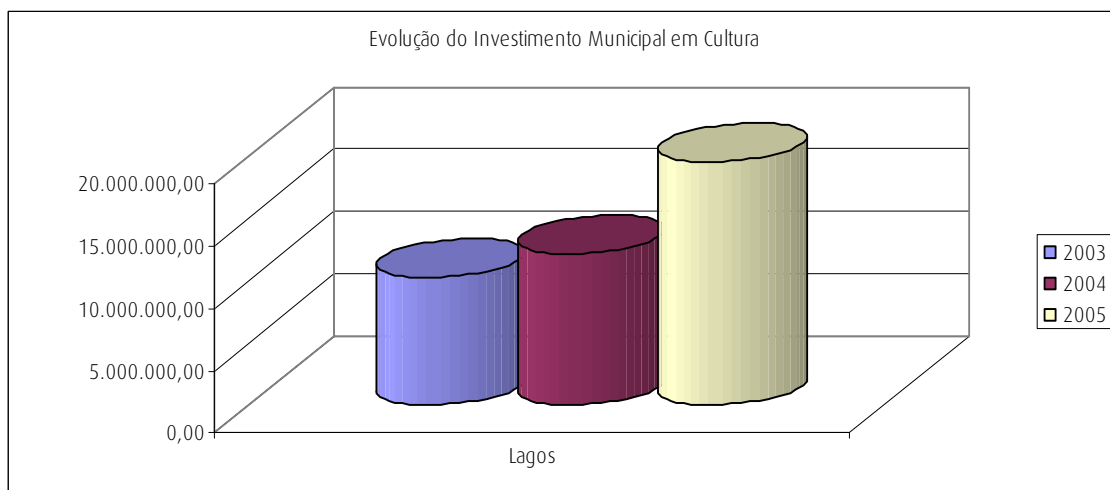
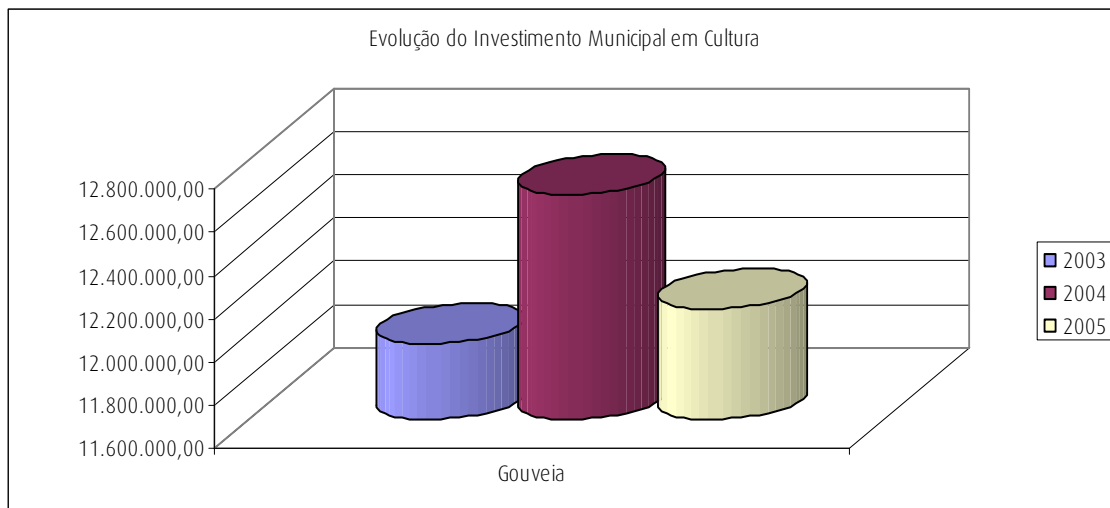


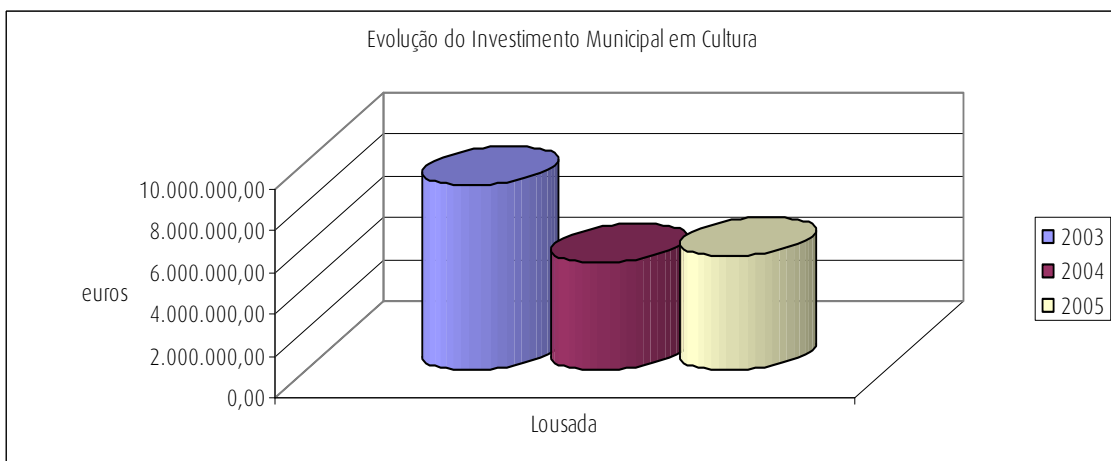
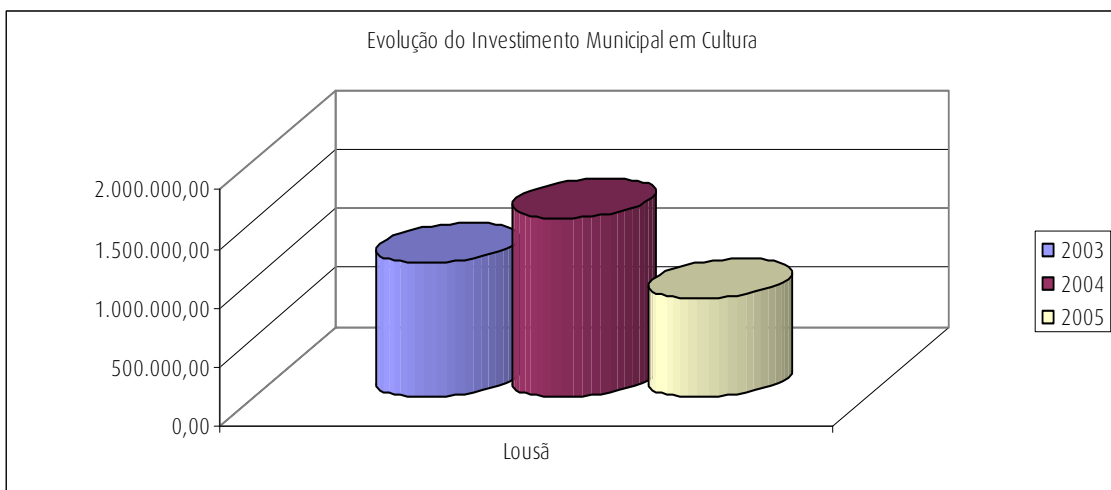
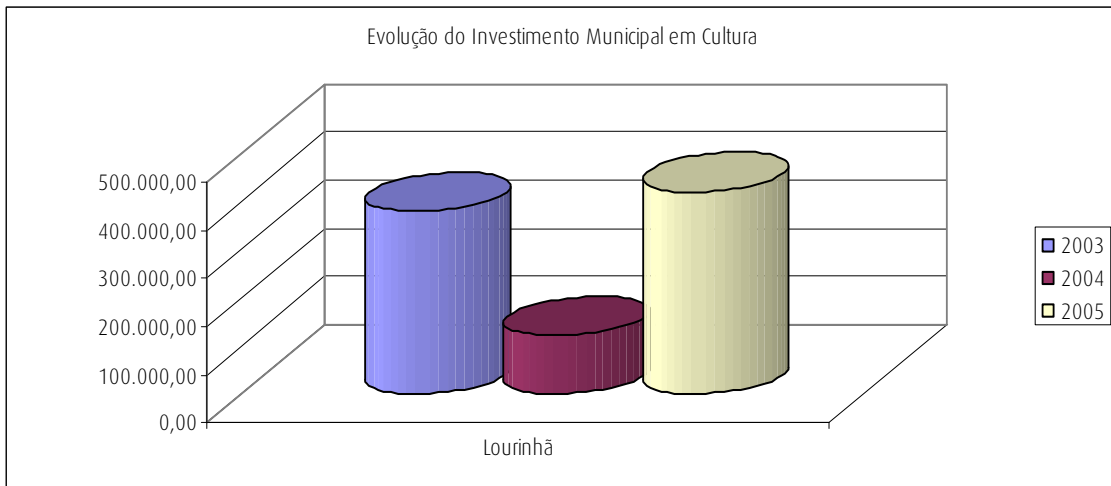


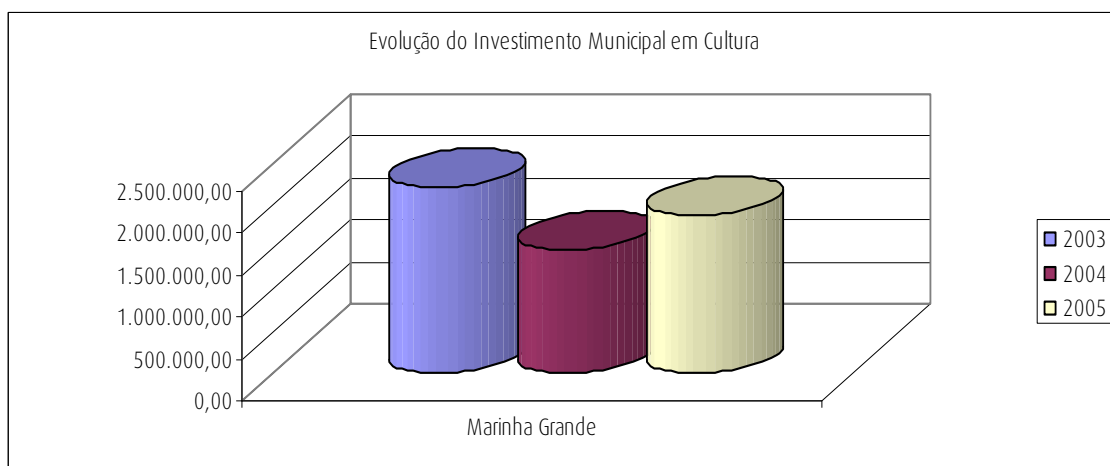
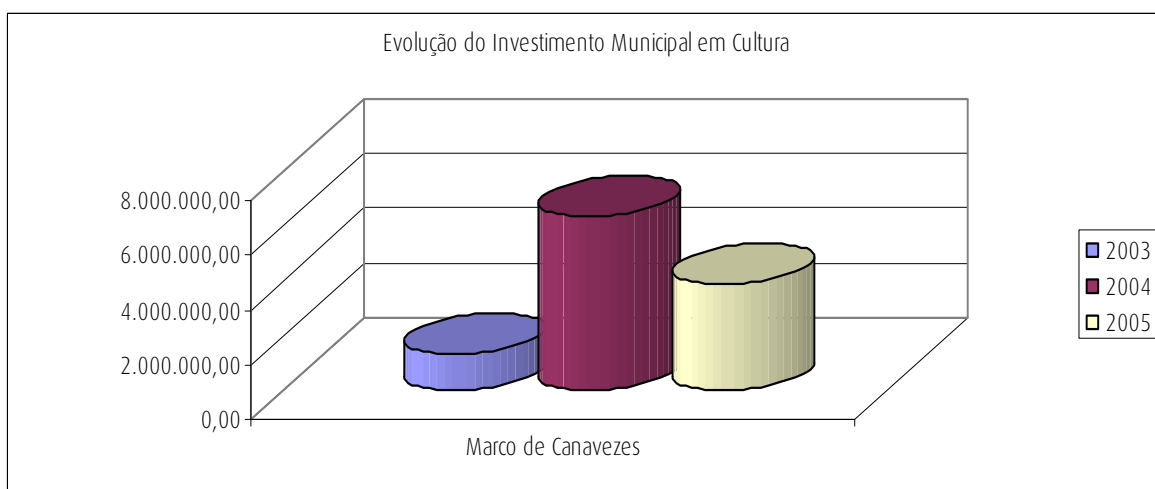
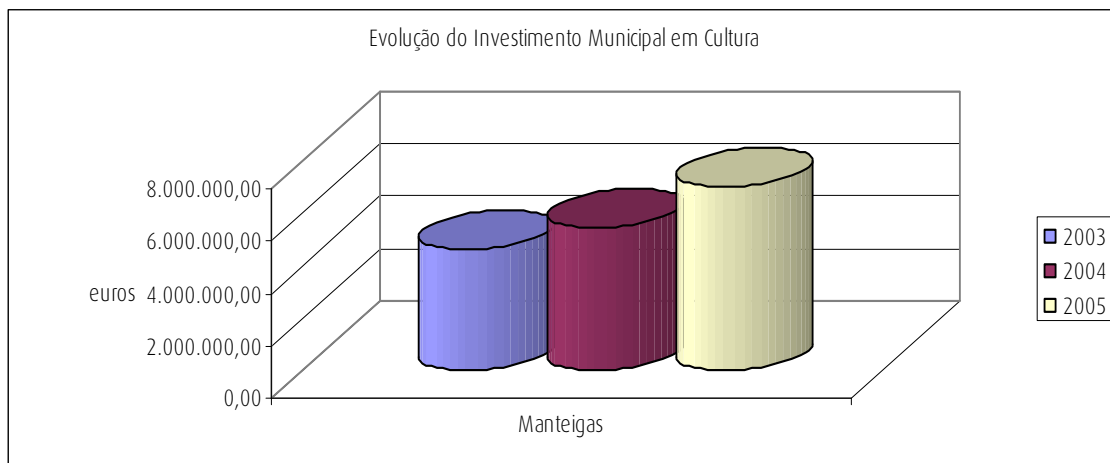


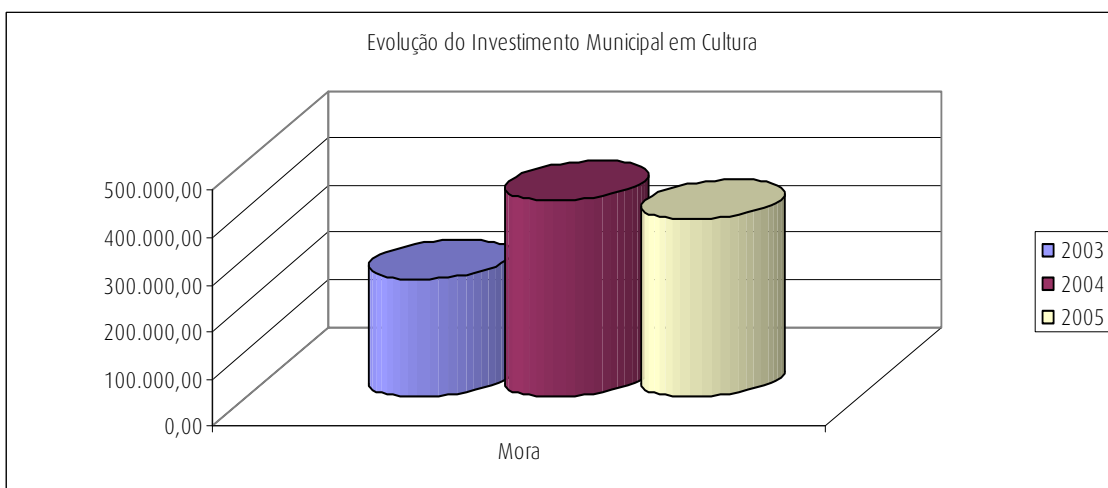
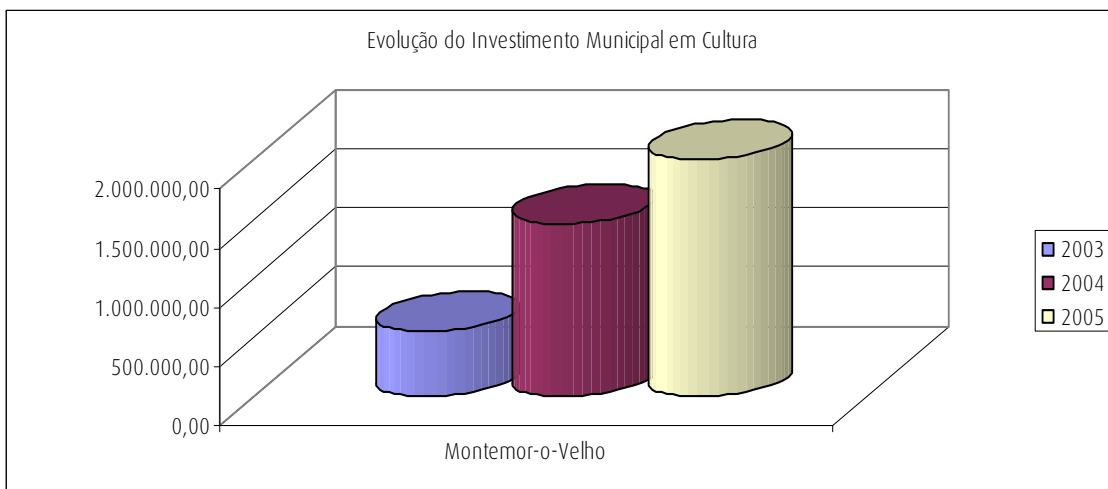
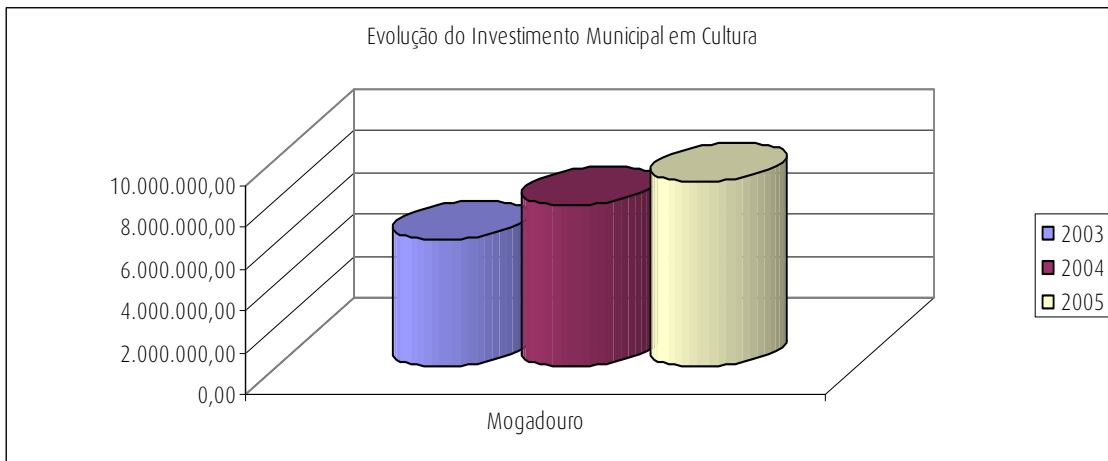


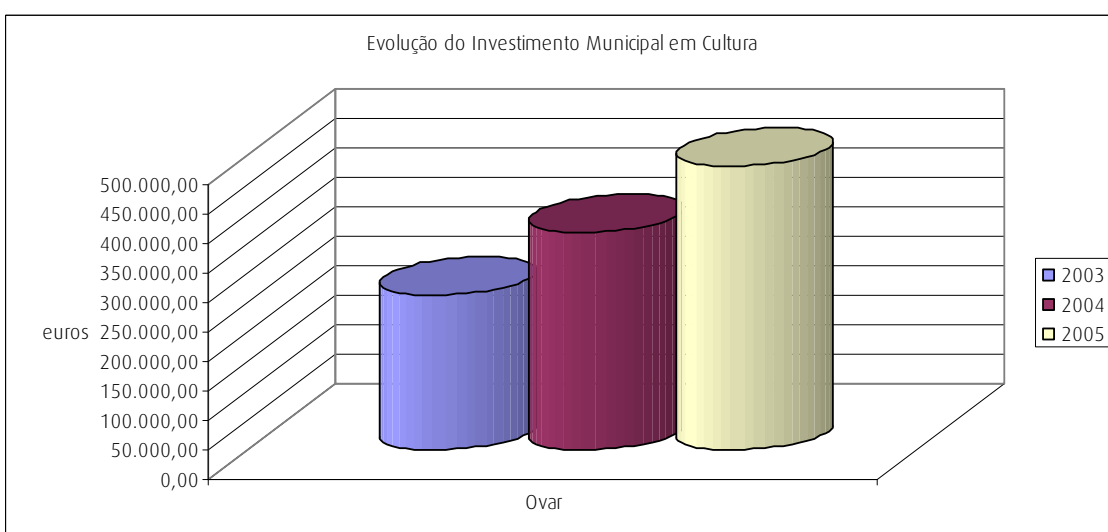
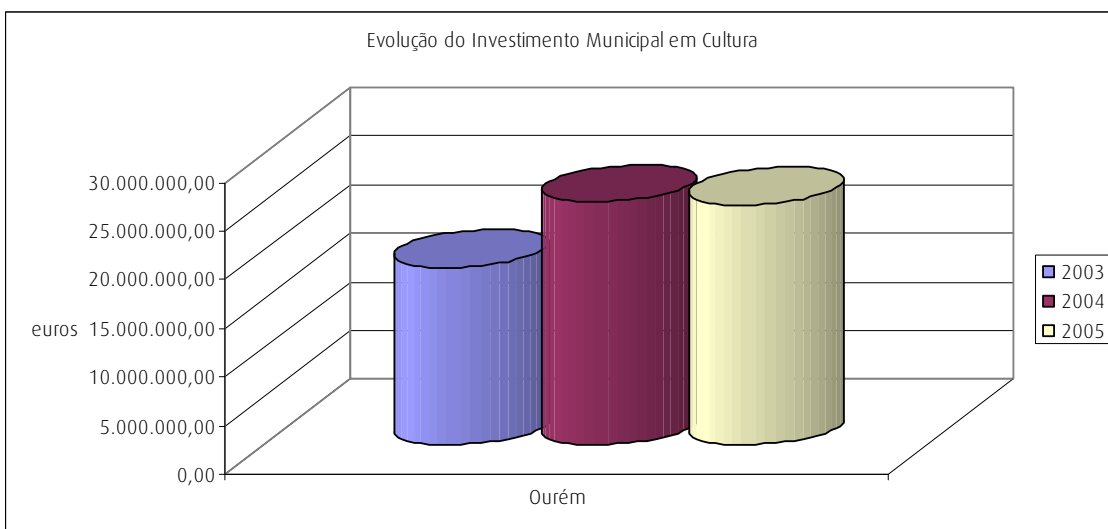
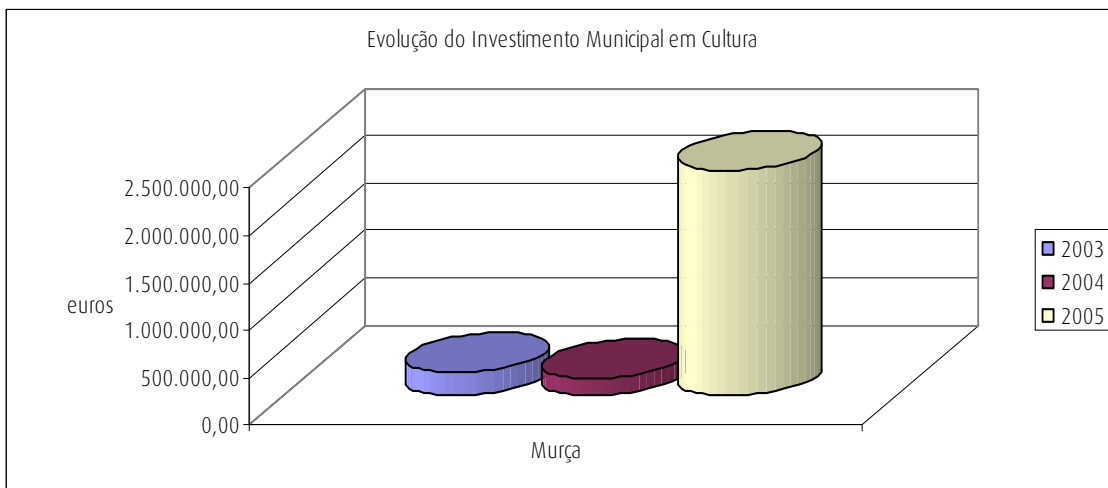


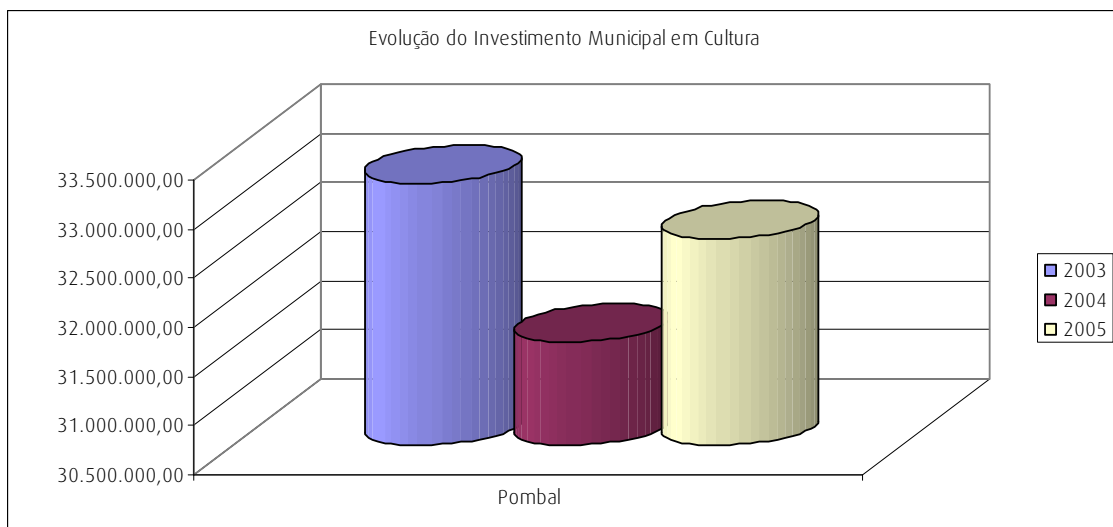
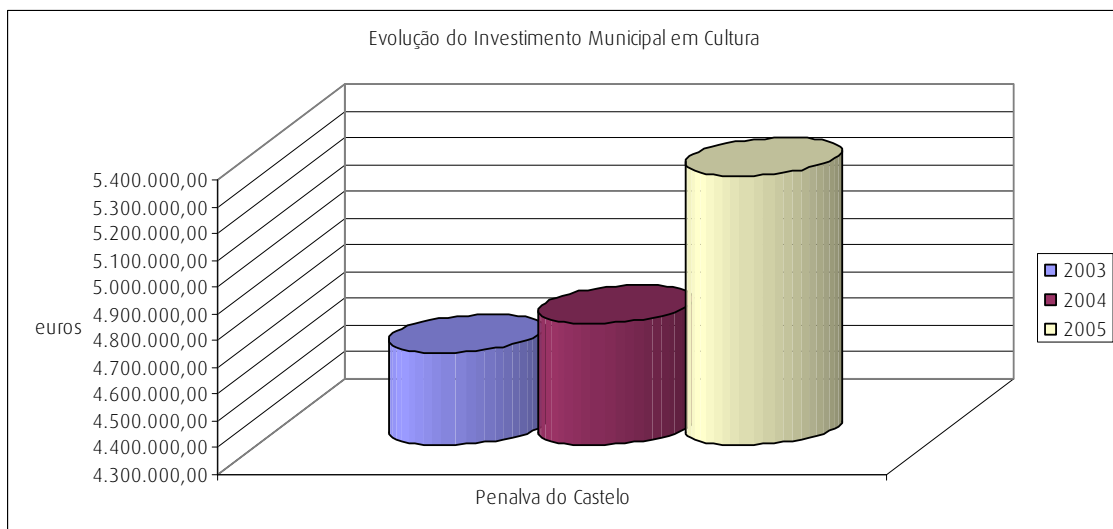
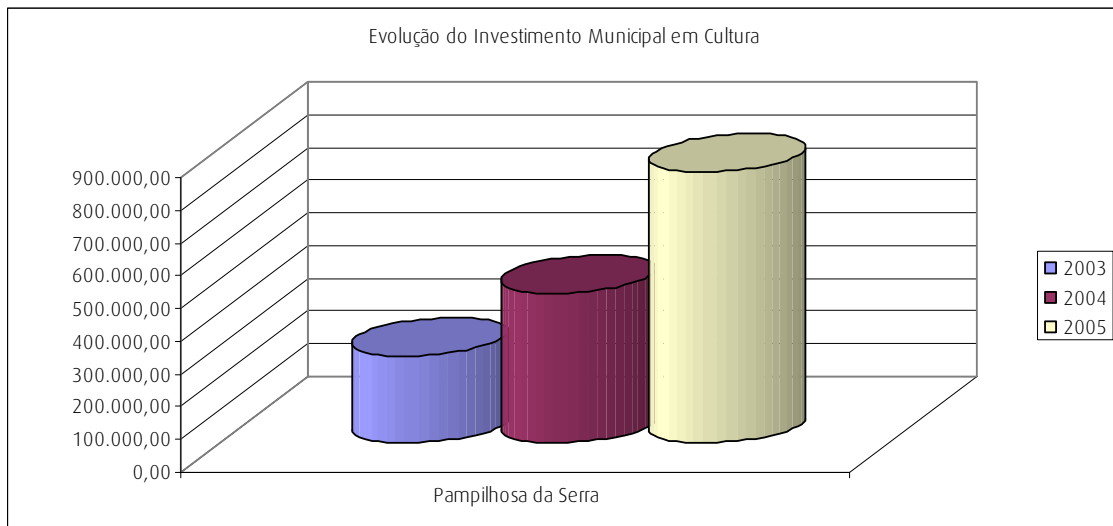


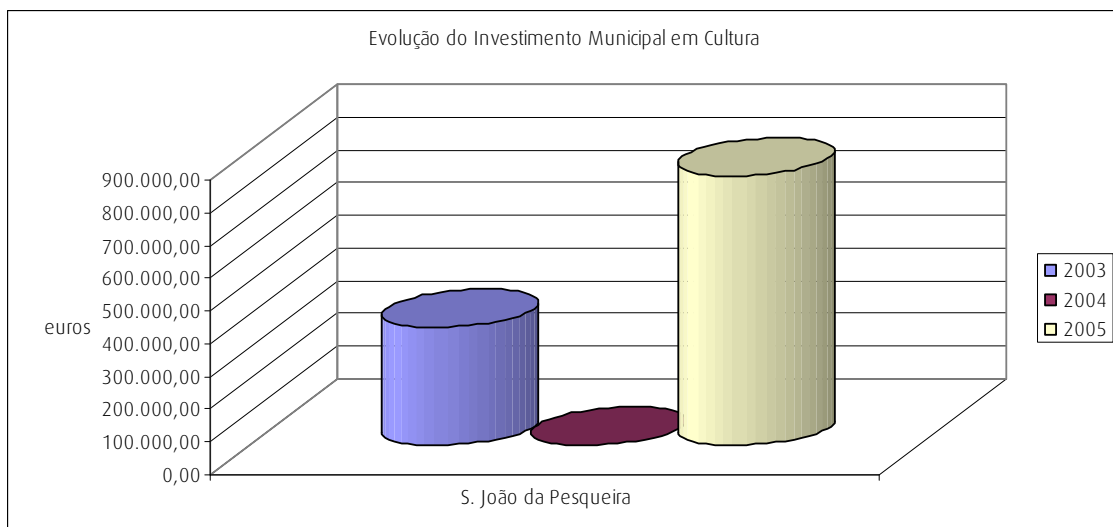
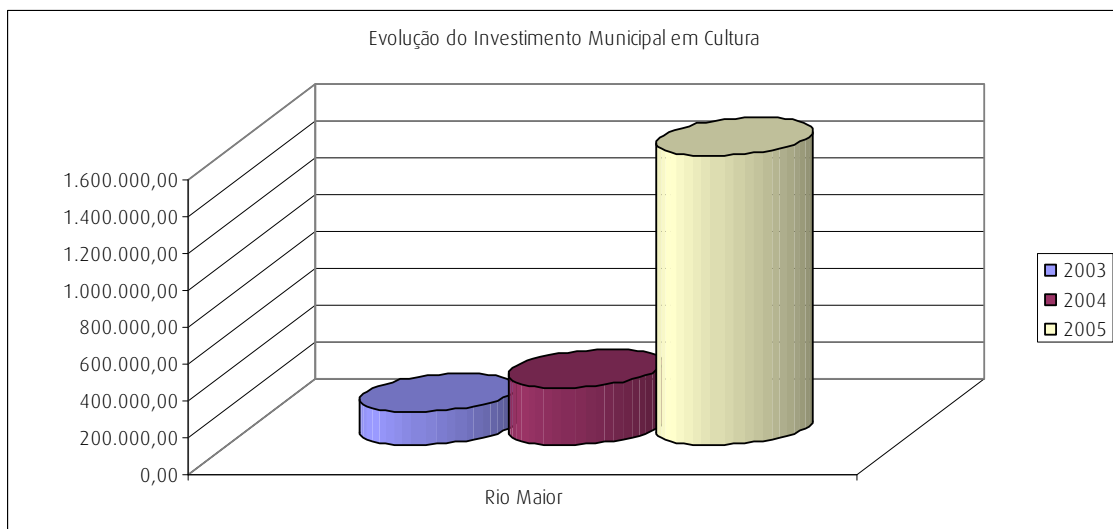
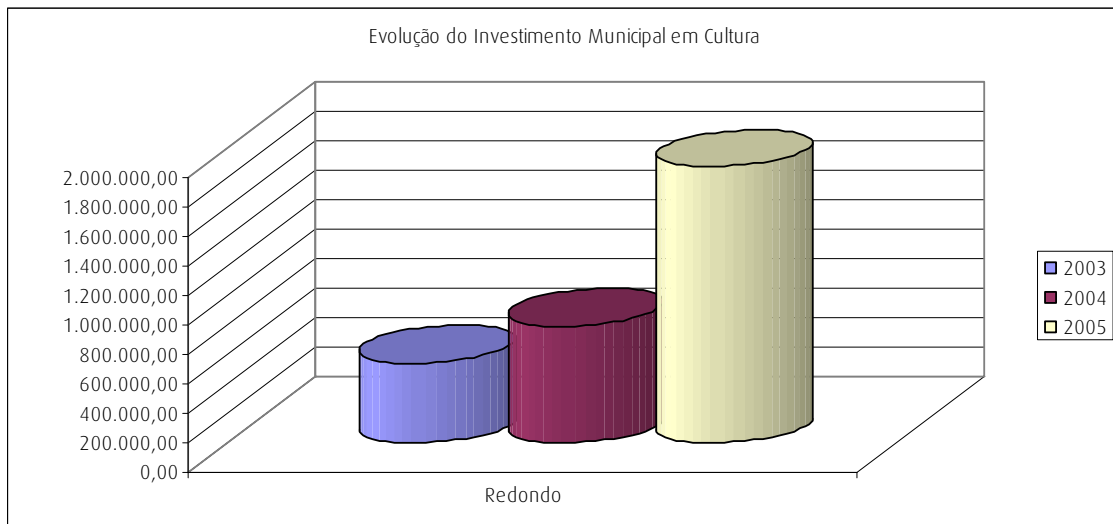


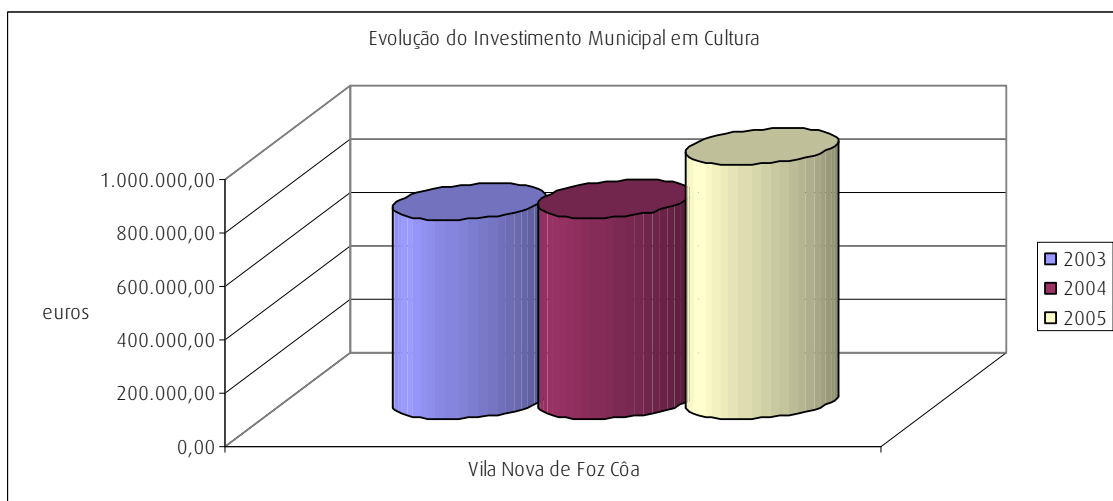
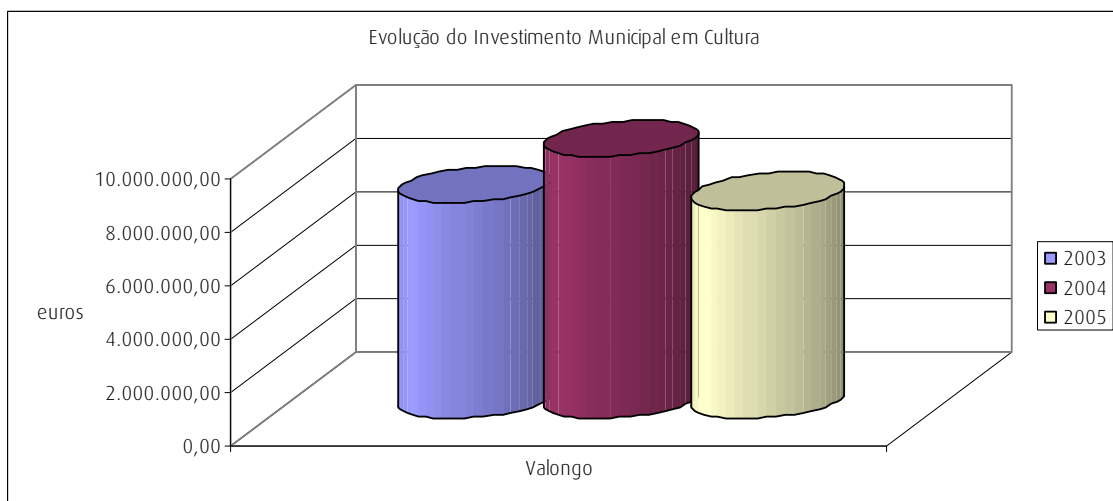
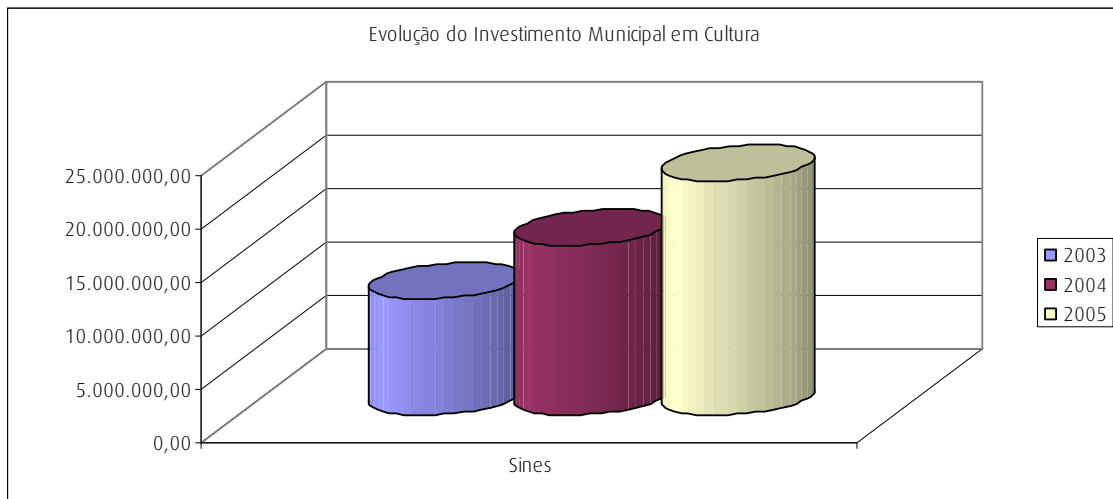


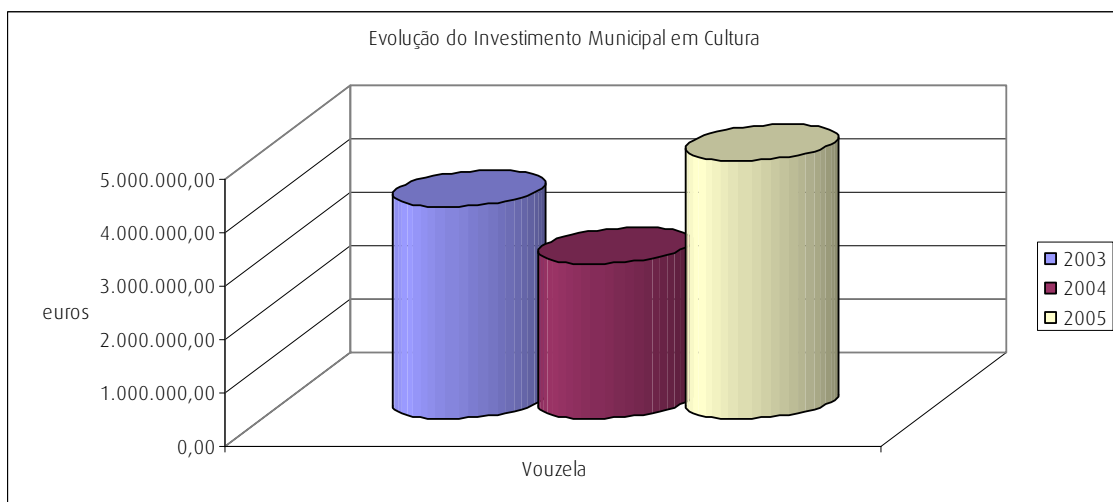
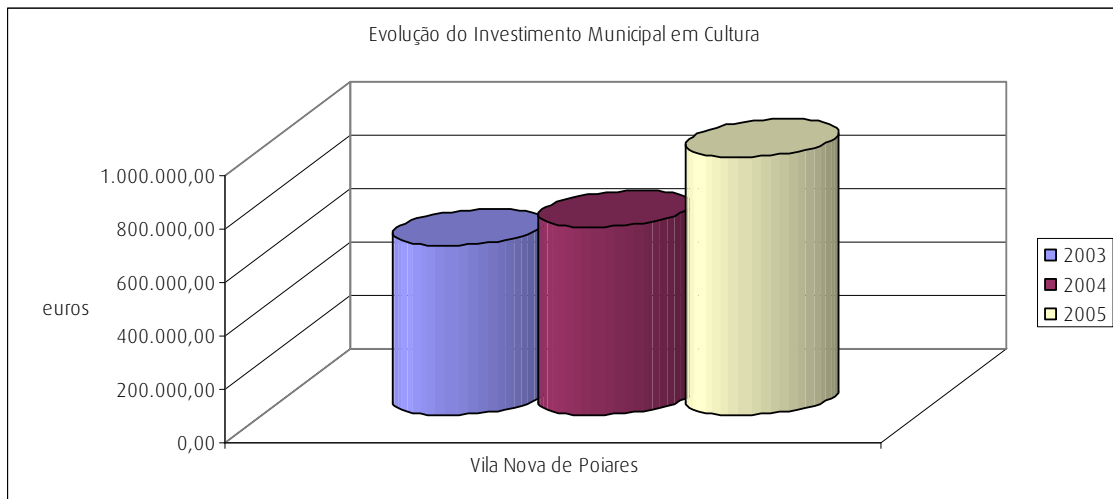




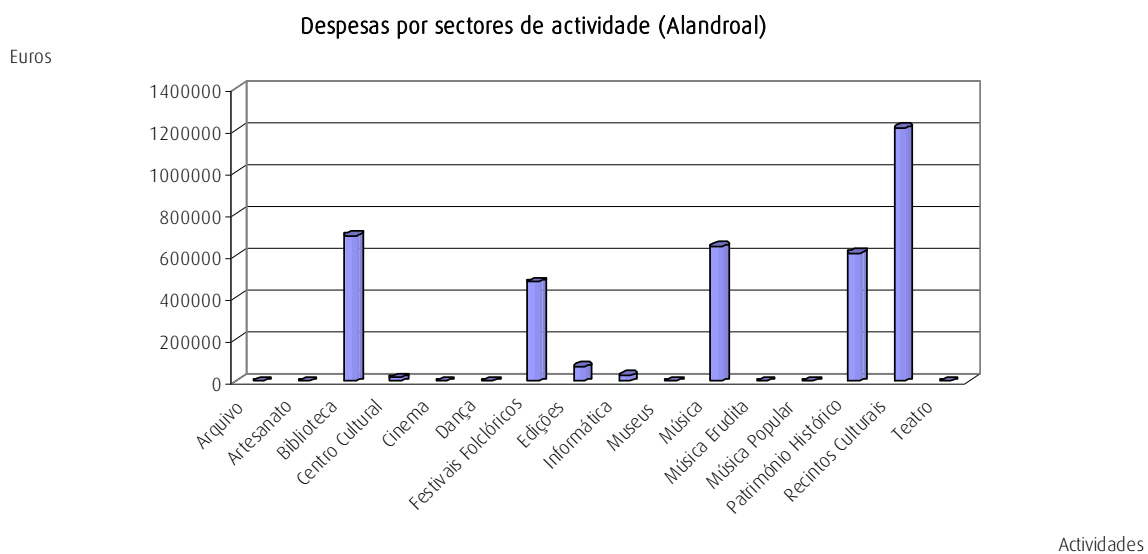
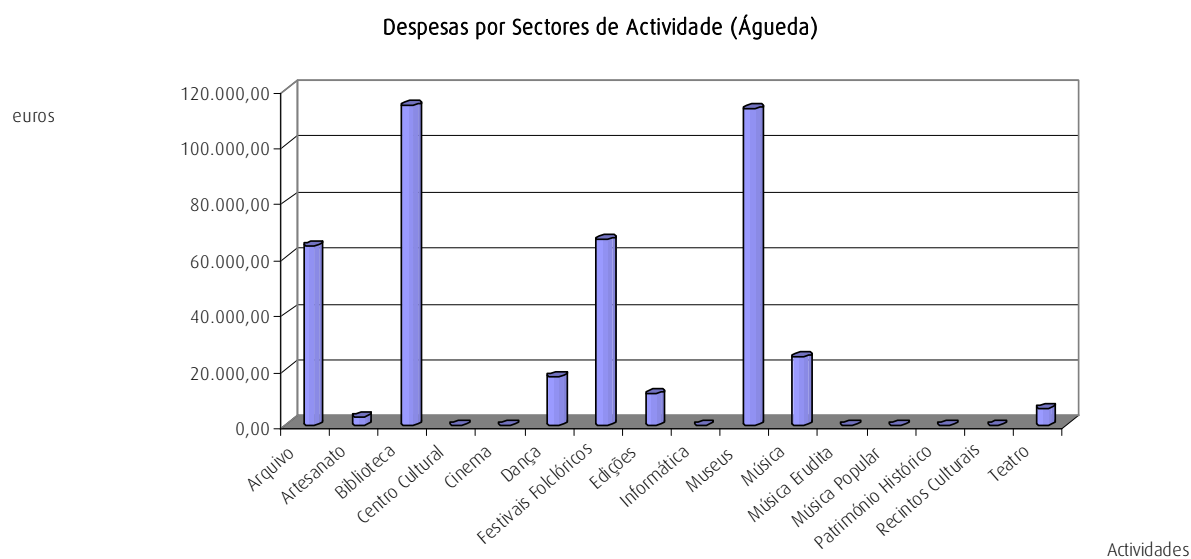




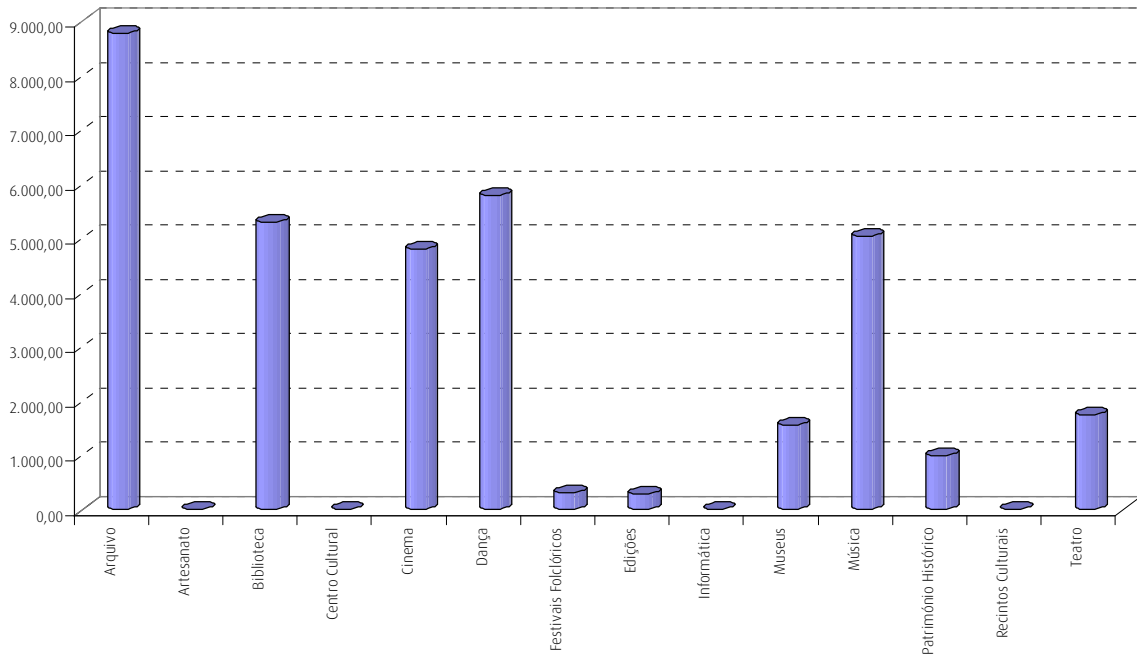




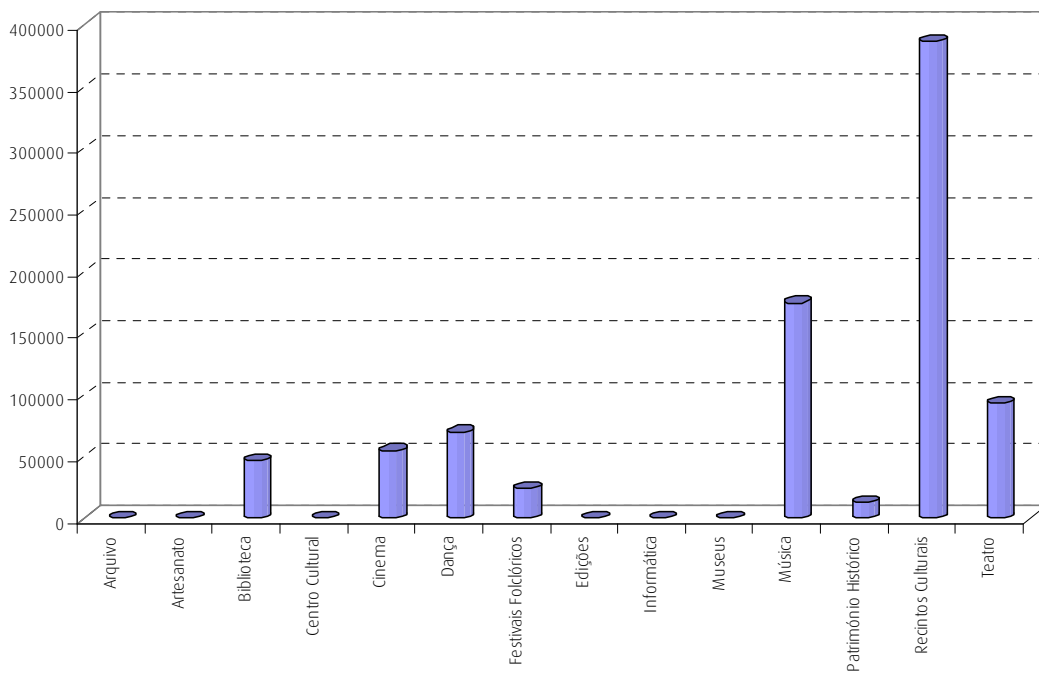
Distribuição da despesa em Cultura por sectores de Actividade



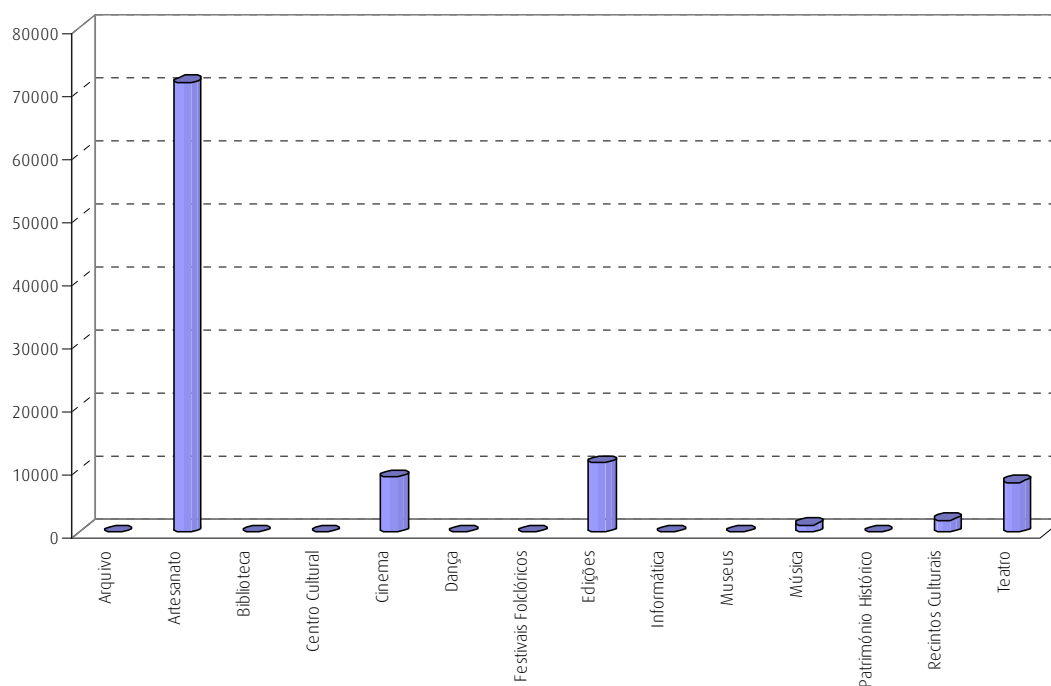
Albufeira



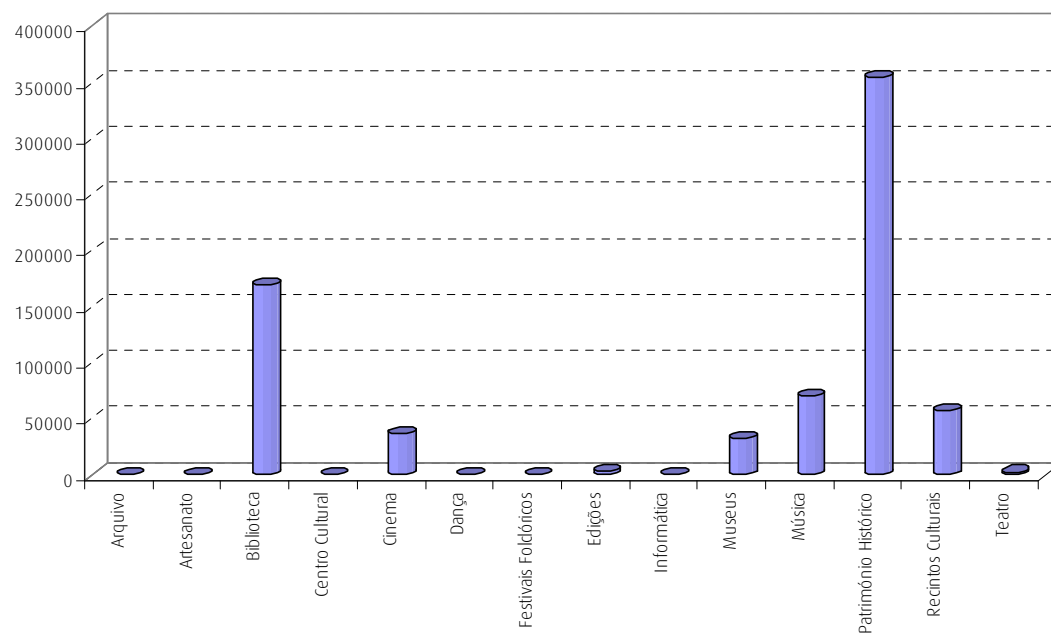
Alcobaça



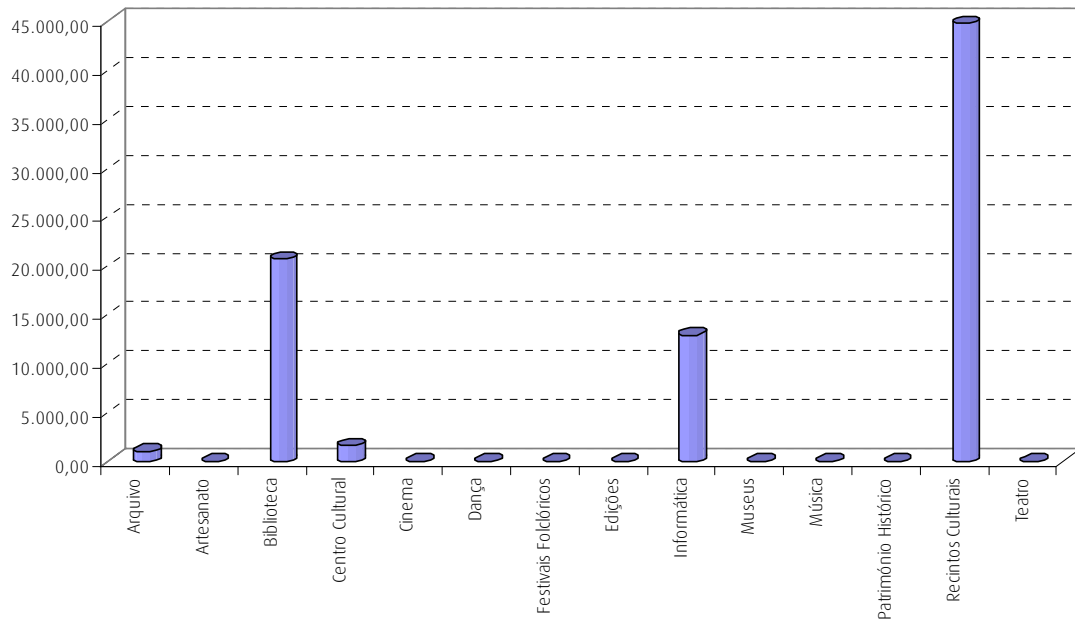
Alfândega da Fé



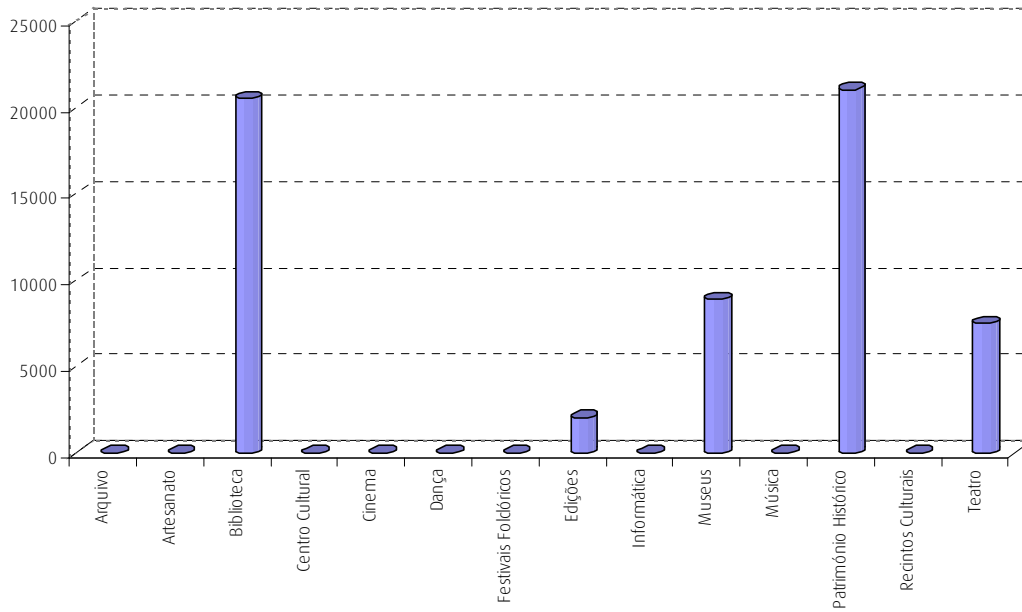
Almodôvar



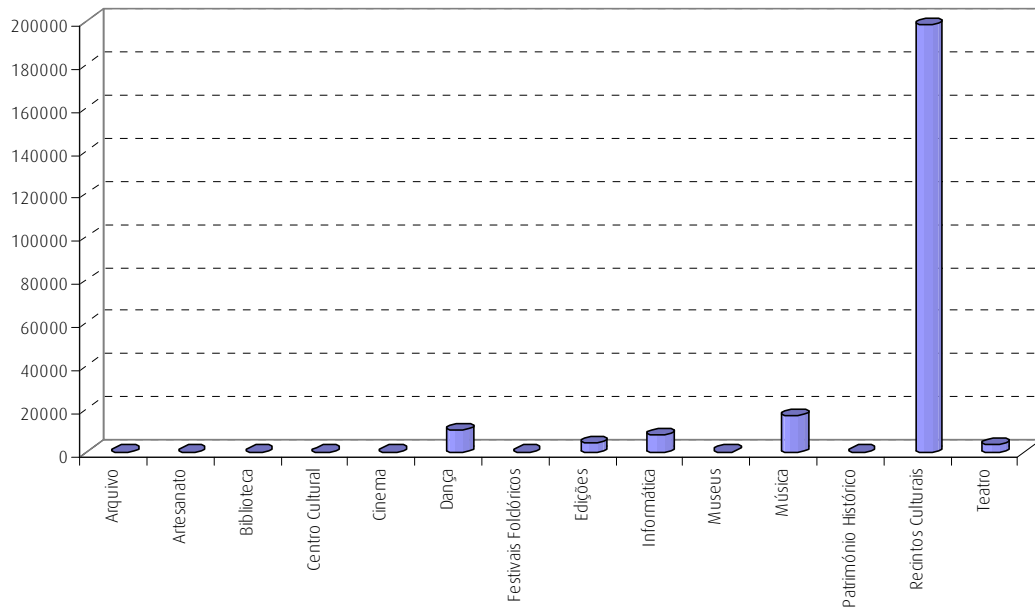
Alvito



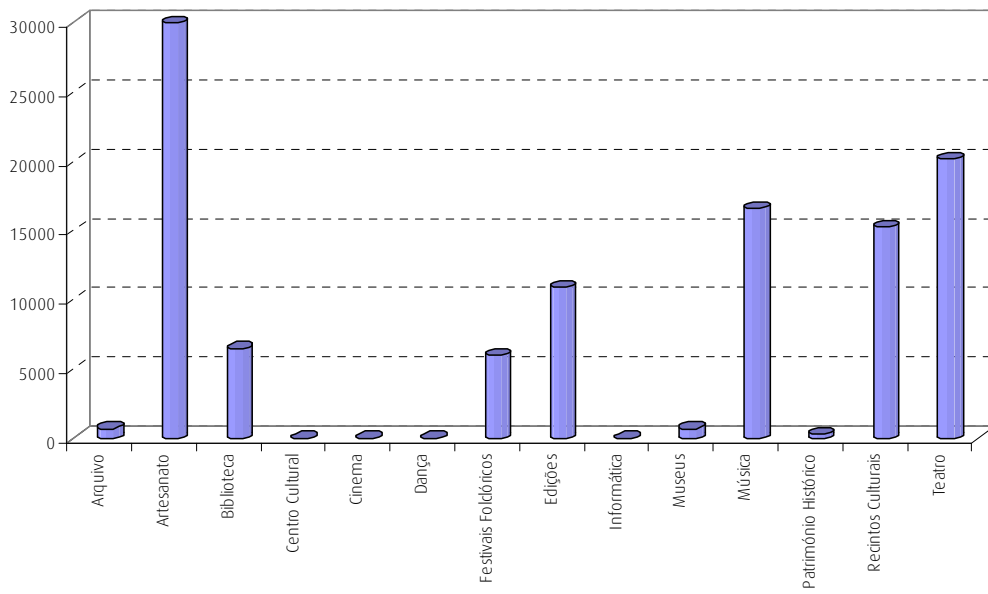
Armamar



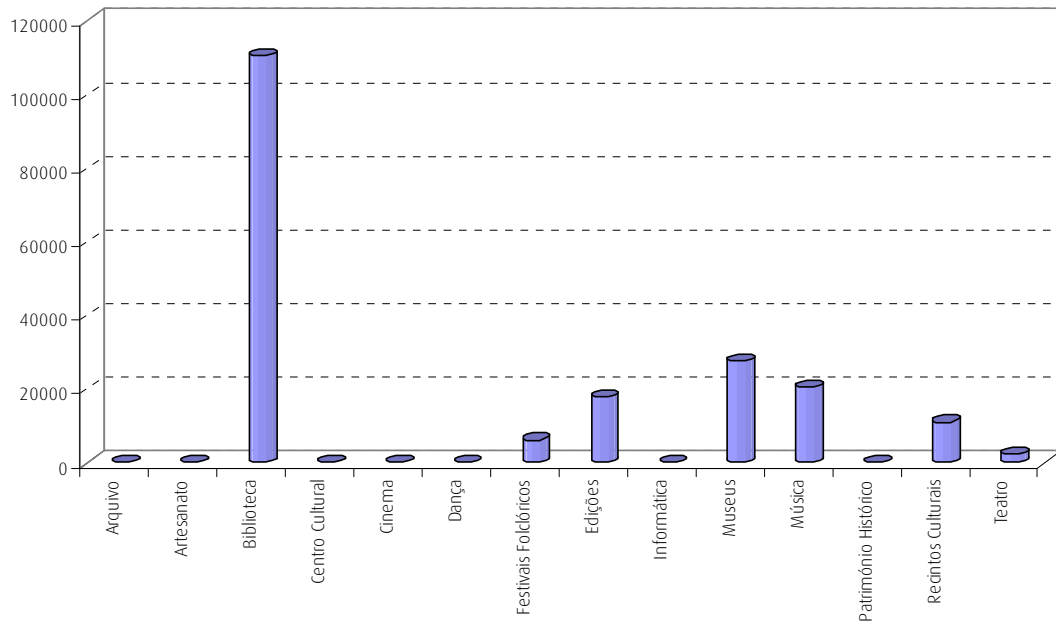
Barrancos



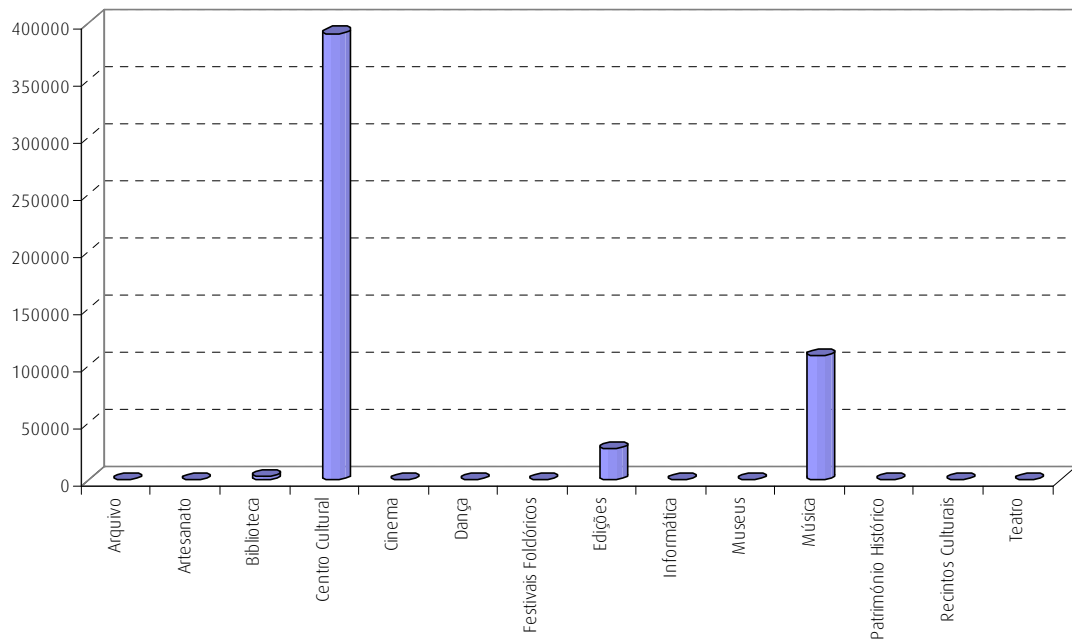
Batalha



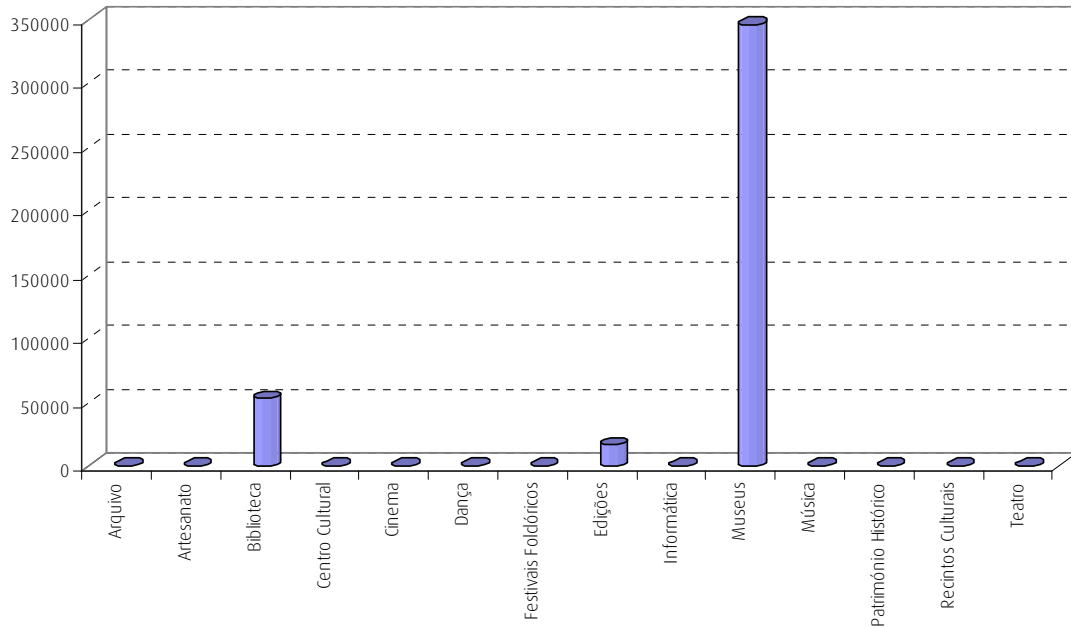
Cabeceiras de Basto



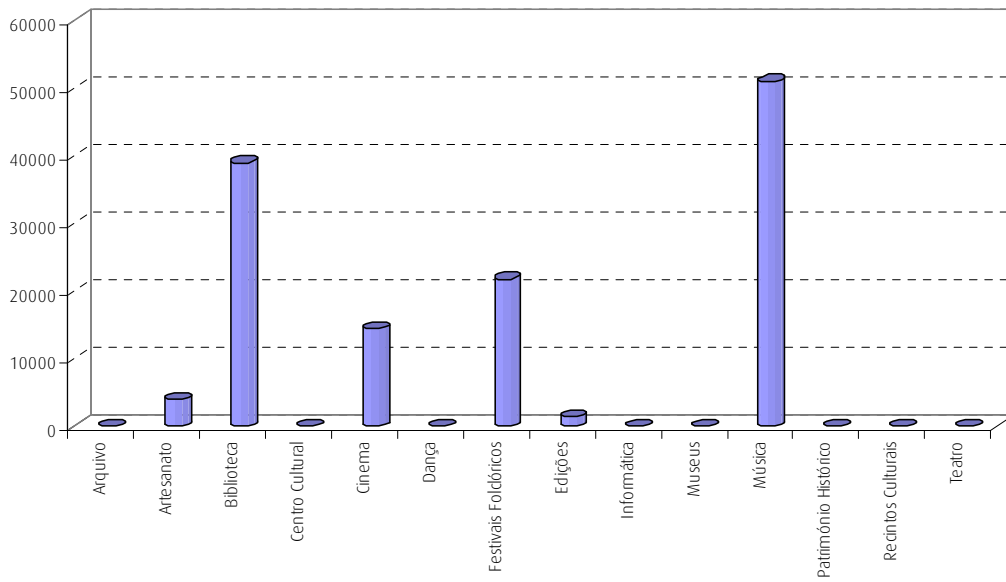
Carrazeda de Ansiães



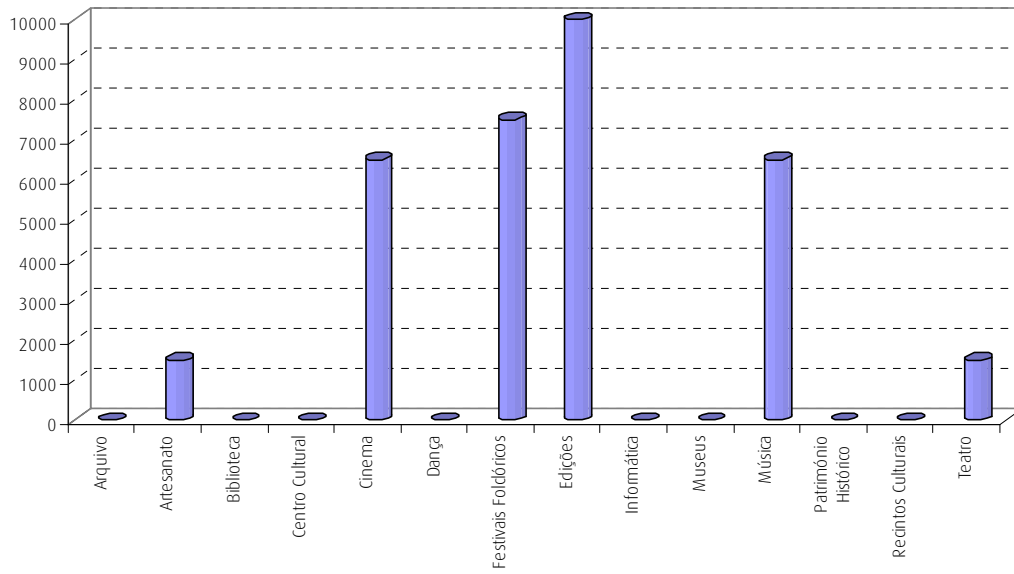
Castanheira de Pêra



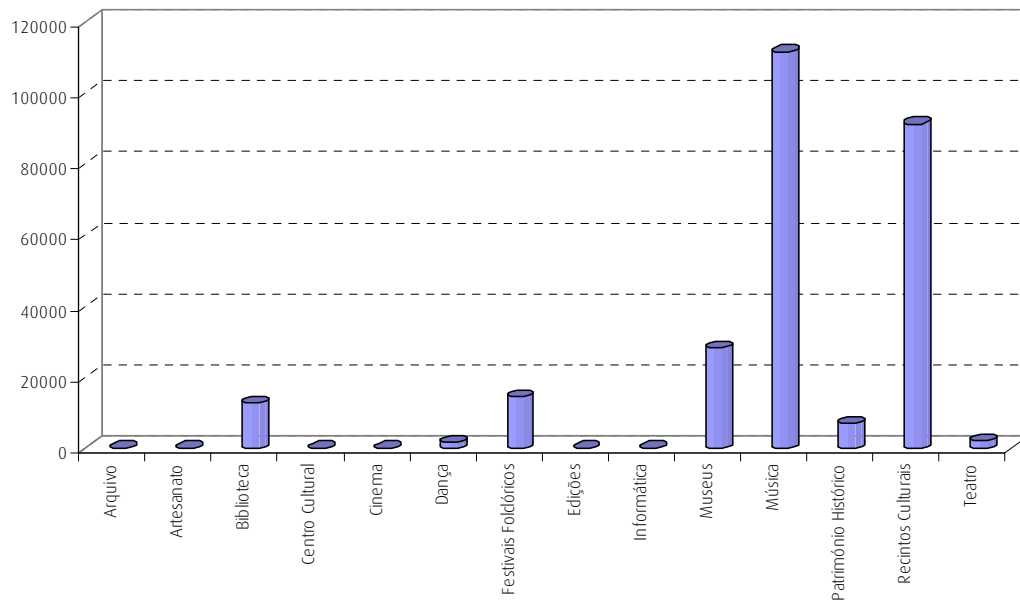
Castelo de Paiva



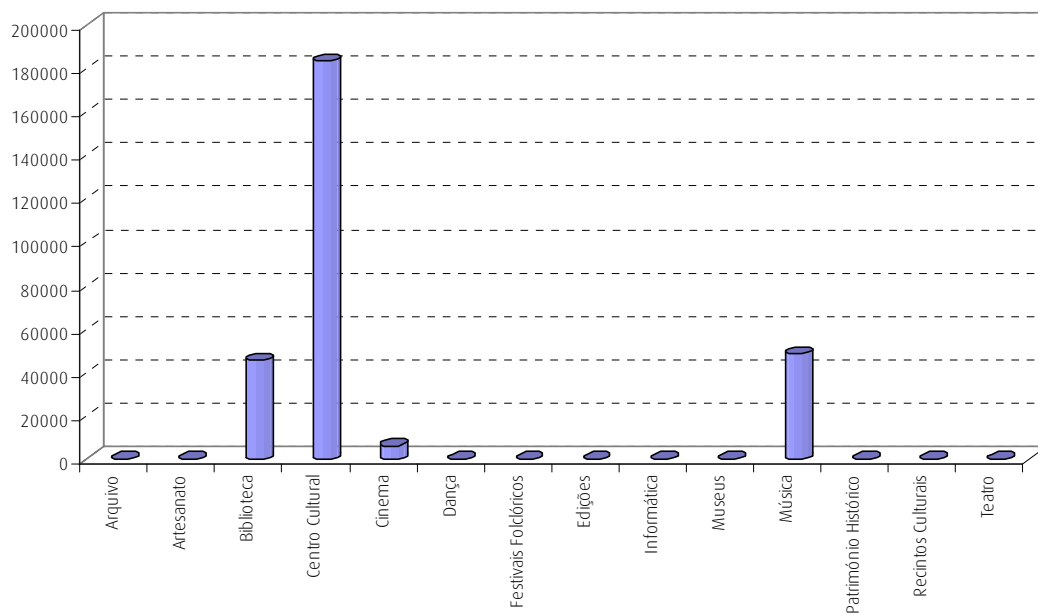
Constância



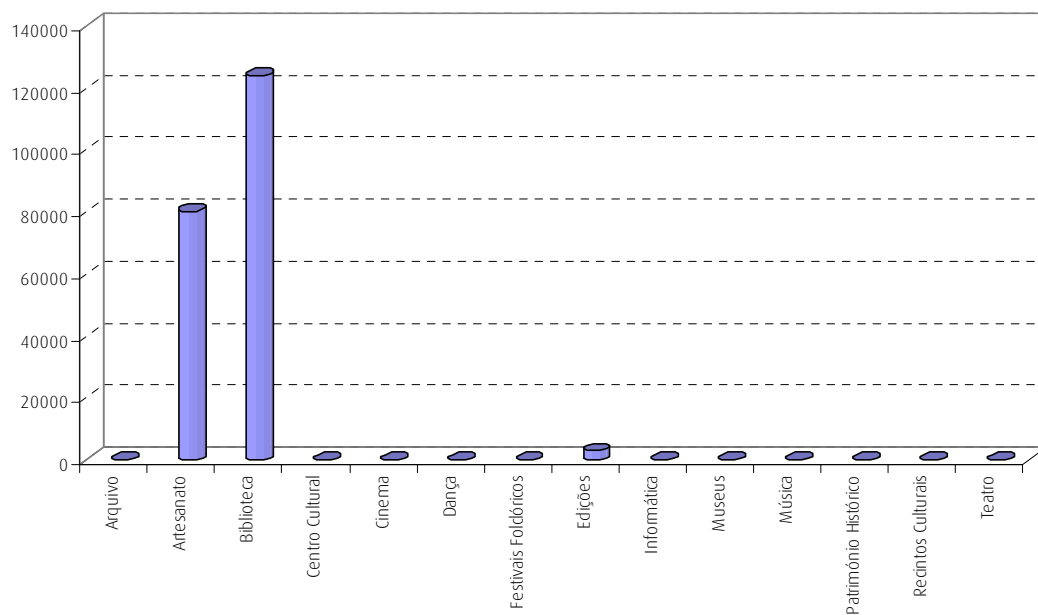
Esposende



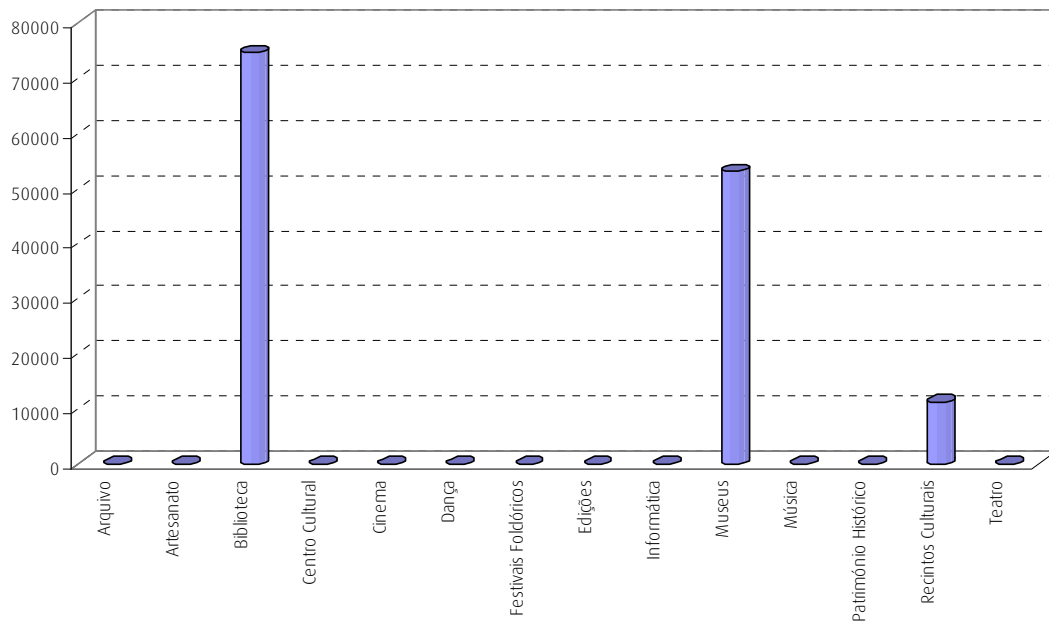
Fronteira



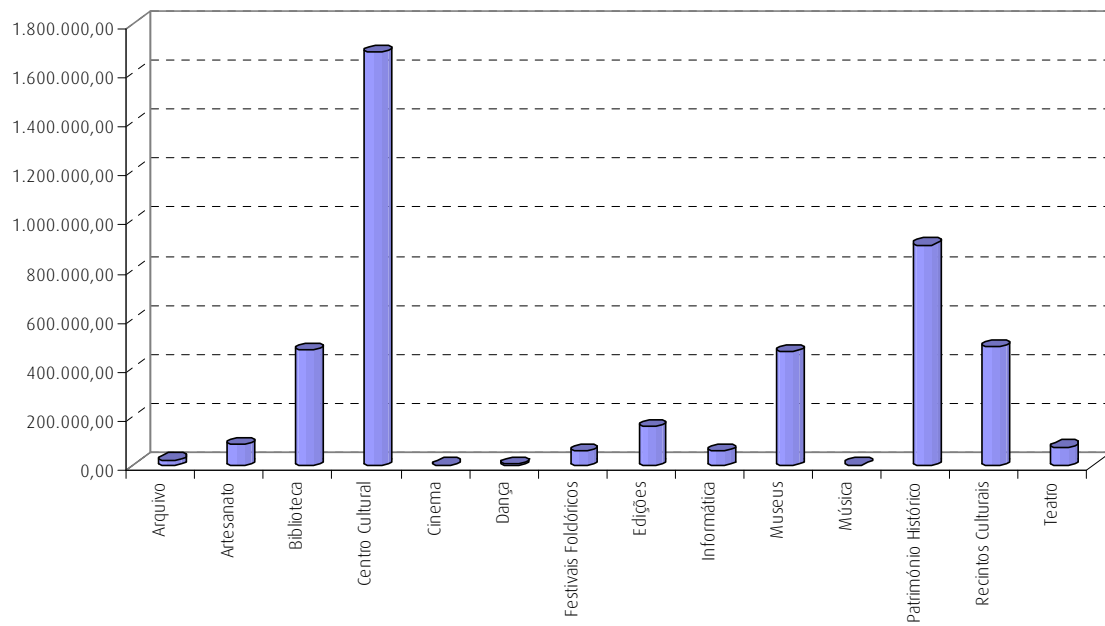
Gavião



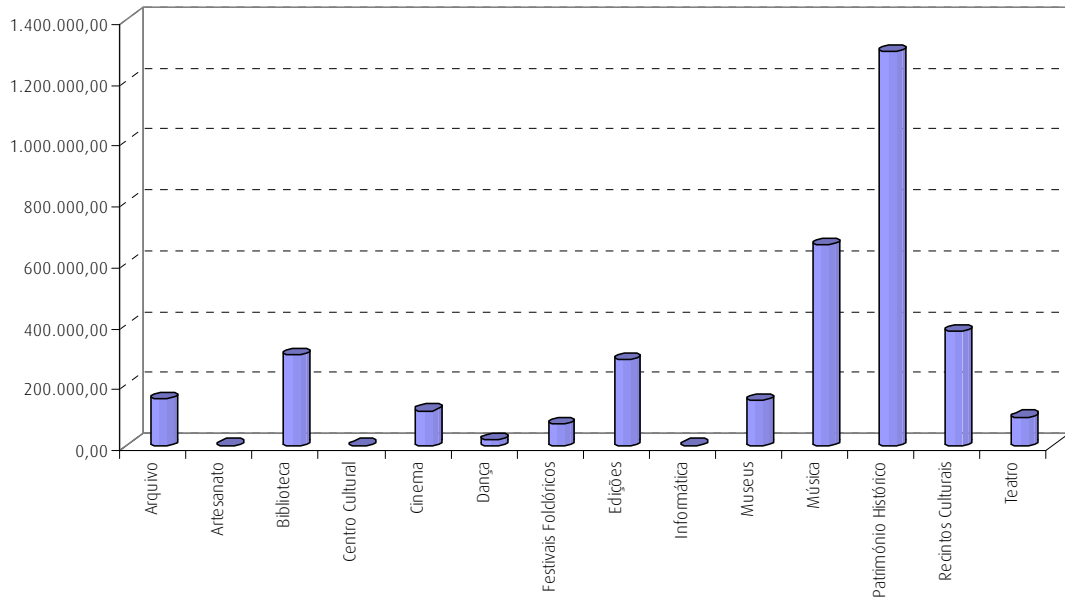
Góis



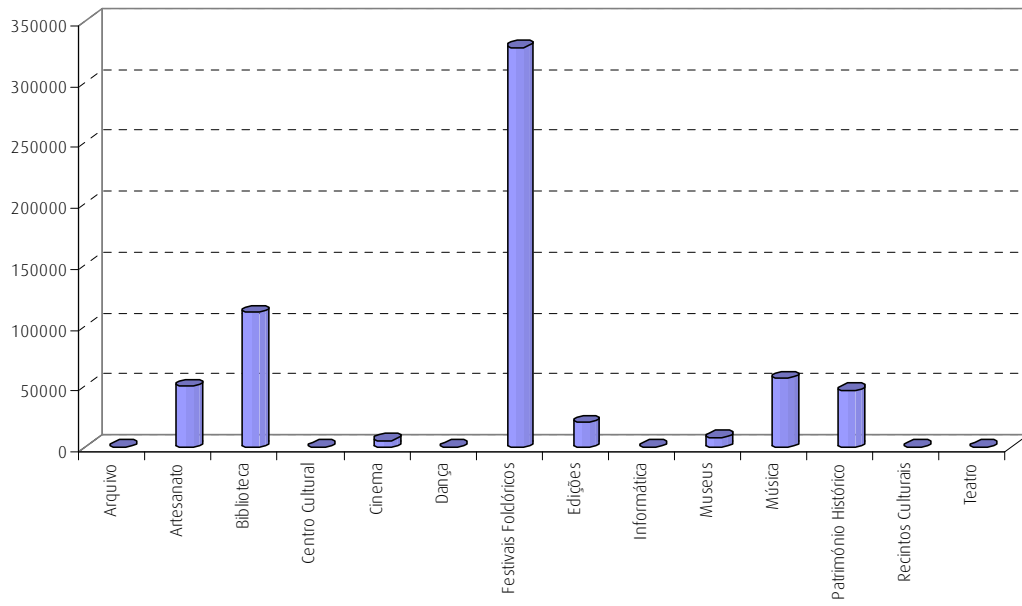
Gouveia



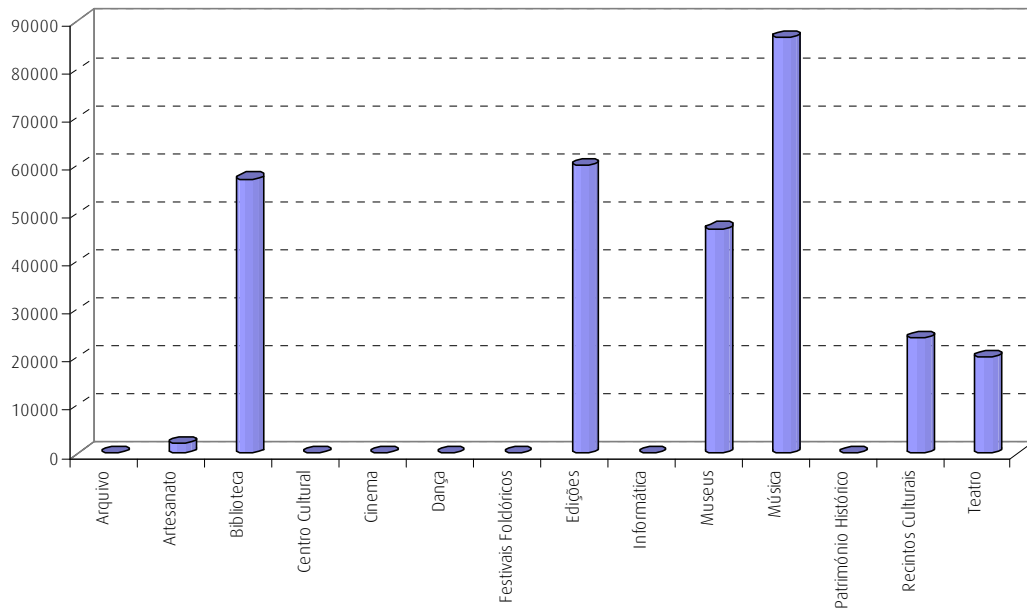
Lagos



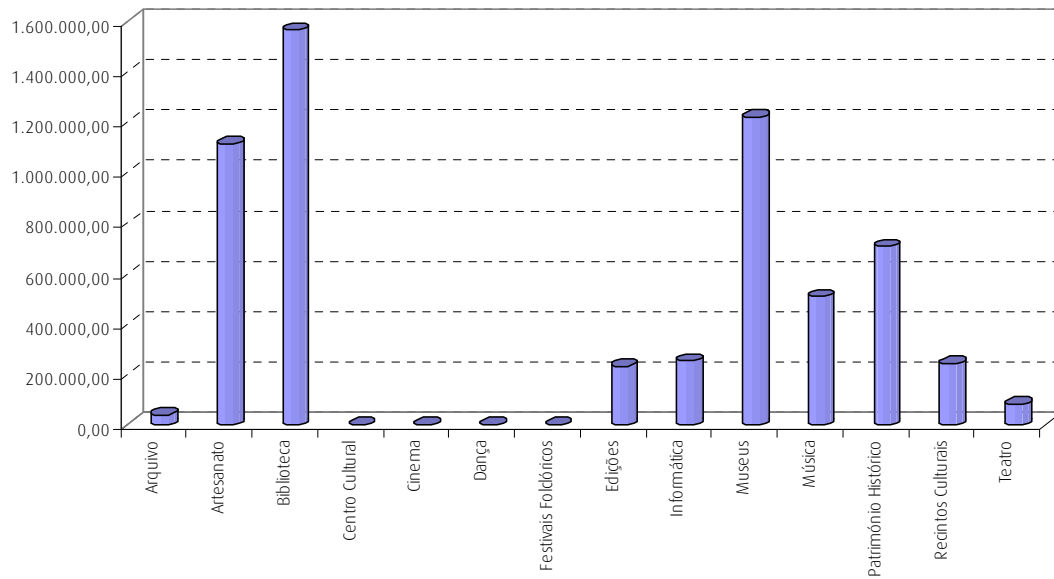
Lamego



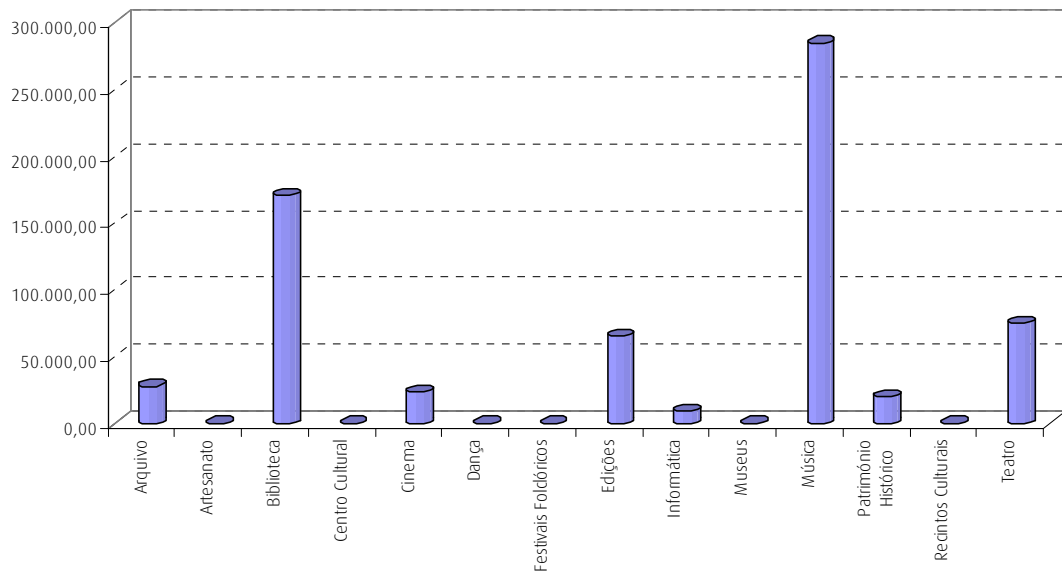
Lourinhã



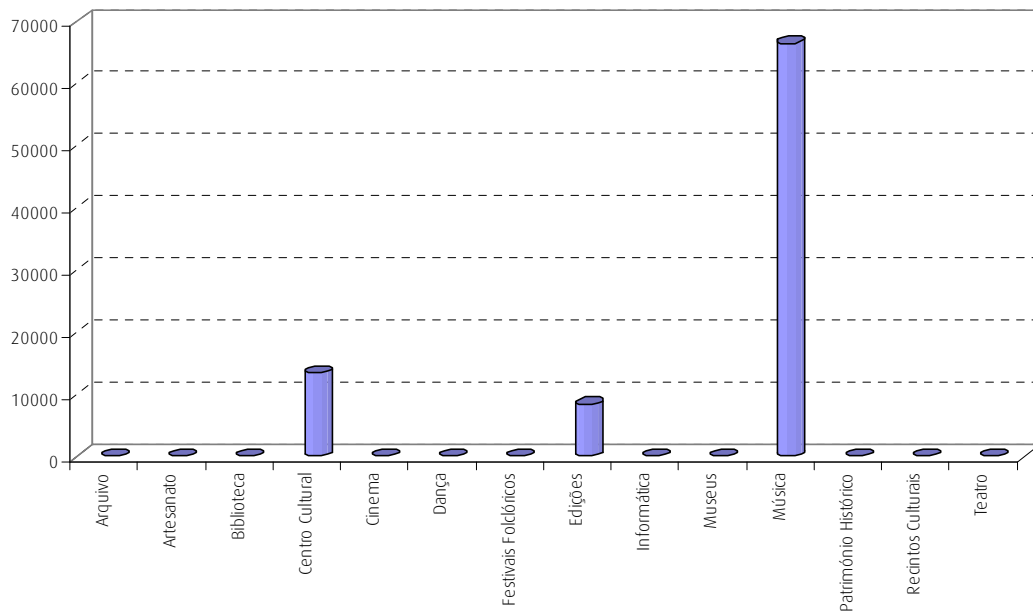
Lousã



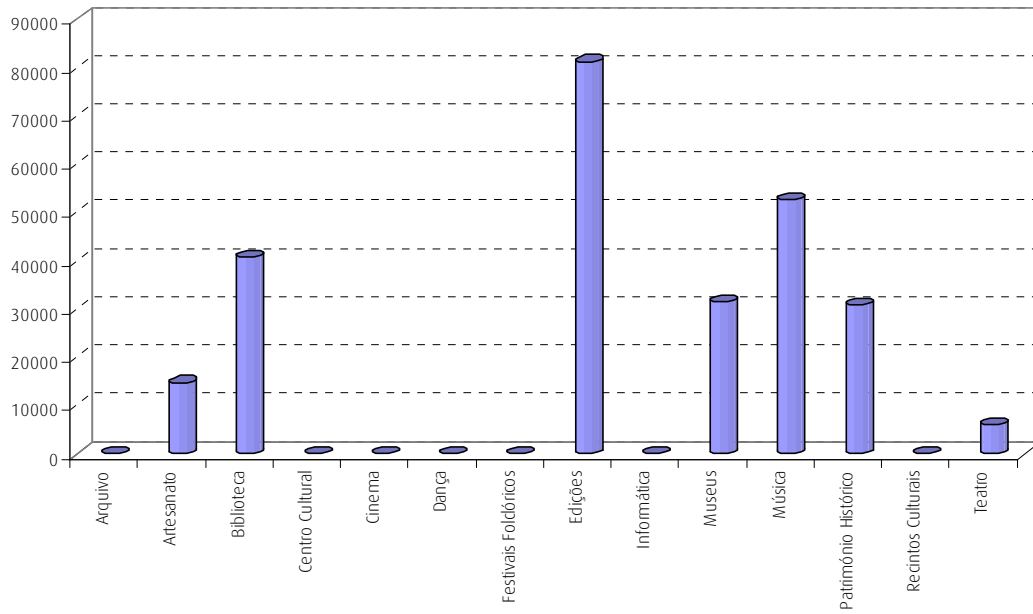
Lousada



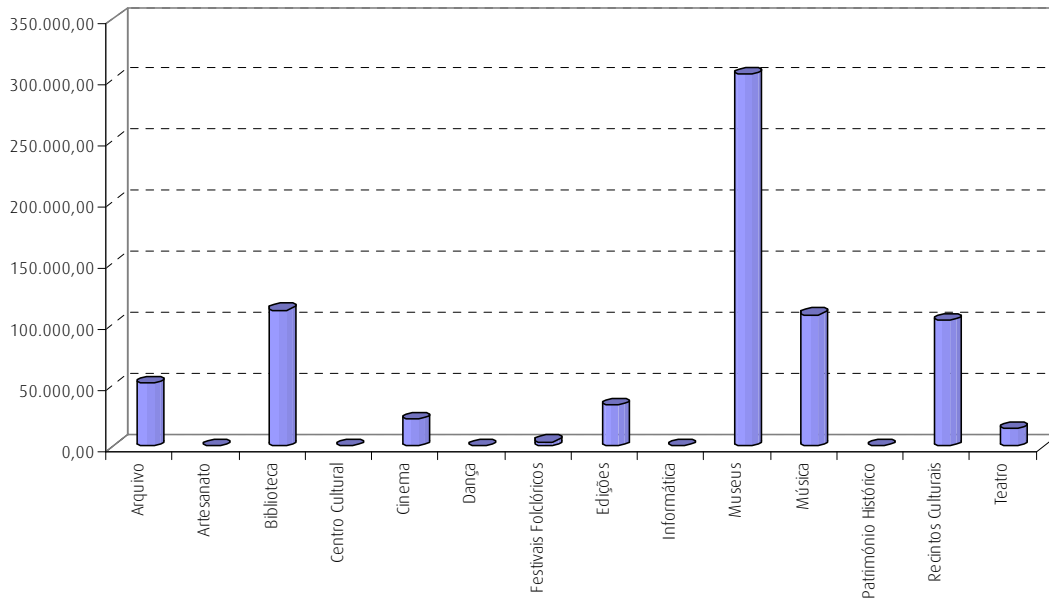
Manteigas



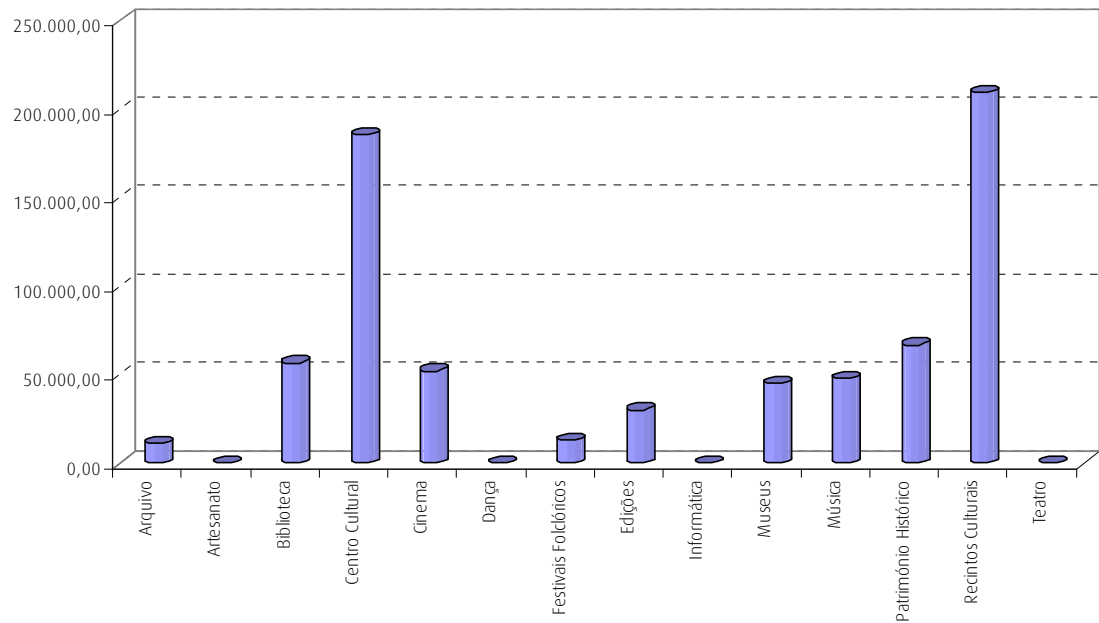
Marco de Canavezes



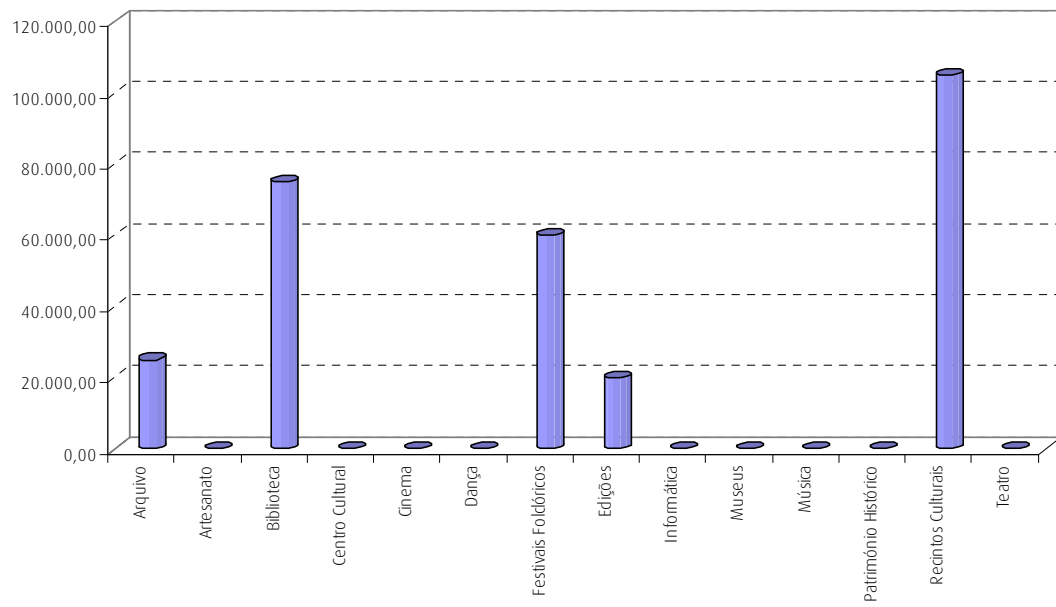
Marinha Grande



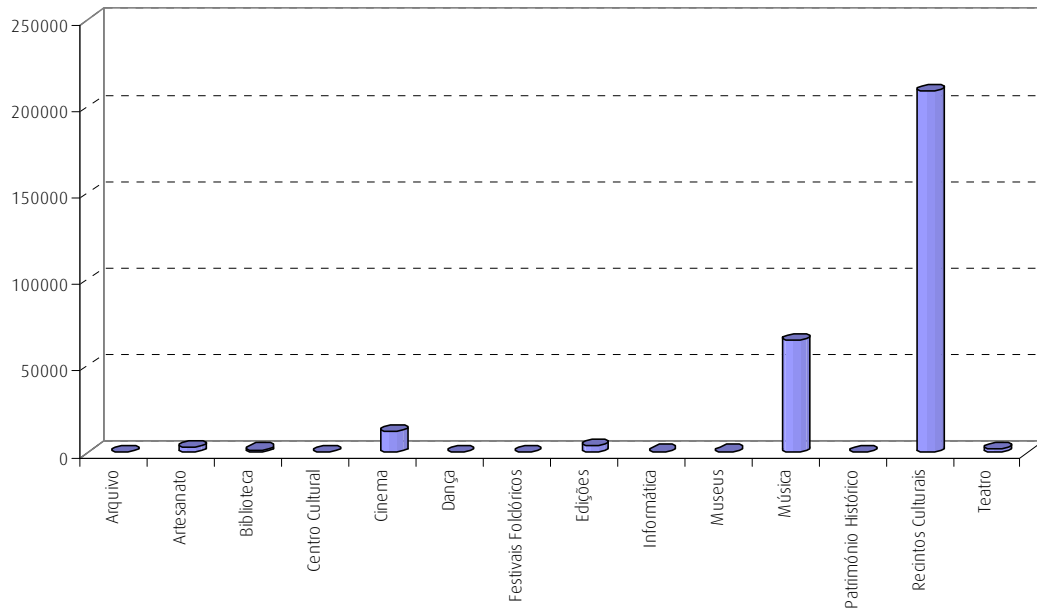
Mogadouro



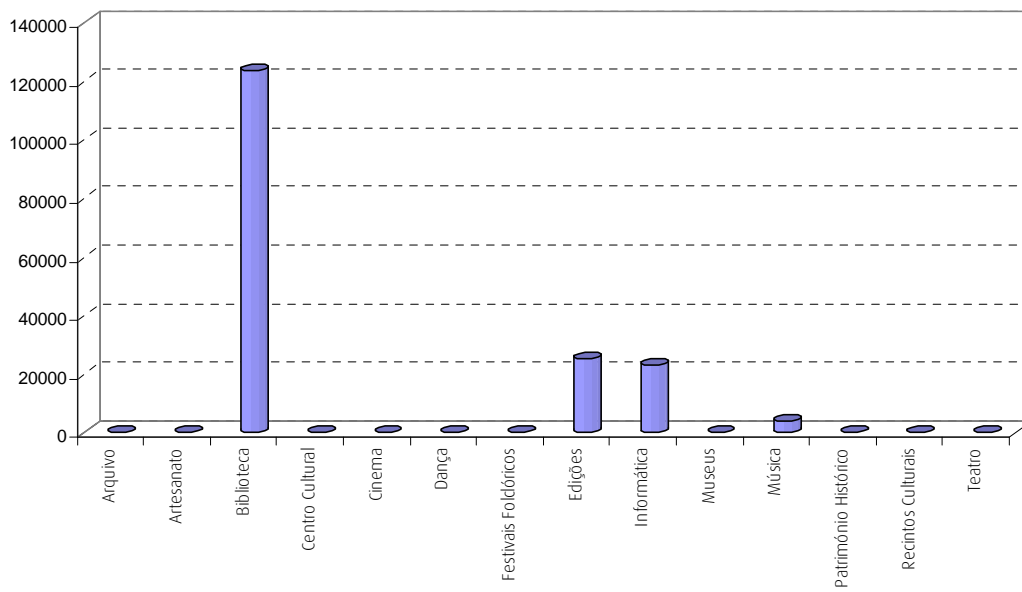
Montemor-o-Velho



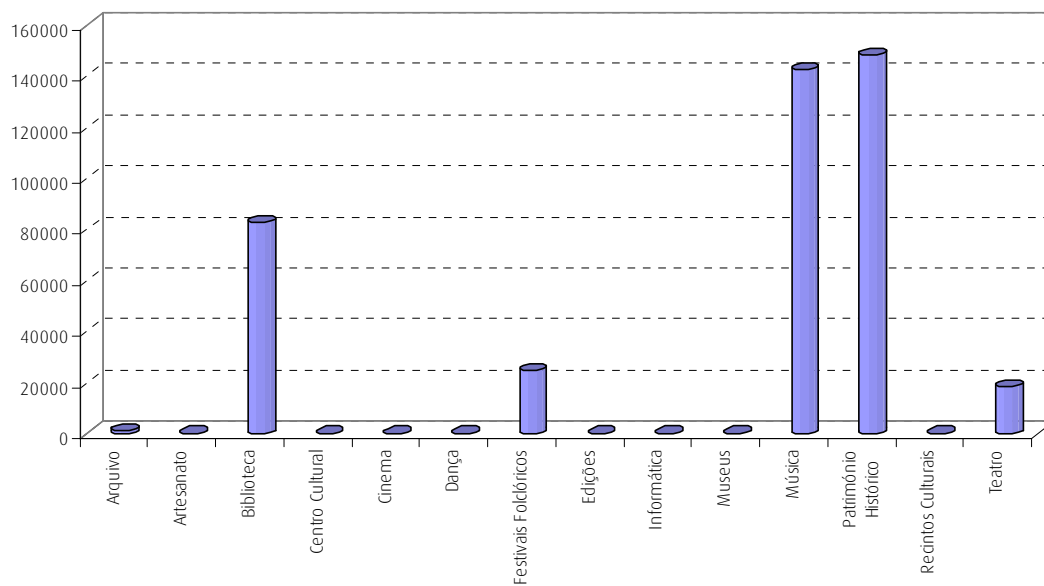
Mora



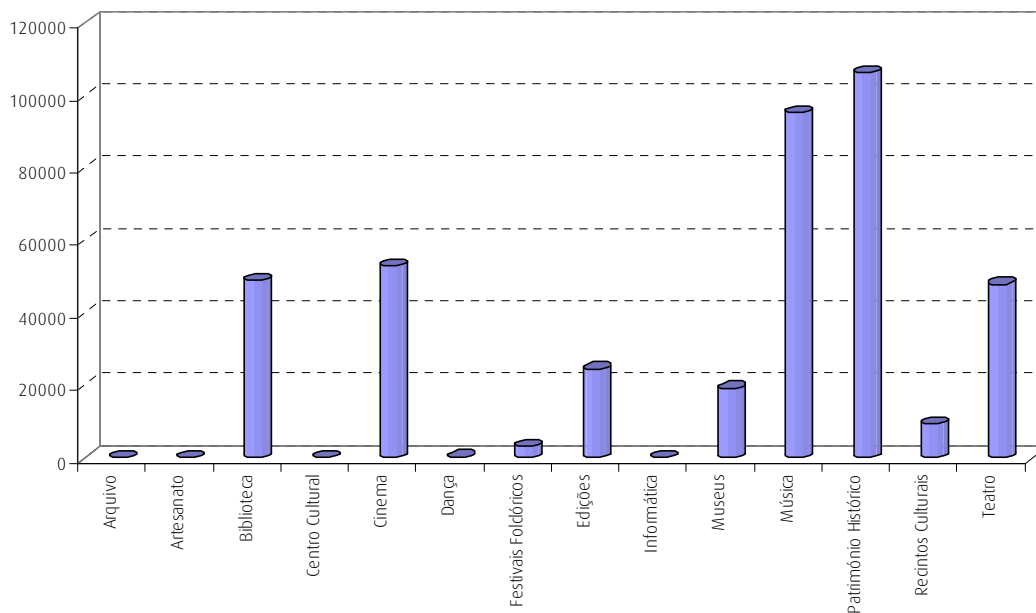
Murça



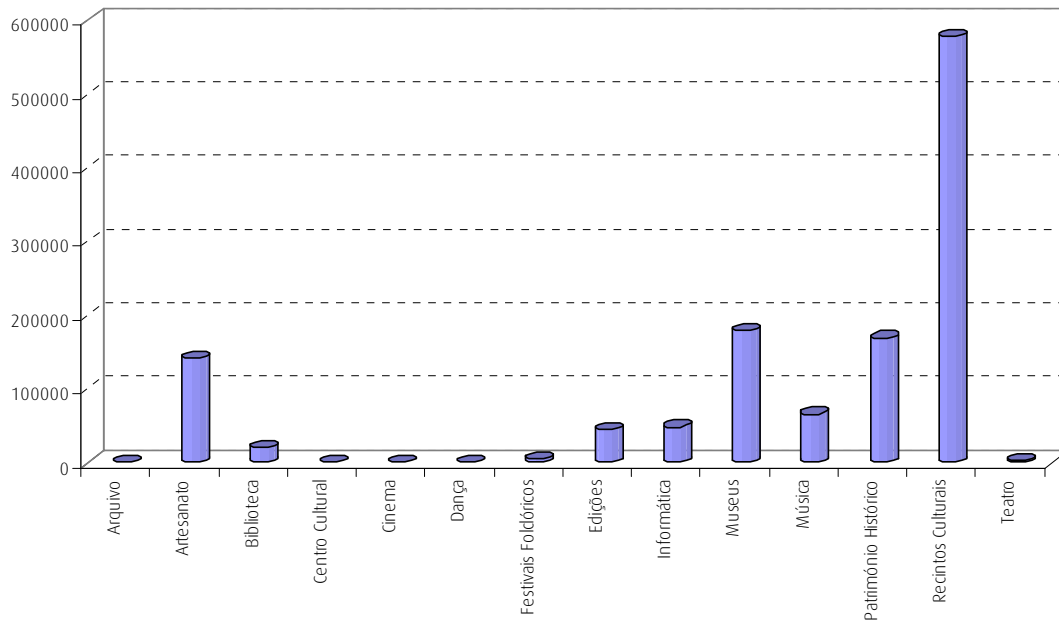
Ourém



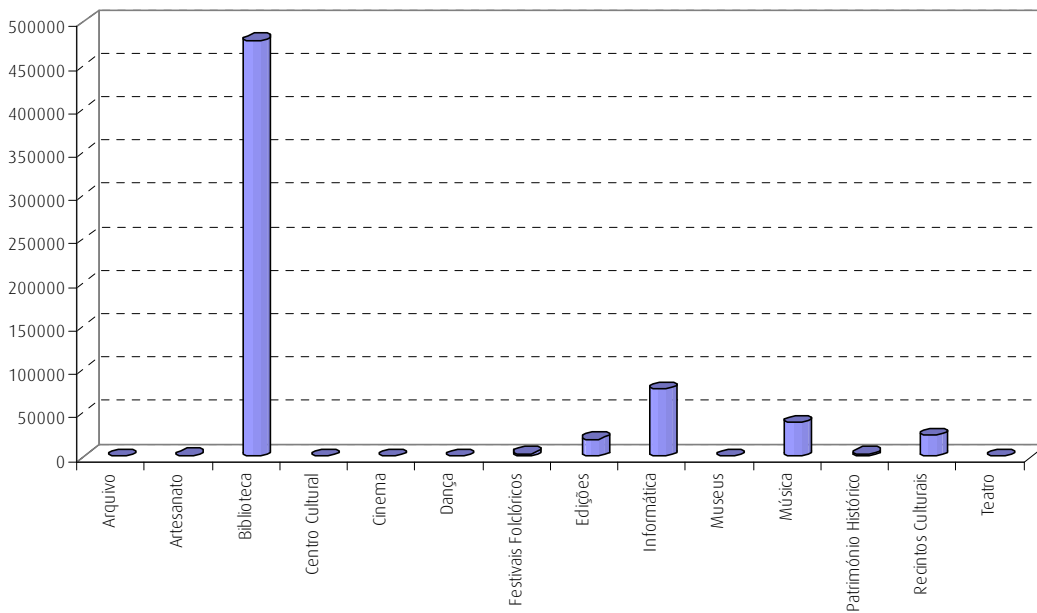
Ovar



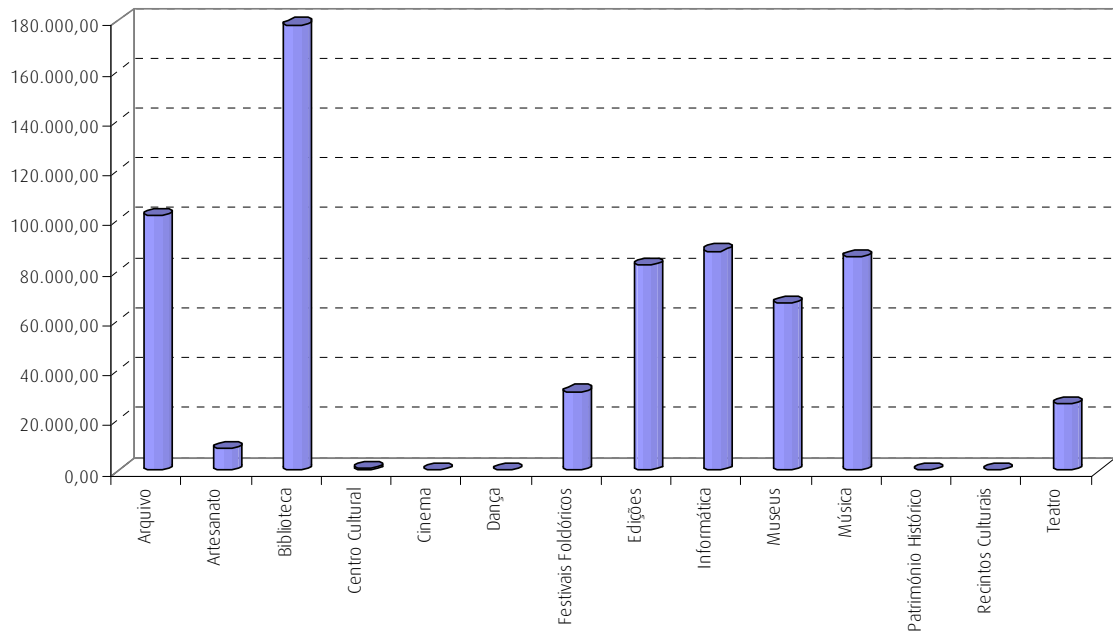
Pampilhosa da Serra



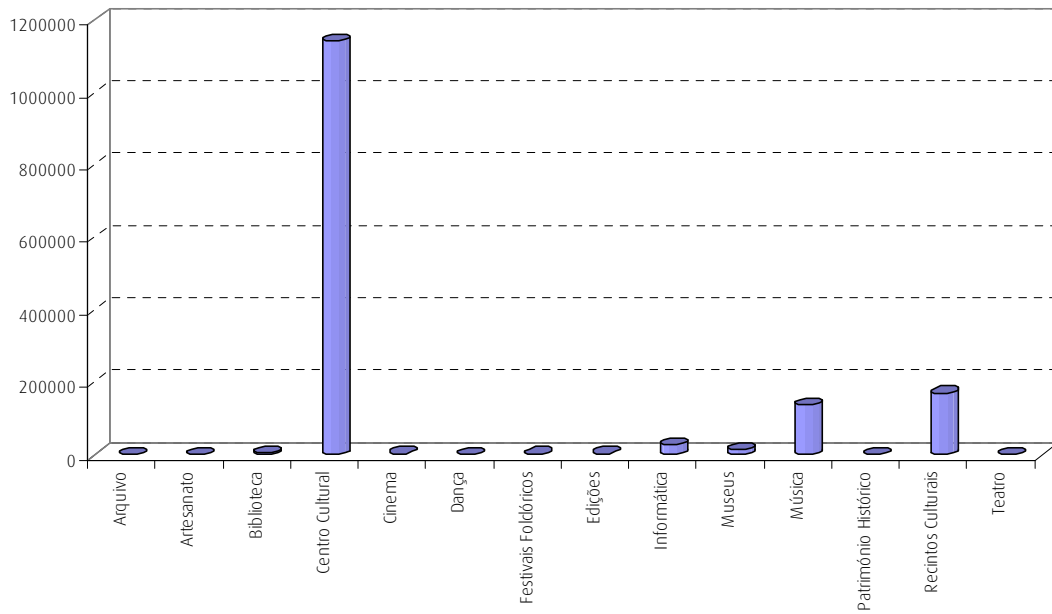
Penalva do Castelo



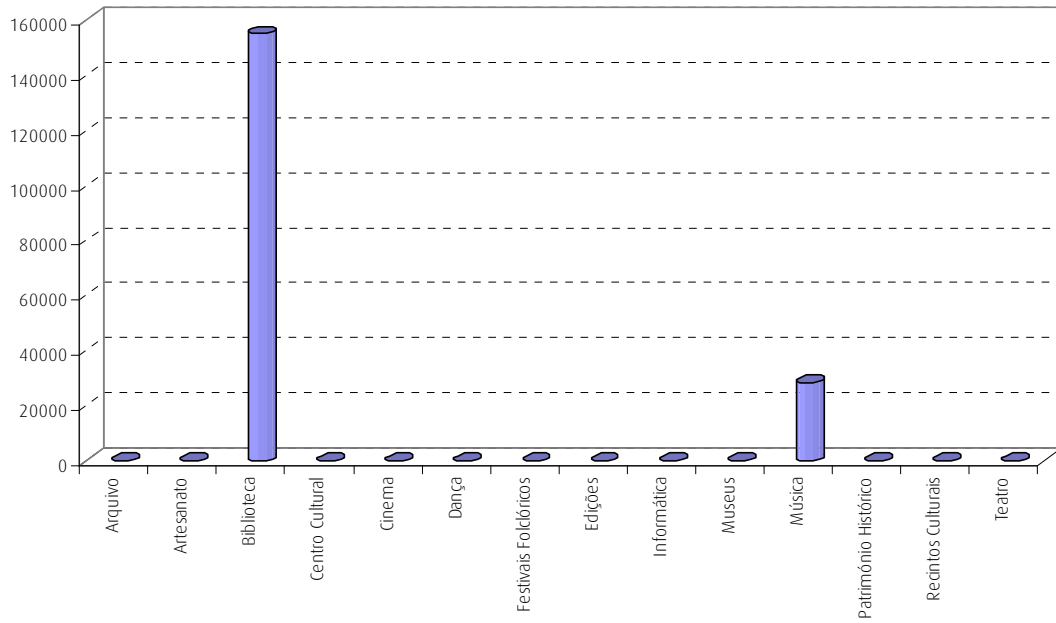
Pombal



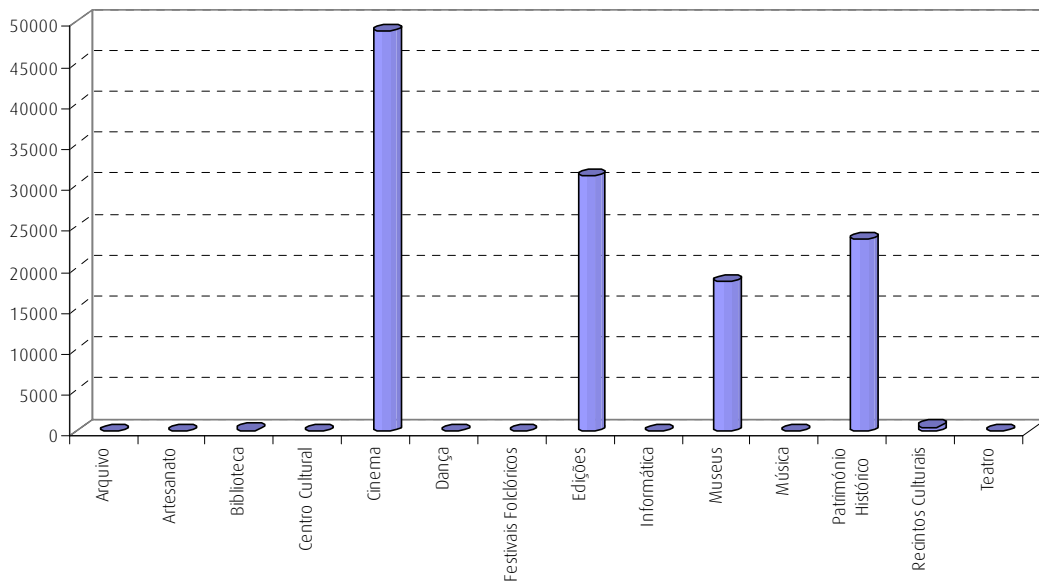
Redondo



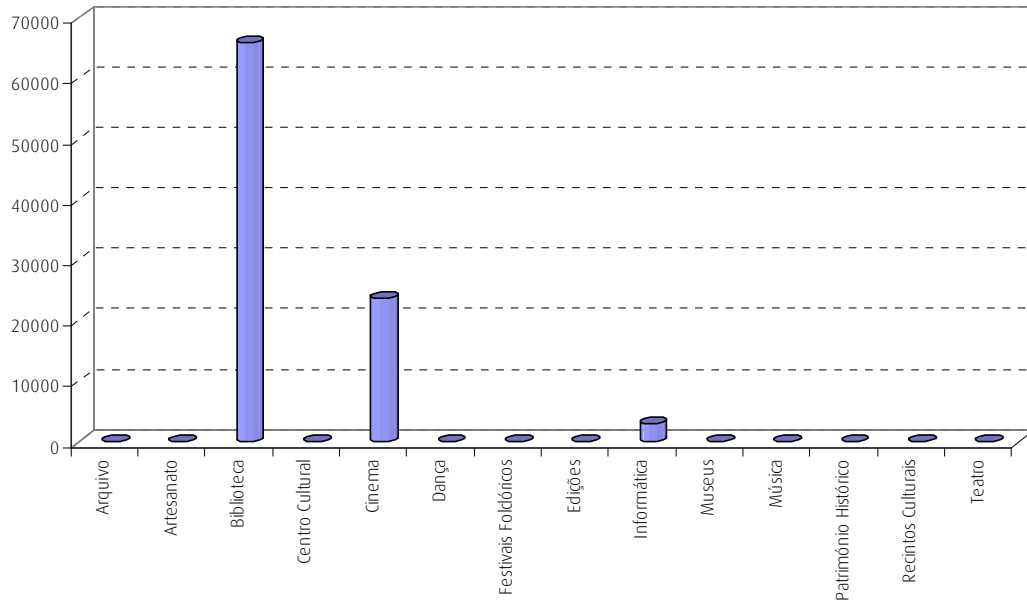
Rio Maior



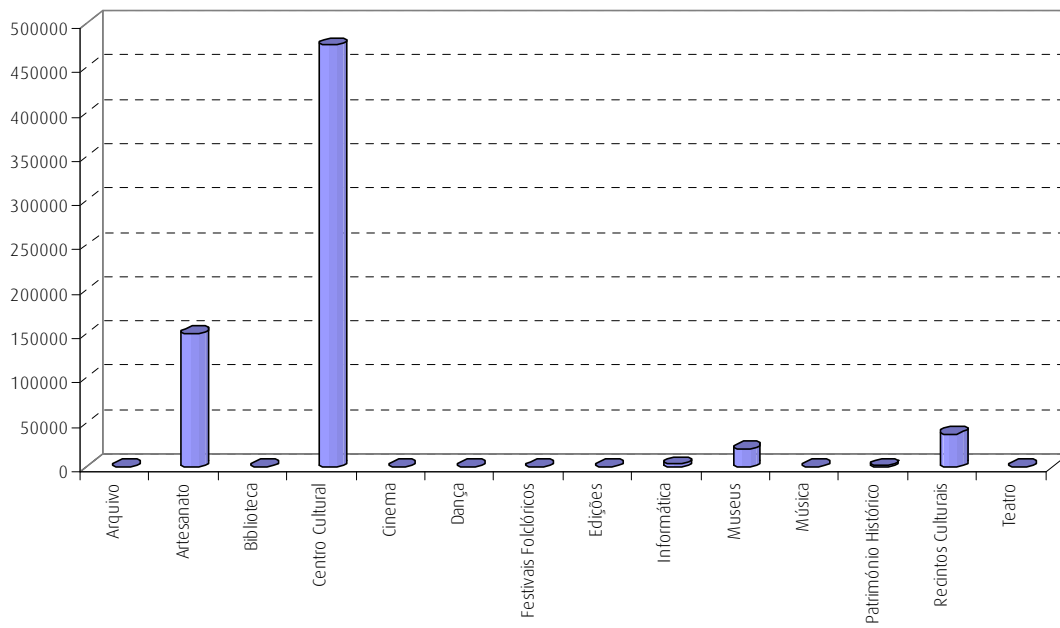
S. João da Pesqueira



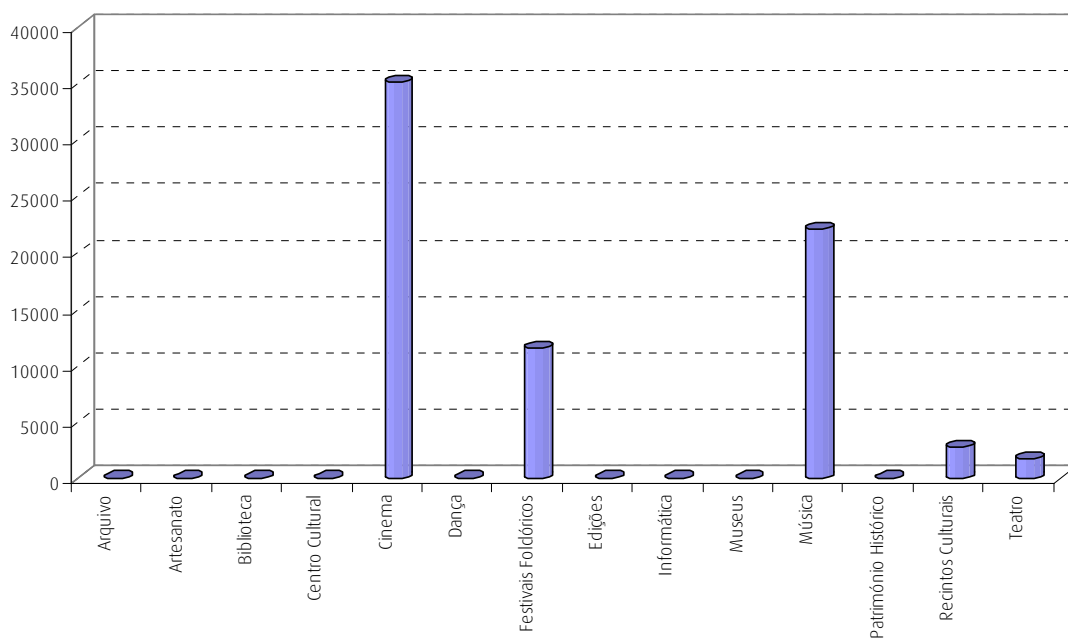
Sátão



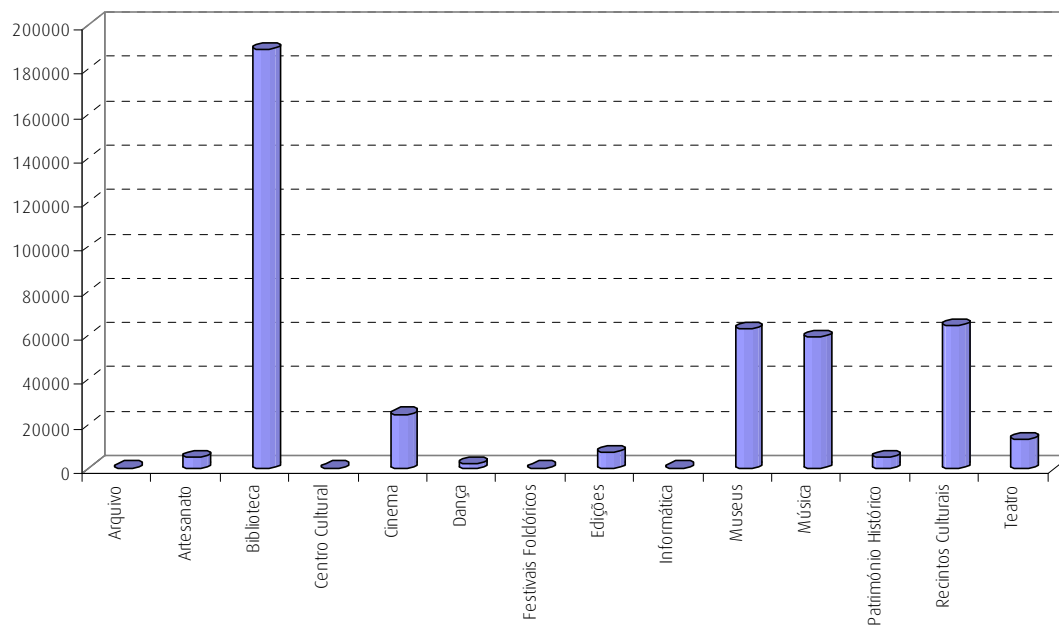
Vila Nova de Poiares



Vimioso



Vouzela



Formulário do Inquérito

INQUÉRITO NO ÂMBITO DE MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

O objectivo deste inquérito é a recolha de informação sobre o valor da Cultura nas Autarquias, os gastos efectuados e as áreas mais valorizadas. O tratamento e análise dos dados obtidos farão parte dos resultados do projecto de Mestrado “ O valor da cultura nas Autarquias em Portugal” e esperamos poderem ser úteis ao desenvolvimento em qualidade da gestão de recursos financeiros na área da Cultura como elemento essencial na construção de um desenvolvimento sustentável

As respostas a este inquérito são totalmente confidenciais e o seu anonimato garantido.

Não há respostas certas ou erradas.

Esperamos de si apenas a máxima sinceridade.

Instruções para o preenchimento:

No caso de se enganar no preenchimento, não utilize corrector. Veja a seguir como emendar.

No caso de se enganar na resposta, preencha completamente a quadrícula e assinale nova resposta cm X, como exemplificado a seguir:

Sim Não

No caso de se enganar novamente e pretender assinalar a resposta que já riscou, preencha a quadrícula e coloque um círculo ao lado da quadrícula da sua escolha definitiva, como exemplificado a seguir:

Sim Não

1. Qual a sua competência principal dentro da Câmara?

- | | |
|---------------------|--------------------------|
| Presidente | <input type="checkbox"/> |
| Vereador da Cultura | <input type="checkbox"/> |
| Chefe de Divisão | <input type="checkbox"/> |
| Técnico Superior | <input type="checkbox"/> |
| Outro | <input type="checkbox"/> |

2. Quais as áreas culturais que a Autarquia desenvolve?

- | | |
|--------------------|--------------------------|
| Arquivo | <input type="checkbox"/> |
| Biblioteca | <input type="checkbox"/> |
| Centro cultural | <input type="checkbox"/> |
| Cinema | <input type="checkbox"/> |
| Dança | <input type="checkbox"/> |
| Informática | <input type="checkbox"/> |
| Museus | <input type="checkbox"/> |
| Música | <input type="checkbox"/> |
| Património | <input type="checkbox"/> |
| Recintos Culturais | <input type="checkbox"/> |
| Teatro | <input type="checkbox"/> |
| Outros | <input type="checkbox"/> |

3. Despesas da Autarquia com a Cultura

3.1 Qual a despesa global das grandes opções do Plano para os últimos 5 anos?

2001	_____
2002	_____
2003	_____
2004	_____
2005	_____

3.2 Qual a percentagem do orçamento da Câmara destinada à Cultura em 2005?

3.3 Despesas com a Cultura por sectores de actividade em 2005

Arquivo	
Artesanato	
Biblioteca	
Centro Cultural	
Cinema	
Dança	
Festivais folclóricos	
Edições	
Informática aplicada à cultura	
Museus e equipamentos museológicos	
Música	
Património histórico- arqueológico	
Recintos culturais (galerias de arte, exposições, promoção de novos artistas)	
Teatro	

4. Contemplaram projectos de relevância na área da Cultura durante 2005?

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Conferências | <input type="checkbox"/> |
| Dança | <input type="checkbox"/> |
| Edições | <input type="checkbox"/> |
| Música | <input type="checkbox"/> |
| Publicações Periódicas | <input type="checkbox"/> |
| Teatro | <input type="checkbox"/> |
| Outros | <input type="checkbox"/> |

5. Qual o valor que disponibilizam para o desenvolvimento de projectos nas seguintes áreas:

Apoio a Associações e grupos culturais

Comemorações culturais

Festas e Romarias

Inaugurações

Câmara Municipal de _____

Grata pela atenção dispensada.